



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS - CCH  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO

Andréa Fernandes Costa

**A visitação pública ao Museu Nacional:  
educação museal e acessibilidade econômica no mais  
antigo museu brasileiro**

Rio de Janeiro  
2021

Andréa Fernandes Costa

**A visitação pública ao Museu Nacional:  
educação museal e acessibilidade econômica no mais antigo  
museu brasileiro**

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora, ao Programa de PósGraduação em Educação, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Guaracira Gouvêa (in memoriam)

Coorientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Carmen Irene C. de Oliveira

Rio de Janeiro  
2021

Catálogo informatizada pelo(a) autor(a)

F837 Fernandes Costa, Andréa A visitação pública ao Museu Nacional: educação museal e acessibilidade econômica no mais antigo museu brasileiro / Andréa Fernandes Costa. -- Rio de Janeiro, 2021. 278

Orientadora: Guaracira Gouvêa .

Coorientadora: Carmen Irene C. de Oliveira.

Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2021.

1. Museu Nacional - UFRJ. 2. Educação Museal. 3. Estudos de Público. 4. Acessibilidade Econômica. 5. Gratuidade. I. Gouvêa , Guaracira, orient. II. C. de Oliveira, Carmen Irene , coorient. III. Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO-UNIRIO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS – CCH  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
TESE DE DOUTORADO

Andréa Fernandes Costa

**A visitação pública ao Museu Nacional:  
educação museal e acessibilidade econômica no mais antigo museu brasileiro**

Aprovado em: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

Banca Examinadora:

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Carmem Irene C. de Oliveira (Coorientadora)  
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO

---

Prof. Dr. José Damiro de Moraes  
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Auxiliadora Delgado Machado  
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Esther Valente  
Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Rita Vilanova Prata  
Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Sibeles Cazelli  
Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST]

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Sonia Maria Figueira Mano  
Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ

## **DEDICATÓRIA**

À Sofia e Luísa, cuja existência dá sentido aos meus dias. À Professora Guaracira Gouvêa que, sem perder a ternura, endureceu, lutou, amou e venceu.

## **AGRADECIMENTOS**

O presente trabalho não teria sido possível sem a ajuda de muitas pessoas. Aproveito esse espaço para registrar os meus mais sinceros agradecimentos.

À Maria Esther Alvarez Valente, um grande referência profissional para mim, a quem agradeço por ter me aberto inúmeras portas e por todos os valiosíssimos materiais que confiou a mim e se mostraram fundamentais para a presente pesquisa.

Ao Victor Lisboa, meu ex-bolsista Jovens Talentos (FAPERJ), por ter sido meu grande parceiro nessa pesquisa. Não existem palavras para expressar meu agradecimento pelo seu comprometimento com o OMCC&T, com a SAE, com o Museu Nacional e principalmente, com o público. Tive muita sorte de ter podido contar com seu entusiasmo pelo conhecimento, pelo novo, pelas pessoas e pela vida. Foi daí que muitas vezes tirei força para seguir em frente.

Às professoras e ao professor da Banca Examinadora e à minha orientadora mais recente, Profa. Carmen Irene, pela paciência e por todas as inestimáveis contribuições.

Aos meus colegas da Seção de Assistência ao Ensino do Museu Nacional, por tudo que enfrentamos juntos nos últimos anos. À Sheila Boas, Aline Miranda, Igor Rodrigues e Frieda Marti eu agradeço, especialmente, por terem me apoiado na coleta de dados e pelo incentivo dado à essa pesquisa.

À Guilhermina Guabiraba, minha primeira chefe na Seção de Assistência ao Ensino, pelo acolhimento, generosidade, estímulo e pela confiança.

À Patrícia Lameirão, por ser uma magnífica referência de servidora pública e por ter dividido comigo a chefia da SAE. Somente a sua parceria, aliada à sua competência e amizade, poderiam ter me feito ousar, naquele momento, investir no Doutorado.

Ao Flávio Baptista, por ter sido meu incentivador de primeira e todas as horas e por transbordar paixão pela SAE.

À Sheila Boas pelo afeto e apoio total e irrestrito e à Aline por dividir o presente e esperar o futuro.

À Frieda Marti, eu agradeço por todas as trocas, por ser uma ótima ouvinte, amiga e por me fazer lembrar que a SAE é lugar de quem não se acomoda.

Às colegas e aos colegas do OMCC&T por tudo que já fizemos e ainda faremos. Este trabalho só existe pelo esforço coletivo daqueles que se dispõem a contruir algo novo com os públicos. Monica Dahomouche, Sonia Mano, Sibeles Cazelli, Sergio Damico, Denise Studart, Wailã Souza Cruz, Vanessa Guimarães, Paulo Colonesse e ao saudoso Loloano, obrigada por movimentarem essa rede!

À Fernanda Castro e Ozias Soares, por me ensinaram tanto e por renovarem minhas esperanças em nosso campo. Sou grata, também, por terem tantas vezes me estimulado a produzir nesse período tão difícil, sempre compreendendo as minhas limitações de tempo devido à tese.

Às grandes amigas que o Museu de Astronomia e Ciências Afins me deu: Mercês Navarro Vasconcellos, Flávia Requeijo, Giovana Silva e Cissa Nascimento, mulheres fortes que tanto admiro, às quais sou grata pela escuta, risadas e por me ensinarem e encorajarem sempre.

Às companheiras de Doutorado na UNIRIO, Carla Mahomed e Fátima Denise, pelas conversas, lanches, caronas, trabalhos, leituras, debates e mensagens no whatsapp, que tornaram essa experiência mais leve.

Aos que se ocupam da memória de nossas instituições e de seus suportes, pelo imprescindível papel que desempenham. Registro meus agradecimentos aos colegas da Biblioteca do Museu Nacional, em especial ao queridíssimo Antonio, aos colegas da Seção de Memória e Arquivo (SEMEAR), em especial a Maria das Graças e ao Gustavo, e ao colega Rogério Bistene, responsável pelo Arquivo Fotográfico do Museu Nacional – MN/UFRJ.

Às queridas Angelica Rodrigues, Julia Mayer, Beatriz Milanez, Deborah Amorim, ao Ryan Braz, e a todos ex-PICJrs da SAE e estudantes de Museologia da UNIRIO, que pegaram em nossas mãos e fizeram a SAE e o Museu existirem na Quinta da Boa Vista, por meses a fio, após o incêndio.

A todos e todas as colegas da Educação Museal que enfrentam em suas instituições a escassez de recursos, de espaço, de equipe e de apoio institucional e, ainda assim, se mantêm criativos e comprometidos com a luta por museus cada vez mais acessíveis e relevantes para as suas comunidades.

Aos meus pais, Armando e Conceição, aos meus irmãos, Bruno e Mariana, aos meus cunhados Ricardo e Juliana, às minhas sobrinhas, Sofia, Luísa e Bia (a

caminho), agradeço por celebrarem e encararem comigo a vida, em sua beleza e também em suas dificuldades.

Ao meu namorado, Marcelo Carvalho, por melhorar todos os aspectos do dia a dia. Sem sua dedicação sob a forma de tempo, escuta, alimento, caronas, abraços, conselhos, risadas, confidências e, sem seu otimismo e exemplo, teria sido muito mais difícil (talvez impossível) esse caminhar.

Por fim, agradeço aos públicos do Museu Nacional, do passado e do futuro, e aos profissionais que mantiveram suas portas abertas e aos que ainda as abrirão.

*Não é na resignação, mas na rebeldia em face das injustiças que nos afirmaremos. A mudança do mundo implica na dialetização entre a denúncia da situação desumanizante e o anúncio de sua superação, no fundo, o nosso sonho.*

*Paulo Freire*

COSTA, Andréa Fernandes. *A visitação pública ao Museu Nacional: educação museal e acessibilidade econômica no mais antigo museu brasileiro*. 2021. 277f. Tese de Doutorado (Pós-graduação em Educação) – Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO, Rio de Janeiro, 2021.

## **RESUMO**

A presente pesquisa consiste em um estudo de caso sobre o Museu Nacional (MN) e buscou responder as seguintes questões: Como se delinearam as práticas de visita a essa instituição ao longo de sua trajetória bicentenária? Quais percepções de público, educação e acesso embasaram sua política institucional? Quais foram as possíveis contribuições dos educadores do MN para a ampliação do alcance social do Museu? O perfil do público de visita espontânea do MN nas duas primeiras décadas do século XXI confirma o caráter popular atribuído à instituição? Foi possível identificar alguma diversificação desse público no contexto da implementação de uma política institucional de gratuidade? O objetivo geral do estudo consistiu em pesquisar a capacidade do MN de ser visitado espontaneamente pelas camadas populares. Para tanto, foi realizada uma investigação de natureza bibliográfico-documental acerca das percepções de público, educação e acesso presentes, tanto na política institucional do Museu Nacional, quanto na produção teórico-prática de seus educadores museais. Como fontes para a pesquisa foram considerados: os regimentos, regulamentos e relatórios institucionais, relatórios ministeriais, publicações de autoria dos educadores

e cientistas do MN; e artigos de jornais e periódicos especializados. Realizou-se, também, um estudo de público longitudinal, de abordagem quantitativa e natureza descritiva, com foco na investigação da visitação espontânea ao MN, por meio da caracterização sociodemográfica e cultural de seu público. Os dados utilizados foram gerados pelo Observatório de Museu e Centros de Ciência e Tecnologia – OMCC&T. Com base nestes, foi realizado um estudo experimental, considerando a “gratuidade do ingresso” como variável, e que buscou verificar a ocorrência ou não de mudanças do perfil dos visitantes espontâneos do MN no âmbito da implementação de uma política de gratuidade. A discussão girou em torno dos conceitos de Educação Museal, Democratização da Cultura e Acessibilidade em Museus. Entre os seus resultados estão a constatação de que a entrada paga, adotada pelo MN no início da década de 1980, coincide com uma queda abrupta em sua visitação. Os educadores museais da instituição se empenharam na promoção de reflexões e práticas com o objetivo de promover a democratização do museu, contudo muitas de suas propostas não foram implementadas. O estudo de público revelou mudanças recentes no perfil socioeconômico do público de visitação espontânea do MN. De uma maioria branca e com renda alta nos anos de 2005, 2009, 2013, chegou-se em 2017 a uma maioria de negros com renda baixa. O perfil do público usuário da política de gratuidade, majoritariamente formado por pessoas de renda baixa e autodeclaradas negras, possui características mais próximas daquelas da população da cidade do Rio de Janeiro, em comparação com os visitantes que entraram no horário pago. O nível de escolaridade se manteve elevado e continua sendo uma marca dos visitantes espontâneos. Ficou evidente a importância da instituição se comprometer com a implementação de uma política institucional voltada ao desenvolvimento de públicos.

Palavras-chave: Museu Nacional, Educação Museal, Democratização da Cultura, Acessibilidade Econômica, Estudos de Público, Gratuidade

COSTA, Andréa Fernandes. *Public visitation to the National Museum: museum education and economic accessibility in the oldest brazilian museum*. 2021. 277f. Tese de Doutorado (Pós-graduação em Educação) – Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO, Rio de Janeiro, 2021.

## ABSTRACT

This research consists of a case study on the National Museum (MN) and sought to answer the following questions: How were the practices of visiting this institution outlined throughout its bicentennial trajectory? What perceptions of public, education and access based its institutional policy? What were the possible contributions of MN educators to expanding the Museum's social reach? Does the profile of the public that spontaneously visited the MN in the first two decades of the 21st century confirm the popular character attributed to the institution? Was it possible to identify any diversification of this public in the context of implementing an institutional policy of gratuity? The general objective of the study consisted of researching the ability of the MN to be visited spontaneously by the popular classes. To this end, a bibliographical/documentary investigation about the perceptions of the public, education and access present was carried out, both in the institutional policy of the National Museum, and in the theoretical-practical production of its museum educators. As sources for the research were considered: the regiments, regulations and institutional reports, ministerial reports, publications authored by educators and

scientists of the MN; and articles from newspapers and specialized periodicals. A longitudinal public study was also carried out, with a quantitative approach and descriptive nature, focusing on the investigation of spontaneous visitation to the MN, through the sociodemographic and cultural characterization of its public. The data used was generated by the Observatory of Science and Technology Museums and Centers – OMCC&T. Based on these and considering “free admission” as a variable, an experimental study which sought to verify the occurrence or not of changes in the profile of spontaneous MN visitors was carried out within the scope of a free policy implementation. The discussion revolved around the concepts of Museum Education, Democratization of Culture and Accessibility in Museums. Among its results is the finding that paid admission, adopted by the MN in the early 1980s, coincides with an abrupt drop in its visitation. The museum educators were committed to promoting reflections and practices with the aim of supporting the democratization of the museum, however many of their proposals were not implemented. The audience study revealed recent changes in the socioeconomic profile of the public that spontaneously visited the MN. From a white majority with high income in the years 2005, 2009, 2013, in 2017 there was a majority of black people with low income. The profile of the public that uses the free policy, mostly made up of people with low incomes and self-declared black, has characteristics closer to those of the population of the city of Rio de Janeiro, compared to visitors who entered during paid hours. The level of education remained high and continues to be a hallmark of spontaneous visitors. It was evident the importance of the institution committing to the implementation of an institutional policy aimed at the development of publics.

Keywords: National Museum, Museum Education, Democratization of Culture, Economic Accessibility, Public Studies, Free Entrance

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Ficha entregue ao visitante selecionado para participar da pesquisa .....	45
Figura 2 -	Fotografia do Auditório Roquette-Pinto, do Museu Nacional, que registra a aplicação de questionário na quarta rodada da Pesquisa Perfil Opinião – OMCC&T .....	46
Figura 3 -	Sala Rodrigues Ferreira, uma das oito que compunham a Exposição Antropológica Brasileira: artefatos e aspectos da vida indígena, 1882 .....	74
Figura 4 -	Capa do Guia de Antropologia do Museu Nacional .....	85
Figura 5 -	Cartaz de divulgação do Museu Nacional desenhado por Helios Aristides Seelinger .....	91

Figura 6 -	Reportagem que divulga a atuação de Edgard Roquette-Pinto na direção do Museu Nacional.....	96
Figura 7 -	Postal de estudantes e professores na frente do Museu Nacional (c.1920) .....	98
Figura 8 -	Walter Curvelo faz explicações em visita de estudantes ao Museu Nacional .....	106
Figura 9 -	Organograma do Museu Nacional em 1958, no qual consta Seção de Extensão Cultural passaria a constar a Divisão de Educação .....	109
Figura 10 -	Prof. Victor Stawiarski, Chefe da Divisão de Educação, acompanha crianças na exposição de Paleontologia do Museu Nacional .....	110
Figura 11 -	José Cândido de Melo Carvalho, de jaleco branco, conversa com o Presidente Juscelino Kubitschek na exposição de paleontologia do Museu Nacional em 1958 .....	112
Figura 12 -	Capas de quatro folhetos de divulgação das exposições do Museu Nacional (1959) .....	113
Figura 13 -	Folheto de divulgação de exposição Aves do Brasil (1959) .....	114
Figura 14 -	Visitantes na Exposição de paleontologia do Museu Nacional (1968) .....	117
Figura 15 -	Pessoas aguardam em longas filas para ver a pedra lunar no Museu Nacional (1970) .....	118
Figura 16 -	Folheto da Exposição “A Pedra Lunar” (1970) .....	119
Figura 17 -	Organograma do Museu Nacional considerando o Regimento de 1971 .....	122
Figura 18 -	Folheto do Projeto de Visita Guiadas em parceria com a Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro (Década de 1980) .....	129
Figura 19 -	Fichário com folhetos educativos sobre os Roteiros de Visita Guiada ao Museu Nacional .....	130
Figura 20 -	Frente e verso do folheto Museu Escolar (Década de 1980) .....	131

Figura 21 - Heloísa Alberto Torres e crianças que participaram do Concurso de Desenho Infantil organizado pelo Museu Nacional .....	147
Figura 22 - Vencedor do Concurso de Desenho Infantil organizado pelo Museu Nacional .....	148
Figura 23 - Salão de Conferências do Museu Nacional .....	150
Figura 24 - E. Roquette-Pinto acompanha um grupo de escoteiros em visita ao Museu Nacional .....	151
Figura 25 - Capa do livro “História Natural – Assistência ao Ensino” .....	155
Figura 26 - Fotografia, frente e verso, de Berta Maria Júlia Lutz sentada no Jardim das Princesas do Museu Nacional no Rio de Janeiro, em 1919 .....	158
Figura 27 - Capa do livro “A Função Educativa dos Museus” .....	160
Figura 28 - Capa do opúsculo “A Extensão Cultural nos Museus” .....	165
Figura 29 - Capas das cinco edições da Revista do Museu Nacional .....	169
Figura 30 - Ilustração que retrata o Prof. Victor Stawiarski em uma de suas aulas sobre Educação Sexual .....	177
Figura 31 - Trecho da matéria que denuncia o fim do Curso de Educação Sexual do Museu Nacional .....	181
Figura 32 - Prof. Victor Stawiarski acompanha um grupo pelas exposições do Museu Nacional .....	184
Figura 33 - Victor Stawiarski acompanha um grupo de visitantes no Museu Nacional .....	184
Figura 34 - Prof. Victor Stawiarski aborda o sistema digestivo de um inseto	185
Figura 35 - Prof. Victor Stawiarski com estudantes em uma das salas da Divisão de Educação do Museu Nacional .....	185
Figura 36 - Prof. Victor Stawiarski acompanha jovens estudantes da exposição do Egito Antigo, do Museu Nacional .....	186
Figura 37 - Capa do opúsculo “Da Utilização dos Mostruário de Empréstimo no Ensino de Ciências Naturais” .....	189
Figura 38 - Arte gráfica do banner instalado na fachada do Museu Nacional durante a vigência da política de gratuidade .....	232

Figura 39 - Fila formada pelo público que aguarda a liberação da cobrança de ingresso para visitar o Museu Nacional .....	235
Figura 40 Fila formada pelo público que aguarda a liberação da cobrança de ingresso para visitar o Museu Nacional no último domingo de aplicação da política de gratuidade .....	236

## LISTA DE TABELAS

Número de questionários válidos coletados no Museu Nacional	
Tabela 1 - nas quatro rodadas da Pesquisa Perfil-Opinião .....	43
Distribuição dos questionários válidos do Museu Nacional	
Tabela 2 - referente à quarta rodada da Pesquisa Perfil-Opinião, de	

	acordo os diferentes sujeitos da pesquisa (N=614) .....	48
	Frequência do Museu Nacional, Museu Paulista e Museu	
Tabela 3 -	Goeldi (1894-1907) .....	78
	N° de visitantes mensal do Museu Nacional, considerando	
Tabela 4 -	pagantes, não pagantes e usuários da política de gratuidade	233
	Município de residência dos respondentes do Estado do Rio de	
Tabela 5 -	Janeiro, considerando visitantes de horário pago e visitantes	
	do horário gratuito .....	237
	Distribuição percentual de visitantes moradores da cidade do	
Tabela 6 –	Rio, considerando o horário pago e do horário gratuito, de	
	acordo com a Área de Planejamento em que residem .....	239

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Datas das coletas de dados referentes à quarta rodada da Pesquisa Perfil-Opinião do OMCC&T no Museu Nacional.....	13
Quadro 2 - Documentos que regularam o funcionamento do Museu Nacional nos séculos XIX e XX, de acordo com o ano de publicação .....	59
Quadro 3 - Ministérios aos quais o Museu Nacional já foi vinculado.....	60
Quadro 4 - Matérias publicadas no n.1 da Revista do Museu Nacional, de acordo com título, autor e instituição .....	175
Quadro 5 - Matérias publicadas no n.2 da Revista do Museu Nacional, de acordo com título, autor e instituição .....	176
Quadro 6 - Matérias publicadas no n.3 da Revista do Museu Nacional, de acordo com título, autor e instituição .....	177
Quadro 7 - Matérias publicadas no n.4 da Revista do Museu Nacional, de acordo com título, autor e instituição .....	178
Quadro 8 - Matérias publicadas no n.5 da Revista do Museu Nacional, de acordo com título, autor e instituição .....	179

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 -	Visitação anual do Museu Nacional referente aos anos de 1894-1897 e 1900 .....	78
Gráfico 2 -	Público de visitação anual do Museu Nacional no período de 1901 a 1926 .....	88
Gráfico 3 -	Visitação anual ao Museu Nacional entre os anos de 1927 e 1936 .....	100
Gráfico 4 -	Visitação anual ao Museu Nacional nas décadas de 1940, 1950 e 1960 .....	111
Gráfico 5 -	Visitação anual ao Museu Nacional no ano de 1980 e na década seguinte .....	124
Gráfico 6 -	Público anual de visitantes do Museu Nacional no período de 1999 a 2010 .....	134
Gráfico 7 -	Público anual de visitantes do Museu Nacional no período de 1999 a 2010 .....	135
Gráfico 8 -	Visitação Anual ao Museu Nacional entre 1894 e 2018 com base no método <i>change point</i> .....	141
Gráfico 9 -	Nº de museus existentes no Brasil entre os anos de 1900 e 2020 .....	196
Gráfico 10 -	Distribuição percentual da variável “Sexo” nas quatro etapas da pesquisa Perfil-Opinião OMCC&T do Museu Nacional (N=1.935) .....	219
	Distribuição percentual da variável “Sexo” nas quatro etapas	

Gráfico 11 - da pesquisa Perfil-Opinião OMCC&T do Museu Nacional, por ano (N=1.935) .....	220
Gráfico 12 - Distribuição percentual da variável “Idade” nas quatro etapas da pesquisa a Perfil-Opinião OMCC&T do Museu Nacional, por faixa de idade (N=1.935) .....	221
Gráfico 13 - Distribuição percentual da variável “Idade” nas quatro etapas da pesquisa a Perfil-Opinião OMCC&T do Museu Nacional, por ano (N=1.935) .....	222

-

Gráfico 14	Distribuição percentual da variável “escolaridade” nas quatro etapas da pesquisa a Perfil-Opinião OMCC&T do Museu Nacional, por nível de escolaridade (N=1.935) .....	223
Gráfico 15 -	Distribuição percentual da variável “escolaridade” nas quatro etapas da pesquisa a Perfil-Opinião OMCC&T do Museu Nacional, por ano (N=1.935) .....	224
Gráfico 16 -	Distribuição percentual da variável “cor/raça” nas quatro etapas da pesquisa a Perfil-Opinião OMCC&T do Museu Nacional, por ano (N=1.935) .....	225
Gráfico 17 -	Distribuição percentual da variável “cor/raça” nas quatro etapas da pesquisa a Perfil-Opinião OMCC&T do Museu Nacional, por categoria (branco, preto, pardo, amarelo e indígena) (N=1.935) .....	225
Gráfico 18 -	Distribuição percentual da variável “renda” nas quatro etapas da pesquisa a Perfil-Opinião OMCC&T do Museu Nacional, por ano (N=1.935) .....	226
Gráfico 19 -	Distribuição percentual da variável “renda” nas quatro etapas da pesquisa a Perfil-Opinião OMCC&T do Museu Nacional, por faixa de renda (N=1.935) .....	227
Gráfico 20 -	Distribuição percentual da variável “Fatores que dificultam a visita” nas quatro etapas da pesquisa a Perfil-Opinião OMCC&T do Museu Nacional, por tipo de dificuldade (N=1.935) .....	228
Gráfico 21 -	Distribuição percentual da variável “Fatores que dificultam a visita” nas quatro etapas da pesquisa a Perfil-Opinião OMCC&T do Museu Nacional, por ano (N=1.935) .....	229
Gráfico 22 -	Distribuição percentual da variável “Primeira visita” nas quatro	

	etapas da pesquisa a Perfil-Opinião OMCC&T do Museu Nacional, por ano (N=1.935) .....	230
Gráfico 23 -	Distribuição percentual da variável “Visitas a outros museus nos últimos 12 meses” nas quatro etapas da pesquisa a Perfil-Opinião OMCC&T do Museu Nacional, por ano (N=1.935) .....	231
Gráfico 24	Distribuição percentual (%) dos visitantes do Museu Nacional no período de janeiro de 2017 a abril de 2018, de acordo com a categoria pagante, não pagante e usuário da política de gratuidade (N=228.223) .....	234
Gráfico 25 -	Distribuição percentual da variável “Sexo” na quarta etapa da pesquisa Perfil-Opinião OMCC&T do Museu Nacional, por horário de entrada, em comparação com a população da cidade do Rio de Janeiro .....	240
Gráfico 26 -	Distribuição percentual da variável “Idade” na quarta etapa da pesquisa Perfil-Opinião OMCC&T do Museu Nacional, por horário de entrada, em comparação com a população da cidade do Rio de Janeiro .....	241
Gráfico 27 -	Distribuição percentual da variável “Renda” na quarta etapa da pesquisa Perfil-Opinião OMCC&T do Museu Nacional, por horário de entrada (N=549) .....	242
Gráfico 28 -	Distribuição percentual da variável “Renda” na quarta etapa da pesquisa Perfil-Opinião OMCC&T do Museu Nacional, por horário de entrada, em comparação com a população da cidade do Rio de Janeiro .....	243
Gráfico 29 -	Distribuição percentual da variável “Cor/raça” na quarta etapa da pesquisa Perfil-Opinião OMCC&T do Museu Nacional, por horário de entrada, em comparação com a população da	

	cidade do Rio de Janeiro .....	244
Gráfico 30 -	Distribuição percentual da variável “Escolaridade” na quarta etapa da pesquisa Perfil-Opinião OMCC&T do Museu Nacional, por horário de entrada (N=549) .....	246
Gráfico 31 -	Distribuição percentual da variável “Escolaridade” na quarta etapa da pesquisa Perfil-Opinião OMCC&T do Museu Nacional, por horário de entrada, em comparação com a população da cidade do Rio de Janeiro .....	247
Gráfico 32 -	Distribuição percentual da variável “Primeira visita” na quarta etapa da pesquisa Perfil-Opinião OMCC&T do Museu Nacional, por horário de entrada (N=549) .....	248
Gráfico 33	Distribuição percentual da variável “Visitas a outros museus nos últimos 12 meses” na quarta etapa da pesquisa Perfil-Opinião OMCC&T do Museu Nacional, por horário de entrada (N=549) .....	249
Gráfico 34 -	Distribuição percentual da variável “Fatores que dificultam a visita” na quarta etapa da pesquisa Perfil-Opinião OMCC&T do Museu Nacional, por horário de entrada (N=549) .....	250



## LISTA DE ABERVIATURAS E SIGLAS

<b>AAM</b>	Associação Americana de Museus
<b>ABE</b>	Associação Brasileira de Educação
<b>ABL</b>	Academia Brasileira de Letras (ABL)
<b>AN</b>	Arquivo Nacional
<b>CCBB</b>	Centro Cultural do Banco do Brasil
<b>CFC</b>	Conselho Federal de Cultura
<b>CGEE</b>	Centro de Gestão e Estudos Estratégicos
<b>CPII</b>	Colégio Pedro II
<b>DEMU</b>	Departamento de Museus e Centros Culturais
<b>ENCE</b>	Escola Nacional de Ciências Estatísticas
<b>FBCN</b>	Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza
<b>FBPF</b>	Federação Brasileira pelo Progresso Feminino
<b>FESTIFIC</b>	Festival Interuniversitário de Cultura
<b>FINEP</b>	Financiadora de Estudos e Projetos
<b>FIOCRUZ</b>	Fundação Oswaldo Cruz
<b>FUNAI</b>	Fundação Nacional do Índio
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<b>IBRAM</b>	Instituto Brasileiro de Museus
<b>ICOM</b>	Conselho Internacional de Museu
<b>INCE</b>	Instituto Nacional de Cinema Educativo
<b>INEP</b>	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
<b>IPCA</b>	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo

<b>IPHAN</b>	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
<b>MAC-SP</b>	Museu de Arte Contemporânea de São Paulo
<b>MAST</b>	Museu de Astronomia e Ciências Afins
<b>MCTIC</b>	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações
<b>MEC</b>	Ministério da Educação
<b>MHN</b>	Museu Histórico Nacional
<b>MinC</b>	Ministério da Cultura
<b>MN</b>	Museu Nacional
<b>MV</b>	Museu da Vida Fiocruz
<b>NUMMUS</b>	Núcleo de Memória da Museologia Brasileira
<b>OMCC</b>	Observatório de Museus e Centros Culturais
<b>OMCC&amp;T</b>	Observatório de Museus e Centros de Ciência e Tecnologia
<b>ONICOM</b>	Organização Nacional do Conselho Internacional de Museus
<b>PNAD</b>	Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar
<b>PNEM</b>	Política Nacional de Educação Museal
<b>PNM</b>	Política Nacional de Museus
<b>PPGAS</b>	Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social
<b>REM</b>	Redes de Educadores em Museus
<b>SAE</b>	Seção de Assistência ao Ensino
<b>SEC</b>	Seção de Extensão Cultural
<b>SEMEAR</b>	Seção de Memória e Arquivo
<b>SMASDH</b>	Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos
<b>SPHAN</b>	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
<b>SOP</b>	Seção de Orientação de Público
<b>UB</b>	Universidade do Brasil

<b>UFRJ</b>	Universidade Federal do Rio de Janeiro
<b>UNESCO</b>	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
<b>UNIRIO</b>	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
<b>URJ</b>	Universidade do Rio de Janeiro
<b>URS</b>	Unidade de Reintegração Social

## SUMÁRIO

<b>PRÓLOGO “ DO CHÃO DO MUSEU ATÉ FICAR SEM CHÃO”.....</b>	<b>25</b>
<b>1. INTRODUÇÃO: EDUCAÇÃO MUSEAL E ESTUDOS DE PÚBLICO .....</b>	<b>31</b>
1.1 DO OMCC AO OMCC&T: UMA EXPERIÊNCIA BRASILEIRA EM ESTUDOS DE PÚBLICO NO SÉCULO XXI .....	34
1.2 UM ESTUDO DE CASO DO MUSEU NACIONAL .....	36
1.2.1 Estudo longitudinal: perfil dos visitantes do Museu Nacional no século XXI	43
1.2.2 O público diante da gratuidade: um estudo experimental.....	44
1.3 EDUCAÇÃO MUSEAL E ESTUDOS DE PÚBLICO: UMA RELAÇÃO HISTÓRICA.....	49
<b>2. A EDUCAÇÃO DO POVO NO MUSEU NACIONAL (1818-2018) .....</b>	<b>58</b>
2.1 CURSOS PÚBLICOS PARA O POVO, A EXPOSIÇÃO ANTROPOLÓGICA BRASILEIRA E OS PRIMEIROS REGISTROS DE VISITAÇÃO NOS OITOCENTOS .....	61
2.2 A EDUCAÇÃO DO POVO COMO FUNÇÃO DO MUSEU: REFORMA, NOVAS EXPOSIÇÕES E O PRIMEIRO GRANDE SALTO NA VISITAÇÃO	82
2.3 DIVERSIFICANDO E ESPECIALIZANDO AS PRÁTICAS (1941-1954).	101
2.4 A ASCENSÃO DA EDUCAÇÃO (1958-1971) .....	106
2.5 A PERDA DE <i>STATUS</i> DA EDUCAÇÃO DAS MASSAS, DAS	

EXPOSIÇÕES E DO PÚBLICO .....	120
2.6 O MUSEU NACIONAL E A EDUCAÇÃO MUSEAL NA ÚLTIMA DÉCADA .....	135
<b>3. EDUCADORES MUSEAIS HISTÓRICOS E O ACESSO AO MUSEU</b>	
142	
3.1 EDGARD ROQUETTE-PINTO (1884-1954) .....	
145	
3.2 PAULO ROQUETTE-PINTO (1909 - ?) .....	
154	
3.3 BERTHA LUTZ (1894-1976) .....	
157	
3.4 EDGAR SÜSSEKIND DE MENDONÇA (1896 - 1958) .....	
163	
3.5 PASCHOAL LEMME (1904 – 1997) .....	
167	
3.6 VICTOR STAWIARSKI (1903-1979) .....	
186	
3.7 SOLON LEONTSINIS (1928 – 2005) .....	
187	
3.8 EDUCADORES MUSEAIS E DEMOCRATIZAÇÃO DO MUSEU: UM	
192	
BREVE BALANÇO .....	
<b>4. ACESSIBILIDADE NOS MUSEUS BRASILEIROS E A</b>	
<b>DEMOCRATIZAÇÃO DA CULTURA .....</b>	<b>195</b>
4.1 QUEM (NÃO) VISITA MUSEUS NO BRASIL? .....	
198	
4.2 DEMOCRATIZAÇÃO DA CULTURA, ACESSIBILIDADE MUSEAL E	
GRATUIDADE .....	202
<b>5. VISITANTES ESPONTÂNEOS DO MUSEU NACIONAL NO</b>	
<b>SÉCULO XXI: ENTRE O LONGITUDINAL E O EXPERIMENTAL .....</b>	<b>214</b>

5.1	AFINAL, QUEM VISITA ESPONTANEAMENTE O MUSEU NACIONAL? .....	218
5.2	A POLÍTICA DE GRATUIDADE DO MN E O PERFIL DE SEUS USUÁRIOS .....	231
5.3	– ENTRE O LONGITUDINAL E O EXPERIMENTAL: UMA PROPOSTA DE SÍNTESE.....	251
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	254
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	260

## PRÓLOGO “DO CHÃO DO MUSEU ATÉ FICAR SEM CHÃO”

*Não é ao passado que assistimos consumido pelas  
chamas. Quem queimou ali foi o futuro dos herdeiros  
de Luzia: sem escola, sem museu, sem  
rua.* Luiz Antonio Simas. A cidade vive e  
arde.

Conheci o Museu Nacional (MN) tardiamente. Fui levada até ele por decisão dos alunos do Colégio Pedro II (CPII) com os quais eu trabalhava em um projeto colaborativo. Esse projeto reunia o setor em que eu atuava nos anos 2000, a Coordenação de Educação em Ciências do Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST), e a Professora de Sociologia, Janecleide Aguiar. Em uma manhã ensolarada, caminhando pelo bairro de São Cristóvão com o objetivo de promover a construção coletiva de um diagnóstico socioambiental dele, fui levada pelos estudantes até a Quinta da Boa Vista e, estando lá, fui convencida de que devíamos entrar no Museu. A preocupação de não “perder” nenhum aluno marcou minha experiência no Museu Nacional naquela ocasião. Saí dele com a imagem de um museu labiríntico e confuso. A lembrança mais forte que tenho é a da simpatia da equipe de portaria, que nos franqueou a entrada mesmo sem agendamento prévio, e a da lhama taxidermizada me encarando.

Anos mais tarde, em 3 de fevereiro de 2011, é que eu ingressaria no MN como servidora pública concursada. Desde então, atuo na instituição como Técnica em Assuntos Educacionais, lotada na Seção de Assistência ao Ensino (SAE).

Quando passei a integrar os quadros do MN, apesar de já trabalhar no campo da Educação Museal há uma década, eu pouco sabia sobre aquela instituição e sobre seu setor educativo. No sentido de melhor me situar em meu novo local de trabalho, recorri a estudos que pudessem me oferecer conhecimentos acerca dos públicos do Museu e de sua trajetória no campo educacional.

Uma das primeiras fontes que consultei foi a publicação do Observatório de Museus e Centros Culturais (KÖPTCKE, CAZELLI e LIMA, 2008). Ao me inteirar um pouco mais sobre o perfil do público de visitação espontânea da institui o começou a ficar evidente que a ideia que os servidores do Museu Nacional tinham – e que muitos mant m ainda hoje – de que ele é um espaço museal altamente democrático, o museu

mais acessível às classes populares dentre todos os situados no Rio de Janeiro – talvez não correspondesse exatamente à realidade.

Imediatamente recorri à dissertação de Maria Esther Valente (1995), minha primeira orientadora no MAST, onde atuei como bolsista e chefe do Serviço de Programas Educacionais entre os anos de 2001 e 2010. Esther realizou um importante estudo que buscou melhor entender a relação do Museu Nacional com o público, motivado, naquele momento, pela crescente importância da função educativa dos museus, de seu papel social e das decorrentes obrigações com o público. Por meio das observações feitas para coleta de dados para seu estudo, ela observou que nos anos de 1990, aos domingos, a fila, ainda que pequena, era capaz de fazer com que alguns visitantes hesitassem e se questionassem se de fato valia a pena dispor de uma quantia em dinheiro para visitar o museu.

Desde muito cedo me incomodei com o fato de a instituição não oferecer ao público de visitação espontânea um único dia de visitação gratuita, nem mesmo durante a semana. O acesso sem barreiras econômicas ao MN esteve quase sempre restrito aos dias em que eram realizados eventos como o Aniversário do Museu, o Turismo Cultural no Bairro Imperial, totalizando - quando muito - seis dias ao ano. Sendo assim, a ideia de Museu Nacional de portas abertas, de integração do mesmo com o Parque da Quinta da Boa Vista, amplamente conhecido por seu caráter popular, não era realidade na maior parte dos dias.

Ainda no ano de 2011, participei da Oficina de Estudos de Público em Museus, promovida pelo Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) no Museu Histórico Nacional (MHN). No âmbito da formação ministrada por Rosane Carvalho, fomos convidados a propor um estudo de público para nossas instituições. Nesse sentido, me reuni com colegas de diferentes setores do MN que participavam da oficina - Patrícia Urruzola, Rafael Costa e Sonia Camargo - e elaboramos a proposta intitulada “Os/as visitantes da Quinta da Boa Vista e sua relação com o Museu Nacional”. Participei ativamente da geração de dados para o “estudo” e foi, nesse contexto, que tive algumas das experiências mais marcantes de minha trajetória no Museu Nacional e que culminaram nesse trabalho.

A ida a campo na Quinta da Boa Vista, com caráter exploratório, me levou a compreender que a visita ao Parque não tinha como prioridade o Museu, mas sim o desejo de realizar atividades de lazer ou de visitar o Zoológico. O Museu Nacional era uma instituição conhecida pela maioria dos entrevistados – mas não por todos – e grande parte já o havia visitado há muuuuuito tempo atrás.

Ainda imbuída da missão de gerar dados para o estudo, por volta das 15 horas de um dia de semana, abordei um homem que estava sentado em um dos bancos da Quinta. Seguindo o protocolo, após me apresentar a ele como pesquisadora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), perguntei qual era o motivo da sua ida à Quinta da Boa Vista, ao que ele me respondeu que tinha ido até lá para visitar o Museu. Por razões óbvias, tive que conter minha surpresa acompanhada de enorme alegria por ouvir alguém dizer, finalmente, que sua prioridade era visitar o Museu Nacional. A alegria duraria pouco. Imediatamente perguntei ao mesmo se havia, então, visitado o Museu e ele respondeu que não. Perguntei o motivo, ao que ele disse: - Não visitei, pois não tinha dinheiro para pagar o ingresso. Informou precisamente o valor da tarifa à época, R\$3,00, e complementou dizendo que tentou negociar com a moça da portaria um acesso alternativo ao Museu, mas que não obteve sucesso.

Ao longo da entrevista, descobri que meu interlocutor havia recém-chegado ao Rio de Janeiro e que morava há poucos dias na Unidade de Reintegração Social (URS) Plínio Marcos, órgão da Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos (SMASDH) da Prefeitura do Rio de Janeiro, situado ao lado da Quinta da Boa Vista. No final da entrevista, assim como fiz com todos os entrevistados, entreguei a ele um par de cortesias para que visitasse o MN. Assim que tomou os ingressos em suas mãos, o homem se despediu agradecido e começou a caminhar rapidamente em direção ao Museu. Precisei pedir que esperasse e sugeri que fizesse a visita no dia seguinte, pois o Museu estava perto de fechar e não haveria tempo hábil para uma visita mais atenta. Ele acatou.

O destino quis que alguns poucos dias depois nos reencontrássemos. Logo após nos cumprimentarmos perguntei a ele se havia visitado o Museu e ele disse: - Sim! Duas vezes! Perguntei do que ele mais tinha gostado e ele me surpreendeu ao não falar em dinossauros ou múmias. Disse: -Dos vasos antigos! Animada, ainda lhe perguntei o que havia achado do Museu e lembro como se fosse hoje de suas palavras. O homem me

contou que achava que o Museu Nacional contava a História do Brasil, mas que após visitá-lo ele descobriu que não. O Museu Nacional contava uma história muito maior e mais antiga, é a história do planeta, da vida e de diferentes civilizações. E terminou dizendo – Eu me senti um verdadeiro cientista pesquisando! Eu não passaria incólume por essa experiência.

Desde então, não pude deixar de pensar em quantos tiveram o acesso ao Museu Nacional negado devido à cobrança de ingresso. Nunca mais pude deixar de reconhecer que as greves em defesa da Universidade pública, gratuita e de qualidade ignoravam (ou preferiam não lembrar) que o Museu Nacional é da UFRJ e que o acesso ao mesmo não era gratuito e garantido a todos. A barreira econômica é apenas uma daquelas que acabam por definir quem entra e quem fica do lado de fora e, assim sendo, podia imprimir limites ao caráter público e popular do Museu.

Nesses anos, juntamente com meus colegas da Seção de Assistência ao Ensino, tive que intervir junto à equipe de portaria e vigilância para que duplas de estudantes de escolas públicas municipais, desacompanhados de adultos, pudessem entrar gratuitamente no Museu durante a semana. Também já fui até a portaria para liberar a entrada de famílias que queriam visitar o Museu, mas alegavam não ter recursos suficientes para tal. Em outras ocasiões, mesmo diante de uma política de gratuidade em curso, as barreiras atitudinais se impuseram, e “regras” foram improvisadas no sentido de definir quem não devia visitá-lo.

Ficou, assim, evidente a urgência de se discutir o caráter público e popular do Museu Nacional.

Após o meu ingresso no Doutorado, muita coisa mudou no Museu. Em pouco tempo passei da esfuziante experiência de assistir de perto o Museu Nacional ser ressignificado pelo Carnaval, maior expressão da cultura popular brasileira, ao testemunho de um incêndio devastador ocorrido no dia 2 de setembro de 2018 e que arrancaria de nós, para sempre, “o” Museu, tal como conhecíamos.

A tese dividiu espaço com a urgência de se reinventar o setor educativo e mantê-lo, assim como o próprio Museu Nacional, vivo. Inicialmente sem sala, e depois em instalações precárias, sem mesa ou computador para uso individual, escrevi o projeto de extensão “O Museu Nacional Vive nas Escolas” e ajudei a construir a campanha de

financiamento coletivo que levantou fundos para sua implementação. Muitos domingos foram dedicados, juntamente com os servidores, bolsistas e voluntários da SAE, ao projeto “Encontros com a Comunidade”, iniciado no dia 16 de setembro, apenas duas semanas após o incêndio. As atividades do projeto de extensão “Clube de Jovens Cientistas do Museu Nacional: Ciência na Quinta”, que eu coordenava com a colega Aline Miranda, foram mantidas sem qualquer interrupção...Não houve tempo para o luto, somente para a luta.

As perdas inestimáveis não se restringiriam ao objeto de estudo, local de trabalho, de pesquisa, formação e sonhos. Alcançariam, tempos depois, um importante pilar sobre o qual um trabalho acadêmico dessa ordem se fundamenta - a orientação. A professora Guaracira Gouvêa faleceu no dia 16 de junho de 2020, deixando saudade e uma imenso vazio.

E assim foram os dois anos que marcaram exatamente o período de escrita dessa tese. Me debruçar sobre ela significou sempre ter que lidar com lacunas materiais, humanas e afetivas irreparáveis.

Buscamos aqui apresentar a itinerância profissional da pesquisadora, acompanhada das interfaces entre a sua prática como educadora museal e a construção de seu objeto de estudo. A pesquisa foi atravessada pelo incêndio do Museu Nacional, seu objeto, falecimento da orientadora e pandemia, provocando não só sofrimento e um apagão, mas também novos sentidos e significados para sua realização. Diante das adversidades, a pesquisa teve que ser em parte redesenhada. Sua configuração final é apresentada no primeiro capítulo.

Não se apaga a imagem do fogo devastador impressa para sempre em minhas retinas. Ela não foi para mim televisionada, mas uma experiência geograficamente localizada. Na Quinta da Boa Vista, no dia 2 de setembro de 2018, vivi o martírio de, por horas e totalmente impotente, assistir queimar ciência, educação, memória e história. A luz que irradiou durante a manhã e a tarde naquele domingo ensolarado, no início da noite se fez presente na forma de labaredas e centelhas. Essas flutuavam pelo ar sem qualquer poesia e quase nos alcançavam. O som alegre das crianças que correram pelo gramado e alamedas da Quinta no dia 2 de setembro de 2018, cedeu lugar ao silêncio desolador por vezes interrompido pelo choro desesperado de alguns, entre os quais me

incluo. Em meio às centenas de mensagens no WhatsApp e ligações, a maioria não respondidas ou atendidas, uma ecoa sempre nos meus ouvidos. Era a Sofia e dizia assim: - Dinda, não chora. Eu, Lulu, papai e mamãe construiremos um museu novo para você. No mês seguinte ela começou a cumprir a promessa. Em sua festa de aniversário de 4 anos pediu que os convidados substituíssem presentes por doações em dinheiro ao Museu Nacional.

Ouçõ sempre o sussurrar da promessa da Sofia em meus ouvidos. Se ela disse, quem sou eu para duvidar?! Por ela e por todas as crianças que ainda visitarão o Museu Nacional, seguimos.

## **1. INTRODUÇÃO: EDUCAÇÃO MUSEAL E ESTUDOS DE PÚBLICO**

*O povo, em geral, tem até medo, muitas vezes de se aproximar das Casas do Conhecimento.*  
E. Roquette-Pinto, Notas e Opiniões, 1953.

A Educação Museal é um campo teórico-político-prático que vem sendo construído há cerca de 200 anos no Brasil e sua trajetória pode ser sintetizada com base em três momentos que marcam essa experiência brasileira. A primeira delas é a criação dos museus no século XIX, acompanhada de uma dimensão educativa inerente às próprias instituições museais. O segundo momento diz respeito ao reconhecimento de sua função educativa, a partir da institucionalização de seus processos educativos, sendo a experiência inaugural a criação da Seção de Assistência ao Ensino (SAE) do Museu Nacional (MN) em 1927. Enquanto o terceiro momento, iniciado a partir da década de 1980, é caracterizado pela ampliação de pesquisas acadêmicas e profissionais na área, bem como pela consolidação e convergência de políticas públicas de Educação Museal (COSTA et al., 2020).

Em termos de políticas públicas, uma das mais importantes conquistas dos educadores museais brasileiros foi a Política Nacional de Educação Museal (PNEM), instituída em 2017, por meio de portaria publicada pelo Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM).

A mesma foi desenvolvida nos anos de 2010, de maneira democrática e participativa, a partir da colaboração entre servidores do IBRAM, educadores museais, Redes de Educadores em Museus (REMs), professores, estudantes, dentre outros. A PNEM visa a organizar, desenvolver, fortalecer e fundamentar o campo da Educação Museal no país e se estrutura com base em cinco princípios e em diretrizes distribuídas pelos eixos “Gestão”, “Profissionais, formação e pesquisa” e “Museus e sociedade”.

Uma importante referência para orientar tanto a implementação da referida política, quanto a prática e os debates teóricos da Educação Museal nacional, é o Caderno da PNEM (IBRAM, 2018). Este aborda um breve histórico da Educação Museal no país, narra a construção da PNEM, apresenta uma coletânea de documentos que a delinearam e oferece um glossário com verbetes acerca de termos e conceitos-chave do campo, sendo o de Educação Museal um deles.

A Educação Museal “compreende um processo de múltiplas dimensões de ordem teórica, prática e de planejamento, em permanente diálogo com o museu e a sociedade” (IBRAM, 2017, p. 4). De acordo com a definição conceitual apresentada por Costa et al. (2018, p. 73-74) no Glossário que integra o Caderno da PNEM, a Educação Museal “é

(...) é uma peça no complexo funcionamento da educação geral dos indivíduos na sociedade. Seu foco não está em objetos ou acervos, mas na formação dos sujeitos em interação com os bens musealizados, com os profissionais dos museus e a experiência da visita. Mais do que para o “desenvolvimento de visitantes” ou para a “formação de público”, a Educação Museal atua para uma formação crítica e integral dos indivíduos, sua emancipação e atuação consciente na sociedade com o fim de transformá-la.

Assim, a Educação Museal pode ser entendida como um campo teórico-políticoprático, que por meio dos objetos musealizados, dos processos museais, dos saberes e fazeres, bem como do diálogo, visa a formação crítica dos sujeitos e a transformação social.

Ainda de acordo com Costa et al. (2018, p. 73-74), a Educação Museal entendida

como processo museal e ação profissional específica, difere-se de ações de comunicação e de mediação cultural, por seus objetivos, metodologias e conteúdos próprios, porém sem deixar de ser necessário que seja integrada a essas práticas (2018, p.74).

A PNEM, por meio de seus princípios, orienta que a Educação Museal deve ser reconhecida como função dos museus, juntamente com a preservação, comunicação e pesquisa; e prescreve a existência de um setor de Educação Museal com a mesma equivalência dos demais setores técnicos no organograma dos museus. Fica evidente a compreensão de que a Educação Museal possui especificidades e atribuições que a diferenciam de outros processos que têm lugar no ou a partir do Museu. Assim sendo, ela deve trabalhar de modo colaborativo e não subordinado com outras áreas, precisando gozar de autonomia para a implementação de seus projetos e ações, que são histórica e teoricamente referenciados.

Uma das diretrizes da PNEM para o campo é “Promover, em colaboração com outros setores dos museus, diagnósticos, estudos de público e avaliação, visando à verificação do cumprimento de sua função social e educacional” (IBRAM, 2017). Assim, fica evidente a relevância desse tipo de estudo para o desenvolvimento teórico e prático do campo da Educação Museal.

A trajetória da função educativa dos museus e dos estudos de público e avaliação promovida nesses espaços é altamente relacionada e imbricada. Os museus, assim como a sociedade, vêm ao longo do tempo se transformando e, na medida em que a relação dos primeiros com diferentes segmentos da sociedade foi se consolidando, os estudos de público se modificaram, assumindo tanto novos desenhos, quanto perspectivas inéditas.

O objeto do presente estudo é o Museu Nacional (MN), peça fundamental da História da Ciência, da Educação, da Política e dos Museus brasileiros. Criado em 1818 por D. João VI, o mesmo é uma das primeiras instituições museais e científicas do país, e desde 1946 integra a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Um dos principais focos de interesse desta pesquisa é a trajetória da visitação pública ao MN, partindo de sua criação, em 1818, até o ano de 2018, marcado tanto pelo seu bicentenário, quanto por um incêndio de grandes proporções que atingiu suas exposições e a maior parte de seus laboratórios e coleções, mudando para sempre o curso de sua história.

Além de produzir conhecimento acerca da visitação pública ao Museu Nacional durante 200 anos, buscamos também aqui investigar o perfil sociodemográfico de seus visitantes do presente, por meio de um estudo de público.

No Brasil, os estudos de público tiveram início apenas da década de 1970 e ainda são pouco numerosos, descontinuados, carecem de sistematização e raramente contam com apoio estatístico (CAZELLI, et al., 2019). Considerando que o país ainda não consolidou uma tradição de realização de estudos periódicos e continuados que sejam capazes de subsidiar reflexões acerca da trajetória da prática de visita aos museus, merece bastante destaque a atuação do Observatório de Museus e Centros de Ciência e Tecnologia - OMCC&T. O mesmo, com a Pesquisa Perfil-Opinião, iniciada em 2005 e realizada deste então com intervalos regulares de quatro anos, é responsável pela mais abrangente pesquisa de público de museus já realizada no país.

O Museu Nacional (MN) participou de todas as rodadas da Pesquisa Perfil-Opinião, inicialmente coordenada pelo Observatório de Museus e Centros Culturais (OMCC) e mais recentemente coordenada pelo OMCC&T. Deste modo, é possível, por meio do uso da base de dados da referida rede de pesquisa, traçar o perfil do público que visitou

espontaneamente o mais antigo museu brasileiro nas duas primeiras décadas do século XXI.

No decorrer deste capítulo apresentamos, inicialmente, a rede OMCC&T e sua Pesquisa Perfil-Opinião, cuja base de dados foi utilizada para a realização desse estudo. A seguir descrevemos como se estruturou a presente pesquisa, considerando suas questões, seus objetivos e aspectos metodológicos. Por fim, fazemos uma discussão acerca da interface entre estudos de público em museus e a função educativa dessas instituições.

### 1.1 DO OMCC AO OMCC&T: UMA EXPERIÊNCIA BRASILEIRA EM ESTUDOS DE PÚBLICO NO SÉCULO XXI

O Observatório de Museus e Centros de Ciência e Tecnologia - OMCC&T é herdeiro do anteriormente denominado Observatório de Museus e Centros Culturais – OMCC. Este último foi criado em 2005, a partir de um acordo de cooperação técnica envolvendo o Ministério da Cultura (MinC) e o Ministério da Saúde. Sua construção começou anos antes, com a apresentação de uma proposta preliminar elaborada por pesquisadores do Museu da Vida (MV), da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), no bojo das discussões acerca da implementação da Política Nacional de Museus (PNM). Criada em 2003 por intermédio da atuação do Departamento de Museus e Centros Culturais (DEMU), do Instituto do Patrimônio Histórico Nacional (IPHAN), a PNM previa entre as suas muitas ações, a instalação de um observatório de museus. Entre a proposta preliminar e a criação do Observatório algumas ações foram fundamentais para a sua viabilização, como a Oficina de Petrópolis<sup>1</sup> e a realização de uma pesquisa de campo envolvendo três museus cariocas (CAZELLI, et al., 2019).

O OMCC iniciou sua trajetória a partir da parceria estabelecida entre o Museu da Vida (COC/FIOCRUZ), o Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST/MGT), a Escola Nacional de Ciências Estatísticas (Ence/IBGE) e o Departamento de Museus (IPHAN/MinC), tendo como objetivos:

---

<sup>1</sup> Realizada em 2003, no Museu Imperial, localizado na cidade de Petrópolis (RJ), tendo como tema central de discussão o projeto de implantação do OMCC, inicialmente denominado Observatório de Públicos de Museus (CAZELLI et al., 2019).

---

(i) subsidiar a elaboração e a avaliação de políticas públicas nos campos da cultura, educação, ciência e tecnologia, qualidade de vida, etc; (ii) subsidiar a prática profissional produzindo e reunindo informações que contribuam para a tomada de decisão cotidiana nos museus, relativa a aspectos de gestão, planejamento, definição de projeto cultural, científico, político, educativo e de comunicação; (iii) subsidiar a pesquisa nas áreas da museologia, sociologia, história cultural, educação, entre outras; (iv) promover um espaço de discussão, de reflexão e de divulgação dos resultados das pesquisas e estudos sobre o museu, voltados não só para os especialistas e profissionais, mas também para o visitante e não visitante, ampliando o âmbito do debate sobre a instituição para toda a sociedade (KÖPTCKE et al., 2008, p.15).

A pesquisa Perfil-Opinião foi construída com base em estudos europeus e norte-americanos (CAZELLI et al., 2019). As rodadas do estudo realizadas em 2005<sup>2</sup> e em 2009<sup>3</sup> geraram dados acerca de museus de diferentes tipologias de acervo (museus de arte, etnológicos e de história natural, históricos, militares e de ciência e tecnologia) localizados no Estado do Rio de Janeiro. Inicialmente envolveu museus fluminenses, contudo chegou a experimentar uma expansão, sendo realizada também em museus de Minas Gerais e São Paulo.

Em 2012, a partir de dificuldades de apoio e gerenciamento para dar continuidade ao estudo, o Observatório de Museus e Centros Culturais (OMCC) foi extinto. Diante da possibilidade de interrupção da pesquisa, o Museu da Vida e o MAST se reuniram, acionaram os museus de temática científica parceiros e optaram por dar continuidade ao estudo longitudinal. Os cinco museus de ciências presentes na pesquisa original do OMCC – Museu da Vida, MAST, Museu Nacional, Museu Aeroespacial e Museu do

---

<sup>2</sup> Ao todo 11 instituições participaram da Pesquisa Perfil-Opinião 2005. Foram elas: Museu Aeroespacial, Museu Antônio Parreiras, Museu de Arte Contemporânea, Museu de Astronomia e Ciências Afins, Museu Casa de Rui Barbosa, Museu Histórico Nacional, Museu do Índio, Museu Nacional de História Natural, Museu do Primeiro Reinado, Museu do Universo Planetário da Cidade do Rio de Janeiro). Os resultados da mesma estão publicados em KÖPTCKE, Luciana Sepúlveda; CAZELLI, Sibeles; LIMA, José Matias de. *Museus e seus visitantes: relatório de Pesquisa Perfil-Opinião 2005*. Brasília: Gráfica e Editora Brasil, 2009.

<sup>3</sup> O estudo contou com a participação de 14 instituições e pretendeu acompanhar eventuais modificações nas formas de visita e no perfil de visitantes de dez das onze instituições que participaram da pesquisa em 2005 no Rio de Janeiro e Niterói. Apenas o Museu do Índio não repetiu a pesquisa. Além de realizar a primeira comparação diacrônica, o referido estudo agregou novas instituições como o Museu da República, o Museu Imperial, o Museu Carmem Miranda e a Casa da Descoberta da UFF (KÖPTCKE, 2012a).

Universo/Planetário da Cidade - passaram a formar o Observatório de Museus e Centros de Ciência e Tecnologia, o OMCC&T, viabilizando a realização da rodada de 2013.

---

Em 2016 e 2017 outras instituições passaram a integrar o novo observatório, são elas: o Museu do Meio Ambiente/Jardim Botânico do Rio de Janeiro (Ministério do Meio Ambiente), Museu Ciência e Vida (Fundação Cecierj/Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado do Rio de Janeiro), Museu Naval (Marinha do Brasil) e Espaço Ciência Viva. Estes museus participaram da quarta rodada da pesquisa, realizada em 2017. Em 2018, a Casa da Ciência (UFRJ) passou também a integrar a rede, que em 2020 contava com dez museus de temática científica situados na cidade do Rio de Janeiro e de Duque de Caxias.

As Pesquisa Perfil-Opinião do OMCC&T vem estabelecendo um processo de coleta de informações contínuas, que possibilitam a produção de conhecimento sobre um público específico, registrando o perfil, os hábitos culturais e a opinião de pessoas com 15 anos ou mais em situação de visita espontânea a museus e centros de ciência e tecnologia situados nas cidades do Rio de Janeiro e de Duque de Caxias.

O protocolo adotado na pesquisa sofreu poucas modificações ao longo das quatro rodadas já realizadas, o que garante a comparabilidade dos dados gerados ao longo dos últimos 15 anos. Em todas as rodadas foi utilizado um questionário autoadministrado, que em sua versão mais recente (4ª rodada) é composto por vinte e oito questões distribuídas em quatro blocos: Conhecendo você; Antecedentes e Circunstâncias da Visita; Conhecendo sua opinião sobre o Museu e Conhecendo seus hábitos de visita a museus e centros culturais. O questionário visou a levantar informações acerca do perfil sociocultural do visitante (idade, renda domiciliar mensal, ocupação, escolaridade, local de residência); dos hábitos de visita a museus e centros culturais, dentre outros.

A presente pesquisa se apoia nos dados gerados no Museu Nacional, no contexto da Pesquisa Perfil-Opinião, para responder as suas questões. Estes, e outros aspectos do estudo, são apresentados a seguir.

## 1.2 UM ESTUDO DE CASO DO MUSEU NACIONAL

A presente pesquisa se configurou a partir da articulação entre uma investigação de natureza bibliográfico-documental e um estudo de público.

Os estudos de público, também denominados na literatura de língua inglesa como estudos de visitantes (*visitor studies*)<sup>3</sup>

podem ser descritos como processos de obtenção de conhecimento sistemático sobre os visitantes de museus, atuais ou potenciais, com o propósito de empregar o dito conhecimento na planificação e pôr em marcha atividades relacionadas com os distintos grupos de visitantes (KÖPTCKE, 2012, p.215-216)

Segundo Schiele (2016), os estudos de público hoje compreendem desde a pesquisa sobre comportamento dos visitantes aos estudos sobre a imaginação destes. O autor afirma que, ainda que em sua concepção seja precoce classificar os estudos de público como uma disciplina, alguns autores vêm mostrando que muitos dos pré-requisitos necessários para tal já são por eles preenchidos, como:

- (1) As observações ocorrem dentro de uma área de pesquisa e um campo bem definido de intervenção.
- (2) Os pesquisadores têm interesses comuns (Shettel, 1988).
- (3) Eles desenvolveram um corpo de termos e conceitos genuinamente seus.
- (4) Os estudos sobre visitantes são ministrados de forma abrangente no nível universitário.
- (5) Várias teses de doutorado são escritas sobre o assunto a cada ano.
- (6) Um conjunto de estudos teóricos é sustentado por pesquisas empíricas.
- (7) Os resultados da pesquisa são publicados em revistas especializadas, como *Culture & Musées* na França e *Visitor Studies* nos Estados Unidos.
- (8) Estas revistas são destinadas principalmente a especialistas na área que fazem parte de ambas as redes, nacionais e internacionais (SCHIELE, 2016, p.332)

O estudo de público aqui apresentado pode ser classificado como sendo do tipo investigação, ao passo que “supõe obter novos conhecimentos, contrastar hipóteses e produzir conhecimento que possa ser generalizado, e caracterizam-se por estudos teóricos” (STUDART, ALMEIDA; VALENTE, 2003, p.136). De acordo com as referidas autoras, esse tipo de estudo, de caráter teórico e acadêmico, busca, por exemplo, conhecer o público visitante e visitantes não habituais (perfil, gostos, hábitos e

---

<sup>3</sup> Segundo Schiele (2016), o termo “avaliação de museu” (*museum evaluation*) foi mais comumente utilizado até a década de 1980, tendo sido substituído pelo termo “estudos de visitantes” (*visitor studies*).

características demográficas e socioeconômicas) e contribuem para a compreensão das práticas culturais dos frequentadores e daqueles que não o frequentam, aspectos que nos interessam particularmente nessa pesquisa.

---

As pesquisas sobre o público e as práticas empreendidas pelos museus consistem em uma ação estratégica para promover um espaço de escuta, de reflexão e de avaliação, construindo conhecimento capaz de subsidiar tanto as decisões cotidianas de gestão institucional como a compreensão dos processos de apropriação social da cultura e a elaboração de políticas públicas para o setor (KÖPTCKE, CAZELLI, LIMA, 2008, p.13). Nesse sentido, fica evidente a relevância da realização desses estudos, que possibilitam conhecer os visitantes, as diferentes formas de visita, como também os visitantes potenciais e os públicos não habituais dos museus.

Realizamos um estudo de natureza descritiva, cujo foco essencial consistiu na investigação da visita espontânea ao Museu Nacional, por meio da caracterização sociodemográfica e cultural de seu público. Nesse sentido, os sujeitos da pesquisa são especificamente aqueles que compõe o público de visita espontânea do Museu Nacional. Esse segmento de público visitante de um museu é assim caracterizado tendo como critério “o aspecto de autonomia social dos indivíduos em relação ao evento ao qual ele se expõe” (CAZELLI *et al.*, 2015). Em relação aos demais públicos - de visita programada e de visita estimulada - o visitante espontâneo é aquele que apresenta o maior grau de autonomia em relação à visita, ao passo que não depende da intervenção direta de outras instituições (escola, igreja ou do próprio museu) para que a mesma ocorra. Esse era o público mais numeroso do Museu Nacional, correspondendo, em média, à 75% de seus visitantes nos anos de 2010.

Considerando que a presente pesquisa buscou o aprofundamento da descrição de uma determinada realidade - a visita espontânea ao Museu Nacional – esta foi classificada como um estudo de caso. Assim sendo, dada a natureza do estudo, não se busca a generalização dos resultados obtidos, entendendo que os mesmos são válidos apenas para a realidade pesquisada.

Para seu desenvolvimento optou-se pela abordagem quantitativa, lançando mão de uma análise estatística (TRIVIÑOS, 2007). Foi realizado, ainda, um estudo experimental, considerando a “gratuidade do ingresso” como variável e que buscou

verificar a ocorrência ou não de mudanças do perfil dos visitantes espontâneos do Museu Nacional no âmbito da implementação de uma política institucional de gratuidade.

O estudo foi desenvolvido com vistas a discutir o seguinte **problema**: Que relações podemos estabelecer entre as características sociodemográficas do público de visitação espontânea do Museu Nacional e os limites e potencialidades da atuação dessa instituição enquanto espaço de educação acessível às camadas populares no século XXI?

Nesse sentido, buscou-se responder às seguintes **questões de pesquisa**: Como se delinearam as práticas de visita ao Museu Nacional ao longo de sua trajetória bicentenária? Quais as percepções de público, educação e acesso embasaram sua política institucional? Quais foram as possíveis contribuições dos educadores do Museu Nacional para as discussões ou para a efetiva ampliação do alcance social da instituição? O perfil do público de visitação espontânea do MN nas duas primeiras décadas do século XXI confirma o caráter popular atribuído à instituição? Foi possível identificar alguma diversificação do público de visitação espontânea do Museu Nacional no contexto da implementação de uma política institucional de gratuidade?

Nesse sentido, realizamos um estudo cujo objetivo geral foi pesquisar a capacidade do Museu Nacional em promover a visitação espontânea das camadas populares a esse espaço de Educação e Cultura.

Figuraram como **objetivos específicos** do presente estudo:

1. Pesquisar as percepções de público, educação e acesso presentes na política institucional do Museu Nacional, na produção bibliográfica e nas práticas educacionais dos educadores museais da instituição
2. Analisar o perfil socioeconômico e cultural dos visitantes espontâneos do Museu Nacional ao longo das duas primeiras décadas do século XXI.
3. Investigar se houve diversificação do perfil socioeconômico e cultural do público de visitação espontânea do MN no contexto da implementação de uma política de gratuidade.

A **justificativa** para se realizar esse estudo se deve ao fato de o Museu Nacional ser amplamente identificado como um museu popular. Contudo, ainda hoje estudos de público realizados em museus de ciência cariocas e pesquisas acerca dos hábitos

culturais dos moradores da cidade do Rio de Janeiro e de habitantes de outras cidades brasileiras, revelam que a prática de visita a museu está fortemente relacionada ao nível de escolaridade dos sujeitos, sendo os museus visitados por uma maioria composta por pessoas com ensino superior completo e pós-graduação, nível de escolaridade alcançado por uma minoria de brasileiros. A renda domiciliar é outro fator que influencia a realização de visita a museus, prática cultural mais relacionada às pessoas das classes A e B, enquanto a maior parte da população se concentra entre as classes C e D/E, além de ser mais frequente entre os brancos. Nesse sentido, a ideia de um museu considerado tradicional ortodoxo frequentado pelas camadas populares, no Brasil, e comprometido com a educação desse segmento da população contraria os resultados de pesquisas acerca dos públicos dos museus no país.

Sua localização na Quinta da Boa Vista, espaço amplamente frequentado pela população do município do Rio e adjacências e, inclusive, pelas camadas mais populares, o diferencia de grande parte das instituições museológicas, criando a expectativa de que o mesmo seja visitado por diferentes segmentos da população, inclusive por aqueles que não costumam visitar outros museus.

Assim sendo, entendemos como relevante a promoção de uma pesquisa acerca do Museu Nacional, a instituição museal que possui a mais longa trajetória no Brasil, tendo atravessado mais dois séculos de história até os dias de hoje. Como bem colocado por Valente (1995, p.110), o caráter de antiguidade da instituição “lhe confere o aspecto da continuidade de visitação pública”, tornando o estudo mais significativo e relevante. Outro aspecto que o torna mais pertinente diz respeito à inexistência de análises referentes às possíveis repercussões da cobrança de ingresso nas chances de acesso das camadas populares ao Museu Nacional.

A primeira parte da pesquisa consiste em uma investigação de natureza bibliográfico-documental acerca das percepções de público, educação e acesso presentes tanto na política institucional do Museu Nacional, quanto na produção bibliográfica e nas práticas educacionais dos educadores museais da instituição. Para essa discussão foram utilizadas como fontes para a pesquisa os regimentos e regulamentos institucionais, relatórios do Museu Nacional, relatórios Ministeriais,

publicações que têm como autores educadores e cientistas do Museu Nacional e artigos de periódicos especializados.

Serviram, ainda, como fontes históricas para o estudo um conjunto de matérias sobre o Museu Nacional, veiculadas na mídia impressa, em sua maioria jornais. O jornal impresso foi importante tanto no sentido de nos oferecer dados referentes a períodos que careciam de outras fontes, mas também no sentido de nos possibilitar vislumbrar as ideias em torno do Museu Nacional disseminadas em diferentes momentos de sua trajetória, ajudando a conformar percepções sobre o Museu. A análise do material se deu a partir da compreensão da atuação da imprensa como força política, meio de formação de opinião e como mediadora social (LEITE, 2015). As matérias foram localizadas em consulta à Hemeroteca Digital Brasileira<sup>4</sup>, da Biblioteca Nacional. O portal permite que as pesquisas sejam feitas por título, período, edição, local de publicação e palavras-chave. No nosso caso foram utilizados os períodos compreendidos pelo recorte da pesquisa e as seguintes palavras-chave: Museu Nacional, Museu Nacional da Quinta, Edgard Roquette-Pinto, Victor Stawiarski.

A etapa empírica desse estudo compreendeu, tanto a realização de uma pesquisa do tipo *survey*, quanto a de um estudo experimental. A pesquisa de levantamento possui corte longitudinal e caráter descritivo, tendo sido desenvolvida a partir da base de dados composta pelas informações coletadas junto aos visitantes espontâneos do Museu Nacional nas quatro rodadas da Pesquisa Perfil-Opinião, realizadas pelo Observatório de Museus e Centros de Ciência e Tecnologia (OMCC&T) entre os anos de 2005 e 2017. Sua realização buscou investigar e explicitar perfil demográfico, social, cultural e econômico, hábitos, opiniões, bem como os padrões de comportamento dos visitantes espontâneos do Museu Nacional ao longo das duas primeiras décadas do século XX.

O estudo experimental realizado buscou investigar a ocorrência ou não de mudanças no perfil socioeconômico e cultural do público de visitação espontânea do MN no contexto de implementação de uma política de gratuidade (janeiro de 2017 a maio de 2018). Para sua realização foram utilizados os dados gerados pelo Museu Nacional no âmbito da 4ª rodada da pesquisa Perfil-Opinião do OMCC&T, haja vista que sua

---

<sup>4</sup> Portal que disponibiliza para consulta jornais, revistas, anuários, boletins e publicações seriadas brasileiras. Ver: <https://www.bn.gov.br/explore/acervos/hemeroteca-digital>

realização se deu durante a vigência das referidas políticas institucionais. A seguir apresentamos o detalhamento metodológico de ambos os estudos empíricos.

---

### 1.2.1 Estudo longitudinal: perfil dos visitantes do Museu Nacional no século XXI

Como pesquisadora integrante da rede OMCC&T desde 2013, venho participando ativamente tanto das discussões acerca dos protocolos de pesquisa adotados na Pesquisa Perfil-Opinião, como da coleta de dados no Museu Nacional, elaboração de publicações que socializam os achados do referido estudo e do processo de consolidação do próprio Observatório, que passa pela continuidade e regularidade dos trabalhos e também pela diversificação dos estudos realizados.

Partindo da base de dados do OMCC&T<sup>5</sup>, considerando as quatro tomadas de dados já realizadas no Museu Nacional - 2005, 2009, 2013 e 2017<sup>6</sup> - foi possível realizar um estudo longitudinal que traçou o perfil socioeconômico e cultural do público de visitação espontânea do mesmo nas duas primeiras décadas do século XXI. O estudo longitudinal se caracteriza pela coleta de dados em tempos diferentes, sendo que aqui foi realizado um estudo de tendência, por meio do qual se verificou junto a pessoas diferentes, mas representativas da mesma população - visitantes espontâneos maiores de 15 anos do Museu Nacional - a existência ou não de mudanças em relação em relação ao seu perfil socioeconômico e cultural ao longo do tempo.

As quatro rodadas da pesquisa Perfil-Opinião realizadas no Museu Nacional geraram um total de 1935 questionários válidos.

---

<sup>5</sup> A Resolução 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, em seu artigo primeiro, parágrafo único, inciso I, instrui que “não serão registradas nem avaliadas pelo sistema CEP/CONEP pesquisas de opinião pública com participantes não identificados” (s/p). Portanto, para a realização da Pesquisa Perfil-Opinião do OMCC&T não se fez necessária a submissão ao Comitê de Ética.

<sup>6</sup> Os dados referentes à 4ª rodada da Pesquisa Perfil-Opinião, também denominada rodada de 2017, foram gerados ao longo dos anos de 2017 e 2018 em diferentes instituições participantes da rede OMCC&T, entre as quais se inclui o Museu Nacional.

Tabela 1: Número de questionários válidos coletados no Museu Nacional nas quatro rodadas da Pesquisa Perfil-Opinião

**Amostra da Pesquisa Perfil-Opinião do Museu Nacional**

<b>Ano da tomada de dados</b>	<b>Quantitativo de questionários válidos</b>
2005	331
2009	585
2013	405
2017	614
<b>Total</b>	<b>1.935</b>

Fonte: Observatório de Museus e Centros de Ciência e Tecnologia (OMCC&T)

Na base OMCC&T, os dados das questões fechadas dos questionários são conferidos e tabulados por meio do software Microsoft Excel® e analisados pelo IBM *Statistical Package for Social Science - SPSS®*. A partir dela, procedeu-se à elaboração da Frequência Relativa Simples das respostas dadas pelos visitantes do Museu Nacional às questões referentes ao perfil dos visitantes, à prática de visita a museus e antecedentes e circunstâncias da visita. Assim, foi possível traçar o perfil demográfico, social, cultural e econômico, hábitos, opiniões, bem como os padrões de comportamento dos visitantes espontâneos do Museu Nacional no início do século XXI, observando transformações em algumas de suas características e buscando inferir as possíveis causas das mesmas.

### 1.2.2 O público diante da gratuidade: um estudo experimental

Em 2017 o Museu Nacional passou a implementar uma política de gratuidade. O modelo implementado entre janeiro de 2017 e abril de 2018 possibilitava a visitação gratuita em todos os dias da semana, a partir de 1 hora antes do fechamento da instituição. A proposta foi apresentada pela Comissão de Exposições do Museu Nacional à Congregação, em 2016, e aprovada em caráter provisório e experimental.<sup>7</sup>

Desse modo, a quarta tomada de dados do OMCC&T (2017) foi realizada durante a vigência dessas políticas, algo que ainda não havia ocorrido nessa instituição no período de realização da Pesquisa Perfil-Opinião. Assim, considerando o elemento novo, associado a um dos objetivos dessa pesquisa, que é o de investigar a ocorrência ou não de uma diversificação do perfil socioeconômico e cultural dos visitantes espontâneos do Museu Nacional diante da implementação de uma política de gratuidade, promoveu-se a geração de dados no âmbito da rodada 2017 de modo a garantir que tanto aqueles obtidos junto visitantes espontâneos que visitaram o Museu Nacional no horário pago pudessem ser analisados separadamente daqueles que o fizeram no horário gratuito.

Considerando o elevado afluxo de visitantes ao Museu Nacional, a geração de dados para o estudo se deu por amostragem probabilística, assim como também ocorrera nas rodadas anteriores. Para tanto foi usada uma seleção aleatória e sistemática, com intervalo de amostragem de cinco em cinco visitantes e ponto aleatório de partida, conforme definida de modo a permitir estimação de médias e variâncias populacionais com pequena margem de erro, mesmo nas tabulações cruzadas. Assim, a seleção de possíveis participantes do estudo se deu de maneira a ampliar as chances de garantir a representatividade da amostra junto à população de referência (KÖPTCKE, CAZELLI, LIMA, 2008).

Os indivíduos foram selecionados de acordo com intervalo definido, tendo como ponto de referência a roleta que se localizava na portaria do Museu e pela qual passavam todos os visitantes. Com base nesse intervalo, os indivíduos foram abordados pela

---

<sup>7</sup> Em maio de 2018 o Museu Nacional deu início à implementação de um outro modelo de política de gratuidade vigente até a data do incêndio, setembro de 2018. A mesma possibilitava o acesso gratuito ao Museu Nacional no segundo domingo de cada mês.

pesquisadora ou por membros da equipe do Museu Nacional e convidados a participar do estudo.

Aos selecionados era entregue uma ficha que deveria, ao final da visita, ser apresentada no local reservado ao preenchimento do questionário, o Auditório Roquette-Pinto, situado no andar térreo, a poucos metros da porta de acesso (entrada e saída) do

Museu Nacional. As fichas entregues aos visitantes que acessaram o MN no horário pago e no horário de visitação gratuita possuíam cores diferentes. Com base na cor da ficha era possível identificar se o respondente era usuário ou não da política de gratuidade. A informação era, também, confirmada junto ao mesmo no ato da aplicação do questionário.

Figura1 – Ficha entregue ao visitante selecionado para participar da pesquisa



Fonte: A autora (2020)

O instrumento de pesquisa, assim como os procedimentos metodológicos adotados para a realização da presente investigação foram os mesmos utilizados para o desenvolvimento dos estudos OMCC&T.

Seguindo o protocolo do OMCC&T, se fez necessário reservar um local para a aplicação da pesquisa. O local reservado para esse fim no Museu Nacional, o Auditório Roquette-Pinto, foi devidamente sinalizado e organizado para o acolhimento do respondente em potencial. No Auditório os participantes encontraram um ambiente climatizado com ar-condicionado, cadeira com apoio de braço para escrever, água e café. Também foi disponibilizado aos participantes, como brinde, uma caneta personalizada com o tema 200 anos do Museu Nacional.

Para a coleta de dados foram utilizados *tablets*, com questionário em formato digital desenvolvido no software *FormSus* (Plataforma DataSus/ Ministério da Saúde), assim como também questionários em formato impresso. Esses últimos foram disponibilizados para o caso de preferência por parte dos visitantes, mas também para uso diante de uma possível indisponibilidade do equipamento e de conexão à internet. A maior parte dos respondentes aderiu ao uso de *tablets*, agilizando o processo de coleta de dados e diminuindo as chances de erro, ao passo que as informações foram inseridas na base pelos próprios respondentes, sem a participação de intermediários. No caso dos dados coletados por meio do questionário impresso, estes foram inseridos posteriormente pela pesquisadora na plataforma.

Figura 2 – Fotografia do Auditório Roquette-Pinto, do Museu Nacional, que registra a aplicação de questionário na quarta rodada da Pesquisa Perfil-Opinião – OMCC&T



Fonte: A autora

Os questionários em papel foram impressos em cores diferentes, com vistas a diferenciar os aplicados aos visitantes que fizeram uso da gratuidade daqueles respondidos pelos demais respondentes. Para uso exclusivo da pesquisadora, os *tablets* contavam com dois links para o questionário, sendo um vinculado à base que reuniu as

respostas dadas pelos visitantes do horário pago e o outro à base que armazenou os dados gerados por meio da participação daqueles que visitaram o museu no horário pago.

A amostra para o presente estudo foi dimensionada de tal forma que o número de questionários válidos resultante possibilitasse estimativas de proporções da população de visitantes espontâneos do MN nos dois horários já informados, que possuem determinados atributos com precisão absoluta preestabelecida de 3,3%, obtendo, assim, um nível de confiança de 95% (KÖPTCKE, CAZELLI, LIMA, 2008, p.20).

Os dados foram coletados no Museu Nacional nos meses de outubro e dezembro de 2017 e em março, abril, maio e julho de 2018. Ao todo foram dezessete dias de coleta de dados, sendo 9 domingos.

Quadro 1: Datas das coletas de dados referentes à quarta rodada da Pesquisa Perfil-Opinião do OMCC&T no Museu Nacional

<b>Mês/ano</b>	<b>Dia</b>
Setembro/2017	29 (domingo)
Outubro/2017	18 (quarta), 22 (domingo)
Novembro/2017	5 (domingo) e 7 (terça)
Dezembro/2017	10 (domingo) e 13 (quarta)
Março/2018	11 (domingo), 17 (sábado), 21 (quarta), 23 (sexta) e 25 (domingo)
Abril/2018	4 (quarta), 8 (domingo), 18 (quarta), 25 (quarta) e 29 (domingo)
Maió/2018	4 (sexta)
Julho/2018	8 (domingo) e 10 (terça)

Fonte: Elaborado pela autora (2021)

A aplicação dos questionários nas referidas datas gerou um total de 614 questionários, tendo sido 322 deles respondidos por visitantes que acessaram o MN no horário pago, em que havia cobrança de ingresso, e 292 respondidos por pessoas que acessaram o MN no contexto da implementação de uma das políticas de gratuidade promovidas pela instituição. Destas, 227 entraram no MN no horário de implementação do primeiro modelo de política de gratuidade (janeiro de 2017 a abril de 2018) e 65 acessaram o MN no dia reservado para a implementação da entrada gratuita, de acordo

com o segundo modelo de política de gratuidade promovido pela instituição a partir de maio de 2018.

Considerando as diferenças importantes entre os dois modelos de política de gratuidade implementados no Museu Nacional no período de coleta de dados para a 4ª rodada do OMCC&T e o fato de grande parte dos dados terem sido gerados durante a vigência do primeiro modelo, optamos por desconsiderar no estudo experimental as informações obtidas por meio dos 65 questionários respondidos pelo público espontâneo em visita ao Museu Nacional no dia 8 de julho de 2018 (domingo inteiro gratuito). Assim, o estudo experimental se baseou nas respostas dadas por meio do preenchimento de 851 questionários.

Tabela 2 - Distribuição dos questionários válidos do Museu Nacional referente à quarta rodada da Pesquisa Perfil-Opinião, de acordo os diferentes sujeitos da pesquisa (N=614)

<b>Sujeitos da pesquisa</b>	<b>Questionários válidos</b>
Público espontâneo em visita no horário pago	322
Público espontâneo em visita no horário gratuito	227
Público espontâneo em visita no horário de gratuidade (modelo implementado a partir de maio de 2018)	65
<b>Total</b>	<b>614</b>

Fonte: Elaborado pela autora (2021)

Por meio dos questionários aplicados, procedeu-se o levantamento do perfil socioeconômico e cultural dos visitantes espontâneos do Museu Nacional, comparando os dados relativos aos visitantes que fazem uso do Museu em seu horário “regular” e aqueles que o visitam durante o período em que é implementada a política de gratuidade. Desse modo, foi possível verificar se os usuários da política de gratuidade, em maior ou menor grau, se diferenciam daqueles que já visitavam o Museu, aspecto de fundamental importância para responder às questões que nos colocamos no contexto desta pesquisa.

Assim, **neste capítulo 1** concluímos a delimitação do objeto de estudo, por meio da apresentação do problema da pesquisa, bem como de seus objetivos, aspectos metodológicos e de sua justificativa. Buscou-se evidenciar a relação entre os estudos de

público e a Educação Museal, assim como a importância desse tipo de pesquisa para a construção tanto de políticas públicas nos campos museal e educacional, quanto para a avaliação das políticas institucionais.

O **capítulo 2** aborda a trajetória da visitação pública ao Museu Nacional ao longo de seus dois séculos de existência. Por meio da análise de regulamentos, regimentos, relatórios institucionais, de artigos de periódicos especializados e de comunicação de massa, buscou-se investigar o lugar do público no Museu Nacional.

No **capítulo 3**, apresentamos uma discussão acerca das ideias referentes à função educativa do Museu Nacional e das práticas educativas apresentadas e ou empreendidas por diferentes educadores vinculados à instituição. Desse modo, buscamos identificar as possíveis contribuições desses educadores para as discussões ou para a efetiva ampliação do alcance social da instituição.

No **capítulo 4** articulamos os resultados de pesquisas populacionais realizadas no Brasil e que evidenciam o distanciamento da população brasileira da prática de visita a museus, apresentamos uma discussão teórica, tendo como foco os conceitos de Democratização Cultural e Acessibilidade Museal.

No **capítulo 5** são apresentados os resultados das análises empíricas desenvolvidas no âmbito da pesquisa. A partir da base de dados do Observatório de Museus e Centros Culturais (OMCC), substituído pelo Observatório de Museus e Centros de Ciência e Tecnologia (OMCC&T), apresentamos um estudo longitudinal com foco no perfil do público de visitação espontânea do Museu Nacional, considerando os anos de 2005, 2009, 2013 e 2017. Os dados coletados na última rodada (2017) foram gerados durante a vigência de uma política de gratuidade implementada no Museu Nacional e tratados de acordo com os objetivos da presente pesquisa. Promoveu-se a comparação entre o perfil do público pagante e o do público usuário da referida política.

### 1.3 EDUCAÇÃO MUSEAL E ESTUDOS DE PÚBLICO: UMA RELAÇÃO HISTÓRICA

Considerando que a presente pesquisa foi desenvolvida no campo da Educação, parece pertinente evidenciar a relação dos estudos de público em museus com o mesmo. Por meio de uma breve apresentação da trajetória histórica dos estudos de público é

possível constatar que esses estudos e a Educação Museal, de modo mais específico, vêm se influenciando mutuamente.

O início da avaliação dos/nos museus remonta ao final do século XIX e início do século XX, período marcado pela ampliação do caráter público dessas instituições e pelo consequente surgimento das primeiras críticas às mesmas. Nesse momento surgiram experiências de institucionalização da educação nos museus, até então inéditas, por meio da criação de setores educativos permanentes, marco do reconhecimento de sua função educativa. Na Europa, em 1880, foi criado o setor educativo do Museu do Louvre e logo depois, ainda na mesma década, o *Victoria and Albert Museum* faria o mesmo (SEIBEL-MACHADO, 2009). Também fora da Europa se registra iniciativa no mesmo sentido, como prova a criação, em 1884, do Departamento de Instrução Pública do Museu Americano de História Natural, situado em Nova Iorque (SAUNDERS, 1956). Foi nesse mesmo ano que se registrou, na Inglaterra, o primeiro estudo formal sobre visitantes de museu, publicado por Henry Hugh Higgins<sup>8</sup> em *Museums of Natural History* (KÖPTCKE e PEREIRA, 2010). Higgins, curador do *Free Public Museum of Liverpool*, lançou mão do método da observação para compreender o uso que o público fazia dos elementos do museu (LORESECHA, 2016).

Entre os anos de 1910 e de 1930, as pesquisas de avaliação nos museus passam a ocorrer de maneira sistemática. Tais estudos emergem, não à toa, nos Estados Unidos, nos quais os museus, desde meados do século XIX, vinham sendo amplamente criados dentro de uma perspectiva que privilegiava uma abordagem didática (GOB e DROUGET, 2019)<sup>9</sup>. De acordo com Schiele (2016), o início do século XX é marcado por uma crítica contundente ao trabalho realizado até aquele momento pelos museus estadunidenses.

---

<sup>8</sup> No obituário de Higgins, publicado em 1893, lhe é atribuída a ideia de exibir os espécimes de modo tão simples “que as pessoas de educação comum pudessem apreciá-los”. Com esse objetivo é que o mesmo teria publicado o livreto “Museum Talk about Animals which have no Bones”, amplamente utilizado como uma espécie de guia pelos visitantes. O mesmo teria se popularizado, contando com seis edições, alcançando 36.000 cópias (Obituary—The Rev. Henry Hugh Higgins, M.A, 1893). Mais uma evidência de sua relação com a função educativa dos museus é a sua publicação “Proposed circulation museum for schools and other educational purposes” (1884). Ver: *Geological Magazine*, Volume 10, Issue 8, august 1893 , p. 380-384) - <https://www.cambridge.org/core/journals/geological-magazine/article/rev-henry-hughhiggins-ma/54EA61FCC7961C59C44FCF0263137D07>

<sup>9</sup> Um indicativo disso é o fato de o Museu Americano de História Natural ter levado apenas 15 anos, a partir de sua criação em 1869, para institucionalizar a educação naquela instituição, por meio da criação do seu já citado Departamento de Instrução Pública.

Um dos principais nomes desse movimento que apontava o fracasso dos museus no que se refere ao cumprimento de sua função educativa foi John Cotton Dana, que defendera que os museus deveriam ser lugar de pensamento vivo, e não templos, palácios e cemitérios de antiguidades.

---

Benjamin Gilman, do Museu de Belas Artes de Boston, publicou em 1916 o trabalho intitulado “Fadiga Museal”. O estudo consistiu na realização de perguntas a um visitante acerca de objetos expostos, em especial sobre aqueles localizados em níveis superiores ou inferiores e em vitrines. No ato de respondê-las, o visitante era fotografado. Assim, o pesquisador discorreu acerca dos elementos relacionados ao fenômeno da “fadiga museal”, apontou limites referentes ao desenho adotado nas exposições e concluiu que era necessário exibir menos objetos. Para Gilman (1916), os métodos adotados na exibição dos objetos constituíam um obstáculo “ao cumprimento adequado pelos museus da função pública que pretendem desempenhar” (p. 62). Alguns consideram que o estudo desenvolvido por Gilman seria o primeiro estudo de público, ao passo que foi o primeiro a fazer do visitante da instituição seu objeto de investigação (SCHIELE, 2016). Já para Loresecha (2016), as primeiras investigações aplicadas ao fenômeno da Educação Museal são também os primeiros estudos de público de museus. De acordo com a autora, as pesquisas realizadas nas décadas de 1920 e 1930 se desenvolveram ancoradas na psicologia behaviorista e conducionista, com métodos próprios e que promoviam a aplicação de técnicas de observação já empregadas nas pesquisas etnográficas e sociológicas.

Os estadunidenses E. S. Robinson, professor da Universidade de Yale, juntamente com A. W. Melton, seu orientando e posteriormente pesquisador associado da Associação Americana de Museus (AAM), inauguraram em 1925 seus estudos, que tinham como foco o comportamento dos visitantes de museus. Promoveram um programa de pesquisa de dez anos de duração envolvendo importantes instituições, como o Museu de Ciência de Buffalo e o Museu de Arte da Pensilvânia. Passada uma década, os achados foram publicados em *“Problems of installation in museums of art”* (1935)

(MUNLEY, 1988)<sup>10</sup>. Foram os primeiros pesquisadores a aplicar de maneira metódica os acompanhamentos na sala. Observaram e mediram o tempo que os visitantes dedicaram à cada obra, bem como número de paradas realizadas. Concluíram que os visitantes não seguem o percurso proposto pelo museu, que os seus interesses pessoais influenciam a sua visita e a forma como os conteúdos da exposição são

---

captados e a oportunidade única de aprendizagem de um museu só tem um impacto real se as exposições e programas forem inovadores (LORESECHA, 2016).

Eidelman e Roustan (2014) se referem ao objeto de estudo das pesquisas empreendidas no período (1910-1930) como “ergonomia do suporte de visitação”. Nesse contexto, as referidas autoras afirmam que foram gerados saberes que passaram a orientar o tamanho dos textos expositivos e a disposição de painéis nas exposições, por exemplo. Os estudos que se voltaram ao público em geral, identificaram a capacidade de atração e retenção de dispositivos, bem como delimitaram três fases constitutivas da visita, o despertar, o ponto máximo e o declínio referentes ao interesse dos visitantes. Já aqueles que tinham como foco o público escolar ofereceram contribuições para a preparação das visitas educativas, os efeitos de uma visita na aquisição de saberes escolares e a comparação entre estilos de mediação humana e suas vantagens.

Apesar dos estudos pioneiros terem como motivação registrar o papel educativo do museu e a capacidade dos museus em informar e instruir um público diversificado (KÖPTCKE e PEREIRA, 2010), eles ficaram limitados a verificar as áreas mais visitadas das exposições (STUDART, ALMEIDA e VALENTE, 2003). Se por um lado revelaram a inadequação da técnica da observação para avaliação da aprendizagem, por outro demonstraram as possibilidades de aplicação prática e de melhoria das exposições por meio dos estudos de público (LORESECHA, 2016). Influenciaram, assim, a gestão dos museus, ao evidenciar que para que os objetivos educacionais fossem alcançados era fundamental se considerar as necessidades e características dos públicos na concepção de exposições (KÖPTCKE e PEREIRA, 2010).

---

<sup>10</sup> Uma lista dos estudos pioneiros realizados por Melton e Robinson foi elaborada pela revista Visitor Behavior, em 1988. Ver: [https://www.informalscience.org/sites/default/files/VSA-a0a2i2-a\\_5730.pdf](https://www.informalscience.org/sites/default/files/VSA-a0a2i2-a_5730.pdf)

Além-Atlântico, na esteira da expansão imperialista europeia, os museus gozaram de grande prestígio e se multiplicaram significativamente em fins do século XIX e início do XX, até que entram em crise nos anos de 1930 e 1940, atuando como instrumentos de promoção de regimes totalitários e de estigmatização política, ética e social (KÖPTCKE, 2012).

A partir dos anos de 1940 as técnicas aplicadas aos estudos de público se diversificaram e surgem propostas inovadoras. Tendo como foco a aprendizagem no museu, por exemplo, é levado a cabo um estudo que usou desenhos feitos por visitantes ao final de uma visita como meio de gerar dados que possibilitasse verificar os elementos que chamavam mais atenção do público (LORESECHA, 2016). Nesse período são desenvolvidos alguns estudos com foco nas métricas e tipologias de público, que lançam mão de técnicas de pesquisa emprestadas das primeiras pesquisas de mercado. As exposições itinerantes e internacionais se configuram em terreno privilegiado para estudos da leitura dos textos (estilo e formato) e os modos de organização e apropriação da mensagem, que diferenciam conceito e cenário, além de defender que as exposições se pautem em um enredo que ajudem a estruturar seu discurso (EIDELMAN, ROUSTAN, 2014).

Marcaram a produção de conhecimento acerca do público específico dos museus os estudos realizados nos anos de 1950 por Niehoff (Estados Unidos, 1953) e Abbey e Cameron (Canadá, 1959). O estudo realizado por Niehoff no Milwaukee Public Museum identificou as diferenças entre o público que visitava o museu no verão e no inverno, enquanto o estudo canadense promoveu a descrição dos visitantes, mediu a visitação e avaliou o impacto que a cobrança de ingresso tinha sobre o público visitante. De acordo com Schiele (2016), esse último é considerado um marco do reconhecimento, por parte dos museus e dos demais atores do campo museal, da relevância dos estudos de público e de avaliação nessas instituições.

Nos anos de 1960, no bojo da expansão dos meios de comunicação de massa, os museus perdem prestígio e recursos e passam a ser duramente criticados. Em meio às transformações sociais em curso, a democratização passa a ser a palavra-chave em torno da qual os museus passariam a mobilizar suas ações. Diante das críticas dirigidas aos museus no período, a pesquisa de público, apesar da relutância por parte de setores do

campo museal em relação às pesquisas de público, as mesmas foram percebidas como uma possibilidade estratégica para subsidiar as mudanças necessárias para uma reorientação dos museus no que se refere ao seu papel social (SCHIELE, 2016). De acordo com Köptcke e Pereira (2012), pautadas na retórica da democratização da cultura e na busca do Estado francês por evidências científicas acerca dos efeitos das políticas públicas no setor cultural, são desenvolvidas uma série de pesquisas, entre as quais se destaca o estudo de Bourdieu e Darbel, *O amor pela arte: os museus de arte europeus e seu público* (1969). Para Schiele (2016), as pesquisas desenvolvidas nos anos de 1960 representam uma ruptura, ao passo que, buscando aumentar o papel educativo e promover a democratização do museu, tornaram o visitante o foco central do novo método.

Na virada da década de 1960 para a de 1970 já se pode falar de um movimento mais extenso da prática de estudos de público e avaliação nos museus (STUDART, ALMEIDA e VALENTE, 2003). Mais especificamente nos anos de 1970, os estudos se pautaram na transposição de conceitos e métodos da programação das sequências didáticas escolares para o meio museal. Com foco nas exposições, se desenvolveram diferentes fases possíveis dos estudos para sua avaliação. As avaliações prévia, formativa, corretiva e sumativa visam a investigar a eficácia das técnicas empregadas, aprimorando-as (STUDART, ALMEIDA e VALENTE, 2003; EIDELMAN e ROUSTAN, 2014).

De acordo com Loresecha (2016), entre os anos de 1970 e 1980 surgem as primeiras publicações com reflexões sobre área, a sistematização das investigações e dos métodos aplicados aos museus, aumento e combinação das técnicas utilizadas visando a realização de avaliações mais integrais, fazendo emergir uma série recomendações relacionadas à museografia. Ainda segundo a mesma autora, o componente educacional continuou sendo uma das principais preocupações dos estudos desenvolvidos.

Studart, Almeida e Valente (2003) afirmam que os estudos realizados nos anos de 1980, deslocam o foco de interesse da medição do êxito das exposições para a experiência do visitante. Por meio destes, a influência que os aspectos sociais exercem sobre a relação estabelecida pelo visitante com a instituição museal ganha evidência. A

atenção dada às percepções do público ajudou a estruturar programas mais contextualizados, favoreceu a abordagem de assuntos mais significativos a partir da adoção de perspectivas conectadas à realidade dos visitantes. Nesse contexto, os sujeitos dos estudos também se diversificam, englobando além dos diferentes tipos de público visitante do museu, o seu público potencial, assim como também algumas comunidades específicas. As intencionalidades dessas pesquisas - produzir conhecimento capaz de favorecer o engajamento de diferentes públicos no museu e investigar as especificidades pedagógicas do museu - só reforçam a forte relação entre a educação e os estudos de público.

Eidelman e Roustan (2014) afirmam que os estudos desenvolvidos no contexto francês nos anos de 1980 se diferenciam daqueles desenvolvidos nos países de língua inglesa no mesmo período. Ao contrário dos estudos anglófonos, que atentavam para as especificidades dos públicos e que privilegiavam o teor do aprendizado ou da natureza das expectativas e das preferências dos visitantes, as pesquisas francesas se interessavam em verificar, por meio de entrevistas, o impacto global da visita à exposição e pelo público tomado em seu conjunto, tendo como foco a atividade do visitante. Essas foram fortemente marcadas pela abordagem sociológica dos trabalhos de Pierre Bourdieu e Alain Darbel. De acordo com as autoras, um dos fortes eixos das pesquisas nesse país consiste na sociologia dos públicos, pautada em uma abordagem quantitativa, a partir da qual se desdobram duas correntes, uma considerada mais original e que se entra numa análise formal da exposição e outra que se centra na análise dos visitantes e de suas estratégias de visita.

Com o desenvolvimento da teoria da aprendizagem construtivista, pesquisas promovidas nas décadas que se seguiram aos anos de 1980, se pautaram na concepção de aprendizagem informal, que influenciou o desenvolvimento de técnicas mais adequadas para sua avaliação. Passa assim a predominar o uso do conceito de aprendizagem em museu no lugar do conceito de educação. (LORESECHA, 2016).

Em fins do século XX, surgem balanços acerca das potencialidades e dos limites do que fora produzido até então. A existência de uma padronização dos protocolos de coleta e de tratamento dos dados foi considerada um dos importantes avanços da área. Como fatores limitadores sinalizou-se para as concepções sobre visitantes e visita,

colocando em xeque a psicologia cognitiva experimental marcada pelo selo behaviorista e passando a se defender abordagens que considerassem o *continuum* existente entre as dimensões do envolvimento do visitante, do processo da visita e do resultado da visita. A renovação dos estudos acerca da experiência da visita passou pelo crivo da interação social e dos Estudos Culturais (EIDELMAN, ROUSTAN, 2014).

Em âmbito local, Almeida (2003) buscou mapear as primeiras iniciativas de uma produção acadêmica e a literatura científica brasileira na área<sup>11</sup>. A pesquisadora

---

identificou, nos anos de 1970, a publicação de dois estudos: “Análise de comportamento do visitante de museu” (1975) e “Análise do público na Floresta da Tijuca, de Teresa Scheiner” (1977-1978). Na década seguinte, a mesma verificou a existência das seguintes publicações: Perfil do visitante do Museu Imperial (1984); Comportamento, atitudes e motivações do público do Museu Lasar Segall (1981) e Perfil do público do Museu do Exército, (Solange Calvano e Luciene Symonowicz, 1985) e "Pesquisa de público em museus e instituições abertas à visitação: fundamentos e metodologias", Cristina Maria de Sousa e Silva (1989)<sup>12</sup>.

Contudo, ainda na década de 1970, foi realizado um estudo de público no Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro acerca de seus frequentadores internos e externos. O referido estudo foi realizado pelo Laboratório de Criatividade (Núcleo Experimental) e coordenada por Frederico Morais.<sup>13</sup>

Nos anos de 1990, no Brasil, o número de estudos de público se amplia. De acordo com Cazelli (et al., 2019), tem destaque nesse período a pesquisa sobre o "Perfil socioeconômico do público de visitação espontânea do Centro Cultural do Banco do Brasil/CCBB" realizada em 1998 pela Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

---

<sup>11</sup> Existem registros quantitativos referentes à frequência de visitantes aos museus brasileiros entre os anos de 1908 e 1912. Esses se encontram publicados no primeiro *Anuário estatístico do Brasil*, de autoria da Diretoria Geral de Estatística, atual Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (KÖPTCKE e

<sup>12</sup> As referências dos estudos foram levantadas por Almeida (2003) junto a dissertação de mestrado de Cristina Maria de Sousa e Silva (1989), "Pesquisa de público em museus e instituições abertas à visitação: fundamentos e metodologias", visando a contribuir para a sistematização dos estudos de público realizados no Brasil.

<sup>13</sup> O relatório do estudo pode ser encontrado em: <https://acervofredericomorais.iaid.com.br/acervofredericomorais/87490-2/>

Ainda hoje, a maior parte dos museus brasileiros não conta com uma área central ou equipe exclusivamente dedicada aos estudos de público. Estes são, muitas vezes, conduzidos pelos setores educativos e educadores museais, que acabam por reunir os esforços necessários para sua realização.

A trajetória dos estudos de público revela a importância destes para a ampliação do conhecimento sobre os visitantes e não visitantes e, também, para o fortalecimento dos processos educacionais no âmbito museal, no passado, no presente e no futuro.

---

PEREIRA; 2010). No entanto, devemos considerar que o início dos estudos de público no país remonta à década de 1970 (CAZELLI, et al., 2019).

## 2. A EDUCAÇÃO DO POVO NO MUSEU NACIONAL (1818-2018)

*A luz dourada do amanhecer  
As princesas deixam o jardim  
Os portões se abrem pro lazer  
Pipas ganham ares  
Encontros populares  
Decretam que a Quinta é pra você.*

(Jorge Arthur, Julinho Maestro, Maninho Do Ponto, Marcio Pessi,  
Piu Das Casinhas. Uma Noite Real no Museu Nacional, 2018)

No presente capítulo trataremos da visita ao Museu Nacional ao longo de seus dois séculos de existência. Por meio da análise de regulamentos, regimentos, relatórios institucionais, de artigos de periódicos especializados e de comunicação de massa, buscamos investigar o lugar do público na trajetória institucional do Museu Nacional.

O amplo recorte cronológico do estudo, compreendendo 200 anos de história do Museu, evidencia que a nossa opção foi a de delinear um panorama histórico. O mesmo atenta para a visita pública ao Museu Nacional e busca estabelecer interfaces com a dimensão e a função educativa da instituição.

É preciso registrar que o nosso foco de atenção é a relação do Museu Nacional com o público formado por não especialistas. Sendo assim, não nos deteremos aqui sobre a atuação do Museu Nacional na formação de quadros para a ciência brasileira.

Esta parte do trabalho aborda “mais de uma sociologia da visita do que de uma sociologia do público”, conforme descrito por Köptcke (2005, p.187), haja vista a natureza da documentação disponível, que contempla o que a autora chamou de “imagem ou da percepção dos públicos” – condições de acesso e usos – e pouco ou nada informa sobre o visitante - suas motivações da visita ou suas impressões da mesma e sobre o museu.

Desde a criação do Museu até os dias atuais, identificamos onze documentos que versam acerca da organização do Museu Nacional e que regulam seu funcionamento,

sendo cinco deles implementados durante o século XIX e os outros seis concebidos ao longo do século XX. Esses documentos ora recebem a denominação de regimento ou regimento interno, ora de regulamento, sendo o mais duradouro deles o regimento ainda vigente, aprovado em 1971. Por meio da análise destes, buscamos verificar como e quando o público e a Educação passam a ser alvo de atenção da vida institucional.

Quadro 2 – Documentos que regulamentaram o funcionamento do Museu Nacional nos séculos XIX e XX, de acordo com o ano de publicação

<b>Ano de publicação</b>	<b>Descrição do documento</b>
1842	Decreto nº 123 de 03/02/1842 / IB - Império do Brasil
	Dá ao Museu Nacional uma organização acomodada á melhor classificação e conservação dos objetos.
1876	DECRETO Nº 6.116, DE 9 DE FEVEREIRO DE 1876 Reorganiza Museu Nacional
1888	DECRETO Nº 9.942, DE 25 DE ABRIL DE 1888 Reorganiza o Museu Nacional
1890	Decreto nº 379-A, de 8 de Maio de 1890 Reorganiza o Museu Nacional
1899	Decreto n. 3211 – de 11 de fevereiro de 1899 Aprova o regulamento para o Museu Nacional
1911	Decreto n. 9.211 – de 15 de dezembro de 1911 Dá novo regulamento ao Museu Nacional
1916	Decreto n. 11.896 – de 14 de janeiro de 1916 Dá novo regulamento ao Museu Nacional
1931	Decreto n. 19.801 – de 27 de março de 1931 Dá novo regulamento no Museu Nacional

1941	Decreto n. 6.746 – de 23 de janeiro de 1941 Aprova o regimento do Museu Nacional
1958	Regimento Interno do Museu Nacional
1971	Regimento do Museu Nacional

Fonte: Elaborado pela autora (2021)

A criação de novos regulamentos e regimentos parece estar relacionada às mudanças tanto na conjuntura política quanto educacional do país. Essas, por vezes, levaram a instituição a se vincular a diferentes ministérios, totalizando sete ao longo de sua trajetória.

Quadro 3 – Ministérios aos quais o Museu Nacional já foi vinculado

<b>Período</b>	<b>Ministério</b>
6/6/1818 a 12/10/1822	Ministério dos Negócios do Reino
12/10/1822 a 29/04/1868	Ministério dos Negócios do Império
29/04/1868 a 8/05/1890	Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas
8/05/1890 a 6/12/1892	Ministério da Instrução Pública, Correios e Telégrafos
12/08/1909 a 1/12/1930	Ministério da Justiça e Negócios Interiores
1/12/1930 aos dias atuais	Ministério da Educação e Saúde (atual Ministério da Educação)

Fonte: Adaptado de Carvalho (1977)

Há 70 anos o MN permanece no Ministério da Educação (MEC). Entre 1930 e 1937 o Museu foi um órgão da Universidade do Rio de Janeiro (URJ), criada pelo governo federal em 7 de setembro de 1920, primeira das universidades brasileiras de vida longa

(CUNHA, 2007)<sup>14</sup>. No contexto do Estado Novo, a URJ foi reorganizada e transformada em Universidade do Brasil (UB). Sua estruturação se deu pautada na incorporação de unidades e institutos já existentes e prevendo ainda a incorporação de institutos colaboradores, dentre eles o Museu Nacional, que a ela foi anexado. O Museu seria novamente incorporado à UB, em 1946, após seis anos de desincorporação (DUARTE, 2019). No ano de 1965 a Universidade do Brasil é reorganizada e ganha o nome que possui nos dias atuais: Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Outra fonte utilizada foram os Relatórios Institucionais. Foram consultados todos aqueles disponíveis na Biblioteca do Museu Nacional, situada no Horto Botânico. Dentre os relatórios consultados estão os relativos aos anos de 1874, 1875, 1877, 1919, 1920, 1921, 1922, 1949, 1956, 1957, 1958, 1959, 1960, 1961, 1962, 1963, 1982 a 1985 (1 vol.), 1987, 1989, 1994, 1995, 196, 1997, 1998, 1999 e 2000. Foram consultados, também, os Relatórios Ministeriais que apresentam dados sobre o Museu Nacional e que foram

---

digitalizados e disponibilizados em meio eletrônico por um pesquisador<sup>15</sup>. Os documentos em questão compreendem os períodos de 1882 a 1888 e de 1892 a 1932.

No que se refere aos regulamentos e regimentos, a análise documental se centrou sobre a finalidade da instituição, sua organização (em seções e departamentos), os cursos públicos e conferências, o ensino, a visitação (regras, dias e horários), a polícia do museu e as exposições públicas. Na análise dos relatórios buscamos informações sobre ações voltadas ao público de não especialistas, as atividades do setor educativo do Museu Nacional, bem como acerca dos dados de visitação pública.

---

<sup>14</sup> Antes desta, já haviam sido criadas à revelia do poder central, as Universidade de Manaus (1909), a Universidade de São Paulo (1911) em 1912, a Universidade do Paraná. Essas são denominadas por Cunha (2007) como universidades de via curta, pois só vingariam anos mais tarde. A URJ foi a primeira a vingar com esse nome “Universidade” e, segundo o autor, possivelmente sua fundação foi uma reação do poder central às iniciativas estaduais anteriormente citadas.

<sup>15</sup> Os documentos digitalizados foram disponibilizados na página <http://flanelografo.com.br/impermanencia/biblioteca/> que não se encontra mais disponível. Antes da indisponibilização da mesma, foi possível baixar grande parte de seu conteúdo. O material foi produzido pelo pesquisador Jayme Aranha Filho, que atuou no Escritório Técnico-Científico para as Novas Exposições do MN (ETC/PNE), instalado no Museu Nacional em 2000, com recursos do CNPq e da UFRJ. O Escritório atuou até 2003, produzindo um programa integrado conceitual e físico para as futuras exposições permanentes do museu e para a habilitação do palácio a seu novo destino (DUARTE, 2019).

## 2.1 CURSOS PÚBLICOS PARA O POVO, A EXPOSIÇÃO ANTROPOLÓGICA BRASILEIRA E OS PRIMEIROS REGISTROS DE VISITAÇÃO NOS OITOCENTOS

A criação do Museu Nacional, em 1818, se insere no contexto das “primeiras iniciativas mais organizadas de difusão da chamada ciência moderna” empreendidas no país (MOREIRA e MASSARANI, 2002, p.43) em decorrência da transferência da Corte portuguesa para o Brasil. Passam a figurar pela primeira vez, em solo brasileiro, instituições voltadas às ciências e às técnicas, como o Museu Nacional e Academia Real Militar, criada em 1810. As instituições voltadas ao ensino superior eram até aquele momento também inéditas no país e, com a criação da Imprensa Régia (1810), passam a circular produções voltadas à educação científica, muitos delas manuais vinculados às academias de medicina e engenharia. No bojo dessas mudanças se insere o surgimento dos primeiros jornais, por meio dos quais eram veiculados artigos e notícias sobre ciência.

Já em suas primeiras décadas de atuação, na primeira metade do século XIX, o Museu Nacional empreendeu ações que visavam a apoiar o ensino das ciências naturais no Brasil e estabeleceu relações com instituições de ensino do Império, sendo elas escolas e faculdades. São exemplos o uso que instituições de ensino faziam do

---

Laboratório Químico do MN, criado em 1824, bem como as doações de material mineralógico, zoológico e botânico feitas pelo Museu às escolas. Esta iniciativa, que tinha claramente uma finalidade didática, visava a apoiar aulas demonstrativas em instituições educacionais e eram empreendidas mesmo não constando entre atribuições institucionais previstas nos regulamentos e estatutos do Museu (SÁ; DOMINGUES, 1996).

Senão a primeira, uma das primeiras referências ao público em documentos oficiais da instituição pode ser encontrada na portaria publicada em 24 de outubro de 1821. De acordo com o documento que registra e regulamenta sua abertura ao público, estava facultada a visita “quinta-feira de cada semana desde às dez horas da manhã até a uma da tarde não sendo dia santo”, por parte de “todas as pessoas assim estrangeiras como nacionais que se fizerem dignas disso pelos seus conhecimentos e qualidades” (KÖPTCKE, 2005, p. 192).

A análise do documento evidencia que o acesso ao Museu Nacional era bastante restrito, tanto pelo curto espaço de tempo em que o mesmo podia ser visitado, quanto pelas exigências impostas aos seus visitantes, evidenciando que aquele era, como afirma Köptcke (2005), um espaço de sociabilidade para os já educados e iniciados. Já no ato inaugural de abertura do MN ao público se recorre à figura do guarda, evidenciando que a sua função que era a de proteger o museu dos sujeitos com comportamentos considerados desviantes, inadequados e inaptos a ocupar aquele espaço.

Entre 1818 e 1891, o Museu ocupou uma edificação localizada nos arredores do Campo de Santana, denominado, a partir de 1889, Praça da República. Esse local, hoje, abriga o Centro Cultural Museu Casa da Moeda do Brasil. No período joanino, o Campo operava como espaço de manobras militares e celebração política; e mais adiante seria palco da aclamação dos dois imperadores brasileiros, D. Pedro I, em 1822; e D. Pedro II, em 1841. Além do Museu Nacional, importantes instituições se localizavam na mesma região, como o Senado do Império, ali instalado em 1826, e a Casa da Moeda, que em 1868 passou a ocupar o prédio construído para abrigar a 2ª Exposição Nacional da Indústria (1866) e que atualmente é a sede do Arquivo Nacional.

Em 1818, o Campo de Santana foi incrementado com a instalação do chafariz das Lavadeiras e passou a reunir além de lavadeiras, vendedores de água, escravizados carregadores, estudantes que se refrescavam no local, entre outros personagens. Esse evento, segundo Vernin (2021, p. 30), reforça o lugar ocupado pelo Campo de Santana como “espaço de interação popular do antigo arredor da cidade, agora incluído no perímetro urbano”. De acordo com a autora, no início do século XIX o local funcionava como entroncamento entre as freguesias mais ricas e pobres. Já nas últimas décadas do século XIX, entre 1873 e 1880, o local foi remodelado pelo paisagista francês AugusteMarie Glaziou, e o novo parque de inspiração parisiense disciplinou o espaço, esvaziando-o enquanto ambiente de interação popular.

No Brasil, a segunda metade do século XIX é marcada por importantes reformas políticas e sociais ocorridas a partir da década de 1870. Nesse contexto foram implementadas medidas que priorizavam a educação da população (SÁ, DOMINGUES, 1996) e intensificadas as ações voltadas para a divulgação do conhecimento científico (MOREIRA, MASSARANI, 2002).

As Exposições Universais ou Grandes Exposições, iniciadas em 1851 (Londres), foram uma das maiores expressões da onda de otimismo em relação aos benefícios decorrentes dos avanços científicos e tecnológicos (MOREIRA, MASSARANI, 2002). O Brasil inaugura sua participação nesses eventos na edição realizada em 1862, na cidade de Londres, e o Museu Nacional se fez presente nas mais destacadas exposições nacionais e internacionais ocorridas na segunda metade do século XIX, por meio do envio de “acervos da instituição desde a Exposição Nacional de 1861 (preparatória para a Exposição Universal de Londres em 1862) até a participação na Exposição de 1889” (DANTAS, 2012, p.78), em Paris <sup>16</sup>. Cientistas do Museu Nacional participaram pessoalmente desses eventos, dentre os quais podemos citar João Joaquim Pizarro<sup>17</sup>, membro adjunto da Comissão Brasileira na Exposição de Viena (1873)<sup>18</sup>, Nicolau

---

Joaquim Moreira<sup>19</sup> e João Martins da Silva Coutinho<sup>20</sup>, respectivamente membro e vice-presidente da Comissão Brasileira na Exposição Universal da Filadélfia (1876) e

---

<sup>16</sup> Sily (2012) relacionou todas as exposições nacionais e internacionais das quais o Museu Nacional tomou parte.

<sup>17</sup> João Joaquim Pizarro (1842-1906, Bacharel em Letras pelo Colégio Pedro II e Doutor em Medicina pela Faculdade do Rio de Janeiro. Atuou no Museu Nacional organizando conferências sobre História Natural e nele ocupou os cargos de Secretário do Diretor Geral e Chefe das Seções de Zoologia, Antropologia e Botânica. Representou o país em vários congressos e conferências internacionais, foi Diretor interino do Jardim Botânico do Rio de Janeiro (1902-1903), Membro da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional e da Academia Brasileira de Medicina. Dentre os títulos que recebeu está o de Cavaleiro da Ordem Austríaca de Francisco José. (BLAKE, 1895, vol.3)

<sup>18</sup> Relatório do Museu Nacional (1874)

<sup>19</sup> Nicolau Joaquim Moreira (1824-1894), graduou-se em Farmácia e doutorou-se em Medicina na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Foi nomeado para o Museu Nacional em 1872, ocupando a cadeira de agricultura em 1876. Foi subdiretor da Seção de Botânica entre 1876 e 1883, quando deixa o Museu para assumir a direção do Jardim Botânico (1883 -1887). Sua participação da Exposição Universal da Filadélfia está registrada no Relatório do Museu Nacional (1877). Uma breve biografia do cientista está disponível em:

[http://www.anm.org.br/conteudo\\_view.asp?id=592&descricao=Nicolau+Joaquim+Moreira+\(Cadeira+No.+81\)](http://www.anm.org.br/conteudo_view.asp?id=592&descricao=Nicolau+Joaquim+Moreira+(Cadeira+No.+81))

<sup>20</sup> O engenheiro João Martins da Silva Coutinho (1830-1889) ocupou o cargo de diretor da Terceira Seção do Museu Nacional entre os anos de 1875 e 1876. Participou do júri da Exposição Universal de Paris, em 1867, declinou do convite para participar da Exposição Universal de Viena, realizada em 1873, passando a mais uma vez compor a Comissão Brasileira, na Exposição da Filadélfia, em 1876, a qual integrou inicialmente como secretário, para depois substituir o conselheiro Felipe Lopes Netto (1814-1895), um de seus vice-presidentes (SILVA et al., 2013). Publicou Exposição centenária de Philadelphia, Estados Unidos da América, em 1876: relatório da comissão brasileira apresentado ao exm. sr. conselheiro Thomaz Jose Coelho de Almeida

Ladislau Netto, vice-presidente da Comissão Brasileira na Exposição Universal de Chicago (1893)<sup>21</sup>.

As Exposições Universais e as Exposições Pedagógicas, realizadas de modo concomitante, foram determinantes para a difusão do método do ensino intuitivo na Europa e nas Américas, a partir da segunda metade do século XIX. Uma das formas pela qual o método se popularizou foi o da “lições das coisas”, cuja prática demandava, dentre outros, a realização de visitas, o uso de coleções zoológicas, botânicas e também de outros objetos que desenvolvessem nos educandos o exercício dos sentidos e da observação. O ensino intuitivo foi encarado como instrumento de superação da ineficiência escolar em um contexto de promoção da instrução elementar entre as classes populares e chegou ao Brasil como saber pedagógico que expressava os anseios de uma renovação educacional capaz de modernizar a nação via educação (SCHELBAUER, 2006).

A temática do método intuitivo se fez presente desde a primeira das Exposições Universais, a de Londres (1851), tendo sido retomada naquela realizada em 1862, também em Londres (SHELBAUER, 2006), edição que promoveu, em caráter inédito, uma “Exposição Especial do Ensino”. Essa exposição e o tema do ensino não passaram despercebidos pelos membros da Comissão brasileira presentes ao evento. O Relatório

---

da referida comissão afirma que “vê-se a instrução geral e o ensino especial figurando à frente de todas as indicações, ou como um grito de socorro por bem das indústrias de quase todos os países” e que é importante lembrar, tanto à população quanto aos governos que “o sistema de educação de uma Nação importa ainda mais que o seu sistema de economia social ao seu poder e aos seus destinos.” O documento destaca, ainda, a “aparição em corpo dos objetos destinados ao ensino entre os produtos da indústria, e com o fim unicamente de ilustrar os métodos seguidos nos Estabelecimentos de instrução.” Dentre os artigos expostos cita “os livros, as cartas geográficas e geológicas, desenhos, coleções de minerais e plantas, madeira, atlas para o estudo da Física, Química, Pharmacia, Medicina e etc”. O documento afirma que a “necessidade

---

<sup>21</sup> Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Relatório apresentado ao vice-presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, pelo Dr. Fernando Lobo, abril 1893, p.219.

primordial é sem dúvida a disseminação do ensino geral e profissional (...)” e apresenta indicações à Sua Majestade. Entre as sugestões apresentadas, o documento propõe a suspensão dos altos impostos de consumo aplicados à “uma série de elementos acessórios e até indispensáveis ao ensino”, dentre os quais se situavam “objetos destinados ao ensino, e em geral aos que concorrem para a propagação das luzes, e aumento da instrução na massa geral do País”. Esses objetos correspondiam não somente aos livros e obras impressas, mas também incluíam estampas, gravuras, e desenhos, atlas, floras, desenhos e pinturas próprias para o estudo da anatomia, botânica e outras ciências; instrumentos, e máquinas ou modelos para artes e ofícios; bem como mapas ou cartas geográficas, hidrográficas, topográficas e semelhantes.

Já na Exposição de Paris, de 1867, o tema ganha espaço por meio das conferências de Madame Pape-Carpentier, reconhecidamente a responsável pela disseminação da expressão “lições das coisas”, além de ter sido uma das primeiras a abordar o método intuitivo com base em estudos específicos e nome de grande influência sobre a educação brasileira naquele período. Também em Viena, em 1873, o método intuitivo é abordado, no entanto parece ter sido na Exposição Comemorativa do Centenário da Independência dos Estados Unidos, realizada na Filadélfia, em 1876, que o mesmo ganhou ainda mais atenção. O sistema de ensino estadunidense é foco de grande atenção, sendo considerado um modelo a ser seguido, haja vista o fato de serem a ele atribuídos os progressos materiais alcançados pelo país.

Alguns pesquisadores têm se dedicado a estudar as ideias pedagógicas disseminadas nas Exposições Universais e sua apropriação pela educação brasileira (SCHELBAUER, 2006; SOUZA, 2000). Nesse sentido, verificam que a publicação *Rapport sur l’instruction premiere à l’Exposition Universelle de Philadelphie* (1878), organizada por Buisson acerca da Exposição da Filadélfia “serviu de referência a muitos intelectuais no Brasil em suas discussões e projetos de reforma” (SCHELBAUER, 2006, p.5). Esta publicação, juntamente com outra do mesmo autor, intitulada *Conference sur l’Enseignement Intuitif fait aux Instituteurs delegues à l’Exposition de Paris* figuram entre as obras citadas por Rui Barbosa (1883) em seus Pareceres sobre o Ensino Primário. A Caixa de Lição das Coisas, de Carpentier, é usada em importantes instituições educacionais do Brasil Império (SHELBAUER, 2006).

Diante desse movimento, ainda que o Museu Goeldi e o Museu Paulista não tenham incluído compromissos educacionais em seus regulamentos, a exemplo do que fez o Museu Nacional, todos os museus brasileiros destacaram a importância do caráter público e educativo de suas exposições (LOPES, 2003, 2009).

A educação passou a ter destaque na agenda do Império brasileiro no final da década de 1870 (SCHWARCZ, 2019). Em 1879, foi implementada por Leôncio de Carvalho<sup>22</sup>, a reforma da instrução pública primária e secundária no Município da Corte e o ensino superior em todo o Império. O Decreto de 19 de abril de 1879 autorizava o governo a criar ou auxiliar a criação, nas províncias, de cursos para o ensino primário, permitindo que os escravizados frequentassem as escolas, além de instituir a liberdade de ensino, possibilitando a criação de escolas particulares, e a liberdade de frequência. A reforma buscou estimular a alfabetização dos adultos, exigindo a leitura e escrita, dando preferência para obtenção de empregos nas oficinas do Estado aos indivíduos que cursaram a instrução primária. A importância com a instrução dos adultos também tinha relação com a discussão acerca da reforma do sistema eleitoral promovida pela Câmara

---

de Deputados e que colocava como exigência para o exercício do voto, o domínio da leitura e da escrita. A Reforma de 1879 marcaria uma etapa importante na educação brasileira, mas não sem ter provocado, também, uma acirrada oposição que levou Leôncio de Carvalho a se demitir da pasta. Foi nesse contexto, por exemplo, que surgiram os Pareceres/Projetos de Rui Barbosa, intitulados Reforma do Ensino Secundário e Superior (1882) e Reforma do Ensino Primário e várias Instituições Complementares da Instrução Pública (1883) (MACHADO, 2006).

Nas duas últimas décadas do século XIX, o número de escolas públicas situadas na corte do Rio de Janeiro ampliou-se de 45 para 95 unidades e foi, entre os anos de 1870 e 1880, que a capital viu surgir os “palácios escolares” (SCHUELER, 1999), também

---

<sup>22</sup> Em 1868 concluiu seus estudos na Faculdade de Direito de São Paulo, da qual passa a ser membro catedrático em 1881. Foi convidado para ocupar a pasta dos Negócios do Império no gabinete de 15 de janeiro de 1878, tendo sido eleito deputado pela província de São Paulo neste mesmo ano, permaneceu na Câmara até 1881. Atuou na organização da exposição pedagógica de 1883 e foi presidente da Associação Propagadora dos Cursos Noturnos. Já na República, foi senador estadual em São Paulo (1891) e colaborou com a reforma da instrução pública promovida pelo Governo Provisório. No Rio de Janeiro, foi lente e diretor da Faculdade Livre de Direito (MACHADO, 2006).

simbolicamente denominados “Escolas do Imperador”<sup>24</sup> (HORA, 2006; SCHUELER, MAGALDI, 2009).

Eram edificações imponentes, “impossíveis de não serem identificadas pela população como um ato de valorização da escola pelas políticas do império” (HORA, 2006, p. 6) e que podiam abrigar entre 500 e 600 crianças (SCHUELER, 1999)<sup>23</sup>. Apesar da denominação, a construção das mesmas se deu a partir de recursos oriundos não

---

<sup>24</sup> Ao todo, oito escolas recebem essa denominação. Os nomes das escolas eram dados de acordo com o bairro em que estavam localizadas. Destas, cinco edificações se mantêm preservadas, sendo que três delas continuam abrigando escolas públicas, uma estadual – a Escola da Freguesia de Nossa Senhora da Glória (1875, Catete), atual Colégio Estadual Amaro Cavalcanti e duas municipais, Escola da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Gávea (1874, Gávea), atual Escola Municipal Luiz Delfino e a Escola de São Cristóvão (1872, São Cristóvão), atual Escola Municipal Gonçalves Dias. A Escola da Freguesia de Santa Rita (1877, Gamboa) hoje abriga o Centro Cultural José Bonifácio (Secretaria das Culturas da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro), enquanto o edifício da Escola da Freguesia de Sant'Anna (1877, Centro), que já abrigou a Escola Municipal Rivadávia Corrêa (transferida para um prédio anexo em 1998), desde 2002 é ocupado pelo Centro de Referência da Educação Pública da Cidade do Rio de Janeiro. Duas escolas sucumbiram às demolições promovidas no contexto das reformas urbanísticas realizadas na cidade no início do século XX, sendo elas: a Escola da Freguesia de São José (1874, Centro), demolida em 1920 para a construção do Palácio Pedro Ernesto, atual Câmara Municipal, e a Escola da Freguesia de Sant'Anna (1872, Praça Onze), demolida em 1938 para a abertura da Avenida Presidente Vargas. Nos anos de 1960 foi demolido o edifício que abrigou a Escola da Freguesia de São Francisco Xavier do Engenho Velho (1877, Tijuca), tendo sido construído em seu lugar outro, que abriga a Escola Municipal Orsina da Fonseca. Informações disponíveis em: [http://www0.rio.rj.gov.br/sme/crep/escolas/escolas\\_imperador/escolas\\_imperador.htm](http://www0.rio.rj.gov.br/sme/crep/escolas/escolas_imperador/escolas_imperador.htm)

somente de diferentes setores do Estado (doações da Coroa, recursos do Ministério do Império e da Câmara Municipal do Rio de Janeiro), mas também da sociedade imperial (doações de particulares, como associações leigas e religiosas e a Associação Comercial do Rio de Janeiro (SCHUELER, MAGALDI, 2009).

É nesse contexto e em uma das “Escolas do Imperador”, a Escola Pública da Glória (hoje Colégio Estadual Amaro Cavalcanti), que teriam lugar as Conferências Populares da Freguesia Glória, iniciativa que durou cerca de 20 anos e é considerada uma das mais relevantes iniciativas voltadas à divulgação científica da história do país (MASSARANI, MOREIRA, 2010). Idealizadas pelo conselheiro e senador do Império Manoel Francisco

---

<sup>23</sup> De acordo com Hora (2006), as “Escolas do Imperador” tinham em comum uma arquitetura “de estilo classicizante, com simetria, embasamento da cantaria, frontões, ordens clássicas, vergas em arco”, que longe de serem apenas aspectos arquitetônicos formais ou estéticos, revelavam a necessidade de separar os espaços em lados femininos e masculinos. Denotando, em simultâneo, uma ruptura do Estado com a Igreja e o estreitamento de uma relação deste com a modernidade, os relógios substituem os sinos. Sua localização também era estratégica e buscava destaque e reconhecimento junto à população, para tanto as mesmas se situavam em frente às praças, lugar também ocupado pelas igrejas.

Corrêa e implementadas pela Sociedade Promotora da Instrução Pública, o lançamento das Conferências Populares da Glória se deu em 1873, em um salão da monumental escola primária, cuja construção seria finalizada em 1875.

Contemporânea das Conferências Populares da Glória (1873) é a iniciativa intitulada Cursos Públicos, iniciada em 1875 no Museu Nacional, e considerada um marco da atuação do MN em processos vinculados à instrução popular e à divulgação científica (SÁ, DOMINGUES, 1996). Ambas se constituíram em espaços públicos voltados à apresentação e debate de propostas modernizadoras pautadas em um discurso cientificista (CARULA, 2012).

O Regulamento do Museu Nacional, de 1842, previa a realização de curso anual relativo às secções do museu (BRASIL, 1842), contudo é somente em 1876 que a instituição - com novo regulamento e a partir de uma exigência do governo - cria os Cursos Públicos (BRASIL, 1876).<sup>24</sup>

O novo regulamento estipulava que o Museu deveria promover o ensino científico por meio de cursos públicos e gratuitos, compostos por palestras realizadas por diretores e subdiretores das Seções do Museu. As aulas ocorreriam no próprio museu, em horário noturno, entre os meses de março e outubro.<sup>25</sup> Os Cursos contariam com uma lição por

---

semana para cada disciplina e deveriam começar às 19h e ter duração de no máximo 1h30min (CARULA, 2012, p.15).

No relatório institucional referente ao ano de 1873 (MUSEU NACIONAL, 1874), Ladislau Netto já afirmava que uma das principais finalidades do Museu Nacional era o “ensino livre, em preleções populares, das matérias professadas nas suas 4 seções” (1874, p.6) e apontava como empecilho para a implementação do Curso Público a indisponibilidade do salão situado no andar térreo da instituição, haja vista que o mesmo há anos era ocupado pela Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (MUSEU

---

<sup>24</sup> Sá e Domingues (1996, p. 81) citam que antes da implementação dos Cursos Públicos do Museu Nacional, a instituição abrigou, apenas em poucas ocasiões, conferências isoladas e cursos públicos gratuitos sem a participação de membros do próprio Museu. Köptcke (2005, p.200) identificou o registro da realização, em 1856, de conferências públicas sobre medicina legal, promovidas pelo professor de química da princesa Isabel, além de outras, realizadas por técnicos do Museu, abordando temas de zoologia, física e botânica.

<sup>25</sup> O clima é utilizado por Ladislau Netto como critério para a configuração dos Cursos. Segundo Netto, a iniciativa deveria ser implementada nos oito meses mais frescos do ano (MUSEU NACIONAL, 1875, p.9),

NACIONAL, 1875). No mesmo documento, o diretor do Museu registra que já vinha reunindo os “objetos demonstrativos de cada disciplina” que seriam utilizados para o ensino, para tão logo o espaço fosse liberado, se pudesse dar início às preleções.

Ladislau Netto<sup>26</sup> afirma que os Cursos empregavam as formas que mais se ajustavam ao ensino popular e se referiam “às ideias mais modernas e às teorias mais transcendententes”. Ainda segundo este, teria se firmado “geral conceito de que nenhum outro ensinamento popular havia antes obtido melhores resultados, nem mostrado mais auspiciosa e eficiente iniciação” (MUSEU NACIONAL, 1877, p.3). Lacerda (1905)<sup>27</sup> afirma era uma “lição suculenta e proveitosa”, acompanhada de desenhos, amostras de objetos e estampas murais, em que os “assuntos eram tratados sob uma forma sintética de sorte a dar o preletor aos seus ouvintes uma resenha de fatos e conclusões fácil de reter e de assimilar”.

Participavam “centenas de pessoas de todas as camadas da sociedade” e estas compartilhavam o auditório do Museu com representantes das mais altas classes sociais e com as maiores autoridades da nação, o Imperador Pedro II, a Princesa Isabel e seu esposo (LACERDA, 1905, p.45). Ao se referir à presença de representantes de todas as camadas da sociedade nos Cursos oferecidos pelo Museu, Netto registra que a despeito disso nunca teria se visto “obrigado a recorrer a quaisquer disposições policiais, por que

---

de março a outubro. As elevadas temperaturas experimentadas na cidade do Rio de Janeiro foram citadas também para justificar o adiamento, para o mês de abril, do início das atividades dos Cursos, conforme verificado por Sily (2012, p.162).

as não exigiram a boa ordem do salão e o silêncio respeitoso dos ouvintes”. Deste modo, observamos que parece haver, por parte do gestor do Museu Nacional, a visão de que era necessário ampliar o acesso à instituição e diversificar seu público (incluindo não especialistas), mas que ao mesmo tempo podia representar um risco. Menções à polícia do Museu se fazem presentes nos regulamentos desde o primeiro, datado de 1842, até 1931.

---

<sup>26</sup> Ladislau Netto foi diretor do Museu Nacional entre 1874 e 1895

<sup>27</sup> João Batista de Lacerda foi diretor do Museu Nacional entre 1895 e 1915. Publicou, em 1905, o livro “Fastos do Museu Nacional do Rio de Janeiro”, no qual apresenta os principais personagens da história do Museu Nacional.

Algumas ações promovidas pela própria Direção do Museu revelam que não havia interesse em, de fato, favorecer o acesso das classes populares ao Museu. Carula (2012, p.28) aponta que em 1877 Netto solicitou ao comandante do corpo militar de polícia o envio de dois praças ao Museu, visando garantir a manutenção da ordem no salão de conferências. A motivação principal para tal solicitação era a presença de curiosos que se reuniam nas janelas, fazendo barulho e atrapalhando a realização da preleção. A presença das camadas mais pobres limitada às janelas e portas também foi verificada nas Conferências da Glória e acabou por ser criticada por um órgão da imprensa, que denunciou o fato de as preleções não levarem em conta as características dos ouvintes e destas não promoverem qualquer tipo de transformação junto ao povo (CARULA, 2007, p.93).

Em 1880, os Cursos Públicos foram transferidos para o pavimento superior do edifício do Museu, sob a alegação de que o novo espaço acomodaria melhor os participantes, pois além de apresentar melhores condições de higiene, haja vista o fato ter o dobro da altura do salão anterior, também deixava de estar ao alcance dos transeuntes. De acordo com Carula (2012), o argumento higienista utilizado por Ladislau Netto confere à mudança certo grau de naturalidade e imparcialidade, contudo possivelmente a transferência das aulas para o piso superior teria sido sim uma maneira de afugentar os olhares daqueles que passavam pelas ruas e que não se adequavam ao perfil de público desejado.

Em 1884, Netto descreve com frustração o perfil do público que naquela altura adentrava o salão de conferências do Museu

(...) não é composto de estudiosos, nem mesmo de amadores assíduos. Constituem-no as pessoas que por acaso passam no momento em que está aberto e iluminado o salão dos cursos, e que por mera curiosidade aí penetram. Os cursos mais cheios de atrativos, os assuntos mais interessantes e de mais pronunciada atualidade, não são feitos algumas vezes diante de meia dúzia de ouvintes inteiramente incapazes de compreendê-los (LIVRO DE REGISTRO DE DECRETOS, PORTARIAS E NOMEAÇÕES DOS EMPREGADOS DO MUSEU NACIONAL E OS OFÍCIOS DIRIGIDOS AO GOVERNO, 1881 – 1885, p. 132, apud SILY, 2012, p. 163)

No mesmo documento, o diretor do Museu afirma que o esvaziamento das conferências, bem como o perfil inadequado dos ouvintes se devia ao fato do Curso não contar com inscrição de alunos, não promover habilitações para exames e, também, à

independência dos ouvintes em relação aos preletores. Estabelece uma comparação com as escolas superiores do Império, que muitas vezes tinham suas bancadas vazias, apesar de, ao contrário dos Cursos de Museu, contarem com inscrições, promoveram habilitações e com a autoridade dos docentes.

Não se pode perder de vista, ainda, que a atuação dos diretores e subdiretores das seções com os Cursos era compulsória. De acordo com o regimento interno do Museu Nacional à época, a não ser por motivo de doença, o não cumprimento dessa obrigação acarretava multa equivalente a três dias do vencimento (CARULA, 2012, p.30). Deste modo, a realização de preleções supostamente populares por parte dos cientistas do Museu Nacional não significava, necessariamente, uma preocupação com a divulgação do conhecimento científico.

O diretor da seção de “Ciências Físicas”, Orville Derby<sup>28</sup>, comunicou ao diretor do Museu Nacional que o tempo prolongado que lhe demandava a preparação das conferências destinadas aos Cursos do Museu vinha prejudicando o que ele considerava ser, de fato, a sua real atribuição no Museu – a realização de atividades de pesquisa. Derby afirma que “o primeiro dever de um empregado do museu é trabalhar e não discursar. [...] Criar e manter por meio de preleções o interesse do público pela ciência geológica, está muito acima de minhas forças e não vejo utilidade em continuar a tentativa”<sup>31</sup>. Nessa comunicação o pesquisador estadunidense alegava que por não ser bom orador, não conseguia despertar o interesse do público, fazendo com que o tempo despendido na preparação das conferências fosse um enorme desperdício.

---

Ainda que voltada para uma pequena parcela da população e justamente para a população letrada, os efeitos esperados de uma ação de vulgarização da ciência muitas vezes não eram atingidos, haja vista que alguns assuntos não foram integralmente compreendidos pela audiência. Preocupados em não perder a totalidade do conceito,

---

<sup>28</sup> Orville Adelbert Derby (1851-1915), geógrafo e geólogo norte-americano, atuou na 3ª Seção - Ciências Físicas: Mineralogia, Geologia e Paleontologia Geral do Museu Nacional entre os anos de 1879 e 1886, bem como na Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo, de 1886 a 1904 (DANTAS, 2012, p.70). <sup>31</sup> Registro da Correspondências Oficial do Museu Nacional. Livro 7°. 1881-1885, p.132 (SEMEAR), apud. (CARULA, 2012, p.16)

alguns oradores não promoviam qualquer simplificação do conhecimento científico apresentado ao público de não especialistas (CARULA, 2012, p.64)

Além de contar com a concordância de Ladislau Netto, Derby também tinha o apoio de outros diretores do museu. O primeiro se mantinha favorável a continuidade das conferências, contudo defendia mudanças na natureza da iniciativa. Assim, Netto propõe ao Ministério que as preleções não assumissem mais a forma de cursos e que se abolisse o caráter obrigatório das mesmas. Estas, de acordo com o Diretor do Museu, deveriam ser realizadas para abordar determinados assuntos de elevado interesse para o museu ou para o país, e respeitando a vontade dos preletores.

Ainda no ano de criação dos Cursos Públicos, o diretor do MN solicitou ao Ministério que o intervalo de uma semana entre as aulas fosse ampliado. O ofício apresentava como justificativa o tamanho reduzido do salão em que eram realizados os cursos, além de ausência de recursos - estampas murais, quadros explicativos, desenhos e objetos - considerados essenciais para favorecer a compreensão dos conteúdos ministrados (CARULA, 2012, p.27). Aos poucos, alegando falta de tempo e dificuldade para conciliar as exigências impostas pela pesquisa com tal atividade, além da falta de interesse do público, os Cursos terminam. No regulamento de 1888 a iniciativa acaba por ser oficialmente extinta e é substituída por conferências extraordinárias.

A despeito do uso frequente que Ladislau Netto faz dos termos “público” e “popular”, bem como das referências às “diversas classes da sociedade”, existem evidências de que a audiência dos Cursos do Museu, assim como a das Conferências da Glória, era bastante seleta, contando apenas com a presença e participação da elite letrada da sociedade carioca (CARULA, 2012). Lacerda (1905), ao se referir ao público dos Cursos, como sendo compostos por “uma sociedade distinta e escolhida”, constituído por “professores, deputados, senadores, altos funcionários públicos e damas da sociedade” parece indicar que o termo popular não era utilizado no sentido de incluir a maior parte da população.

A presença de mulheres era desejada e frequentemente destacada. As mesmas, que estavam impedidas naquele período de frequentar os cursos superiores existentes no país, o que se manteria até 1879 (LOPES, 2003), podiam frequentar os Cursos do MN. Estes eram frequentados “por homens e senhoras, senhoras principalmente que em

nenhuma outra instituição de instrução superior do país acharão tão natural nem tão fácil ingresso” (MUSEU NACIONAL, 1875)

Na segunda metade do século XIX, a vulgarização da ciência é compreendida como parte da prática científica e valorizada tanto por seu potencial para mostrar a aplicação prática da ciência, quanto por ajudar a promover a civilização do país (CARULA, 2012, p.64). No entanto, os cursos e conferências públicos eram

o intento dos homens letrados com vistas a difundir um conhecimento científico para seus pares, a fim de mostrar a necessidade de educar e civilizar aqueles que estariam impedindo o progresso da nação, os verdadeiros bárbaros, negros índios brancos pobres e mulheres. Assim, apresentavam projetos modernos civilizadores, mas que não atuavam de forma prática na sociedade civilizando diretamente os considerados bárbaros. (CARULA, 2012, p.65)

Köptcke (2005) usa as categorias bárbaro, civilizado e cativo para apresentar a hierarquização dos usos do museu e apresenta como sendo bárbaros aqueles que não seriam possuidores dos códigos de acesso a determinado universo simbólico e cujas práticas de contato e apropriação são classificadas como inadequadas. São aqueles de cujas diferenças se tem medo, pois não se pode controlar.

Um importante marco na visita ao Museu Nacional foi a Exposição Antropológica Brasileira. Inaugurada em 29 de julho de 1882, aniversário da Princesa Isabel e feriado nacional, a exposição durou três meses e disponibilizou ao público aproximadamente 800 objetos distribuídos ao longo de oito salas. Sua inauguração contou com a presença da família imperial e de muitas outras importantes autoridades, bem como da imprensa. Entre os objetos estavam, por exemplo, artefatos indígenas, fotografias, pinturas, crânios, esqueletos de indígenas, podendo ser vistos também dioramas que buscavam reproduzir o cotidiano da vida dos ‘selvagens’ por meio de esculturas papel machê moldadas sobre os corpos de indígenas em interação com objetos (AGOSTINHO, 2017). No entanto, indiscutivelmente o aspecto central da exposição foi a presença de sete indígenas, denominados de modo generalizante como Botocudos, que foram levados à Corte a fim de serem estudados pelos antropólogos do Museu Nacional e expostos com vistas a entreter os visitantes com suas danças e cantos.

Figura 3 - Sala Rodrigues Ferreira, uma das oito que compunham a Exposição Antropológica Brasileira: artefatos e aspectos da vida indígena, 1882



Fonte: Marc Ferrez (1843-1923), Exposição Antropológica Brasileira: artefatos e aspectos da vida indígena, 1882. Biblioteca Nacional

De acordo com Andermann (2004), a Exposição fez parte de um esforço do Museu Nacional em recuperar sua autoridade, antes exclusiva, de expositor de objetos representativos do patrimônio da nação. De acordo com o mesmo autor, a instituição vira sua hegemonia ameaçada pela realização de uma série de exposições de caráter local, estadual e nacional, dentre as quais estavam aquelas preparatórias para as já citadas Exposições Universais, realizadas regularmente a partir de 1861.

Nos interessa particularmente a discussão feita por Vieira (2019) acerca da Exposição de 1882, ao passo que a autora dá ênfase às repercussões populares da exposição. Em sua análise a pesquisadora insere a Exposição Antropológica promovida pelo Museu Nacional no quadro das grandes Exposições Internacionais e das exposições etnográficas desenvolvidas ao longo do século XIX e que atualmente, após revisão historiográfica, são conceituadas como zoológicos humanos (VIEIRA, 2019). Segundo a autora, essas exposições foram produto da combinação entre o colonialismo e a emergência da cultura de massa, e articulavam “funções de espetáculo, performance, educação e dominação” (Ibid., p.320).

As diferentes etapas da exposição, desde a sua preparação, com a chamada pública para empréstimo de objetos para sua montagem, passando por seu evento de abertura e sua visita pública, tiveram grande espaço nos jornais da época. Estes noticiaram

fartamente a comoção que a presença dos indígenas causou junto à população e o acesso em massa decorrente da mesma, levando mais de três mil pessoas ao Museu em um único domingo (ECHO DO POVO, 1882).

Vieira (2019) concluiu que o sucesso de público da exposição foi um problema para o Museu Nacional. Diante deste, seu diretor teve que recorrer frequentemente aos jornais para denunciar o mau comportamento do público, mas também para negociar com o mesmo, usando para isso a ameaça de retirada dos indígenas da exposição, caso os inconvenientes dos curiosos não cessassem.

Uma matéria publicada no periódico Echo do Povo, no dia 13 de agosto de 1882, nos chama a atenção por trazer outros elementos, que não a presença dos indígenas, para pensar o acesso das pessoas à exposição do Museu Nacional, em particular, e à outras exposições naquele período, de modo mais geral.

A exposição antropológica chama todos os dias aos salões do museu um número considerável de curiosos e um pequeno número de pessoas que ali vão estudar. O nosso povo dá a vida por uma exposição...quando a entrada é gratuita. Tive por várias vezes ocasião de ir à exposição da indústria nacional e fazer um cálculo do número de pessoas que lá iam, em relação ao preço da entrada. Nos dias de 1\$000 encontravam-se 50 a 60 pessoas; nos dias de 500 réis, 200 a 300 e nos de 200 réis, 2.000 e mais. Quer isto dizer que o povo gosta de ver coisas bonitas por preço diminuto. Na do museu não se paga. O cidadão entra ali como em casa, de chapéu na cabeça e sem recear que os porteiros o incomodem. No domingo havia nesta exposição mais de 3.000 pessoas entre as que percorriam os salões e as que estavam às portas do edifício esperando a sua vez. É uma bonita exposição, deficiente, é verdade, mas cheia de atrativos. O homem de ciência tem ali vasto campo para estudos, mas é necessário que se estabeleça uma espórtula à entrada, a fim de ver se vai lá menos gente. No meio de tanto povo não se pode estudar (Echo do Povo, 1882, p.1)

Um primeiro elemento a ser destacado é a gratuidade/cobrança de ingresso. O relato acima transcrito busca evidenciar o interesse da população por exposições e afirma que a gratuidade aumentava as chances de acesso às mesmas. Esse acesso supostamente facilitado nem sempre era desejável, como revela a opinião do autor do relato, que coloca em lados opostos os curiosos e os estudiosos, o povo e os homens de ciência, demonstrando que a presença de muitos visitantes causavam perturbação ao que ele parece entender como função primordial da instituição: a pesquisa. Nesse sentido, o autor apresenta a cobrança em dinheiro- a espórtula - como solução para reduzir o acesso do povo ao Museu.

A narrativa registrada em *Echo do Povo* traz ainda um outro aspecto que não é exclusivamente econômico, mas também atitudinal, para pensar o acesso das pessoas ao Museu naquele momento. O porteiro do Museu, invariavelmente associado à força física, aparece no texto como uma figura que não desperta medo no público. Para expressar a naturalidade com a qual os “curiosos” adentravam a instituição, o autor do artigo estabelece um paralelo entre museu e casa, enfatizando a falta de cerimônia com a qual os visitantes acessavam o primeiro, “de chapéu na cabeça”.

Köptcke e Pereira (2010) atentam para o fato de que é preciso relativizar a dimensão do que se considerava acesso em massa e uma multidão no século XIX, apontando que ainda que os museus já buscassem atrair 'multidões' nesse período, eventos dessa ordem eram isolados e ocorriam a partir da adoção de medidas específicas para o acolhimento de um público extraordinário. Ainda que com muitos percalços, esse parece ter sido o caso da Exposição Antropológica de 1882.

Com a Proclamação da República, o Museu Nacional ganha outro regimento, contendo um capítulo dedicado às Conferências Públicas. Estas versariam sobre as especialidades do museu e ocorreriam sempre que parecesse interessante à instituição. Meses depois, contudo, um decreto substitui o referido capítulo, marcando uma mudança significativa de orientação, ao definir que deveriam ser promovidos “cursos públicos noturnos de ensino concreto e de modo quanto possível popular”.

A partir da Reforma Benjamin Constant (1890)<sup>29</sup>, o MN passa a atuar como membro do Conselho Diretor da Instrução Primária e Secundária do Distrito Federal. Nesse

---

contexto, passa a colaborar com a implantação de um novo currículo que incluía o ensino da História Natural, entre outras disciplinas científicas, por meio do método intuitivo, pautado na crítica ao ensino livresco e abstrato em favor de um ensino mais prático, concreto e científico (SILY, 2012).

---

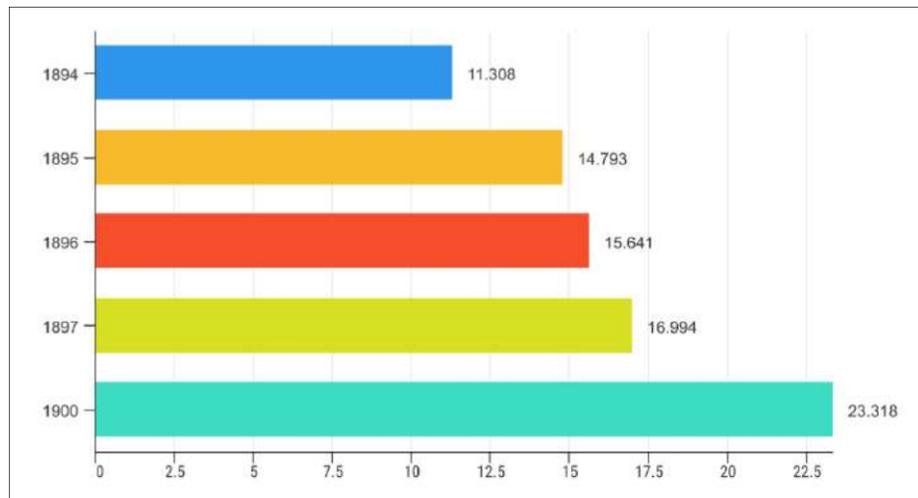
<sup>29</sup> No contexto do novo regime político instaurado com a Proclamação da República, foi criado em 1890, o Ministério da Instrução Pública, Correios e Telégrafos, o primeiro dedicado à Educação. À frente do mesmo, Benjamin Constant, o Pai da República, promove uma reforma do ensino destinada ao Distrito Federal, criando um regulamento para a Instrução Primária e Secundária que viabilizou o crescimento do ensino público e o desenvolvimento das instituições culturais, tendo como princípios a liberdade, gratuidade e laicidade do ensino. Ver: SEKI, A.L.S.; MACHADO, M.C.G. A disciplina de Instrução Moral e Cívica na Reforma Educacional de Benjamin Constant de 1890. VIII Jornada de HISTEDBR. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, 2008.

A reforma educacional previa que cada escola primária tivesse um museu escolar formado por coleções de mineralogia, botânica e zoologia, bem como de instrumentos e de outros recursos voltados ao ensino concreto. Em total consonância com a política educacional, o regimento do Museu à época instituía que suas seções provessem as escolas primárias e secundárias da capital com o material de que elas precisarem para a instrução concreta e demonstrativa. Assim, o Museu Nacional encerra sua trajetória no século XIX não só afinado, mas bastante envolvido com as políticas educacionais vigentes.

Em relação à disponibilidade do Museu para visitaçã, verificamos que dias e horários de funcionamento aparecem nos regulamentos a partir de 1888, quando o Museu podia ser visitado em dois dias da semana. Já em 1890 se especifica que a visita ocorreria aos domingos, das 10h às 14h30min. Em 1899 o horário de visitaçã passaria para três dias na semana (quinta, sábado e domingo), de 11h às 14h30min. Nesse período o Museu já havia sido transferido para o Paço de São Cristóvão, na Quinta da Boa Vista, onde passou a funcionar em 1982.

Pelo que foi possível verificar, o primeiro relatório do Museu Nacional que registra o número de visitantes é o de 1894, ano em que o Museu permaneceu aberto apenas por seis meses. Nos anos seguintes os registros continuariam sendo feitos, indicando que tal prática de registro fora instituída no Museu e nos permitindo observar um pequeno aumento na visitaçã, conforme vê-se no gráfico subsequente.

Gráfico 1 - Visitaçã anual do Museu Nacional referente aos anos de 1894-1897 e 1900



Fonte: Köptcke (2010)

De acordo com Lopes (2003, 2009), na busca por verbas e por comprovar o cumprimento de sua missão civilizadora, os museus trataram cuidadosamente do registro do número de visitantes, revelando a preocupação destes em evidenciar a utilidade e relevância social de seu trabalho junto às populações locais. Não existem dados acerca do perfil dos visitantes dos museus à época. Certamente os mesmos não alcançavam a maior parte da população, contudo a frequência aos principais museus brasileiros no final do século XIX e início do século XX aponta para um crescente interesse da sociedade por essas instituições (POSSAS, 2005), conforme vê-se da tabela subsequente.

Tabela 3 - Frequência do Museu Nacional, Museu Paulista e Museu Goeldi (1894-1907)

Ano	Número de Visitantes (Continua)		
	Museu Goeldi	Museu Paulista	Museu Nacional
1894	---	---	11.308
1895	---	---	14.793
1896	---	40.000	15.641
1897	75.671	32.315	16.994
1898	85.172	32.965	---
1899	79.167	32.063	---
1900	91.434	28.484	23.318
1901	88.008	26.672	17.751
1902	93.018	21.536	18.804
1903	80.189	34.813	12.514

Ano	Número de Visitantes (Conclusão)		
	Museu Goeldi	Museu Paulista	Museu Nacional
1904	92.637	37.781	25.584
1905	94.225	48.758	26.194
1906	116.159	44.619	33.458
1907	124.670	40.660	36.573
<b>Total</b>	<b>1.020.350</b>	<b>420.666</b>	<b>252.932</b>

Fonte: IBGE, Estatísticas do séc. XX

A frequência do público, segundo Lopes (2009), era nesse período um dado utilizado mundialmente para aferir o sucesso dos museus. Ainda de acordo com a autora, se traçados paralelos entre museus brasileiros e instituições situadas em outros países, considerando evidentemente as diferenças populacionais, é possível afirmar que o quantitativo de público de nossas instituições seria equivalente ao das demais.

No entanto, domesticamente, havia uma grande diferença entre a visitação pública ao Museu Goeldi, após a reforma de 1894, e aquela verificada no Museu Nacional e no Museu Paulista no mesmo período. O próprio Emílio Goeldi, diretor do Museu Paraense entre 1894 e 1907,<sup>30</sup> buscou explicar essa diferença. Para o mesmo, diante do grande interesse de toda a população, sem distinção de classe social, pelos animais vivos, o Museu “criou raiz e adquiriu positiva simpatia por parte do povo”, (GOELDI, 1900, p.51 apud. SANJAD, 2006, p.172), tendo recebido 50 mil pessoas em 1896, o que correspondia a metade da população da época. No entanto, tal simpatia expressa pelo elevado afluxo de visitantes, se por um lado era desejada e usada politicamente para atrair verbas para a instituição, por outro gerou problemas.

Sanjad (2006), elenca uma série de conflitos decorrentes do acesso em massa ao Museu e as estratégias desenvolvidas pelo seu diretor para contorná-las. O público era por este classificado como mal-educado, barulhento, desordeiro, enfim despreparado

<sup>30</sup> O Museu Paraense de História Natural e Etnografia, em 1900, por meio de um decreto do governo estadual, teve seu nome alterado para Museu Goeldi. Atualmente o Museu Paraense Emílio Goeldi é uma instituição federal que integra a estrutura do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações.

---

para acessar o espaço dentro dos princípios democráticos. Diante disso, Goeldi recorre inicialmente ao aumento no número de guardas e mais tarde, em 1902, cria o “dia de famílias”. Essa iniciativa atendia a demandas específicas das famílias da elite local, incomodadas com a grande concorrência nos feriados e domingos, nos quais eram obrigadas a dividir espaço com as classes populares. Para as famílias decentemente vestidas, classificadas por Goeldi como “público sensato”, a instituição passa a abrir às terças-feiras. Desse modo, o gestor passa a promover a seleção do público de acordo com a classe social, por meio do que ele próprio denominou de “peneiramento social” (GOELDI, 1906, p.492-493 apud. SANJAD, 2006, p.172).

Margaret Lopes (2003) nos lembra que a transformação dos museus em espaços públicos não se deu sem conflitos. A mesma aborda as contradições que já no fim do século XVIII permearam a relação entre naturalistas e o público leigo no interior dos museus de história natural. Como exemplo, cita as visões conflitantes de Lamarck, professor do Museu de História Natural de Paris (*Muséum de Paris*), e André Thouin, jardineiro-chefe do Jardim de Plantas. Lamarck criticava o uso exclusivo de nomes vulgares na classificação de várias espécies no *Muséum de Paris* e defendia o uso do latim nas etiquetas e os nomes vulgares em letras diminutas. O referido naturalista se queixava também da ocupação do espaço do museu pelo público formado por não especialistas, aqueles que viam a visita como forma de diversão. Assim, propôs algumas alterações no acesso por meio da qual defendia a reserva do turno da manhã para a visita pública. Já Thouin era partidário de etiquetas com letras grandes e na “língua da nação” ao lado das científicas, além de compreender que o Jardim era não só um espaço de produção de conhecimento científico, mas também de lazer.

Ao abordar o acesso ao Museu, os regulamentos de 1876, 1888 e 1889 revelam a seguinte regra: o museu seria franqueado às pessoas decentemente vestidas<sup>31</sup>. A

---

<sup>31</sup> No Brasil, em 1854, o acesso à escola foi franqueado à população livre e vacinada e se instituiu o ensino obrigatório de pessoas de 5 a 15 anos. A pobreza associada à ausência de roupas consideradas decentes para frequentar a escola e à mendicância, eram condições suficientes para o recolhimento de meninos menores de 12 anos em casas de asilo e consequente envio a oficinas particulares para aprendizado de ofícios, mediante contrato com o Estado (SCHWARCZ, 2019).

vestimenta como critério regulador de acesso aos museus esteve inicialmente presente no processo de abertura dessas instituições ao grande público na Europa e nos Estados

---

Unidos, iniciado por imposição dos governos que financiavam essas instituições naqueles países. Segundo McManus (2013, p.13), para que a entrada ocorresse, duas exigências foram postas pelos curadores dos museus: que as pessoas “estivessem muito bem vestidas” e que “não cheirassem mal! Isso era muito importante, as pessoas deveriam entender que ali não era a rua, era sim algo muito especial.”

A contradição entre a retórica de educação do povo assumida por órgãos públicos de cultura e educação e a falta de acesso da classe popular carioca à mesma é abordada pelo escritor Lima Barreto em seu conto “Um do povo”<sup>32</sup>. O mesmo narra a história de um homem maranhense, morador de Anchieta, subúrbio carioca, que estudara no Conservatório de Música. Por força de ter que sustentar a família, não pode se dedicar à música, tendo que trabalhar como construtor de fossas. Ao saber do espetáculo da orquestra vienense no Theatro Municipal, escovou sua roupa e se dirigiu ao mesmo. Chegando lá, não pode entrar, pois segundo ele: “- (...) qualquer lugar era tão caro que, se eu alugasse um, ficava sem comer uma semana”. Tal estado de coisas surpreendera o personagem criado por Barreto, haja vista o fato de que, segundo aquele: “- Sempre li que a prefeitura tinha erguido aquele teatro para a educação do povo”, ao que o seu interlocutor responde: “-Que engano! Ele deve estar por quinze mil contos, extorquidos ao povo; mas foi feito para a educação dos ricos. Ei aí!” (BARRETO, 2010, p. 455).

O conto de Lima Barreto denota a necessidade de se melhor compreender qual seria o conceito hegemônico de povo que pautava os discursos e as práticas dos homens de ciência e dos políticos brasileiros à época. É importante não perder de vista a ambivalência do conceito de povo, diferenciado entre *plebs* e *populus*, seus dois possíveis significados. A primeira categoria remete aos homens educados e detentores de propriedade, enquanto a segunda se refere aos pobres, à multidão, à massa trabalhadora.

Modelli (2018) argumenta sobre as diferentes maneiras como *plebe* e *populus* foram separadas na Constituinte de 1823. Segundo ele, no discurso político brasileiro do início

---

<sup>32</sup> Publicado originalmente em 19 de agosto de 1922 (SCHWARCZ, 2010).

dos oitocentos predominava um conceito idealizado de povo, entendido como *populus* e que excluía a *plebs*, considerada imprópria para o exercício da cidadania, sendo a população “entendida como um conjunto de habitantes de uma unidade política, [que]

---

não poderia ser identificada como o povo, pessoa coletiva miticamente dotada de soberania” (Op.cit., p. 10). Ainda de acordo com Modelli, estavam excluídos da noção de povo, no Brasil daquele período, não só os negros escravizados e indígenas bravos, mas a depender do momento, também a população livre pobre que poderia ser entendida como não portadora de cidadania, especialmente em situações em que exigissem ativa participação política.

Já Carula (2007) recorreu à dicionários de língua portuguesa publicados em fins do século XIX com o intuito de verificar quais seriam, à época, os significados atribuídos ao termo popular. As fontes consultadas revelam a ideia de que popular é o que agrada o povo, sendo o povo a parte mais numerosa, contudo menos rica, privilegiada e ilustrada da população. Tornar alguma coisa popular seria o mesmo que vulgarizá-la. A ideia de tornar acessível aos mais diferentes espíritos também foi verificada.

Barreto usa o termo povo em oposição aos ricos, o que revela o seu uso no sentido de *plebs*, claramente se referindo aos pobres, aos operários, à classe trabalhadora. Já as ações de educação popular coordenadas pelo Museu Nacional, em especial os Cursos Públicos, difundidos por meio do jornal impresso em um país de maioria analfabeta, claramente não incluíam a categoria usada por Barreto. Ainda que semanticamente fosse possível o povo incluir a *plebs*, isso não era politicamente desejável.

## 2.2 A EDUCAÇÃO DO POVO COMO FUNÇÃO DO MUSEU: REFORMA, NOVAS EXPOSIÇÕES E O PRIMEIRO GRANDE SALTO NA VISITAÇÃO

O Museu Nacional iniciou o novo século sob a gestão de João Batista de Lacerda (1895-1915).<sup>33</sup> De acordo com Lopes (2009), a virada para o século XX é, no âmbito museal, internacional e nacionalmente, marcada pela dicotomia entre ensino e pesquisa

---

<sup>33</sup> João Batista de Lacerda (1846-1915), antropólogo, formou-se médico no Rio de Janeiro. Ingressou no Museu Nacional em 1876 e foi diretor da instituição entre 1895 e 1915.

e por uma maior ou menor valorização dos aspectos educativos para públicos mais amplos, entre outros aspectos. No contexto brasileiro, o Museu Nacional optou por ser um museu complexo e cada vez mais escolarizado, enquanto o Museu Paulista optou por desenvolver uma especialização cada vez maior.

---

Em 1905, Lacerda, em *Fastos do Museu Nacional*, aborda as modificações a serem feitas na instituição. A primeira citada por ele diz respeito à uma mudança no regimento visando retomar a obrigatoriedade das conferências públicas ministradas por professores e assistentes da instituição. De acordo com o mesmo

Os museus não são unicamente destinados a exhibir coleções [...] visam também instruir o público com o auxílio das coleções e a maneira de tornar efetiva essa instrução, baseada no conhecimento prático dos objetos, é dá-la mediante conferências públicas (LACERDA, 1905, p.140)

Deste modo, o diretor do MN parece destacar seu compromisso com a dimensão educativa do Museu. A retomada da iniciativa implementada no século anterior, por Ladislau Netto, parece ser também uma estratégia política, ao passo que Lacerda faz questão de lembrar que ela conquistou “aplausos da imprensa diária e as demonstrações do público seletivo, que as frequentava, atraíram para o Museu as simpatias da opinião pública, e fizeram alçar o valor desse estabelecimento” (LACERDA, 1905, p.140).

Outra preocupação de Lacerda era o Parque da Quinta da Boa Vista, que estaria bastante descuidado, representando um grande peso para a administração do Museu. No contexto das transformações urbanísticas pelas quais a cidade passava, o diretor conclamou governos federal e municipal a se unirem para a transformação da Quinta. Entre as ideias reunidas por Lacerda estavam a construção de pavilhões para música, criação de restaurante e bar, trechos preparados para jogos de futebol e outros para corridas de pedestres, além do aumento da iluminação, visando a maior segurança dos frequentadores. Caso tais melhorias fossem feitas, Lacerda acreditava que a população do Rio passaria a frequentar o Parque aos domingos. Verificamos, assim, uma preocupação por parte da gestão do Museu com o acesso da população ao local.

Como denota o texto de Lacerda, o período era marcado por falta de entendimento entre a municipalidade e a União, fazendo com que a Quinta da Boa Vista não recebesse a atenção devida dos poderes públicos. O estado de abandono era possivelmente reflexo

das transformações ocorridas em fins do século XIX e que deixaram marcas profundas no bairro de São Cristóvão. Este foi o centro da industrialização da cidade no século XIX, fomentada por sua localização próxima ao porto e à estrada de ferro, o que acarretou também no aumento de sua população. Com a República, o Paço de São Cristóvão perde para o Palácio do Catete seu posto de espaço central do poder político da nação. A elite acompanha o deslocamento do eixo de poder para a zona sul e, São Cristóvão, antes um bairro de perfil residencial e elitista, passa a ser marcadamente um bairro industrial e de perfil operário (TRINDADE, 2013). A história da Quinta muda quando o conflito entre os poderes públicos é resolvido. Isso se deu, segundo Trindade (2013), apenas em 1909, quando o município firma um acordo com o Ministério da Viação e Obras Públicas, que possibilita a Inspetoria de Matas, Jardins, Arborização, Caça e Pesca a assumir a reforma da Quinta. Assim, em fins dos anos 1900, o Parque da Quinta da Boa Vista seria remodelado.

A Quinta foi entregue a população em 1910 e surge como um parque público. Dentre alguns dos novos atrativos apresentados à população estavam: um Aquário de água doce,<sup>34</sup> um Templo em ruína em uma das ilhotas para a realização de concertos musicais (atual Templo de Apolo), um pavilhão de concreto armado destinado à retretas domingueiras e um jardim elevado (jardim terraço) na frente do Museu (REIS, 1977. Apud. TRINDADE, 2013; FERREIRA, MARTINS, 2000). Nesse contexto, o Portão de Northumbeland, que anteriormente fechava a Alameda das Sapucaias, foi desmontado e reinstalado em outro local do Parque, fazendo a demarcação frontal dos limites entre a Quinta e a área destinada à construção de um Jardim Zoológico municipal.<sup>35</sup> O complexo

---

<sup>34</sup> O Aquário da Quinta da Boa Vista foi inaugurado em novembro de 1910 e consiste em uma ampla construção circular, de autoria de Luis Rey, inspirada no Aquário de Berlim. Internamente a edificação simula uma caverna e, externamente, imita um maciço de rochedos. Composta por treze tanques internos, era destinada à exposição permanente de peixes coletados em rios. Por iniciativa do Dr. Júlio Furtado, Diretor da repartição municipal de Pesca, Caça e Matas, foi anexado ao aquário, um laboratório de piscicultura (QUINTA ..., 1910). Tombado pelo Instituto Histórico do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 1938, suas instalações arquitetônicas são representativas dos padrões de exposição de animais aquáticos no início do século XX. Foi fechado em 1940 e apenas reinaugurado em 2004, após a Fundação RioZoo ter assumido a sua manutenção (PAIS, 2013). O Rio de Janeiro já contava, em 1904, com outro Aquário, o do Passeio Público, este de água salgada, que expunha animais da fauna marinha da Baía de Guanabara. Mais tarde, em 1927, foi criado o Aquário do Parque Lage, existente ainda nos dias de hoje.

<sup>35</sup> O lançamento da pedra fundamental da construção do Jardim Zoológico se deu em 1913, mas a abertura do mesmo só se daria em 1945. O portão pode ser visto ainda hoje na entrada do BioParque, antigo RioZoo.

composto por Aquário Público, Museu Nacional e Zoológico transformaria a Quinta da Boa Vista em um centro de referência nos estudos de História Natural (TRINDADE, 2013).

---

Assim como o próprio Parque, o Museu também seria reformado naquele período. O Museu Nacional fechou ao público em 1910, visando adaptar a instituição às suas necessidades funcionais, e foi reaberto em 12 de outubro de 1914, amplamente renovado. Não foi somente o palácio que passou por uma reforma. A administração do MN também seria reformada com a aprovação de um novo regulamento, em 1911. Com ele, o horário de visitação do Museu foi ampliado, deixando de abrir ao público apenas às “quintas-feiras, sábados e domingos, das 11 horas da manhã às 2 ½ da tarde” (MUSEU NACIONAL, 1899) para “todos os dias das 10 horas da manhã às 3 da tarde, exceto às segundas e sextas-feiras” (MUSEU NACIONAL, 1911).

O desejo de Lacerda em retomar as conferências públicas, expresso em 1905, se formaliza no documento. Em contraste com o regulamento vigente até então, segundo o qual os professores e assistentes do Museu realizariam conferências públicas sempre que parecesse conveniente, o novo regulamento (1911) institui que o Museu deveria contar com um programa anual de cursos e conferências, a ser definido pela primeira sessão da Congregação de cada ano. No Capítulo IV, intitulado Os Cursos, encontramos que

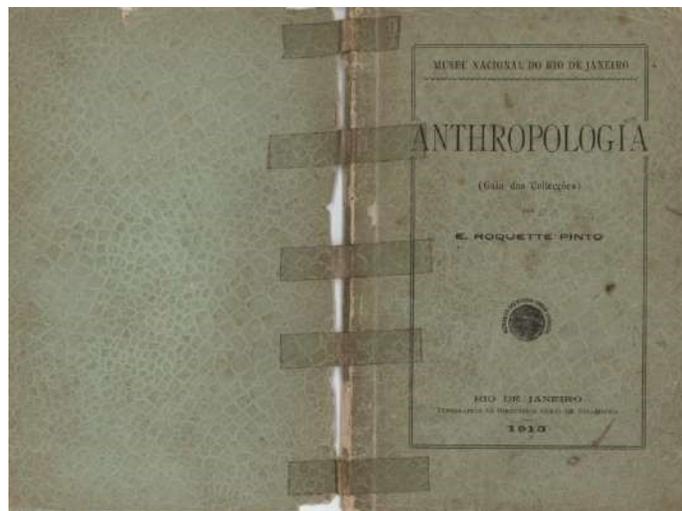
Art. 18. Os chefes de secção e professores e os substitutos do Museu realizarão cursos práticos gratuitos sobre assumptos concernentes às matérias que respectivamente lhes competirem, cabendo aos chefes de laboratórios a realização de conferências sobre os assumptos de suas especialidades.

Nesse contexto de mudanças, a instituição produziu guias de coleções que, de acordo com o Regimento de 1911, deviam conter ilustrações e serem redigidos de modo a alcançar a todos, visando orientar e facilitar as visitas. Um dos poucos Guias elaborados foi o de Antropologia, escrito por Edgard Roquette-Pinto.

---

A total remodelação da Quinta se deu durante o governo do presidente Nilo Peçanha e do prefeito do Distrito Federal, Serzedelo Correia.

Figura 4 – Capa do Guia de Antropologia do Museu Nacional



Fonte: Roquette-Pinto, E. (1915)

Ainda no início da reforma do Museu, Lacerda aproveitou sua ida ao Congresso Universal das Raças, realizado em Londres no ano de 1911, e prolongou sua permanência na Europa para visitar as mais importantes instituições museais locais, visando ao levantamento do que poderia ser reproduzido pela instituição que ele dirigia (ARANHA FILHO, 2011).

Com base em observações feitas *in loco* em espaços museais bastante prestigiados de Paris e Londres<sup>36</sup>, Lacerda elencou uma série de modificações a serem feitas no Museu Nacional. Em relação à visita feita ao Museu de História Natural de Paris, Lacerda

<sup>36</sup> O cientista apresentou ao Ministério da Agricultura um relatório de 43 páginas (LACERDA, 1914), com dados e análise das visitas feitas. De acordo com o mesmo foram visitadas as seguintes instituições: Museu de História Natural de Paris, Museu Britânico, Victoria and Albert Museum, Museu de História Natural de Londres (South Kensington Museum), Jardim Zoológico de Londres, Kew Garden (Jardim Botânico) e a Exposição Científica e Industrial de White City.

destacou alguns “requisitos (...) indispensáveis para tornar o Museu uma escola prática, sem professor” (LACERDA, 1914, p.202). O Diretor do MN verificou

a indicação sistemática por letreiros (affiches) das salas, dos caminhos, das entradas e saídas, assim como das obrigações dos visitantes, recomendações de não tocar os animais que podem ofender as pessoas, explicações detalhadas das etiquetas pregadas nas peanhas em que estão montados os grandes espécimes, nome por extenso de cada um dos ossos que compõem o crânio humano desarticulado e, ainda, a designação infalível da procedência de cada espécime (...)

---

Citou, também, a cordialidade dos guardas daquela instituição. Após descrever o uniforme utilizado pelos mesmos, o brasileiro afirma que os guardas eram “de grande amabilidade para com os visitantes [...]” e completa dizendo “Estou certo de que, se um desses empregados ofendesse um visitante, seria logo despedido, e seguros disso, eles se esmeram em dar arras de sua delicadeza para com todos que ali vão” (LACERDA, 1914, p.202-203). Vislumbramos aqui o entendimento de que o museu deveria contar com profissionais que não só garantissem a segurança do acervo, mas que também contribuíssem para o acolhimento dos visitantes.

João Batista de Lacerda elencou, na parte final de seu relatório, uma série de propostas para o Museu Nacional. Entre aquelas mais voltadas à visitação pública estavam a recomendação para que o Museu fechasse ao público apenas um dia na semana e sobre a conveniência de se “fazer tocar, todos os domingos, no vestíbulo do edifício, durante as horas da visita, uma banda de música” (LACERDA, 1914, p.232), como estratégia para atrair visitantes.

Algumas das transformações feitas no Museu a partir desse momento foram claramente influenciadas pelas visitas às instituições londrinas e parisienses. Em 1911, Lacerda registrou que “Cada salão deve ter uma denominação, tirada ou das coleções que nele existem ou do nome de um naturalista célebre” (LACERDA, 1914, p.232). A partir da remoção das antigas divisões internas da época imperial, foram abertas grandes salas voltadas às exposições de longa duração no Museu Nacional. Assim, a sequência de aposentos imperiais deu lugar a amplos salões de exposição que passaram a ter,

pintadas diretamente na parte alta das paredes, os nomes de destacados cientistas cujos trabalhos se relacionam aos temas das exposições (FERREIRA, 2008).<sup>37</sup>

O público anual do MN, que raramente passava de 30 mil visitantes nos anos de 1900, fora sempre superior à 100 mil nas décadas de 1910 e 1920, chegando a 181.556 pessoas em 1915<sup>38</sup>, conforme é possível verificar no gráfico subsequente.

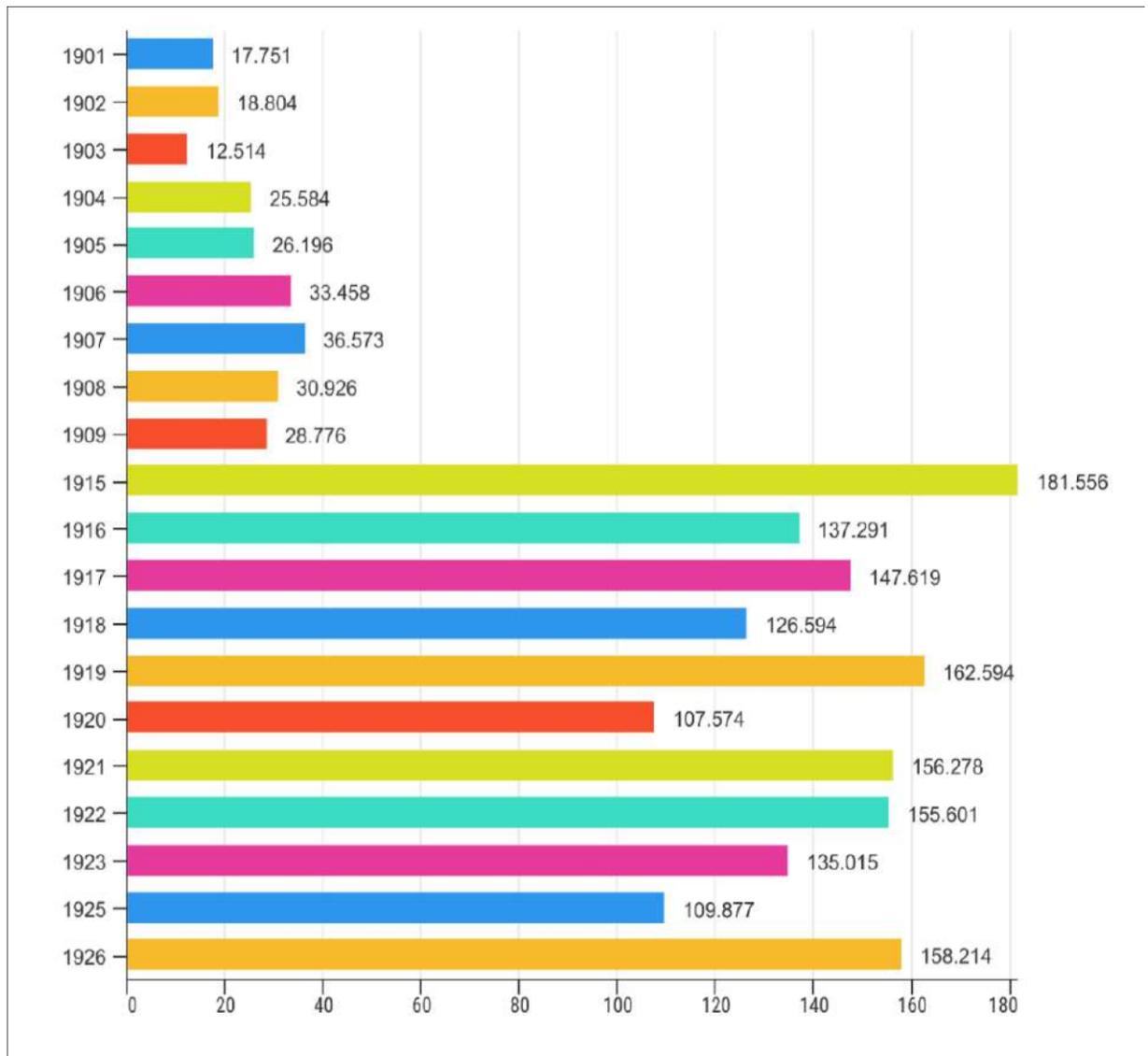
---

Gráfico 2 - Público de visitação anual do Museu Nacional no período de 1901 a 1926

---

<sup>37</sup> No guia de coleções elaborado por E. Roquette-Pinto (1914), referente às áreas de Antropologia e Etnografia que se situavam no primeiro andar, é possível verificar os nomes de alguns dos naturalistas selecionados: Champolion, Varnhagem, Humboldt, dentre outros.

<sup>38</sup> Dados referentes ao público visitante do Museu Nacional de 1091 a 1909 podem ser consultados em: <<http://seculoxx.ibge.gov.br/populacionais-sociais-politicas-e-culturais/busca-por-palavra->



Fonte: Brasil (1927); Museu Nacional (1919, 1922, 1923), Relatórios Ministeriais

O ano de 1915 se destaca não só pelo recorde de público, como também pela diferença significativa na frequência de visitantes em comparação com a década anterior.

A análise de matérias jornalísticas produzidas por ocasião da reabertura do MN, no final de 1914, nos apresenta fortes evidências de que a transformação implementada no

chave/cultura>. Os demais dados podem ser encontrados nos relatórios institucionais referentes aos anos de 1919, 1920, 1921 e 1922.

Museu, ao longo de pouco mais de três anos em que permaneceu fechado, mobilizou o interesse do público pela instituição.

A reabertura do Museu contou “com a presença das altas autoridades da República e grande concorrência popular” (Relatório Ministerial, p.31), sendo a seção de Antropologia e Etnografia, “pela sua belíssima organização, um dos pontos de mais atração dos visitantes” (p.32). A cobertura jornalística fala em uma transformação radical, de modo que “Os que frequentavam o Museu antes do início da remodelação e hoje lá forem não o reconhecerão. Antes da reforma, existiam no Museu 14 salas, inclusive as galerias. Atualmente há 36 salas (...)”. A Gazeta de Notícias, de 13 de outubro de 1914, noticiou que, finalizada a rápida sessão de abertura, o Ministro iniciou a visita ao Museu, foi quando “as portas principais do edifício abriram-se logo à multidão, que invadiu presto, as galerias, enchendo-as todas, curiosas. (...) Uma romaria de curiosos subiu toda a tarde ao Museu Nacional, até depois de 3 horas, quando se fecharam as portas do palácio” (NA QUINTA..., 1914, p.2). O *A Noite* também se refere ao grande afluxo de visitantes na ocasião, informando que o público “em massa, estacionava às portas do edifício. Dentro em breve estava o Museu repleto de famílias e cavalheiros” (A CERIMÔNIA..., 1914, p.2).

É interessante notar que outro equipamento situado na Quinta também atraía a atenção do público naquele ano. O Aquário da Quinta da Boa Vista, criado em 1910, recebeu em 1915, de acordo com o *Jornal do Commercio*, 113.430 visitantes (AQUÁRIO..., 1915). Já segundo o jornal *A Noite*, o público naquele ano teria sido de 99.908 pessoas (SÃO..., 1918)<sup>39</sup>. As notícias veiculadas nos jornais evidenciam não só o grande afluxo de público ao equipamento, mas também a valorização de sua função educativa por parte do poder público. Em especial no ano de 1916, no contexto da reforma escolar promovida pelo Diretor de Instrução Pública Afrânio Peixoto, afirmavase, ainda que de maneira imprecisa, que a execução de um de seus pontos passava pela realização de visitas de grupos de alunas primárias, acompanhadas de suas professoras, ao Aquário da Quinta. No local, divulgava o jornal, o professor do Museu que teria a seu

---

<sup>39</sup> O Aquário da Quinta foi visitado por 128.309 pessoas em 1916 e por 90.720 em 1917. A queda no número de visitantes neste último ano foi alvo de questionamento por parte do jornal *A Noite*. Segundo a reportagem, talvez a diminuição do público tenha sido reflexo da crise que levou a população a cortar despesas consideradas mínimas, dentre elas as passagens de bondes. O outro Aquário existente à época, o do Passeio Público, também era bastante frequentado. Recebeu 87.854 visitantes em 1915, 103.659 em 1916 e 121.607 em 1917 (SÃO..., 1918).

cargo o aquário<sup>40</sup>, daria explicações mais detalhadas da fauna marinha em exposição para as estudantes. (VISITAS..., 1916).

Nesse sentido, os registros consultados nos levam a acreditar que o crescimento exponencial de visitantes do Museu Nacional verificado no ano de 1915 é resultado de uma combinação de fatores, que engloba tanto a renovação do Museu, quanto a remodelação da Quinta da Boa Vista, incluída aí a instalação de um outro equipamento de cultura e lazer no Parque, o Aquário.

Ainda em 1915, Bruno Lobo<sup>41</sup> assume a Direção do Museu. Sua gestão marcaria “uma nova fase de vida e de atividade” (INSTRUAMOS..., 1915, p. 1) da instituição, na qual o intenso movimento de visitantes indicaria que as coleções iam interessando a população. O Imparcial fala em “ressureição que restituiu o Museu Nacional à admiração do público” (O MUSEU, 1916).

Dentre as iniciativas implementadas por Lobo, encontra-se a retomada das conferências enquanto estratégia de divulgação científica que, segundo o próprio, já não ocorriam há mais de 20 anos (O MUSEU..., 1916), a elaboração dos guias de exposição, a ampliação do horário de visitação, que por sua vez foi acompanhada do aumento da segurança do Museu<sup>42</sup>, entre outros. Contudo, é interessante destacar a iniciativa de Lobo em instalar um equipamento de projeção cinematográfica, acompanhado da aquisição de vários filmes sobre História Natural. O cinema, segundo a imprensa, era naquele momento um meio de divulgação muito apreciado pelo público. Assim, Lobo pretendia disponibilizar o mesmo gratuitamente e, para tanto, enviaria convites para as escolas e se empenharia pela publicização das sessões (INSTRUAMOS..., 1915).

Na gestão de Lobo o regimento do Museu é reformado. O Regimento de 1916 oficializou uma das recomendações feitas por seu antecessor, João Batista de Lacerda.

---

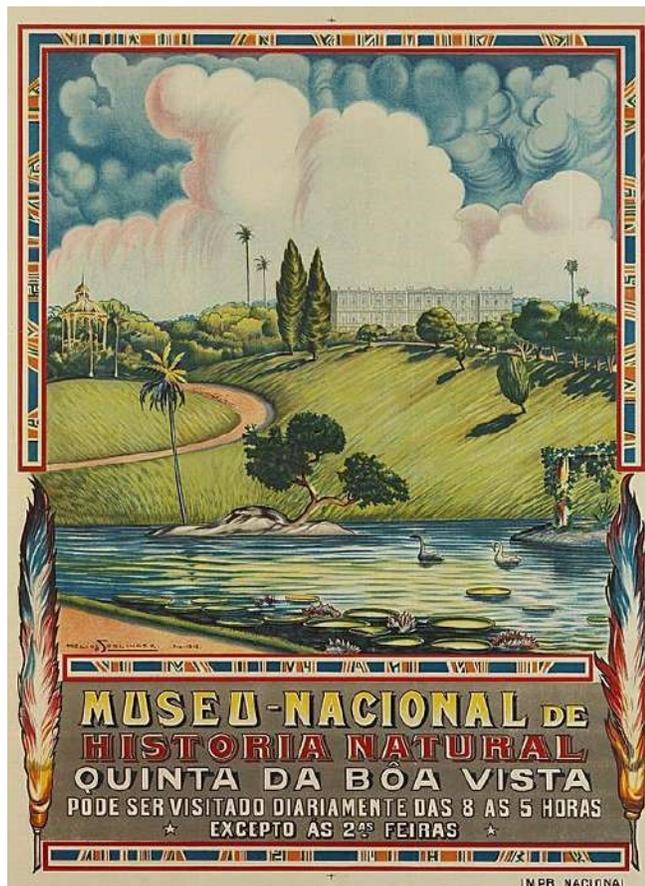
<sup>40</sup> Não foi possível, ainda, confirmar se o professor em questão era do Museu Nacional.

<sup>41</sup> Bruno Álvares da Silva Lobo (1884-1945), Diretor do Museu Nacional entre os anos de 1915 e 1923, foi um professor e médico paraense, formado pela Escola Nacional de Medicina. Atuou no Hospício Nacional dos Alienados, do qual foi diretor, foi também médico legista da polícia do Distrito Federal e professor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.

<sup>42</sup> Lobo teria “obtido do dr. Aurelino Leal uma turma de guarda civil e 10 soldados da polícia militar, conseguindo mais que o sr. Ministro da Agricultura destacasse (...) numerosos adidos” para o museu (INSTRUAMOS..., 1916). Aurelino Leal (1877-1924) foi nomeado pelo presidente da República Venceslau Braz, chefe de polícia do Distrito Federal, permanecendo no cargo entre 1914 e 1918.

O Museu que antes funcionava para visitação pública cinco dias na semana durante cinco horas, passou para seis dias da semana ao longo de oito horas. O horário instituído a partir de 1916 está registrado em belo cartaz de divulgação do Museu Nacional, concebido em 1918, ano do Centenário do Museu Nacional.

Figura 5 – Cartaz de divulgação do Museu Nacional desenhado por Helios Aristides Seelinger



Fonte: O Museu Nacional. São Paulo: Banco Safra, 2007.

É interessante notar que o cartaz retrata, em primeiro plano e com cores fortes, a diversidade vegetal do Parque, juntamente com seu lago, acompanhado de rochedos artificiais e de alguns animais. No gramado, à esquerda, é possível ver o pavilhão de concreto, hoje conhecido como Pagode Chinês, e no lado, à direita, vemos parcialmente o Templo em Ruína, conhecido como Templo de Apolo, ambos instalados na Quinta em 1910. Ao fundo, na parte superior do cartaz, retratado em cores esmaecidas, mesclado

às nuvens, com as quais parece se fundir, vemos o Museu. Este é denominado Museu Nacional de História Natural, talvez em um esforço de comunicar a sua temática a um público que ainda não o conhecia. Na parte inferior, o nome do parque acompanha o do próprio Museu. Uma breve e superficial análise da composição nos leva a concluir que a opção parece ter sido a de apresentar o Museu inserido em um belo e aprazível parque, o da Quinta da Boa Vista, entendido como bem mais do que um simples endereço. Os dois espaços, recém remodelados, assumem ares de modernidade, passando a ocupar um lugar novo na vida cultural da cidade.

Uma matéria publicada no Jornal do Commercio no ano 1914 nos parece expressar bem, assim como o cartaz, a nova vocação desses espaços públicos e a integração entre os mesmos, abordando ainda o acesso da população a ambos.

A reabertura do Museu Nacional deu à Quinta da Boa Vista um pouco mais de movimento. O lindo parque de cuja conservação a Prefeitura se está descurando, recebeu ontem a visita de muitas famílias.

Havia animação em todas as alamedas, pelas quais desfilavam carros e automóveis em número bastante considerável.

A poeira continua a ser o martírio dos que buscam esse delicioso recanto para tonificar os pulmões com um pouco de ar puro.

O aspecto que apresentava ontem a Quinta da Boa Vista a hora do cair da noite era encantador. As pessoas que lá foram com o objetivo especial de visitar o Museu Nacional não resistiram ao desejo de permanecer por ali algumas horas gozando a sombra das árvores e contemplando os lagos tranquilos e o verde imenso dos gramados... (JORNAL DO COMMERCIO, 1914, p.4)

Ainda durante a administração de Lobo, o Museu Nacional completou 100 anos. A comemoração se deu no contexto da participação do Brasil como nação beligerante na Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e apenas poucos dias após o envio de uma divisão naval brasileira à Europa. Diante disso, o centenário foi “comemorado com simplicidade” (O CENTENÁRIO..., 1918a).

A *Época* registrou a participação das escolas públicas no evento, que percorreriam “em turmas, detidamente, as várias seções” do Museu (O CENTENÁRIO..., 1918b). O *Paiz* convocou o “povo suburbano, que ali tem um dos seus melhores pontos de recreio e estudo” a tomar parte da solenidade, tendo o cuidado de sinalizar que não seria “preciso traje de rigor” (O CENTENÁRIO..., 1918a)

O ano de 1918 também seria marcado pela epidemia de gripe espanhola, iniciada em setembro no Rio de Janeiro. Ela teria contagiado seiscentos mil pessoas - mais da metade da população carioca - e matado quinze mil pessoas, além de ter provocado a interrupção de serviços básicos, como a venda de alimentos e o transporte, elevando a inflação. No cenário cultural, a pandemia ocasionou o fechamento de teatros, que voltaram a abrir em fins de outubro daquele ano, quando a situação começou a melhorar, formando-se filas em suas portas (CASTRO, 2019). Não conseguimos localizar registros acerca dos efeitos da pandemia sobre o funcionamento do Museu. Os relatórios indicam que o número de visitantes permaneceu elevado, a despeito do cenário de crise.

Entre os desdobramentos da Primeira Guerra Mundial está a emergência dos Estados Unidos como potência mundial. No Brasil, o espectro da influência estadunidense é amplo e compreende, inclusive, a literatura pedagógica consumida a partir da década de 1920 no país (GHIRALDELLI JÚNIOR, 2009). A influência dos Estados Unidos, segundo Cunha (2007), teve início ainda antes, com o advento da República e a experiência bem-sucedida – diante da qualidade e modernidade da educação – dos colégios voltados ao ensino secundário fundados por missionários protestantes oriundos daquele país. A presença estadunidense foi, segundo o autor, reforçada no pós-Primeira Guerra, por sua posição hegemônica nos meios de comunicação de massa.

No final da década de 1910 já é possível notar a influência dos museus estadunidenses sobre o Museu Nacional, ao menos no que se refere ao desenvolvimento de sua função educativa. O discurso de Edgard Roquette-Pinto, proferido em 1918 por ocasião do Centenário do Museu Nacional, aponta para nessa direção. No mesmo ele afirma que “um museu (...) deve ser, antes de tudo, casa de ensino, cada de educação” (ROQUETTE-PINTO, 1919, p.29), e que o Museu é “Escola que ensina a todos, escola que ensina tudo” (ROQUETTE-PINTO, 1919, p.29). Para defender o papel educativo da instituição recorre ao exemplo do Museu Americano de História Natural de Nova Iorque, ao citar a sua divisa “Para o povo, para a educação, para a ciência”.

Em 1922, Bertha Lutz foi pessoalmente aos Estados Unidos para representar o Museu Nacional na 70ª Reunião Anual da Associação Americana de Museus, realizada entre os dias 11 e 13 de maio na cidade de Buffalo (Nova Iorque). Na ocasião, Lutz

proferiu uma palestra que foi publicada com o título *The National Museum of Brazil* (LUTZ, 1922), no periódico *Museum Work* (vol.5, n.4), organizado pela referida Associação.

Lutz (1922) em seu artigo aborda tanto aspectos históricos do Museu Nacional - sua criação em 1818, a trajetória do Paço de São Cristóvão, como residência da família real portuguesa e imperial brasileira e, depois, como sede do Museu – quanto cita os Departamentos existentes à época no Museu – Mineralogia, Paleontologia, Botânica, Antropologia e Entomologia, incluindo aí uma brevíssima descrição dos estudos por eles realizados. Contudo, atenção muito maior é dada à Educação.

Na parte dedicada à Educação, Bertha Lutz afirma que além das pesquisas realizadas pelos Departamentos, “o trabalho educacional também está sendo desenvolvido ao máximo”. Nesse sentido, parece querer enfatizar a importância que o Museu dava a esse aspecto e que o mesmo tinha tanta atenção quanto à produção do conhecimento científico. Aborda inicialmente o estreitamento da relação do Museu Nacional com as escolas, seja por meio do estímulo das visitas escolares à instituição, seja pela distribuição de coleções às instituições escolares. Lutz afirma uma preocupação do Museu em se relacionar “com todo tipo de instrução”, envolvendo não só as escolas primárias, mas os demais níveis de ensino. A mesma destaca ser a Educação uma preocupação do Diretor do Museu, Bruno Lobo, que segundo ela “tentou atrair todos os professores da cidade do Rio de Janeiro para o nosso museu” e teve como uma de suas primeiras iniciativas ao ocupar o cargo, a de “convidar todos os professores das escolas do Brasil para trazer todas as crianças” para o Museu Nacional. Além do próprio museu e de seus jardins, professores e estudantes podiam assistir à palestras sobre história natural em seu auditório. Esse mesmo espaço, segundo ela, era utilizado para cursos voltados para o público em geral.

Sobre a doação de material às escolas, Lutz destaca a elaboração de quadros murais acerca da fauna brasileira, haja vista que até o início da produção desse tipo de material pelo Museu Nacional, as escolas somente contavam com aqueles produzidos em Paris, fazendo com que os estudantes aprendessem “sobre os animais europeus - lobos e raposas e outros que eles nunca verão”. Tal iniciativa tivera início em 1919, quando com vistas a atender às diretrizes da política educacional vigente, diferentes seções do MN passam a produzir quadros murais que são enviados a muitos

estabelecimentos de ensino (SILY, 2012). A distribuição desse material é descrita como uma alternativa à diminuição da distribuição de coleções com objetivo de dar continuidade ao alcance do ensino das ciências naturais promovido pelo MN (SANTOS, 2019).

De acordo com o relato de Lutz (1922), o Museu Nacional já seria, nos anos de 1920, uma instituição amplamente frequentada. Como desdobramento do trabalho realizado com as escolas, o Museu, segundo ela, passara a ficar “cheio de crianças” que “não deixaram de vir” e o frequentavam, inclusive, fora do contexto das visitas escolares. Em seu artigo, Bertha afirma “Às quintas-feiras (quando não há escola no Brasil), temos dezenas delas subindo e descendo as escadas do museu e sendo muito felizes, principalmente quando recebem o privilégio de ver alguns dos animais vivos que às vezes temos”<sup>43</sup>. Segundo Lutz, o Museu Nacional contava com muitos visitantes, alcançando uma média de 3.500 a 5 mil pessoas aos domingos. Com vistas a expressar a quão significativa era aquela visita, a mesma afirma “A população do Rio é de um milhão e meio e, em média, uma em cada dez pessoas vem ao museu pelo menos uma vez por ano”.

Dois anos após Bertha visitar os Estados Unidos, seria a vez de Roquette-Pinto também fazê-lo. Em 1924, depois de participar do 21º Congresso Internacional de Americanistas, cuja primeira sessão foi realizada em Haia, na Holanda, e a segunda sessão em Gotemburgo, na Suécia, Roquette-Pinto esteve em Nova Iorque visitando a Universidade de Columbia, a convite do antropólogo Franz Boas (RANGEL, 2010; SOUZA, 2016).

De acordo com Souza (2016), em sua estada nos Estados Unidos, o antropólogo brasileiro teria visitado não só a Universidade de Columbia, mas também outras instituições de ensino e pesquisa daquele país (SOUZA, 2016). Segundo Ribas (1990), o Museu Americano de História Natural, situado a pouco mais de 3,5km da Universidade de Columbia, fez parte do roteiro do antropólogo brasileiro.

---

<sup>43</sup> Silva (2008) pesquisou a discussão acerca da distribuição dos tempos escolares primários cariocas no início do século XX, com ênfase na Reforma Fernando de Azevedo (1927-1930). O autor verificou indícios que já no período anterior, em que Antônio Carneiro Leão esteve à frente da Diretoria Geral de Instrução Pública do Distrito Federal (1922-1926), não haveria para tal segmento aulas às quintas-feiras, conforme atesta Bertha Lutz. A interrupção das aulas às quintas na administração azevediana é confirmada pelo autor, por meio da análise do Decreto 3281, de 23 de janeiro de 1928.

A análise de alguns relatórios anuais do Museu Americano de História Natural revela que em 15 de setembro de 1924, poucos dias após encerrada a segunda etapa do Congresso de Americanistas, realizada entre 20 e 27 de agosto (LOWIE, 1925), e do qual Roquette-Pinto participara, o Museu novaiorquino deu início à construção de seu *School*

---

*Service Building*. Acreditamos ser bastante plausível que Roquette-Pinto tenha tomado conhecimento desse fato.

No início do ano de 1927, o Correio da Manhã divulgava os primeiros passos de Roquette-Pinto, Diretor do Museu Nacional (1926-1935), no sentido de estruturar “um plano de ensino popular” no Museu. Para ele, o ensino público era “a mais linda face do vastíssimo programa de trabalhos do Museu”, ao lado da pesquisa. Ao jornal, o cientista e educador disse

Pretendo que seja o melhor local para esse fim, aqui no Rio. Nele, não de funcionar vários cursos gratuitos para quem se interesse por nossos estudos. Qualquer professor que queira instruir suas turmas, obtel-a-á mediante simples inscrição em um livro que hei de abrir para esse fim. E o Museu, coadjuvando em seu serviço, porá à disposição todo material necessário, projeções cinematográficas, operadores e um preparador. Com isso muito lucrará a difusão do ensino e muito proveito obterão os amigos da ciência. Segundo pretendo, duas vezes por semana, essa sala será reservada às professoras municipais. Virão as turmas de alunos e far-se-ão conferências simples e provocadas por uma projeção na tela, a criança terá sua curiosidade despertada e desenvolvido o gosto pelo estudo (PARA...,1927)

Figura 6 – Reportagem que divulga a atuação de Edgard Roquette-Pinto na direção do Museu Nacional

# Para a eficaz instrução de um povo

## Como o professor Roquete Pinto delinea um plano de ensino popular de historia natural

Uma visita accidental ao Museu Nacional, na Quinta da Boa Vista, collocou-nos, um dia destes à frente de seu actual director, professor **Roquete Pinto**, que surprehendemos na quietude de um gabinete, manuseando alguns documentos com que prepara o historico do antigo palacio imperial, a ser publicadno em breve.

Colligindo os dados que tinha à sua frente e entabulada a conversação de uma amizada velha, o professor **Roquete** perdia-se no passado daquelles papeis onde tanto se reflectem os factos de um Brasil antigo e compulsava:

Portaria de 25 de novembro de 1822 — "Manda S. M. o Imperador pela Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio que o Guarda do Museu Nacional entregue ao Barão do Santo Amaro todos os Tucanos, que existirem preparados no mesmo Museu, e que livrem os papos bem amarelos; deixando somente dois para exemplares: cuja entrega será feita, logo que receber a presente Portaria. Palacio do Rio de Janeiro, em 25 de novembro de 1822. — (a) José Bonifacio de Andrada e Silva.

Depois, no archivo: Portaria de 19 de julho de 1824. Manda S. M. o I. pela Secretaria de Estado dos Negocios da Fazenda participar ao Director do Museu para sua intelligencia e cumprimento na parte que lhe toca que houve por bem Resolver que no Dia 1.º de maio de 1824 de S. M. o Im-

palacio do Rio de Janeiro, em 19 de dezembro de 1822. — José Bonifacio de Andrada e Silva. Cumpra-se e registre-se o Official do Museu, João de Deus do Mattos q' actualmente serve de director do Museu execu-

ção do ensino e muito provelto obterão os amigos da sciencia. Segundo pretendo, duas vezes por semana, essa sala será reservada ás professoras municipais. Virão as turmas de alumnos far-se-ão conferencias simples e provocadas por uma projecção na tela, a creança terá sua curiosidade despertada e desenvolvido o gosto pelo estudo.

— Meu plano popular de ensino, continou o professor **Roquete**, não se limita a isso só. Dentro de alguns mezes começará a circular o "Boletim do Museu", criação do professor Arthur Netta, desenvolvendo e divulgando todo novo aspecto da sciencia.

E se expandindo o "Boletim" será a nossa revista das sciencias naturaes, leitura de todas as pessoas cultas, informativo e mesmo noticioso no que interessar á sciencia, do sorte que faremos tudo para que nelle se possam comprazer os estudantes dos cursos superiores e secundarios.

E' preciso não esquecer, porém, que se o ensino publico é talvez a mais linda face do vastissimo programma de trabalhos do Museu, ha, ao lado delle, duas outras preocupações apaixonadoras: a pesquisa scientifica de gabinete e a investigação directa da natureza pelas excursões. Como trabalhos de campo, temos neste anno as da doutora Sneathage, numa grande excursão pelo interior de Goyaz, Matto-Grosso, Pará e Amazonia; da professora



Prof. **Roquete Pinto**

Fonte: Correio da Manhã (1927)

Além do uso de mais modernas mídias da época, Roquette-Pinto afirmou que a educação popular também se daria por meio de publicações, como o Boletim do Museu Nacional. Na mesma reportagem abordou, ainda, dados de visitação do Museu, que foram usados para reiterar o "interesse do povo" pela instituição. O MN, afirmou o Diretor, recebia "10.000 pessoas, houve um mês no ano passado [...] que 25.000 pessoas atravessaram suas salas, deleitando-se naquele repertório todo de nossa antiguidade, de tão pouco conhecimento". Completou dizendo que se estivesse localizado em outra área da cidade, de mais fácil acesso, o MN seria ainda mais visitado. Segundo ele, o que faltava não era interesse e, sim, condução simples,

Uma linha de ônibus, não todo dia, talvez não queiramos duas ou três vezes por semana, aos domingos que fosse, muito facilitaria o público em conhecer o que ele nem sabe existir e tanto fala de seu país, de seu povo e de história, de si mesmo (PARA..., 1927).

A dificuldade de acesso ao Museu seria também citada por Bertha Lutz. Nas reportagens dos anos de 1910 foi possível verificar que o público chegava ao Museu e à Quinta de carro.

Em 8 de outubro de 1927<sup>44</sup>, o que antes era plano se transformaria em fato. Nessa data foi criado o primeiro setor educativo de um museu brasileiro, denominado 5º Serviço de Assistência ao Ensino de História Natural (SAE), que representa um marco da institucionalização da Educação Museal no país.

A criação do SAE integraria, segundo Gilioli (2008), o amplo projeto de reestruturação institucional promovido por Roquette-Pinto sob influência do Museu Americano de História Natural de Nova Iorque.

A denominada “reforma Roquette-Pinto” promoveu importantes transformações no edifício do Museu Nacional, que ganhou três novos andares e uma sala de conferências com motivo marajoara “a mais bem aparelhada que possuímos para o ensino de História Natural” (ROQUETTE-PINTO, P.; 1937, p.6). A inauguração do SAE, em 15 de outubro de 1927, se deu de maneira conjunta à inauguração de um novo salão de conferências (O MUSEU..., 1927), no qual eram realizadas ações voltadas ao público escolar,

---

envolvendo projeções fixas e cinematográficas. De acordo com Ferreira (2008), a sala localizada no térreo foi transformada em um auditório para exibição de filmes educativos<sup>45</sup>. Esse espaço substituíra um outro mais modesto, que teria sido criado em 1914, e fica no segundo pavimento no bloco dos fundos.

De acordo com Paulo Roquette-Pinto (1937), o SAE tinha a seu cargo as coleções didáticas de História Natural e devia funcionar como a intermediária entre as demais seções do Museu e o povo. Tudo que dizia respeito à educação popular estava à cargo dessa Seção. Em um contexto em que se rejeitava a ideia de que os cientistas seriam “seres privilegiados na sociedade que os devia manter em pesquisas ociosas para satisfação das vaidades” (ROQUETTE-PINTO, 1919, p.30), uma seção com a natureza

---

<sup>44</sup> A Criação do novo Serviço foi aprovado em portaria do dia 8 de outubro, de acordo com Relatório Ministerial apresentado em 1928 pelo Ministro Geminiano Lyra Castro ao Presidente da República.

<sup>45</sup> Esse mesmo espaço criado em 1927, mas já sem a decoração marajoara, continuou servindo de Auditório do Museu Nacional até 2018. A perícia realizada pela Polícia Federal dá conta, inclusive, de que ali, no Auditório Roquette-Pinto, teria começado o incêndio que destruiu grande parte do Museu.

do SAE “se torna indispensável” (ROQUETTE-PINTO, P.; 1937). Assim, como observa Pereira (2010), a criação da Seção decorre da transição de uma dimensão educativa, pautada em uma aura educacional inerente à origem do próprio museu, para o reconhecimento de sua função educativa, marcada pela compreensão da existência de uma função sistemática e comprometida com objetivos educacionais explícitos. A Educação passa, então, a ser compreendida como uma função necessária na estrutura da instituição.

A criação do primeiro setor educativo de um museu brasileiro se dá diante do contexto de repercussão da multiplicação e reorganização dos museus em âmbito internacional (SEIBEL-MACHADO, 2009), mas também em meio aos debates que marcaram os anos de 1920 e que tinham como um de seus principais focos os problemas da educação no país. O SAE surge no mesmo ano em que se inicia a reforma educacional no Rio de Janeiro, promovida por Fernando de Azevedo<sup>46</sup> (1927-1930), uma das várias empreendidas no país, com o intuito de institucionalizar novos modelos de ensino pautados em ideias pedagógicas modernas. Essa reforma implementa uma “nova

---

proposta de constituição de museus escolares”, prescrevendo que cada escola tenha seu museu próprio, com instalações apropriadas e funcionários designados para sua guarda, e que cada sala se constituísse em um museu dinâmico – os museus de sala (VIDAL, 2000, p.510-511).

Entre os anos de 1927 e 1940, o SAE realizou 1.278 aulas, cursos e conferências, bem como preparou e determinou 7.905 itens para as coleções escolares (SILY, 2012). A procura das escolas caiu entre 1937 e 1940, fazendo com que as ações se voltassem especialmente para o incentivo aos Museus Escolares. Apesar da exorbitante demanda e do número reduzido de profissionais, essa atividade passa a ser uma tarefa exclusiva do SAE, pois as demais seções interromperam a preparação de coleções didáticas com a criação do setor educativo (PEREIRA, 2010, p.147).

---

<sup>46</sup> Fernando de Azevedo (1894-1974), professor, educador, sociólogo, crítico e ensaísta. Em 1927, devido às suas ideias reformistas, foi convidado a assumir o cargo de Diretor-Geral da Instrução Pública do Distrito Federal. Promoveu profunda reforma no sistema educacional no final dos anos de 1920, no âmbito da qual foram construídas escolas primárias, profissionais e normais, incluindo o edifício da Escola Normal, em 1932 denominado Instituto de Educação (atual Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro -ISERJ), do qual foi o primeiro diretor.

Figura 7 – Postal de estudantes e professores na frente do Museu Nacional (c.1920)

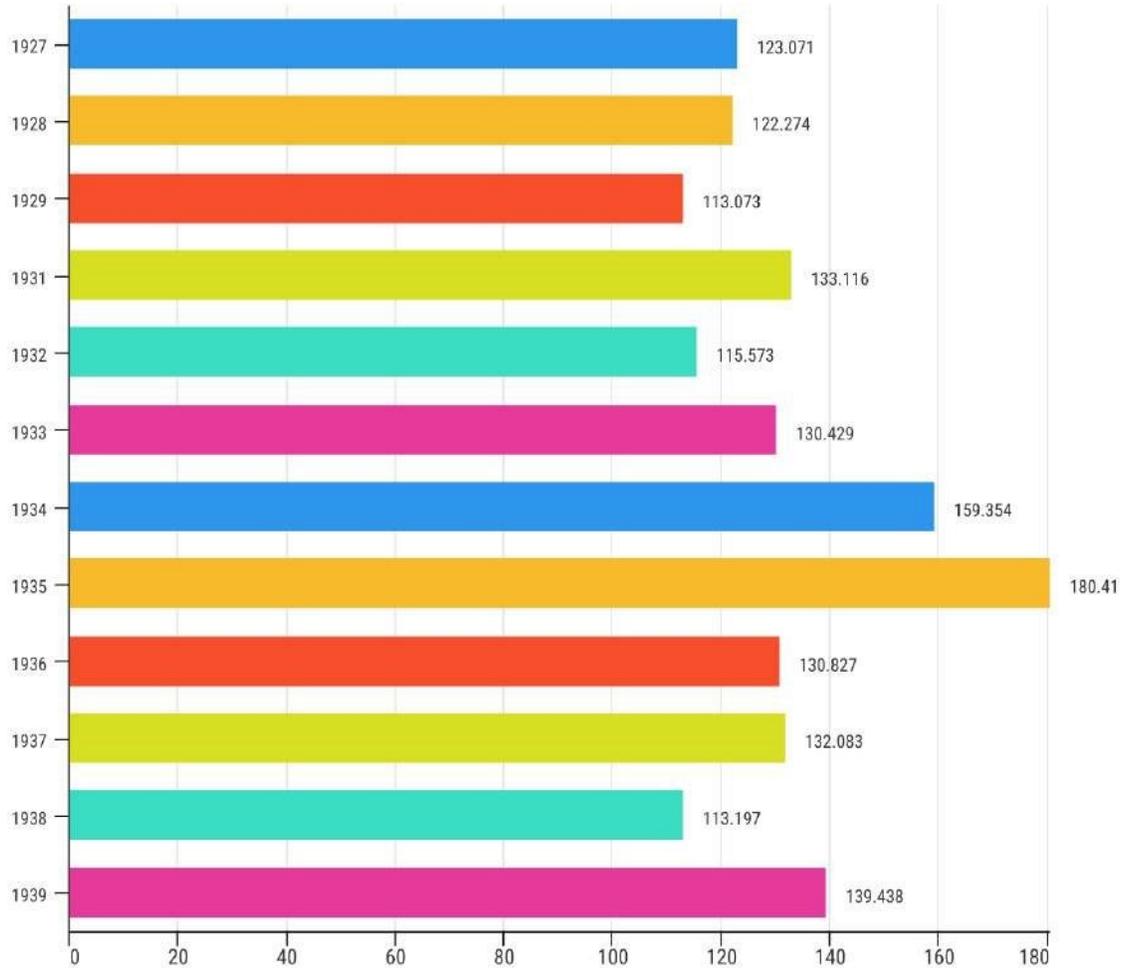


Fonte: Núcleo de Memória da Museologia no Brasil (NUMMUS/UNIRIO)

Foi ao longo das administrações implementadas nas três primeiras décadas do século XX que o Museu Nacional passou a se voltar sistematicamente para a educação do público mais amplo, reconhecendo a mesma como uma de suas funções.

Entre os anos de 1927 e 1939, período que compreende as gestões de Roquette Pinto, Alberto Betim Paes Leme (1935-1938) e o início da longa gestão Heloísa Alberto Torres (1938-1955), o Museu recebeu uma média anual de visitantes próxima aquela verificada no período anterior, com destaque para o ano de 1935, quando o Museu foi visitado por mais de 180 mil pessoas.

Gráfico 3 - Visitação anual ao Museu Nacional entre os anos de 1927 e 1936



Fonte: Relatórios Ministeriais; IBGE (1937); Sily (2012, p.95), Serviço de Estado da Educação e Cultura (1941)

De acordo com Moreira, Massarani e Aranha Filho (2008), os anos de 1920 e 1930 no Brasil correspondem a um período de intensificação de atividades de divulgação científica, momento em que nomes de destaque da comunidade científica nacional se engajaram em ações dessa natureza.

### 2.3 DIVERSIFICANDO E ESPECIALIZANDO AS PRÁTICAS (1941-1954)

Entre os anos de 1938 e 1955 o Museu Nacional teve como diretora a antropóloga Heloísa Alberto Torres (1895-1977),<sup>47</sup> a primeira mulher a ocupar o referido cargo. A mesma foi nomeada por Getúlio Vargas, mas antes já havia sido eleita e atuado como vice-diretora do MN entre 1935 e 1937.

Em janeiro de 1941, reorganizou o MN por meio de um novo regimento, por meio do qual foi criada a Seção de Extensão Cultural (SEC). Esta incorporou a 5ª Seção de Assistência ao Ensino de História Natural, que se tornou juntamente com os serviços de publicação e de exposição, um dos três serviços específicos e interdependentes da SEC. Dentre as competências da SEC estavam:

Art. 5º À S.E.C. compete:

- a) providenciar para a divulgação das atividades do M. N.;
- b) organizar e distribuir as publicações do M. N.;
- c) organizar as exposições e os respectivos guias, com os elementos fornecidos pelos órgãos competentes;
- d) orientar o público em visita às exposições, em dias e horas previamente anunciados;
- e) prestar informações às pessoas interessadas em ciências naturais e antropológicas;
- f) fornecer material e outros elementos necessários aos cursos e conferências que se realizarem no M.N. ou de iniciativa da instituição;
- g) realizar pesquisas sobre métodos de ensino de ciências naturais e antropológicas;
- h) elaborar monografias relativas ao ensino das ciências naturais e antropológicas.

(MUSEU NACIONAL, 1941).

---

Ainda em 1941, Heloísa Alberto Torres assumiu a responsabilidade de fechar o Museu Nacional à visitação pública para realizar uma grande obra, com o objetivo de restaurar o velho e enorme edifício imperial, cujo estado era dos mais precários, ameaçando até a integridade física dos visitantes que se acumulavam nos salões

---

<sup>47</sup> Antropóloga, ingressa no Museu Nacional como estagiária de Roquette-Pinto na década de 1910. Em 1925 se torna a primeira professora da Divisão de Antropologia e Etnografia e, em 1931, se torna professora-chefe. Foi a única mulher a atuar, entre 1934 e 1939, no Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil. Membro nato do Conselho Consultivo do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), criado em 1937, dirigiu o I Congresso Nacional de Museus (1956), foi presidente da Organização Nacional do ICOM (Onicom) e diretora de honra do Seminário Regional da Unesco Sobre a Função Educativa dos Museus (Rio de Janeiro, 1958).

das exposições, especialmente aos domingos, pois o madeiramento secular ameaçava ruir. (LEMME, 2004, p.172)

Torres optou por aderir à *expertise* estrangeira para colaborar com a reorganização do Museu. Nesse contexto, recorreu a Carlos E. Cummings<sup>48</sup>, Diretor do Museu de Ciências de Buffalo, que compunha com outros colegas, Chauncey J. Hamlin<sup>52</sup> e Hamilton Phelps Clawson<sup>49</sup>, a “Comissão de Buffalo”<sup>50</sup>. Os mesmos estiveram no MN pouco tempo antes de seu fechamento e permaneceram por três meses na instituição (ARANHA FILHO, 2012).

Cummings elaborou um relatório no qual faz uma análise crítica da planta do Museu, acompanhada de sugestões sobre como aquele “ótimo e venerável estabelecimento poderia ser feito para servir o povo do Brasil, de acordo com suas funções próprias e reconhecidas, de forma mais completa e satisfatória” (CUMMINGS, 1941, p.2).

Do diagnóstico elaborado pelo estadunidense, destacamos suas considerações sobre o estatuto da SEC no âmbito do novo regimento institucional. Para Cummings, a Seção de Extensão Cultural estava muito bem inserida na nova configuração do Museu e um aspecto ganha particular destaque em sua análise: a combinação das funções que era consideradas típicas de departamento de extensão cultural com aquelas das exposições permanentes instaladas no edifício.

O novo regimento transferiu para os educadores da SEC a responsabilidade pela organização das exposições, atribuição que antes era de profissionais de outras seções do museu. A visão de Cummings, claramente marcada pela experiência dos museus do

---

norte, que segundo o próprio haviam desenvolvido mais o trabalho de extensão extramuros do que aquele implementado no próprio museu, fez com que o estadunidense

---

<sup>48</sup> Carlos E. Cummings foi diretor do Museu de Ciências de Buffalo entre os anos de 1934 e 1948. <sup>52</sup> Chauncey J. Hamlin, fundou o Museu de Ciências de Buffalo, presidiu a Associação Americana de Museus e foi um dos criadores do Conselho Internacional de Museus (ICOM).

<sup>49</sup> H. Phelps Clawson (1892-1975) era curador de Antropologia do Museu de Ciências de Buffalo.

<sup>50</sup> Comissão formada por especialistas do Museu de Ciências de Buffalo que, a convite de Heloísa Alberto Torres, Diretora do Museu Nacional, e com o patrocínio da Fundação Rockefeller, prestaram consultoria à instituição envolvendo a avaliação da mesma, bem como a proposição de sugestões visando a sua modernização. Foram elaborados pelos consultores dois textos, o relatório submetido por Cummings (1941) à Fundação Rockefeller e o livro *The Future National Museum of Tomorrow*, publicado por Hamlin em 1941. (ARANHA FILHO, 2012).

considerasse a proposta desafiadora, além de inovadora. Sobre o contexto do MN o estadunidense afirma que

(...) parece ser uma das funções específicas do Chefe do Departamento de Extensão instalar e supervisionar pessoalmente toda a gama de exposições públicas e estes programas, embora de uma forma um pouco surpreendente no início, tem todas as marcas de um distinto avanço. As experiências feitas em muitos lugares na tentativa de converter um pesquisador competente em um expositor entusiasta, pelo que se sabe, fracassaram completamente. O coração do sábio pode estar no laboratório ou no salão de exposição, mas nunca nos dois lugares. (CUMMINGS, 1941, p.5)

Ainda de acordo com o Cummings (1941, p.6), no contexto do Museu Nacional caberia aos chefes de departamento – homens de grandes realizações científicas – simplesmente selecionar a informação necessária para guias e etiquetas, além de talvez, de tempos em tempos, criticar os dioramas, deixando todas as demais preocupações com a exposição para outra pessoa, “o que pareceria decididamente uma divisão de trabalho adequada e lógica em qualquer museu.

Conforme sinaliza Oliveira (2013), se por um lado essa divisão de tarefas apontava para o reconhecimento da importância de envolver os educadores no desenvolvimento das exposições, de modo que as mesmas tivessem contemplados seus objetivos educacionais, por outro fica evidente que se procurava poupar o tempo dos naturalistas e não prejudicar suas pesquisas.

Torres recorreu a educadores brasileiros externos ao Museu Nacional para coordenar dos trabalhos da SEC. Apesar de estreita relação com os museus americanos e de ter visitado pessoalmente o Museu de Buffalo, Bertha Lutz foi mantida à distância do processo de reforma do Museu Nacional (ARANHA FILHO, 2012).

Paschoal Lemme, que era técnico do Instituto Nacional de Pedagogia (INEP), assumiu a chefia da SEC em 1942 e liderou a mesma até a conclusão dos trabalhos de renovação das exposições de antropologia, em maio de 1947.

Lemme, por meio da criação da Revista do Museu Nacional e de uma série de atividades voltadas a professores, manteve a Seção de Extensão Cultural ativa, apesar do fechamento do Museu à visitação pública.<sup>20</sup> Nesse período as atribuições da SEC foram amplamente divulgadas por meio da imprensa, que por sua vez anunciava que o MN ressurgiria como “uma instituição eminentemente popular” (O PALÁCIO, 1946).

Segundo Lemme (2004, p.172), “as obras se arrastavam com lentidão característica, dados os conhecidos estrangulamentos dos canais burocráticos e a tradicional exiguidade das verbas quando se trata de problemas culturais e científicos”. Assim, a reabertura do Museu à visitação pública se deu apenas em 1947, com a inauguração das galerias de Arqueologia e Etnologia, totalizando 20 salas.

Luís de Castro Faria<sup>51</sup>, antropólogo do MN, foi convidado pela Diretora do Museu a fazer a Conferência de apresentação das novas exposições de antropologia e arqueologia. Sobre as mesmas, Castro Faria (1949) afirmou serem a expressão do espírito e das exigências de um museu moderno, cuja função era servir a coletividade. O brasileiro recorreu a Paul Rivet<sup>52</sup> para explicitar a técnica aplicada para o alcance do objetivo.

O seu fim será dar ao visitante ideias claras e precisas, desenrolar para ele os fatos essenciais, sem o fatigar com uma documentação excessiva. As peças antropológicas ou etnográficas serão escolhidas entre as mais típicas e se evitará cuidadosamente a apresentação de séries numerosas, onde a atenção se cansa e se dispersa.

Os princípios sinalizados por Rivet, segundo o antropólogo brasileiro, foram observados na elaboração das novas exposições, inauguradas com “mudanças radicais”. A área expositiva foi reduzida, assim como foram diminuídos o número de armários, de objetos em exposição e

[...] houve também valorização, planejamento adequados dos diferentes conjuntos, que se tornaram mais compreensivos, mais atraentes e mais racionalizados” [...]

---

<sup>51</sup> Luiz de Castro Faria (1913-2004) em 1935 integrou a segunda turma de formandos do Curso de Museu do Museu Histórico Nacional, atual Escola de Museologia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO (SIQUEIRA, 2009). Ingressou no MN em 1936 como praticante gratuito com o intuito de se tornar antropólogo. No ano seguinte, se torna assistente voluntário da Divisão de Antropologia e Etnografia, sob orientação de Heloísa Alberto Torres. Em 1938, por indicação dela, se tornaria o representante do Museu Nacional na Expedição Etnográfica à Serra do Norte, comandada por Claude LéviStrauss. Nesse mesmo ano, Castro Faria ingressou no quadro técnico do Museu Nacional, inicialmente como auxiliar, passando em seguida para a categoria de naturalista interino. Por meio de concurso público de provas e títulos, em 1944 passou a naturalista efetivo do Museu Nacional. (GOMES, NEDER, 1997; LIMA, 2009). Foi Diretor do Museu Nacional entre os anos de 1964 e 1967.

<sup>52</sup> Paul Rivet (1876, 1958) foi um antropólogo e americanista francês que em 1937 fundou o *Musée de l'Homme*, situado em Paris. Em sua gestão o museu se tornou um centro de referência em pesquisa, contando com laboratórios chefiados por renomados cientistas, entre os quais Claude Lévi-Strauss. Este e Rivet estão entre os muitos antropólogos estrangeiros que Heloísa Alberto Torres atraiu para o Brasil (SILVA, 2018).

A ciência em si mesma, isto é, a sua conceituação, os seus processos de estudo, os seus campos de pesquisa, a sua aplicação aos problemas brasileiros, achase ali documentada de uma forma capaz de despertar o interesse do grande público (CASTRO FARIA, 1949, p.13).

No entanto, o museólogo de formação, e antropólogo do Museu Nacional, aponta sua discordância acerca de alguns aspectos da nova técnica museográfica. Esta que, na visão de Castro Faria, se propunha a romper com o critério de curiosidade predominante nos primeiros museus, ao supervalorizar as condições de apresentação dos elementos criava um preciosismo que, paradoxalmente, se aproximava do referido critério. Os efeitos eram sentidos também sobre “o problema das etiquetas”. Estas, que para Castro Faria realizavam função primordial nos museus, passaram a ser, segundo a nova técnica, encaradas com repulsa e preteridas em favor dos valores estéticos dos arranjos, o que para o mesmo devia ser combatido.

A legenda passou a ser uma coisa que enfeia e a lição de ciência deve obedecer ao princípio de equilíbrio de volumes. O Bendegó, que é simplesmente o Bendegó, tem direito a meio metro de legenda, um muiraquitã a meio centímetro... (CASTRO FARIA, 1949, p. 18)

O trabalho apresentado por meio das novas exposições foi classificado como “obra de vanguarda”, ao passo que não se tratara de uma simples atualização e fora além, inclusive, do que era considerado “atual” e praticado nos centros de cultura internacionais tidos como referência, em especial os da Europa. Castro Faria credits essa conquista à Georges Julien Simoni, denominado por ele como artista responsável pelo arranjo das exposições (CASTRO FARIA, 1949).

Temos nesse momento uma mudança de paradigma no MN, já sinalizada por Cummings na análise que fizera no Regimento, e confirmada por Castro Faria. Pela primeira vez naquela instituição “a tarefa de preparar uma exposição escapa à rotina dos afazeres do pesquisador e passa a ser executada ou antes, dirigida por um especialista nessa nova técnica, que é a museografia” (CASTRO FARIA, 1949, p.16). Segundo o antropólogo, era indiscutível a conveniência e os benefícios decorrentes da partilha de atribuições e da especialização dos profissionais.

Para Castro Faria (1949), “As finalidades essenciais de um museu moderno só podem ser integralmente atingidas com o auxílio da arte de projetar exposições” e estas “são destinadas ao grande público e é dele que esperamos o julgamento definitivo” (p.18).

O *fazer expositivo* parece, assim, ter assumido um novo *status* na instituição, que passa pelo reconhecimento da existência de saberes especializados que, se aplicados, podiam contribuir para cativar o público e melhorar a experiência dos visitantes com o Museu.

A mudanças, ao que parece, alcançaram êxito. Se pouco antes do fechamento para obras o MN fora visitado por aproximadamente 140 mil pessoas, uma década depois, o público fora de 310.824 pessoas (MUSEU NACIONAL, 1949). No ano de 1949, o Museu estava aberto à visita de terça a domingo, entre 12h e 17h, e seu público anual mais do que dobrara. É interessante destacar que a instalação do Parque Shangai, em 1943, e a inauguração do Jardim Zoológico<sup>53</sup> em 1945, na Quinta da Boa Vista. Estes certamente contribuíram para a ampliação da frequência ao Parque, sendo bastante possível que tenham influenciado também no aumento da visita ao Museu.

Figura 8 – Walter Curvelo faz explanações em visita de estudantes ao Museu Nacional

---

<sup>53</sup> Matéria publicada no jornal O Globo, afirma que “Onda sobre onda, em verdadeira avalanche, calculada em mais de cem mil pessoas, assaltou os portões do novo zoo da cidade na ânsia de admirar a sua coleção de aves e animais que ali se encontra” (MAIS..., 1945)




---

Fonte: Fundo Correio da Manhã/Arquivo Nacional (AN)

#### 2.4 A ASCENSÃO DA EDUCAÇÃO (1958-1971)

Os anos de 1950 foram marcados pela gestão de **José Candido de Melo Carvalho (1955-1961)**<sup>54</sup>, zoólogo que ingressou no Museu Nacional em 1946. Carvalho assumiu a direção do Museu para “trabalhar arduamente pelo soerguimento da instituição e de sua perfeita integração na Universidade para melhor servir ao Povo, à Educação e à Ciência” (MUSEU NACIONAL, 1956). Vemos aqui uma indicação clara de uma retórica que privilegia a educação científica do povo, a partir de referência à divisa do Museu Americano de História Natural, que já havia sido feita por Roquette-Pinto em 1918.

---

<sup>54</sup> José Candido de Melo Carvalho (1914-1994) renovou e reabriu ao público o Museu Paraense Emílio Goeldi (1954-55) e o Museu Nacional, que dirigiu entre 1955 e 1961. No ano de 1958 criou a Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza (FBCN), que presidiu por dois mandatos. Foi também membro do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e do Conselho Federal de Cultura, tendo sido presidente de sua Câmara de Ciências. Mais informações sobre a trajetória profissional de José Candido Carvalho, consultar Leontsinis (1995).

Em 1957, a gestão Carvalho faria outra referência ao Museu novaiorquino, ao citar no relatório do Museu Nacional daquele ano, o texto “O Museu Ensina”<sup>55</sup>, escrito por A.E. Parr, Diretor do Museu Americano de História Natural. Segundo este, a instituição museu possuiria uma tarefa educacional entendida por ele como o principal propósito e obrigação de um museu e em prol da qual trabalhariam, de diferentes modos e meios, todos os profissionais e setores da instituição.

Quando um curador planeja o conteúdo de uma exposição, ele o faz tendo em vista a educação pública. Quando arquitetos, artistas e preparadores projetam e executam um display que transmitirá a mensagem do curador aos visitantes, eles estão investidos de uma função educacional. Através de sua pesquisa o curador continuamente se educa e se reeduca para que ele pode educar melhor os outros e ajudar a melhorar o conhecimento e a compreensão de que sua ciência e o Museu podem oferecer ao público (PARR, 1956).

Ainda segundo ele, uma das funções educativas específicas de um museu era a de ensinar, classificada por ele como “da mais alta importância para o serviço que o Museu presta à comunidade e ao mundo”. Para o mesmo, ensinar no e pelo Museu exigiria, “perícia, instalações e organização especiais, e isso não pode ser simplesmente deixado

---

à mercê de esforços ocasionais de outras unidades e de seu pessoal essencialmente envolvido com outros aspectos da tarefa educacional geral” (PARR, 1956).

Desse modo, fica evidente que o museu novaiorquino assume, para o Museu Nacional, o papel de instituição modelar, em especial no que se refere ao importante papel reservado à função educacional desse tipo de equipamento.

O peso atribuído à educação parece ter influenciado na elaboração de um novo regimento interno do MN, concluído em 1957 e oficializado em 1958. Uma das motivações para a criação do mesmo eram as dificuldades enfrentadas tanto pela imperfeita integração do museu à Universidade do Brasil, quanto pela ausência de um regimento que pudesse dar conta da nova realidade institucional, como órgão universitário.

---

<sup>55</sup> O texto original, intitulado “The Museum Teaches” integra o relatório do Museu Americano de História Natural publicado em 1956.

O novo regimento é oficializado no mesmo ano em que o Rio de Janeiro sediava o Seminário Regional da UNESCO. O evento em questão, que teve representação do Museu Nacional<sup>56</sup>, foi o terceiro e último seminário sobre a função educativa dos museus organizados pela UNESCO na década de 1950. O Seminário Internacional “Sobre o papel educativo dos museus na Educação”, realizado em 1952, na cidade de Nova York, o Seminário Internacional realizado em Atenas, no ano de 1954, e o Seminário Regional “A Função Educativa dos Museus”, realizado no Rio de Janeiro, em 1958, promoveram tanto o debate quanto a sistematização das práticas educativas museais já desenvolvidas. Esse conjunto de três seminários se configuraram em “marco definidor e orientador da questão educativa nos museus modernos, assim como do papel e da atuação dos seus Setores Educativos” (SEIBEL-MACHADO, 2009, p.20).

No contexto do regimento de 1958, o Museu ganhou novo organograma e a área educativa antes denominada a Seção de Extensão Cultural (SEC) passa a se denominar Divisão de Educação, sendo encarada como um serviço técnico-administrativo, enquanto as demais Divisões foram englobadas como serviços técnico-científicos. Vemos a Divisão de Educação no mesmo nível hierárquico das demais, o que reflete a importância que a mesma possuía, bem como de uma visão que parecia desejar a integração entre as diferentes áreas do museu para o cumprimento de seus propósitos educacionais.

---

Figura 9 – Organograma do Museu Nacional em 1958, no qual consta Seção de Extensão Cultural passaria a constar a Divisão de Educação

---

<sup>56</sup> Representaram o Museu Nacional no Seminário, Newton Dias dos Santos como participante, José Lacerda de Araújo Feio e Solon Leontsinis, como observadores e como *Diretor honorário*, Heloísa Alberto Torres, presidente da Organização Nacional do Conselho Internacional de Museus (ONICOM).



Fonte: Museu Nacional (1959)

A Divisão de Educação teria, de acordo com o documento, a finalidade de realizar pesquisas sobre a educação em museus, prestar assistência ao ensino, orientar o público e divulgar conhecimentos relacionados às áreas do conhecimento científico abarcadas pelo museu (MUSEU NACIONAL, 1958). O termo educação em museus aparece aqui pela primeira vez nos regimentos do museu. Passa a ser organizada em duas Seções, a de Assistência ao Ensino (SAE) e a de Orientação de Público (SOP).

Não só pelos relatórios institucionais, como também pela análise da revista *Museum* (1959) em seu número dedicado ao Seminário de 1958, é possível comprovar o engajamento do Museu Nacional em sua tarefa educativa. A revista o apresenta como uma referência, destacando o fato do Museu possuir uma seção especial de educação, naquele momento formada por quatro professores, que oferecia tanto cursos para professores da educação primária e secundária em diferentes ramos da história natural, quanto visitas guiadas organizadas principalmente para grupos de estudantes. Informa a realização de 41 exibições de cinema, beneficiando principalmente alunos. Outras ações citadas pela publicação foram o oferecimento de assistência técnica a professores em

estabelecimentos de ensino; a organização de duas exposições para escolas, bem como o treinamento acerca do uso de novas técnicas de ensino, realizado com oito licenciandos.

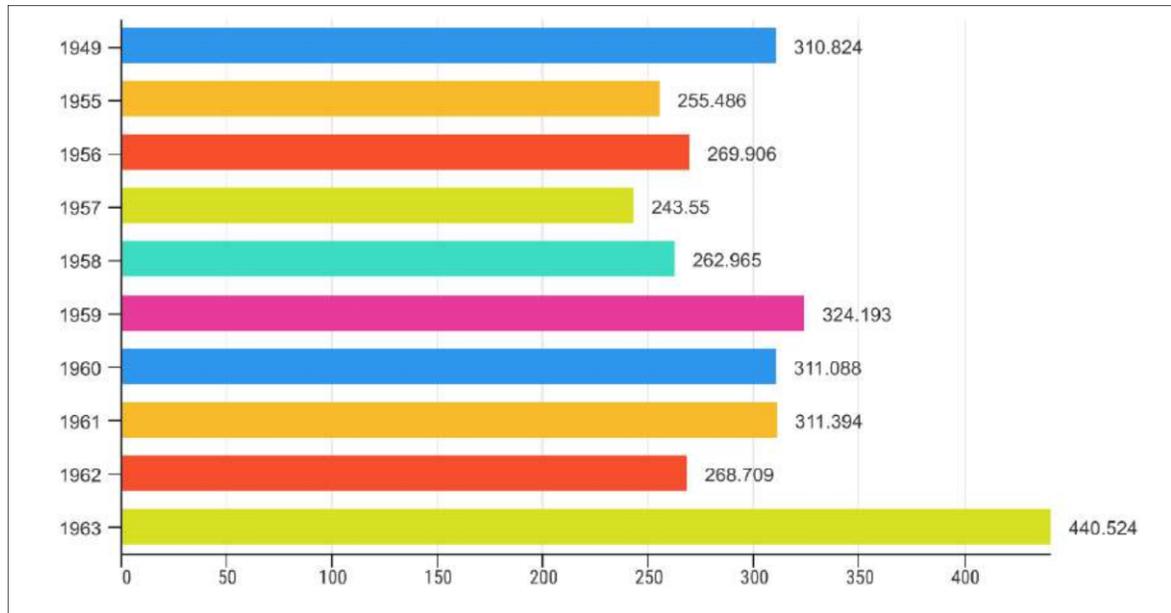
Figura 10 – Prof. Victor Stawiarski, Chefe da Divisão de Educação, acompanha crianças na exposição de Paleontologia do Museu Nacional



Fonte: Seção de Memória e Arquivo do Museu Nacional – SEMEAR/MN/UFRJ

Nesse período, foi promovido um imenso esforço no Museu em prol da inauguração de novas exposições. Deste modo, assim como ocorrera na década de 1910 e depois nos anos de 1940, agora também se verifica um aumento do número de visitantes a partir da renovação e reabertura de novas salas. Não à toa, o ano de 1959, bate todos os recordes de público considerando a trajetória do Museu até fins dos anos de 1950.

Gráfico 4 - Visitação anual ao Museu Nacional nas décadas de 1940, 1950 e 1960



Fonte: Museu Nacional (1949, 1956, 1957, 1958, 1959, 1960, 1961, 1962, 1963 e 1964) e Hollanda (1958)

A matéria publicada no *Correio da Manhã*, intitulada “Museu Nacional: quase 60 mil visitantes em julho” (1959), além de evidenciar o aumento da visitação, busca sugerir explicações para o fenômeno. A publicação estabelece relação direta entre a reabertura sistemática das salas de exposição do MN e a ampliação da frequência ao mesmo. Contudo, além da reabertura das exposições, traz um elemento novo para a reflexão: a presença do MN em um emergente meio de comunicação de massa – a televisão. Em julho daquele ano, durante 1 hora e ao vivo, os profissionais do Museu Nacional apresentaram à audiência vários objetos do acervo da instituição, como múmias egípcias, a preguiça gigante e o Bendegó. Segundo a reportagem, a repercussão foi tanta, que no dia 19 de julho, um domingo, o MN recebera 11.025 visitantes. A mesma matéria destaca, ainda, a importância da Divisão de Educação nesse contexto, responsável por, no período de férias escolares, receber por meio de visitas guiadas, inúmeros grupos de turistas e caravanas estudantis. Para estas últimas, principalmente para aquelas oriundas de São Paulo e do Rio Grande do Sul, estaria se tornando um hábito incluir a visita ao Museu Nacional, afirma a reportagem (MUSEU, 1959).

Ainda em 1959, *O Jornal* publica matéria intitulada “Desperta a atenção do povo o Museu da Quinta da Boa Vista”. De acordo com a mesma, grande parte da população desconhecia o Museu, contudo a imprensa e a televisão vinham ajudando a mudar esse quadro, contribuindo para que a instituição batesse recordes de público (DESPERTA..., 1959).

Figura 11 – José Cândido de Melo Carvalho, de jaleco branco, conversa com o Presidente Juscelino Kubitschek na exposição de paleontologia do Museu Nacional em 1958

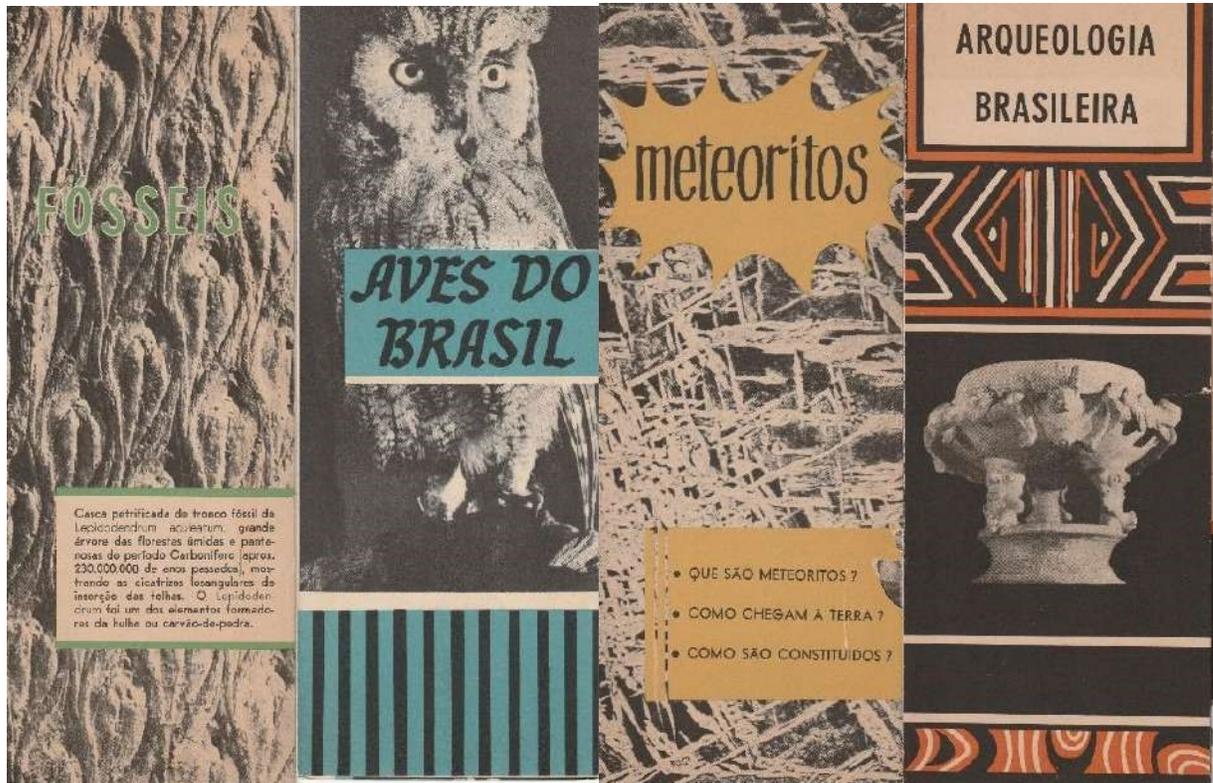


Fonte: Fundo Correio da Manhã/Arquivo Nacional (AN)

É também em 1959 que o Museu disponibiliza “folhetos de divulgação das exposições” (MUSEU NACIONAL, 1960). Não foi possível precisar quantos folhetos diferentes foram elaborados. Ao todo localizamos quatro, que contemplam as exposições sobre Meteoritos, Arqueologia Brasileira, Aves do Brasil e Fósseis. Uma breve análise dos mesmos revela a preocupação em apresentar uma visão geral das exposições e em fornecer informações fundamentais para o acesso ao Museu.

Todos os folhetos de divulgação contam com imagens de objetos do acervo, as vezes acompanhados de suas especificações, outras não. Seus textos são curtos e de fácil leitura, contribuindo para aproximar o visitante das exposições.

Figura 12 - Capas de quatro folhetos de divulgação das exposições do Museu Nacional (1959)



Fonte: A autora

Os folhetos informam a localização, horário de funcionamento, telefones para contato e apresentam brevemente algumas das ações implementadas pela Divisão de Educação em benefício do público e terminam por fazer um convite ao leitor: Visite o Museu. A denominação “folhetos de divulgação”, acompanhada das informações mencionadas, parecem indicar que o material foi concebido para ser distribuído fora do

Museu, estimulando a sua visitação. A impressão dos mesmos foi financiada pelo Ministério da Educação e Cultura, que à época era comandado por Clovis Salgado<sup>57</sup>.

Figura 13 - Folheto de divulgação de exposição Aves do Brasil (1959)



Fonte: A autora

Em 1961, **Newton Dias dos Santos (1961-1963)**, assume a direção do Museu Nacional. No primeiro ano de sua gestão, Elsie Lessa (1914-2000), célebre cronista do jornal O Globo, dedicou ao Museu Nacional sua coluna diária *Globe-Trotter*. A autora percorreu as 48 salas de exposição, recém rearmadas e atualizadas, “sob a orientação de guias conhecedores e amorosos do trabalho que estão executando.” Seus acompanhantes na ocasião foram os educadores da Divisão de Educação, Victor

<sup>57</sup> De acordo com o relatório institucional, no ano de 1959 o Ministério da Educação e Cultura destinou Cr\$ 400.000,00 ao pagamento de quadros murais e dos folhetos de divulgação das exposições (MUSEU NACIONAL, 1960, p.95).

Stawiarski e Solon Leontsinis, que preencheram a visita da autora com “casos e informações oportunas e pitorescas”. A cronista relata que Stawiarski teria chamado a

---

atenção para as novas vitrines organizadas de modo que as poucas peças fossem valorizadas e que prendessem a atenção do visitante, “levando-lhe o pensamento e a atenção por inesperados rumos culturais e filosóficos” (LESSA, 1961, p.1).

Os informantes disseram a correspondente do jornal que o Museu recebia em média 7 mil pessoas aos domingos. Contudo, uma observação feita sobre esse público nos parece interessante destacar.

[...] não eram esses os seus melhores visitantes, é a clientela que sobra do parque de diversões ao lado e que chega até o saguão nobre do antigo Paço, a residência dos imperadores mais para deixar embrulhos e dar uma chegada aos sanitários do que outra coisa. Não temos o hábito tão europeu de visitar museus. Aos poucos, com as visitas guiadas principalmente de professores e estudantes, iremos incorporando aos nossos costumes essa curiosidade tão sadia e educativa de frequentar museus. (LESSA, 1961, p.1)

O texto aponta para uma hierarquização entre culturas e entre visitantes. Os escolares que participam das visitas organizadas pelo Museu são os visitantes desejáveis, enquanto os frequentadores do parque de diversões são aqueles que não sabem usar o Museu e que, ao contrário dos escolares, não se deixam cativar. O embate entre alta cultura e cultura de massa é também evidenciado em outro trecho da crônica.

Numa quinta-feira chuvosa retomei o caminho do antigo Paço Imperial, assentado com beleza e majestade uma elevação rodeada pelo parque maravilhoso da Quinta da Boa Vista, hoje um pouco decadente e maltratado com a vizinhança indesejável de um parque de diversões, que bem poderia mudar-se para outros pagos, restituindo ao local a antiga nobreza e dignidade.

Vemos que o parque de diversões é associado a algo decadente, maltratado e indesejável e que macula a imagem da Quinta da Boa Vista, esta vinculada à nobreza, beleza e dignidade, atributos que podem ser estendidos ao Museu, “nosso antigo paço”.

De acordo com Gessi (2017), na década de 1950 alguns jornais cariocas criticavam a presença do Parque Shangai no local e atribuíam ao mesmo a responsabilidade pelo estado precário em que se encontrava a Quinta da Boa Vista. O Museu Nacional, na pessoa de José Cândido de Carvalho, seu Diretor, travou intenso combate pela retirada

do parque de diversões. O Parque Shangai é descrito por Carvalho (1977, p.41) como “autêntica barbaridade” responsável pela “descaracterização acelerada da área”.

Em fins de 1962, Carvalho (1977, p. 43) afirma que “atendendo ao clamor despertado pela nossa campanha para expulsar da área o Parque Xangai, um autêntico mafuá de tristes recordações” o mesmo se transfere da Quinta da Boa Vista para o bairro da Penha, subúrbio carioca, onde pode ser encontrado nos dias de hoje. Ainda segundo o cientista do Museu

O Parque Xangai só veio a ser retirado graças a energia e compreensão do Governador Carlos Lacerda. Um dos Diretores desse parque eu se dizia diretor da Associação Brasileira da Criança, tinha como meta transformar a Quinta da Boa Vista em uma “Dysneilândia Brasileira”. Ainda recentemente, em nome da criança brasileira, cometeram-se grandes depredações na Quinta da Boa Vista (CARVALHO, 1977, p.43).

No mesmo ano em que o Parque Shangai deixou a Quinta da Boa Vista, o público do Museu Nacional ficou um pouco abaixo da marca de 300 mil visitantes. A queda nos números é mencionada no relatório referente aquele ano. A Direção aponta como justificativa para o declínio a realização de obras de recuperação da Quinta da Boa Vista naquele ano, que levou ao fechamento de alguns portões de acesso ao parque, repercutindo na afluência de visitantes à Quinta e ao Museu (MUSEU NACIONAL, 1963).

Mesmo na ausência do parque de diversões, o Museu Nacional seguiu sendo bastante visitado. No ano de 1963 a visitação ao MN bate novo recorde, quando a instituição é visitada por mais de 400 mil pessoas.

Esse aspecto é destacado no texto de apresentação do Relatório Institucional de 1963, com especial atenção para “o trabalho intensivo” da Divisão de Educação, do qual resultara o impressionante aumento na visita de turmas escolares e professorandas (MUSEU NACIONAL, 1964, p.8). O mesmo Relatório aponta que havia o desejo de ampliar ainda mais o uso do MN por parte do público escolar. A solução proposta pelo Museu era a criação, em colaboração com o governo estadual, de um “sistema de plantões de professores treinados em recursos audiovisuais para incrementar o atendimento” (MUSEU NACIONAL, 1964, p.8) das escolas públicas e privadas. Naquele mesmo ano o MN realizara um curso de Guia para Professores estaduais, revelando sua atuação para a formação continuada de professores como forma de estreitar a relação com as escolas e ampliar o seu público.

Figura 14 – Visitantes na Exposição de paleontologia do Museu Nacional (1968)



Fonte: Fundo Correio da Manhã/Arquivo Nacional (AN)

Em fins de década de 1960, a matéria “Museu Nacional é um dos mais procurados do país” (1968) dá ênfase à visita sua expressiva. De acordo com a mesma,

estudantes dos mais variados níveis, dezenas de caravanas de outros estados e até do exterior superlotam os seus corredores, sobretudo na época das férias. [...] não se trata de simples curiosidade; todos querem realmente se aprofundar em alguma coisa (MUSEU..., 1968).

O trabalho da Divisão de Educação e de seu chefe, Victor Stawiarski, ganham destaque na reportagem e várias de suas ações, especialmente realizadas com as escolas, são apresentadas, não deixando de mencionar o baixo número de guias

disponíveis. São mencionados o número crescente de estudantes a cada ano e enfatizadas as caravanas formadas por estudantes de outros Estados que visitam o Museu nas férias de julho. Sobre essas Stawiarski faz questão buscar frisar que não são realizadas por mera curiosidade, pois os estudantes “fazem apontamentos e pedem aulas sobre as mais diversas matérias”.

A década de 1960 se encerra com mais uma exposição que leva à formação de filas quilométricas na frente do Museu. Entre os dias 3 e 5 de abril de 1970, milhares de pessoas se dirigiram à instituição para ver uma pedra lunar. De acordo com a reportagem do Globo, a exposição atraiu pessoas de todos os pontos da cidade, sendo 3.626 pessoas na sexta, 8.904 no sábado e 10 mil no domingo, ou seja, a exposição recebeu aproximadamente 23 mil visitantes em apenas três dias. Para receber esse público ampliado, o Museu funcionou no horário noturno, fechando às 22h no último dia da mostra.

Figura 15 - Pessoas aguardam em longas filas para ver a pedra lunar no Museu Nacional (1970)



Fonte: O Globo

A matéria descreve a exposição organizada pelo Departamento Cultural da Embaixada dos Estados Unidos, que era composta por painéis que mostravam a evolução da conquista do espaço, miniaturas do foguete Saturno V, acompanhado do módulo lunar e de um astronauta vestindo roupas espaciais, e claro, o objeto mais importante, a pedra lunar presa por três garras girando dentro de uma cúpula de vidro, instalada em uma sala isolada (CARIOCAS..., 1970, p.5).

Com o título “Cariocas visitam e acham pequena a pedra da Lua”, a reportagem aborda a decepção de muitos visitantes com o tamanho diminuto da pedra em exposição. Diferente de quase todas as reportagens consultadas, essa traz trechos de depoimentos dos visitantes e, nesse sentido, nos permite entrever a recepção do público em relação ao que era visto no Museu.

Figura 16- Folheto da Exposição “A Pedra Lunar” (1970)



Fonte: A autora (2021)

Nos anos de 1950 e ainda por algum tempo, o Museu Nacional seria o único museu brasileiro a contar com um setor educativo. Em fins da década de 1960, o Grupo de Trabalho Ação Educativa dos Museus elaborou um diagnóstico acerca da área da Educação Museal no país. Este apontou para a ausência de pessoal e de recursos destinados à mesma, apresentando o MN como o único museu a contar com serviço educativo organizado (FRECHEIRAS, 2015).

## 2.5 A PERDA DE STATUS DA EDUCAÇÃO DAS MASSAS, DAS EXPOSIÇÕES E DO PÚBLICO

A virada da década de 1960 para 1970 marcaria o início do distanciamento do Museu Nacional em relação ao público mais amplo. Carvalho (1977, p.49-50) lamenta o que denominou de “desvio das verdadeiras finalidades de um museu” e é contundente em definir a origem do problema: a incorporação da instituição à Universidade do Brasil. Segundo ele, se tal iniciativa favoreceu a pesquisa, por outro lado fragilizou a função educativa do museu, ao passo que

[...] veio quase a obliterar aquilo pelo que sempre batalhou Roquette-Pinto: a educação da juventude, das massas populares. Hoje em dia, em certas áreas do Museu sente-se quase que desprezo pelo tipo fundamental e precípuo de atividade de um museu. (CARVALHO, 1977, p.50)

O que diferencia esse momento dos que o antecederam diz respeito à Reforma Universitária, sancionada em 1968, com importantes efeitos sobre as instituições de ensino superior no país e que afetaria significativamente o Museu Nacional, parte integrante de uma delas. A reforma, que definiu a Universidade como instituição caracterizada pela indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, representou a eliminação das cátedras vitalícias, substituídas pelo regime departamental, institucionalizou a carreira acadêmica, vinculando não só o ingresso, mas também a progressão docente à titulação acadêmica (MARTINS, 2009). Nesse momento tem início o processo de consolidação do sistema de pós-graduação brasileiro. A pós-graduação passa a ser encarada como um importante pilar da universidade moderna, visando à formação de quadros, a qualificação de docentes e um sistema nacional de C&T responsável por uma produção científica de alto nível (CURY, 2005).

Nesse contexto, o Museu criou, em 1968, o Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS), o primeiro curso de pós-graduação em Antropologia Social do país e, no ano de 1972 implantou, em parceria com as áreas correspondentes do Instituto de Biologia, o Programa de Pós-Graduação em Zoologia (DUARTE, 2019).

Segundo Valente (1995), a partir da década de 1970 as ações voltadas para o público em geral, que conferiam ao museu o seu caráter público, passam a ser negligenciadas em favor das atividades de pesquisa científica.

Uma evidência da precariedade com as exposições é a descrição que o Jornal do Brasil faz do estado das mesmas à época. De acordo com a matéria consultada, as exposições apresentavam grande parte dos objetos sem qualquer identificação, à

exemplo “de uma peça arqueológica [...] que é uma interrogação para o público: a única explicação está gravada na peça, em inglês, e com termos científicos”. Sobre as etiquetas existentes, a matéria destaca seu péssimo estado, afirmando estarem “surradas, rasuradas e cheias de erros de gramática e pontuação [...]”. (MUSEU..., 1977).

Em 1971 completa-se a Reforma Universitária e o Museu ganha novo regimento. O Regimento de 1971, vigente nos dias de hoje, marca a perda de status da Educação Museal dentro do Museu. Diferentemente de todas as demais Divisões, que foram transformadas em Departamentos, a Divisão de Educação tornou-se um serviço, o Serviço de Assistência ao Ensino (SAE).

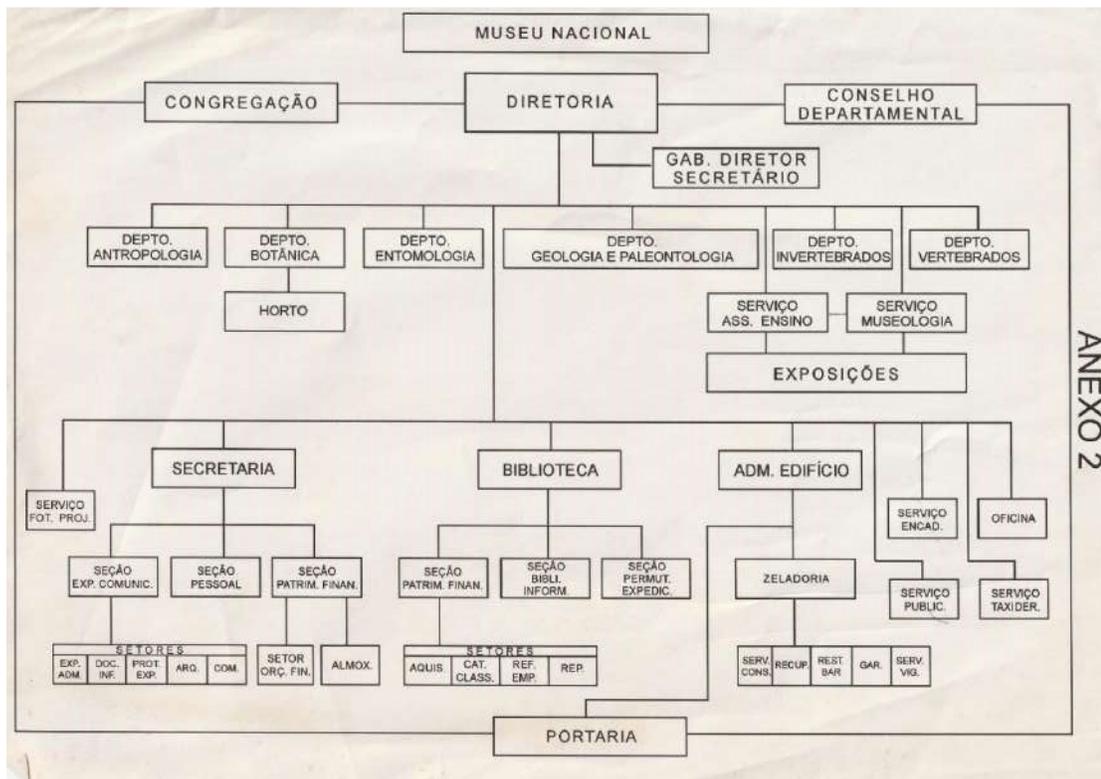
Apesar de o Regimento do MN falar em Serviço, o nome que consta no organograma da instituição e que é utilizado por seus profissionais, pelo menos desde os anos de 1980, é Seção de Assistência ao Ensino.

Regimentalmente, a SAE corresponde a um

órgão com a finalidade de atendimento ao ensino no âmbito das Ciências Naturais e Antropológicas, mediante assistência a um professor de ensino médio e elementar, a universitários, estudantes de qualquer nível, a escolas e ao público geral, mediante o uso de todas as suas exposições e instalações, bem como a de realizar pesquisas sobre técnicas de utilização didática das exposições para diferentes níveis de ensino (MUSEU NACIONAL, 1971, p. 24)

Dentre suas atribuições regimentais estão: realizar estudos e pesquisas sobre educação em museus de ciências; prestar assistência ao ensino das ciências naturais e antropológicas a estabelecimentos de ensino, professores e alunos; orientar o público em visitas às exposições do Museu Nacional; organizar, realizar cursos, palestras, conferências e sessões cinematográficas educativas, para divulgação das Ciências Naturais e Antropológicas; organizar campanhas educativas, tendo em vista a proteção na Natureza e um melhor conhecimento dos recursos naturais, especialmente do país; organizar exposições próprias, temporárias ou volantes para atender aos seus objetivos educacionais e colaborar nas publicações do Museu Nacional e elaborar, para distribuição, obras de divulgação de conhecimentos de Ciências Naturais e Antropológicas.

Figura 17 - Organograma do Museu Nacional considerando o Regimento de 1971



Fonte: Valente (1995)

Um documento produzido por Carvalho (1977) nos revela que apesar de já contar há alguns anos com um novo regimento, as mudanças por ele preconizadas não foram imediatamente implementadas. A área educativa continuava no cotidiano do Museu sendo denominada pelo seu nome antigo, Divisão de Educação, e apesar do novo regimento contar com um Serviço de Museologia em sua estrutura, a Educação ainda era mantida como a responsável pelo preparo e manutenção das exposições públicas.

Contudo, esse trabalho dedicado à “educação da massa e escolas” e as exposições, vinham perdendo espaço na instituição. Anualmente a mesma recebia uma média de 700 mil visitantes, enquanto cerca de 12 mil pessoas, sobretudo professores e alunos de nível médio, mas também escolas primárias e o público em geral, participavam das ações educativas promovidas pela antiga Divisão de Educação. O bom índice de visitação do MN era atribuído, em parte, à sua coexistência com a Quinta da Boa Vista e o Jardim Zoológico (CARVALHO, 1977).

Nos anos de 1970 o horário de visitação do Museu Nacional continua bastante reduzido se comparado com aquele praticado no início do século XX. É permitido ao

público acessar suas exposições apenas entre 12h e 17h, de terça a domingo (ROTEIRO..., 1970, p.15), horário semelhante ao que vinha sendo praticado em 1963, quando o Museu passou a funcionar de terça a domingo de 12h às 16h30min (BIBLIOTECAS..., 1963)<sup>58</sup>. Contudo, é preciso destacar que o Museu Nacional fazia parte de um grupo minoritário de museus cariocas que funcionavam aos domingos e nos feriados. Segundo matéria do Diário de Notícias, os cariocas não encontravam barreiras econômicas (cobrança de ingresso) para acessar os museus da cidade, contudo encontravam outra, os dias de visitaçãõ.

O Rio conta, atualmente com cerca de 40 museus [...]. Ao contrário dos países europeus, onde tradicionalmente as visitas são pagas, a quase totalidade dos nossos oferecerem acesso gratuito aos interessados. Mesmo assim, visitar museus não está entre os hábitos do brasileiro e uma das ineficiências que contribui para manter esse desinteresse, está no fato deles não funcionarem nos fins de semana e feriados, justamente no momento de lazer dos poucos interessados (RABELO, 1975).

Sendo assim, é possível que além da localização, o funcionamento nos finais de semana e feriados tenha contribuído para uma visitaçãõ mais expressiva do Museu Nacional em relaçaõ a outras instituições museais.

Algumas exposições de curta duraçaõ, nesse período, atraíram muitos visitantes. Uma delas tinha origem no Museu Oceanográfico de Mônaco e foi levada para o MN por seu organizador, o conservacionista Luiz Fernando de Brito Chaves. A exposiçaõ atraiu dezenas de milhares de pessoas para o Museu no ano de 1977. A mesma, intitulada “A

---

vida das Baleias em todos os Mares do mundo”, em seus 12 primeiros dias recebeu 67.156 visitantes, uma média diária de 5.600 pessoas. Esse público expressivo teria surpreendido os funcionários do Museu, acostumados com uma média de 200 visitantes diariamente. Mais de 100 escolas visitaram a exposiçaõ e no seu último dia em cartaz no Museu Nacional, domingo, 11 de dezembro de 1977, foi visitada por 210 mil pessoas. (NITEROIENSE..., 1977, p.1; A ESPANTOSA..., 1977, p.7).

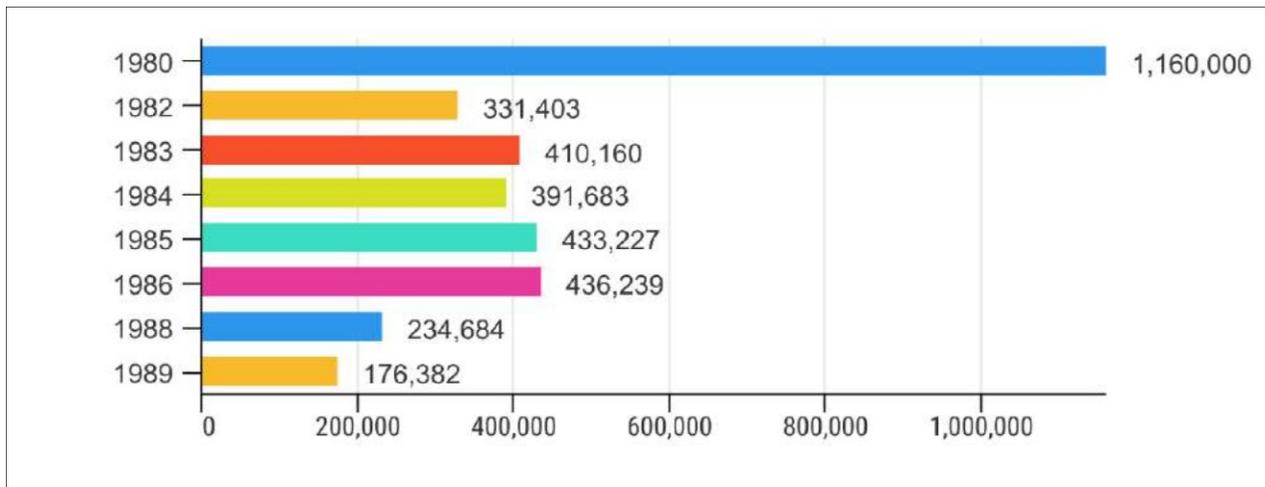
Apesar de todas as dificuldades enfrentadas pelo Museu, incluindo a pouca segurança do edifício contra incêndio e sua vulnerabilidade a cupins (CARVALHO, 1977),

---

<sup>58</sup> A análise da divulgação do Museu Nacional no Jornal do Brasil nos anos de 1960 nos permitiu verificar que no ano de 1962 e até 2 de junho de 1963 o Museu Nacional podia ser visitado de terça a sexta, entre 12h e 17h e aos domingos, de 14h30min às 18h. Não abria ao público aos sábados.

além da recente perda de status da Educação Museal e das exposições, o Museu Nacional foi, em 1980, visitado por 1.160.000 pessoas (CONSELHO..., 1981). No entanto, os dados referentes à visitação do Museu nos anos de 1980 apontam para uma queda bastante significativa na frequência do público, conforme se observa no gráfico subsequente.

Gráfico 5 - Visitação anual ao Museu Nacional no ano de 1980 e na década seguinte



Fonte: Conselho Federal de Cultura (1981); Museu Nacional (1986, 1987, 1988, 1989 e 1980)

Alguns fatores podem ter contribuído para o esvaziamento do Museu, sendo o mais evidente deles o fim da visitação gratuita. Segundo a imprensa, a mudança na política de acesso ao Museu se deu em 18 de agosto de 1981. A partir dessa data teve início a cobrança de Cr\$10,00<sup>63</sup> para se visitar as exposições, sendo isentas de pagamento as crianças de até 10 anos e estudantes acompanhados de professores. O Museu na ocasião funcionava de terça a domingo, com exceção dos feriados nacionais, entre 12h e 16h30min e passou a poder ser visitado gratuitamente apenas às quintas-feiras. (MUSEU..., 1981a).

A cobrança de ingresso por parte do Museu Nacional teve bastante atenção do Jornal do Brasil, que elaborou algumas matérias e notas sobre o tema. Uma delas se intitulou “Entrada paga faz cair 60% o público do Museu Nacional” e traz dados acerca da visitação pública no primeiro dia de implementação da cobrança (MUSEU..., 1981). De acordo com a matéria, o MN seria visitado em média por mil pessoas/dia durante a semana e que, naquela terça-feira, o público foi de apenas 400 visitantes, ou seja, uma

redução de 60% do público. A relação entrada paga e queda de público foi contestada pela Diretora do Museu, a Professora Leda Dau<sup>59</sup>, que atribuiu o número reduzido de visitantes ao mau tempo. Comparando os dados de visitação do ano de 1980 com o de 1982, primeiro ano da implementação da cobrança de ingresso, é possível verificar uma queda de 71,5% do público.

A iniciativa da cobrança, segundo os depoimentos de Dau já vinha sendo discutida desde a gestão anterior<sup>60</sup>, no âmbito da qual fora instituída uma equipe, chefiada por um

---

<sup>63</sup> Convertido para valores atuais, tendo como base o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), corresponderia a R\$1,20. A título de comparação, um exemplar do Jornal do Brasil na mesma data custava Cr\$30,00. A conversão foi feita por meio do site da Fundação de Economia e Estatística, disponível em: <https://arquivofee.rs.gov.br/servicos/atualizacao-valores/> Acesso em: 9 jan. 2020

economista, para estudar a questão. Durante algum tempo a ideia parece ter encontrado resistência interna por parte do corpo docente, que de acordo com Dau “sempre achou que a cultura não deveria ser resultado de troca monetária” (MUSEU..., 1981b). Ela, no entanto, naturaliza a cobrança, ao afirmar que a mesma “seguia a tradição de todos os museus do mundo”.

Por meio da leitura das matérias jornalistas é possível acessar os argumentos usados pela Direção para justificar tal cobrança. Essa é sempre apresentada como solução para a conservação da instituição. Anos mais tarde, ao relembrar sua atuação à frente do Museu Nacional ela disse

Instituí a entrada paga, que antes era grátis, afinal era preciso angariar recursos para a manutenção do Museu. Quando chovia, eram goteiras por todos os lados.

---

<sup>59</sup> Leda Dau (1924-2011) ingressou no Museu Nacional em 1951, como estagiária da Divisão de Botânica (atual Departamento de Botânica), passando a naturalista em 1959 (MUSEU NACIONAL, 2008). Por indicação da Congregação do Museu foi vice-diretora durante a gestão de Luiz Emygdio (1977 – 1980). Com o término do mandato e diante do desejo da Universidade em fazer coincidir as eleições de diretores com a do reitor, Dau foi nomeada diretora *pro tempore*, cargo que ocupou entre 1980 e 1981. Se candidatou à Direção no final de seu primeiro mandato e, apesar de ter sido a mais votada da lista tríplice, não foi nomeada pelo Reitor. O escolhido foi o segundo colocado, Henrique Millan. Após pela segunda vez ter sido a mais votada da lista tríplice apresentada pelo Museu, foi nomeada diretora da instituição, cargo que ocupou de 1986 a 1989 (AZEVEDO, CORTES, SÁ, 2008).

<sup>60</sup> Entre 1977 e 1980 o Museu Nacional foi dirigido por Luís Emygdio de Melo Filho (1931-2002), tendo como vice-diretora Leda Dau. Em sua gestão se destacaram a reforma do prédio e a renovação das condições para o desenvolvimento das pesquisas científicas (MUSEU NACIONAL, 2008). Em Carvalho (1977) encontramos uma referência à “entrada paga” no Museu. Ao nomear as diferentes fontes de recursos que compunham o orçamento para o exercício do MN em 1977, o ex-diretor do Museu se refere aos recursos da União, ao saldo de exercícios de anos anteriores e à receita da própria. Em relação à esta última faz a seguinte observação “Era baseada na percepção da receita da própria, gerada pela entrada paga, ainda dependente do auxílio solicitado ao CFC” (CARVALHO, 1977, p.55)

Em muitas salas consegui mudar as estruturas de madeira dos tetos por estruturas metálicas (AZEVEDO, CORTES, SÁ, 2008, p.223)

O valor da entrada, por Leda Dau considerado simbólico, tinha o objetivo de assegurar a continuidade e o aperfeiçoamento dos serviços de conservação, catalogação e exposição (MUSEU..., 1981). Para Dau, “o público aumentou, ampliou-se o interesse pela cultura no país e as pessoas se tornaram mais exigentes” (ENTRADA..., 1981). Além disso, ela afirma que o público já bastante numeroso, em média de um milhão de visitantes por ano, se ampliava ainda mais nos dias em que ocorriam eventos do Projeto Aquarius<sup>61</sup>, fazendo com que as portas do Museu tivessem que ser fechadas. As colocações feitas pela gestora do Museu à época deixam dúvidas sobre se o objetivo da cobrança era o de arrecadar recursos a serem aplicados em melhorias para o Museu ou se o objetivo principal seria exatamente o de evitar que tantas pessoas o visitassem para, deste modo, reduzir os efeitos de uma visitação massiva e continuada sobre o edifício e equipamentos.

---

A imprensa não deixou de abordar a opinião pública acerca da cobrança de ingresso. No domingo que antecedeu sua implementação, o Jornal do Brasil foi até o Museu e, assim como centenas de pessoas, o encontrou fechado. Uma placa anunciava que o Museu estava passando por obras e que reabriria na terça-feira. A matéria “Museu da Quinta fechado decepciona no último domingo gratuito” (1981) afirma que os que sabiam que o Museu passaria a cobrar pela entrada pretendiam “aproveitar os últimos dias antes deste absurdo”, enquanto os desavisados, condenavam a medida ao tomarem conhecimento da mesma.

---

<sup>61</sup> Projeto de popularização da música clássica iniciado em 1972, que promoveu espetáculos ao ar livre, oportunizando a um grande número de pessoas o contato com um tipo de música comumente executada em teatros e salas de concerto. Foi concebido pelo jornalista Roberto Marinho, pelo Maestro Isaac Karabtchevsky e pelo gerente de promoções do Globo, Péricles de Barros. Obteve enorme sucesso de público. Muitos dos espetáculos integrantes do Projeto foram realizados na Quinta da Boa Vista durante a década de 1980 e também nos anos 1990, a saber: O Grito do Ipiranga (1981), Balé Virski, da Ucrânia (1983 – 120 mil pessoas), Sinfonia dos Dois Mundos (1985 – 120 mil pessoas); Aída (1986 – 200 mil pessoas), Centenário de Villa-Lobos (1987 – 100 mil pessoas), Balé Nacional de Cuba (1987), Balé Bolshoi (1989 – 180 mil pessoas), George Martin e a Música dos Beatles (1993 – 40 mil pessoas). Informações sobre o Projeto Aquarius podem ser consultadas em: <http://memoria.oglobo.globo.com/institucional/promocoes/projeto-aquarius-9261712> Acesso em: 23 jan. 2021.

A matéria reproduz os depoimentos de três indivíduos sobre a cobrança de ingresso. Um homem, acompanhado de crianças, afirma: “mais uma vez o pobre está sendo prejudicado, pois querem impedir que ele mantenha uma de suas últimas diversões gratuitas” e completa dizendo que de agora em diante não será mais possível visitar o Museu. Outra entrevistada foi uma mulher que levava a neta para conhecer o Museu. Esta disse, “tudo que mexe no bolso da gente deve ser considerado ruim”. O terceiro entrevistado era um vendedor ambulante que atuava na frente do Museu. Ele revelou não estar preocupado com seu faturamento diante da medida adotada pelo Museu, pois “As pessoas que realmente têm dinheiro para comprar, em sua opinião, são aquelas que entendem de arte e não se importarão de pagar pela preservação dos objetos”. A matéria transcreve um trecho de seu depoimento:

- Tem muita gente aí reclamando, estou vendo. Mas sabe quem é esse pessoal? São aqueles que chegam aqui, perguntam ao porteiro onde é o banheiro e saem um minuto depois sem dar importância para nada. Eles só querem fugir das filas dos vestiários lá de fora. (MUSEU..., 1981, p.17).

A visão expressa pelo vendedor tanto revela a ideia bastante atual da falta de interesse dos mais pobres por museus, quanto o seu entendimento acerca do poder da cobrança de ingresso de promover a seleção dos visitantes. Ao impor uma barreira econômica, só entrariam no Museu aqueles que teriam, no entendimento de alguns, as condições materiais e subjetivas de apreciá-lo. Ao menos no que se refere à redução do público, a medida parece ter surtido efeito.

A cobrança de ingresso pelos museus brasileiros certamente ganhou impulso no início da década de 1970, quando é assinado um convênio entre os museus do Departamento Cultural do Ministério da Educação e o Fundo de Manutenção do Instituto do Patrimônio. A iniciativa tinha desdobramentos diretos apenas para os museus ligados ao primeiro, que no Rio de Janeiro eram o Museu Histórico Nacional, o da República e o de Belas Artes. O diferencial da iniciativa é que, antes dela, caso os museus optassem por implementar a cobrança de ingresso, os recursos decorrentes dela deviam ser depositados em conta do Tesouro Nacional, o que dificultava o uso do recurso. Já a partir do convênio firmado, a renda obtida pelos museus seria depositada em nome do Fundo, no Banco do Brasil, garantindo maior autonomia para seu uso por parte dos gestores da instituição (AGORA..., 1971).

A partir de 1982, o Museu passou a ser dirigido por **José Henrique Millan (1982-1986)**.<sup>62</sup> A análise do relatório produzido por essa administração, assim como também das matérias jornalísticas da década de 1980, dão conta das imensas dificuldades financeiras enfrentadas pela instituição no período. O relatório referente ao quadriênio 1982-1985 cita um documento assinado por “Assembleia dos Professores do Museu Nacional” . Este aparentemente visava dar publicidade à precariedade orçamentária da instituição e em “Recursos Financeiros Gerais” aponta que 91,2% dos recursos da instituição eram provenientes de convênios (FINEP, Fundação Ford, dentre outros), outros 7,3% de arrecadação própria e apenas 1,6% oriundos da União. Ainda que com a ressalva de que os números apresentados eram um tanto imprecisos, a Direção do Museu recorre aos mesmos para enfatizar “o percentual ridículo dos recursos da União, alocados no Museu Nacional”. (MUSEU NACIONAL, 1986, p.47).

A arrecadação própria, que corresponderia a algo perto de 7% do orçamento anual da instituição, tinha duas fontes: a cobrança de ingresso no valor de Cr\$500 (bilheteria) e o aluguel pago pela Petrobrás referente ao espaço ocupado por uma exposição sobre petróleo que matinha no MN. Não é possível precisar qual seria exatamente a participação da bilheteria no orçamento institucional, além disso os recursos da receita própria não eram destinados exclusivamente ao circuito expositivo e visitantes, pois também eram destinados aos Departamentos. Parece evidente que, naquele momento, a participação da bilheteria no orçamento era irrisória e nem de perto suficiente para alcançar o objetivo oficial apresentado para sua existência: a manutenção de um museu

---

do porte do Museu Nacional. Nos parece cada vez mais claro que a cobrança de ingresso mais servia para desestimular a visita do que propriamente para zelar pela manutenção do museu (ou seria afastar a maior parte da população a maneira de zelar pelo Museu?).

Ao longo do quadriênio, as exposições de longa duração foram atualizadas e renovadas por meio da realização de um expressivo número de exposições de curta duração – onze ao todo. No período, 31 salas de exposições, todas as existentes à época,

---

<sup>62</sup> José Henrique Millan (1937 - ) graduou-se em História Natural pela Universidade do Estado da Guanabara em 1961. Ingressou no MN como estagiário da Divisão de Geologia e Paleontologia, da qual se tornou geólogo interino em 1961.

tiveram seus 387 armários pintados e envernizados externamente, bem como algumas de suas legendas, textos e o interior restaurados. O horário de visitação do Museu foi ampliado, passando a abrir às 10h (e não mais ao meio-dia) em 1983, visando “atender também o público matinal, representado por escolares, professores e visitantes em geral” (MUSEU NACIONAL, 1986, p.56). Apesar desse esforço, o número de visitantes/ano ao longo de toda a gestão de Milan foi bastante inferior (cerca de 1/3) ao verificado em 1980, antes da cobrança de ingresso. No relatório, contudo, não é feita qualquer menção à significativa queda na visitação.

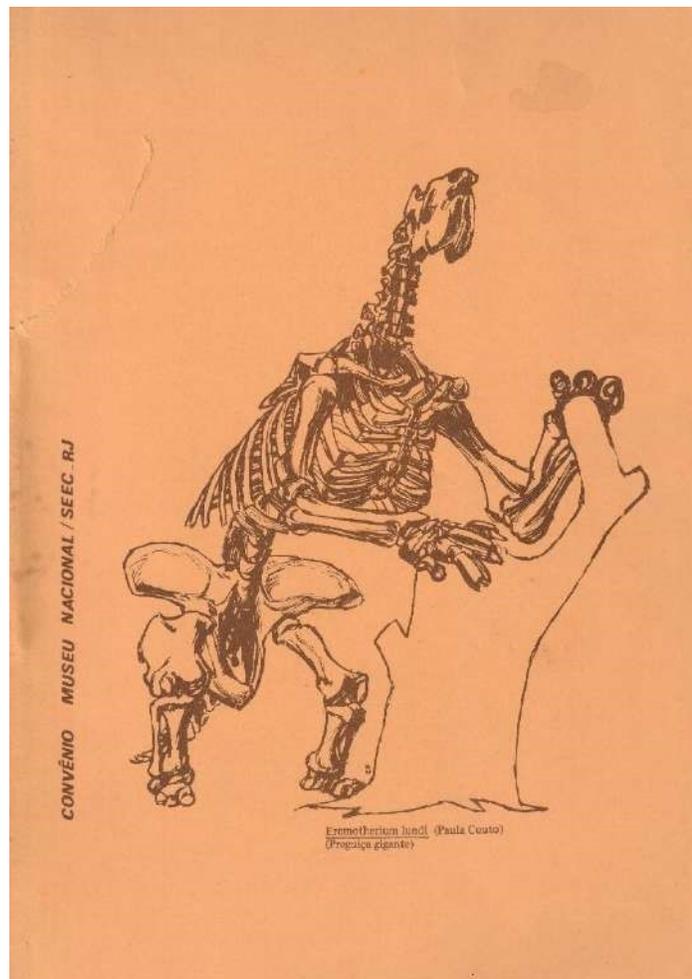
Em fins do ano de 1980, o Museu Nacional firmou um convênio com a Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro, que funcionou com regularidade até 1983. Em 1984, apesar dos esforços da administração do Museu, a Secretaria não teria manifestado interesse em renová-lo (MUSEU NACIONAL, 1986). O convênio, contudo, é abordado em relatórios dos anos seguintes, indicando que a renovação acabou se concretizando.

Figura 18 – Folheto do Projeto de Visita Guiadas em parceria com a Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro (Década de 1980)



Fonte: A autora

Figura 19 – Fichário com folhetos educativos sobre os Roteiros de Visita Guiada ao Museu Nacional



Fonte: A autora

O folheto intitulado “Museu Escolar” apresenta em seu interior “instruções para a organização de pequenos museus escolares”, mesmo título de uma das seções da Revista do Museu Nacional veiculada nos anos de 1940. Os doze itens elencados entre as instruções apresentadas pelo folheto são os mesmos que constavam 40 anos antes, na referida Revista. No item 2, que trata sobre a autoria da coleta dos materiais que comporiam o museu escolar, ambos afirmam que os responsáveis deveriam ser alunos e professores. Contudo, a Revista alegava como justificativa para tal, o fato de o Museu não possuir verbas suficientes para o empreendimento, aspecto que já não aparece no folheto dos anos de 1980.

Figura 20 – Frente e verso do folheto Museu Escolar (Década de 1980)

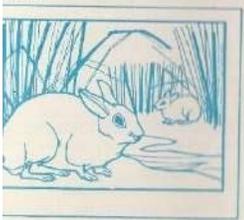
aquário



mural didático



horário



## VISITE O MUSEU NACIONAL

Para as atividades do Convênio com a Secretaria Estadual de Educação e Cultura do Rio de Janeiro as exposições do Museu Nacional estarão abertas de terças às sextas-feiras, no horário de 12h 30m às 16h 30m.



PUBLICAÇÃO DO MUSEU NACIONAL

Quinta da Boa Vista - São Cristóvão  
Rio de Janeiro - RJ CEP 20.942  
Tel. (021) 228-7010 - 228-7018  
e 228-7019

# MUSEU ESCOLAR



## Instruções para a organização de pequenos museus escolares

Toda escola deve ter seu pequeno museu História Natural. A organização e o desenvolvimento desse mostruário são de grande valor educativo e instrutivo. Iniciando aumentando o próprio museu, a escola desenvolve nos alunos o gosto pelo estudo da natureza que os cerca, incute-lhes hábitos de observação concreta e de raciocínio, tornando-os ordeiros e cuidadosos.

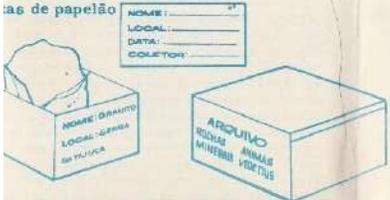
O material dos museus escolares deve ser colecionado pelos próprios interessados: professores e alunos; o Museu Nacional não fornece material podendo, no entanto, orientar na sua organização. Os benefícios acima apontados só poderão ser usufruídos se, as pessoas envolvidas participarem ativamente de todas as etapas de organização do museu.

A primeira vista, parece muito difícil a organização de um pequeno museu escolar.

- Os **minerais** são facilmente obtidos, bastando que os professores escolham as amostras mais interessantes que os pequenos naturalistas recolherem. Cada aluno deverá escrever no rótulo da amostra colhida o lugar onde foi achado o exemplar, a data e o nome do coletor. Recolhido certo número de amostras mineralis, se houver dificuldade do professor em identificá-las ou classificá-las poderá solicitar o auxílio do Serviço de Assistência ao Ensino do Museu Nacional, que atenderá prontamente a qualquer consulta. As amostras colocadas em pequenas caixas de papelão, providas das indicações apontadas, serão o núcleo da seção de mineralogia do museu escolar. As próprias caixas poderão ser fabricadas pelos alunos, em atividades integradas.
- As **plantas** serão conservadas, depois de convenientemente coletadas, conforme as indicações fornecidas pelo Museu Nacional.
- O estudo e a observação da vida animal e plantas deve constituir um aspecto importante no ensino das ciências naturais. Por isso, ao lado do museu, será estimulada a criação de pequenos viveiros em aquários, vivários etc., e cultivo de plantas, meio precioso para o conhecimento das grandes leis da vida que podem ser aprendidas desde muito cedo, sem falar das vantagens de ordem econômica que possam resultar dessas atividades.
- No museu escolar é comum apresentarem-se as peças, tendo ao lado, a sua identificação, fotografias dos aspectos da sua morfologia, indicações da sua utilidade econômica etc..
- Todos os alunos devem desenhar, matizando da melhor maneira, as peças do museu.

caixas de papelão

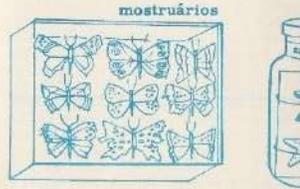
NOME: \_\_\_\_\_  
LOCAL: \_\_\_\_\_  
DATA: \_\_\_\_\_  
COLETOR: \_\_\_\_\_



herbário



mostruários



Fonte: A autora

Leda Dau volta a dirigir o MN entre os anos de 1986 e 1989. Com ela, voltam também à imprensa os temas da cobrança de ingresso e do estado precário em que se encontrava o Museu Nacional. Nessa oportunidade a diretora reclama da impossibilidade de aumentar o preço do ingresso cobrado à população.

[...] o Museu Nacional está berrando por socorro. Numa luta eterna contra a falta de verbas adequadas, e sem poder nem ao menos aumentar o preço das entradas cobradas ao público – 50 centavos – em decorrência do congelamento dos preços, a diretoria do Museu vê com apreensão goteiras brotarem dos tetos [...] (MONTEIRO, 1986)

No final da década de 1980, Carvalho (1988, p.1) retomaria a questão das finalidades de um Museu de História Natural: o estudo e a pesquisa no campo das ciências naturais e a “educação de massa (povão)”, de todas as idades, por meio das exposições. José Candido elenca algumas instituições que cumpririam com essa finalidade, mas não relaciona o MN entre elas. A década é marcada, na imprensa, por notícias de infestação de cupins nos telhados, infiltrações, roubos de objetos, falta de vigilantes, assaltos a alunos e professores, falta de recursos, consolidando a imagem de um cenário de crise.

Na década de 1990, o Museu contava com um circuito expositivo “bastante defasado museograficamente, em aparência e conteúdo”, que acabou sendo parcialmente fechado no ano de 1995 devido às fortes chuvas (FERREIRA, 2002, p.128). Ainda hoje, o público adulto frequentemente se referia ao encharcamento da múmia do sacerdote *Hori*, ocorrido na década de 1990, resultante de uma forte tempestade e do péssimo estado do telhado do Museu à época. Em decorrência deste episódio, foi realizada uma mobilização internacional para o salvamento da múmia e, posteriormente, o desenvolvimento de uma política de captação de recursos para a restauração do prédio (DANTAS, 2007).

Não foi possível localizar dados referentes à visitação do museu ao longo da maior parte da década de 1990. Contudo, Valente (1995) aponta que o público do Museu Nacional vai sendo reduzido. Se nos anos de 1987 e 1989 era de aproximadamente 240 mil visitantes por ano, ao longo da década de 1990 sofre uma queda vertiginosa, chegando a cerca de 100 mil visitantes por ano.

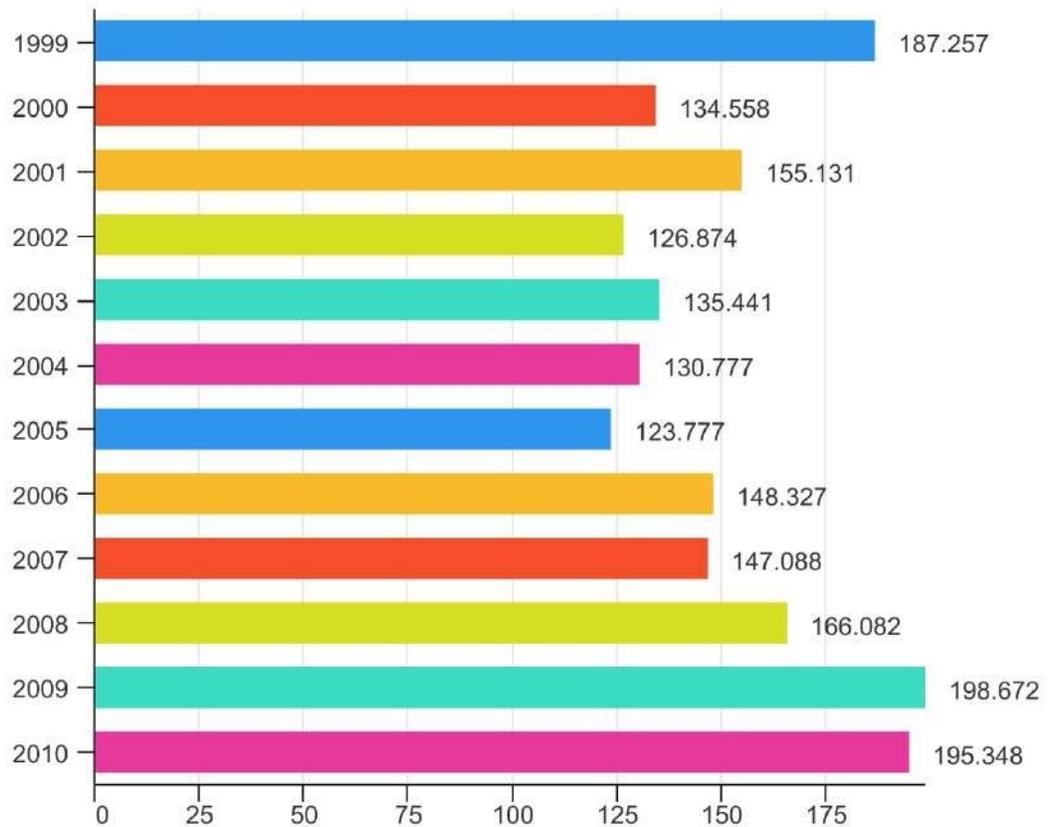
Nos anos de 1990 o Museu estava aberto à visitação de terça a domingo, entre 10h e 17h. O ingresso cobrado à época custava R\$1,20 (um real e vinte centavos) e estavam isentos de pagamento crianças com menos de 10 anos e pessoas acima de 65 anos. Às quintas-feiras o MN franqueava a entrada a todos os visitantes (VALENTE, 1995). A pesquisadora, nas observações que fez da aproximação das pessoas do guichê do MN,

verificou que o custo do ingresso era motivo de hesitação e levantava dúvidas acerca da relevância de se dispor daquela quantia para visitar o Museu.

Em 1998, a partir da gestão de Luiz Fernando Dias Duarte, foram iniciadas algumas obras de reforma e de recuperação estrutural geral (FERREIRA, 2002) do Museu e a instituição passa a implementar uma política voltada à renovação de exposições de longa duração e à intensificação de exposições de curta duração. Em 1999 a instituição registrava que a exposição pública de ciências naturais e antropológicas, apesar das condições lamentáveis, continuava a ser a parte mais notória das atividades da instituição. A montagem eventual de exposições temporárias é atribuída a manutenção de uma importante visitação (MUSEU NACIONAL, 2000).

Entre as iniciativas bem recebidas pelo público estavam as salas referentes ao Egito, às Culturas Mediterrâneas e à Arqueologia Brasileira, integrantes do circuito da exposição de longa duração, todas reabertas em 2001 (DUARTE, 2019). A exposição 'Dinossauros do Brasil', realizada em 1999 e montada com recursos de diversas fontes (sobretudo da Petrobras), foi de acordo com o relatório institucional daquele ano um dos motivos de renovado fluxo de visitação do Museu, com grande repercussão junto à imprensa (MUSEU NACIONAL, 2000).

De fato, os dados de visitação disponíveis revelam uma retomada de crescimento no número de visitantes a partir do final da década de 1990, em relação aos anos anteriores.



Fonte: Museu Nacional (2000a, 2000b e 2001)

De acordo com o relatório institucional referente ao ano de 2001, as atividades do Museu dependiam crucialmente dos recursos advindos do pagamento das entradas na Exposição. De acordo com os valores apresentados no documento, é possível verificar que a arrecadação via entrada paga (R\$287.085,00) correspondeu a 13% do total de Recursos Financeiros Gastos no Período de (R\$ 2.151.186,62) naquele ano (MUSEU NACIONAL, 2003).

De acordo com o ex-diretor, nesse período a SAE

não cessou de ampliar suas atividades, tornando-se um veículo essencial na atenção aos visitantes em geral, mas, mais particularmente, no atendimento às escolas e escolares, e em iniciativas de divulgação científica mais tópicas e dinâmicas (DUARTE, 2019, p. 373).

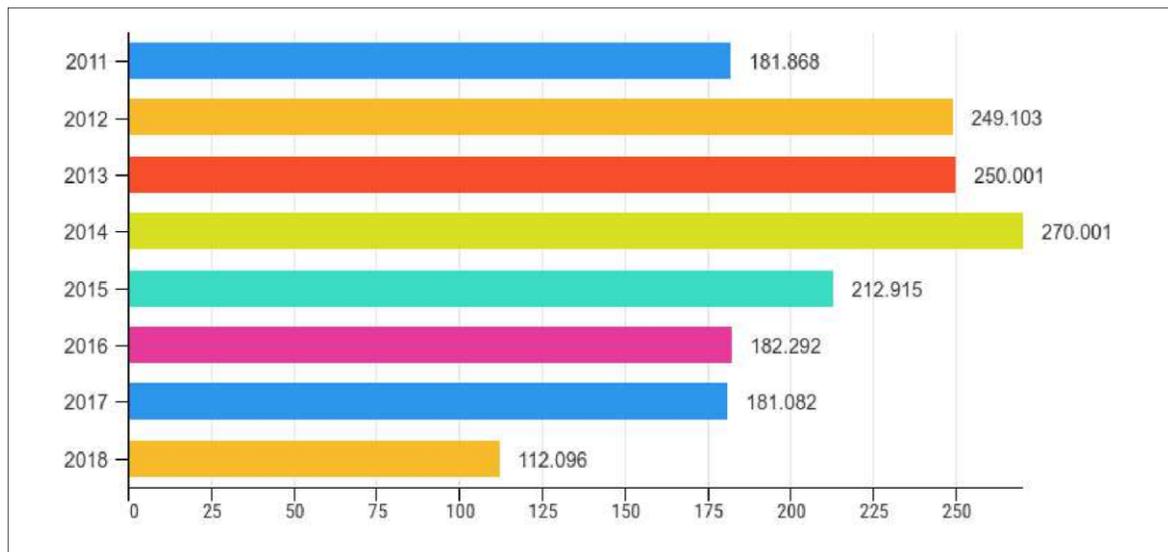
Os relatórios referentes ao período apresentam os dados referentes à vários projetos desenvolvidos pela SAE, em sua maioria voltados ao público escolar, a oferta de estágio para estudantes do ensino superior.

## 2.6 O MUSEU NACIONAL E A EDUCAÇÃO MUSEAL NA ÚLTIMA DÉCADA

Na década de 2010, tendo Claudia Carvalho como Diretora do Museu (2010-2018), foram inauguradas algumas exposições. A mais destacada delas foi a exposição de longa duração intitulada Conchas, Corais, Borboletas, aberta ao público em 1 de outubro de 2013. Em duas galerias recém-restauradas, foram expostos cerca de dois milhões de itens originais, pertencentes a grande coleção de invertebrados e insetos. A exposição contava, ainda, como a reprodução de uma lula-gigante em tamanho natural e na mesma o público pode reencontrar objetos, como o caranguejo gigante, que há muito não eram vistos, devido ao longo fechamento das exposições diante da falta de recursos para a sua manutenção.

Logo em 2012 foi quebrada a barreira dos duzentos mil visitantes, o que se manteve nos três anos seguintes. No entanto, é possível verificar que o público começa a cair no ano de 2015.

Gráfico 7 - Público anual de visitantes do Museu Nacional no período de 1999 a 2010



Fonte: Diretoria Administrativa e Núcleo de Atendimento ao Público (NAP) – Museu Nacional

Em 12 de janeiro de 2015 o Museu Nacional fechou suas portas pela ausência de repasses do governo federal à UFRJ, o que acabou por inviabilizar o pagamento de funcionários terceirizados dos serviços de limpeza e vigilância. A instituição reabriu após

longos e intermináveis 14 dias, contudo uma parte importante da população continuou acreditando que ela permanecia fechado, tendo contribuído para essa ideia a circulação de *fake news* via redes sociais digitais.

No ano seguinte, 2016, seria a vez do Jardim Zoológico fechar. O mesmo, sob administração da Prefeitura do Rio, foi interditado pelo Ibama no início daquele ano e, em outubro, passou a ser gerido pelo Grupo Cataratas. Nesse ano, o Zoo foi visitado por apenas 19.125 pessoas e o MN por pouco mais de 182 mil. No entanto, em 2017, o Zoológico recebeu 707.540 visitantes, enquanto o público visitante do MN se manteve semelhante ao verificado no ano anterior. O público do Jardim Zoológico volta a cair em 2018, quando entra em obras. Nesse ano recebeu 396.144 visitantes e em 2019, 170.211<sup>63</sup>. Assim, parece haver elementos que indicam que a frequência ao Zoológico não afeta tão diretamente a visitação ao Museu.

A chefia da SAE esteve sob responsabilidade da museóloga Mara Regina Leite até 2011. Pelo que foi possível verificar, a profissional que antes atuara no Serviço de Museologia, foi a primeira mulher a chefiar, em 1994, o setor educativo do MN, 67 anos após a sua criação. Com a aposentadoria desta, Guilhermina Guabiraba, técnica administrativa em Educação, assumiu a chefia da SAE, cargo que ocupou até 2016, quando veio a se aposentar. Nesse momento, a presente autora, Técnica em Assuntos Educacionais (TAE), assumiu a chefia, sendo substituída em 2018, no contexto de mudanças na Direção do Museu Nacional, pela também TAE, Sheila Boas. No período, a SAE aumentou e diversificou seu quadro de servidores, teve suas instalações ampliadas e melhoradas, além de ter recebido novos equipamentos.

Em 2017, ano em que comemorou 90 anos, a SAE promovia um bom número de projetos e ações educacionais. Um dos projetos, intitulado *O Museu e o Parque*, é voltado para grupos do Ensino Fundamental II, tendo como foco o Parque da Quinta da Boa Vista e seus aspectos paisagísticos, históricos, botânicos e zoológicos. Ele busca a integração

---

entre as ciências presentes fora e dentro do Museu. Para crianças de 5 a 7 anos. promoveu o *Tem Criança no Museu: de férias com a ciência*, que busca estimular a

---

<sup>63</sup> A reabertura do antigo Zoológico, atual BioParque do Rio, após fechamento para obras e em decorrência da pandemia de Covid-19, está prevista para o dia 22 de março de 2021.

criatividade, a curiosidade e a ampliação de conhecimentos em Botânica, Paleontologia, Zoologia, Arqueologia e Etnologia.

A SAE conta com Coleções Didático-Científicas compostas por rochas, fósseis e material biológico que vêm sendo formadas a partir coletas e aquisições realizadas pelo Museu Nacional, assim como por doações externas<sup>64</sup>. A coleção mais numerosa é a Zoológica, com cerca de 2.000 lotes, e seus itens vão desde espécies comuns, à espécies raras, endêmicas, exóticas, com alto valor econômico e potencialmente perigosas (SEREJO, 2020). Quase a totalidade de itens das coleções é passível de empréstimo às escolas e instituições científicas e culturais, serviço que vem sendo realizado há pelo menos três décadas. Deste modo, o material vem sendo utilizado principalmente para o ensino de ciências por docentes da Educação Básica, mas também em exposições, eventos de popularização da ciência, projetos de Educação Museal do próprio setor, dentre outros.

Por meio das *visitas educativas*, realizadas com públicos de visitação programada e espontânea, o setor educativo busca estabelecer uma transformadora rede de educação, comunicação, negociação e diálogo entre museu, ciência e sociedade. Promove, também, ações extramuros, principalmente na Quinta da Boa Vista, com o intuito de estreitar a relação do museu com a sociedade, incluindo aqueles que não o visitam.

A SAE, em parceria com Departamentos do Museu, promove cursos de extensão, como o *Formação de Mediadores do Museu Nacional*; o *Descobrimo a Terra – Formação Continuada de Professores em Educação em Geociências* e o *Meninas com Ciência: Geologia, Paleontologia e Gênero no Museu Nacional*. Em 2017, o setor concebeu o projeto de extensão “*Clube de Jovens Cientistas do Museu Nacional: Ciência na Quinta*”, que no ano seguinte viria a ser um dos vencedores do 9º Prêmio Ibermuseus de Educação.

Respeitando uma de suas atribuições regimentais, a de atuar na produção científica

---

<sup>64</sup> Em 2018, a SAE recebeu dos familiares de Victor Stawiarski dois exemplares de fetos humanos por ele utilizados em suas aulas e cursos de Educação Sexual, bem como uma caixa de insetos com exemplares (borboletas) por ele coletados. A partir dessa doação, formou-se a Coleção Stawiarski.

acerca da educação em museus de ciências, a SAE desenvolve estudos de público<sup>65</sup> e pesquisas nos campos da Educação Museal e da acessibilidade cultural. A SAE coordena, também, o Programa de Iniciação Científica Júnior (PIC Jr), parceria com o Colégio Pedro II que, desde 1999, é implementado com o intuito de inserir os educandos do Ensino Médio em novos ambientes de aprendizado e ensino<sup>66</sup>.

O cumprimento de outra importante atribuição do setor, a de organizar exposições próprias para atender aos seus objetivos educacionais, pode ser exemplificada pela exposição *O Mar Brasileiro na Ponta dos Dedos*, concebida pela SAE visando à inclusão de pessoas com deficiência no ambiente do museu.

Em entrevistas concedidas à imprensa, a nova Direção do Museu Nacional, que assumiu em fevereiro de 2018, afirmou ter como meta alcançar um milhão de visitantes até o final de sua gestão, em 2021. Um passado com maior número de visitantes é recuperado pelo diretor, Alexander Kellner, nas entrevistas.

Basta acompanhar os índices de visitação para constatar que há algo de errado com a instituição. Em 2017, foram 210 mil visitantes, enquanto relatórios de 60 anos atrás contabilizam a presença de até 350 mil pagantes. (CÔRTEZ, 2018).

Não foi possível verificar no material jornalístico analisado a abordagem explícita dos motivos que teriam levado à diminuição significativa do público do Museu com o passar dos anos. A matéria do *Jornal do Brasil*, *200 anos do Museu Nacional*, apresenta um equívoco ao afirmar que o Museu teria recebido 350 mil pagantes nos anos de 1960, ao passo que não há qualquer indício de cobrança de ingresso até os anos de 1980. Ao optar por se referir aos anos de 1960 como marco da expressiva visitação do Museu, a Direção explicita a ausência de uma memória institucional referente a um período ainda mais recente e com uma visitação bem mais expressiva. Isso possivelmente é reflexo da ausência de relatórios institucionais entre os anos de 1963 e 1981.

Em relação à visitação pública, podemos citar entre as primeiras iniciativas apresentadas pela atual gestão do Museu Nacional (2018-2021) o aumento do valor do

---

<sup>65</sup> Participa da rede Observatório de Museus e Centros de Ciência e Tecnologia - OMCC&T, programa de pesquisa e serviços sobre os museus e instituições afins, fruto da parceria entre mais de 10 instituições museológicas do Rio de Janeiro.

<sup>66</sup> As educadoras museais da SAE orientam projetos de pesquisa realizados pelos participantes do PIC Jr, com o apoio do Programa Jovens Talentos da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro - FAPERJ.

ingresso de R\$6,00 para R\$10,00 (a Congregação do Museu acabou por aprovar o valor de R\$8,00), acompanhada da mudança da política de gratuidade vigente. A partir de maio de 2018, esta passou a ser implementada exclusivamente no segundo domingo de cada mês. A política de gratuidade colocada em marcha no mês de maio de 2018 é apresentada na imprensa como

O primeiro passo é um presente aos visitantes: a entrada será gratuita aos segundos domingos do mês, o que vai permitir às mães celebrarem sua data levando a família para conhecer a antiga residência da família imperial brasileira e seu acervo, de mais de 20 milhões de itens (CÔRTEZ, 2018)

Chama a atenção a invisibilidade dada à política de gratuidade anterior (janeiro de 2017 a abril de 2018), que abarcava um número maior de dias e horas semanais, e o silêncio em relação ao aumento recente do valor do ingresso. Assim, as ações propostas pela Direção do Museu Nacional no ano do bicentenário da instituição parecem sinalizar a compreensão de que a entrada paga não seria uma barreira para o tão almejado aumento no número de visitantes.

Os documentos analisados para a elaboração desse capítulo revelam, desde o final do século XIX, a busca do Museu Nacional por se autoafirmar enquanto espaço dedicado à educação do povo brasileiro. Contudo, não foram encontradas evidências de que se teria buscado, em algum momento de sua trajetória, verificar, para além do registro do número de visitantes, qual era o real espectro e alcance de sua atuação.

Ao longo do século XX, em especial nas décadas de 1910, 1940, 1950 e 1990, observamos uma preocupação com a renovação das exposições e o seu entendimento como estratégia para atrair o interesse público para o Museu Nacional. A inauguração de novas exposições conseguiu espaço junto aos meios de comunicação de massa e se refletiu na ampliação do número de visitas, contudo não é possível afirmar que houve diversificação do público visitante. É importante destacar que as exposições de longa duração ficaram entre as décadas de 1960 a 1990 sem maior atenção por parte do Museu, contudo o número de visitantes seguiu se ampliando até o início dos anos de 1980. As exposições de curta duração, inclusive as oriundas de outras instituições, podem ter contribuído para isso.

O público escolar, incluindo professores e alunos, foi alvo de grande atenção por parte do Museu Nacional. Foi com o objetivo de cativá-lo que se institucionalizou a Educação Museal no Museu e a atuação do referido setor, criado em 1927, a despeito das mudanças de nomes e reestruturações pelas quais passou, esteve quase sempre vinculada ao referido segmento de público.

A análise dos dados acerca da visitação pública anual do Museu Nacional, desde fins do século XIX - quando esse dado passa a ser gerado - até o início do século XXI, apresenta inúmeras lacunas, em sua maioria decorrentes da ausência de relatórios institucionais anuais. Acreditamos que em muitas ocasiões os relatórios não tenham sido elaborados, mas em outras é possível que o tenham sido, mas não foram depositados na Biblioteca do Museu, dificultando a sua localização. Destacamos a ausência de relatórios por longos períodos compreendidos pelas Ditaduras do Estado Novo (1937-1945) e pela Ditadura Civil-Militar brasileira (1964-1985).

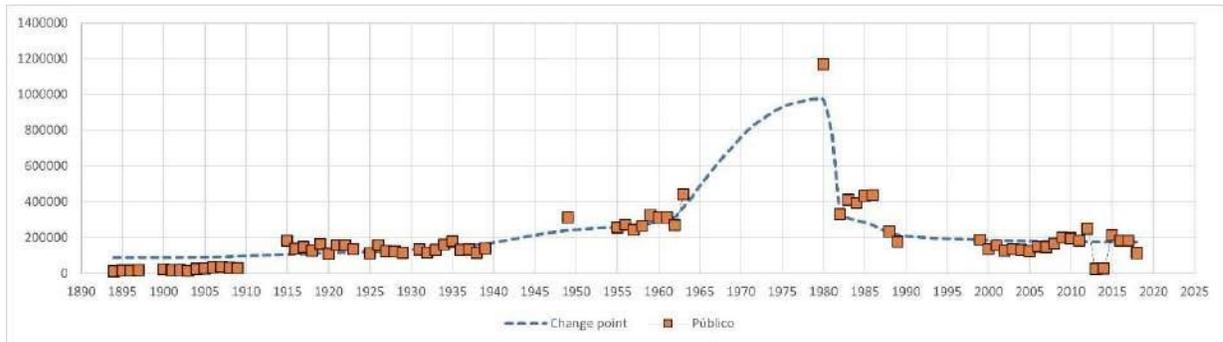
Por meio do uso do programa PAST (PAleontological STatistics) foi possível calcular uma linha de tendência (*change point*) referente à visitação pública ao Museu Nacional no período de mais de um século. Para sua elaboração usamos como base os dados da visitação anual ao MN em 85 diferentes anos.

O gráfico abaixo é resultante da aplicação do método *change point*, que nos permite detectar mudanças sutis nas curvas de frequência. Diante da ausência do quantitativo de visitantes em alguns pontos, foram calculadas interpolações que usaram como base os dados de visitação no ponto anterior e no posterior. Assim, a interpolação permitiu a construção de um novo conjunto de dados, tendo como referência aqueles previamente conhecidos.

A análise do gráfico revela um crescimento constante e suave na visitação, desde o primeiro ponto, 1894, até o início década de 1960. A partir desse momento verifica-se um crescimento expressivo e acelerado da visitação, tendo como pico o ano de 1980. Nesse ponto delinea-se uma queda abrupta, revelando que os índices de visitação nos dois primeiros anos de 1980 retornaram ao mesmo patamar daquele verificado duas décadas antes. A curva continua em queda e se estabiliza no início dos anos de 1990 em patamares equivalentes à visitação de meados da década de 1940. A trajetória da curva se mantém regular até meados dos anos de 2010, quando se verifica uma queda

importante na visitação. Rapidamente a curva volta a subir, retornando ao patamar anterior, mas é interrompida em 2018 com o incêndio do Museu.

Gráfico 8 – Visitação Anual ao Museu Nacional entre 1894 e 2018 com base no método *change point*



Fonte: Elaborado pela autora (2021)

A queda abrupta na visitação pública no início da década de 1980 coincide com o início da cobrança de ingresso (1981), o que nos leva a afirmar que esse elemento promoveu uma ruptura na relação entre o Museu Nacional e o seu público de visitação espontânea.

Ao longo de cerca de quarenta anos o Museu Nacional veio promovendo a taxaçoão de sua visitação pública, apesar da mesma não ter se mostrado minimamente eficiente para a resolução do problema que a sua criação tinha o intuito de combater. Concluimos que a cobrança de ingresso para visitar as exposições públicas se mostrou bem mais eficaz para a promoção do afastamento da população em relação ao Museu Nacional.

O trágico incêndio ocorrido em setembro de 2018 levou ao fechamento das portas do Museu Nacional ao público, colocando em suspensão o futuro da trajetória de sua curva de visitação. Considerando o panorama histórico aqui apresentado, que teve como foco a visitação pública à referida instituição, vislumbramos a relevância do Museu Nacional considerar as características socioeconômicas de seus públicos e frequentadores do Parque da Quinta da Boa Vista, bem como incluir sua efetiva participação no processo de reconstrução, participação esta que, como vimos, ainda não foi experimentada ao longo de seus mais de 200 anos.

### 3. EDUCADORES MUSEAIS HISTÓRICOS E O ACESSO AO MUSEU

Os setores educativos e, em especial, os educadores museais, são aqueles que historicamente desenvolvem ações que visam a promoção do acesso da população aos museus, atuando de maneira comprometida com a ampliação do caráter público e do alcance social dessas instituições.

Nesse capítulo apresentamos uma discussão acerca das ideias referentes à função educativa do Museu Nacional e das práticas educativas apresentadas e ou empreendidas por diferentes educadores vinculados à instituição. Desse modo, buscamos identificar as possíveis contribuições desses educadores para as discussões ou para a efetiva ampliação do alcance social da instituição.

Para a promoção desse debate lançamos mão de artigos de periódicos especializados e de comunicação de massa; bem como de outras publicações de autoria de educadores da instituição. O nosso recorte considerou aqueles que chefiaram o setor educativo do Museu Nacional nos processos de institucionalização e consolidação da função educativa do Museu e, também, aqueles que, mesmo não o tendo chefiado, produziram documentos textuais, bibliográficos, e que podem ser considerados de referência para o campo da Educação Museal e de sua história.

Entre os que chefiaram o setor educativo estão: Edgard Roquette-Pinto, Paulo Roquette-Pinto, Paschoal Lemme, Victor Stawiarski e Solon Leontsinis. Entre os que produziram obras de referência estão Bertha Lutz e Edgar Sússekind de Mendonça.

Xavier (2016) identificou duas gerações de educadores brasileiros que abraçaram a educação pública como bandeira na construção de uma sociedade democrática. A primeira geração de educadores por ela identificada atuou mais destacadamente nas décadas de 1920 e 1930, sob a liderança de Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo, enquanto a segunda teve protagonismo nas décadas de 1950 e 1960 e é, segundo a autora, representada por Darcy Ribeiro e Florestan Fernandes. Esta segunda geração de diferentes modos se apropriou do legado político, intelectual e pedagógico da geração dos pioneiros e do movimento da Escola Nova.

No Museu Nacional identificamos a presença de educadores das duas gerações citadas pela autora. A primeira geração foi claramente influenciada por Anísio Teixeira, por sua vez o grande representante do movimento da Escola Nova na linha de Dewey (GHIRALDELLI JÚNIOR, 2009). Os educadores que a partir dos anos de 1920 deram início aos trabalhos e reflexões sobre Educação Museal no Museu Nacional compõem um grupo de pioneiros nesse campo no Brasil. Essa geração, segundo Lopes (1991), foi a responsável por introduzir as ideias de uso educacional dos museus no Brasil. Seus integrantes, Edgard Roquette-Pinto, Paschoal Lemme, Edgar Sússekind de Mendonça e Bertha Lutz, tiveram papel ativo junto à Associação Brasileira de Educação (ABE).

Lutz foi uma das fundadoras e integrou o primeiro Conselho Diretor da ABE, agência da sociedade civil criada em 1924 por professores e outros profissionais, que assumiram a Educação como grande causa nacional. Funcionou como espaço privilegiado de discussão das questões educacionais brasileiras, promovendo debates, cursos, além de estimular a difusão da pesquisa e de publicações referentes ao campo (MIGNOT e XAVIER, 2004). A mesma teria sido portadora de ideias liberais a serem aplicadas ao campo educacional.

Entre a sua criação e o ano de 1935, considerado seu período mais profícuo, a ABE realizou sete edições da Conferência Nacional de Educação em diferentes estados brasileiros. Os eventos tiveram grande repercussão e funcionaram como espaço central dos debates acerca das reformas educacionais implementadas no período, exercendo o importante papel de articulação entre a sociedade civil e os governos federal e estaduais. Como estratégia para influenciar os trabalhos futuros da Assembleia Nacional Constituinte de 1934, a ABE promoveu a V Conferência Nacional de Educação (Niterói, 1932/33), que discutiu um Plano Nacional de Educação. Após a sua realização, Fernando de Azevedo redigiu um dos documentos mais importante da História da Educação Brasileira, o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932), que defendia a democratização da educação escolar e a modernização dos métodos pedagógicos, propondo a adoção de um sistema escolar público, gratuito, obrigatório e leigo. (CUNHA, XAVIER, 2001; MIGNOT, XAVIER, 2004; GHIRALDELLI, 2009).

Os ideais da Escola Nova, na pessoa de seus educadores, passaram a ser duramente atacados, contestados e perseguidos a partir do ano de 1935, no bojo do

recrudescimento nas disputas políticas que tiveram lugar naquele período. Alguns nomes foram presos, outros exonerados de suas funções públicas. Segundo Cunha (2007) alguns se calaram, enquanto outros aderiram à nova ordem, que daria lugar, a partir de 1937 a uma nova estrutura educacional compatível com a ditadura que se iniciava (Ditadura do Estado Novo).

No contexto do Museu Nacional, com exceção de Bertha Lutz, todos os educadores do MN anteriormente citados assinaram o Manifesto, o que só evidencia sua vinculação à da Escola Nova. A esse grupo de educadores escolanovistas somamos Paulo Roquette-Pinto, não apenas por sua vinculação à SAE ou por seu parentesco com Edgard Roquette-Pinto, mas pelas ideias expressas em sua produção textual.

A institucionalização da Educação Museal no Museu Nacional e, por conseguinte da Educação Museal brasileira, se origina alicerçada no ideário escolanovista, que tem como importante referencial o educador estadunidense John Dewey, para quem os museus, assim como as bibliotecas, deveriam estar situados no centro do processo educativo (HEIN, 2004).

A segunda geração de educadores do Museu Nacional, é composta por Victor Stawiarski e Solon Leontsinis, que deram continuidade ao legado de seus antecessores. Em 1959, Stawiarski assinou o Manifesto dos Educadores "Mais uma vez convocados", documento que reafirma aquele redigido em 1932, o "Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova". Leontsinis, segundo Lopes (1991), com uma proposta de exposições circulantes, sobre a qual trataremos adiante, revela a preocupação com a fixação de conteúdos escolares, colocando como prioridade o apoio às escolas e ao ensino de ciências, assim como fizeram seus predecessores.

Os educadores que atuaram no Museu Nacional assumiram o compromisso com a educação popular. Contudo é preciso sinalizar que o termo não possuía o mesmo sentido que atribuímos ao mesmo hoje. Naquele contexto, educação popular, segundo Ghiraldelli Júnior (2009), estava relacionado à educação de todo o povo e era praticamente sinônimo de educação pública.

Edgard Roquette-Pinto e Lutz iniciaram suas carreiras como cientistas no Museu Nacional e já nele atuavam quando deram início às suas reflexões acerca da função educativa do Museu. Já Paulo Roquette-Pinto e Paschoal Lemme tiveram vínculos breves

com o Museu Nacional, enquanto Süssekind de Mendonça nele nem chegou a de fato atuar. Os integrantes do movimento são na literatura denominados como liberais. É importante salientar que havia heterogeneidade de ideias entre os signatários do Manifesto de 1932 e o mesmo também se pode dizer dos educadores do Museu Nacional. Buscaremos destacar as especificidades das ideias e da atuação de cada um deles para a educação popular e a democratização da educação no e pelo Museu Nacional.

### 3.1 EDGARD ROQUETTE-PINTO (1884-1954)

Edgard Roquette-Pinto foi o primeiro chefe do SAE (1927-1935), cargo que acumulou com o de Diretor do MN e foi durante a sua gestão que a função educativa do Museu se institucionalizou. O SAE, de acordo com Gilioli (2008), aparentemente marca a “conversão” de Roquette-Pinto à Educação.

Médico legista, professor, antropólogo, etnólogo, escritor, arqueólogo, educador e divulgador da ciência. Ingressou no Museu Nacional como professor assistente de Antropologia e Etnografia em 1905. Em 1923 fundou a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, no âmbito da Academia Brasileira de Ciências e, em 1934, fundaria também a Rádio Escola Municipal do Rio de Janeiro, atual Rádio Roquette-Pinto. É signatário do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932) e participou da criação do Instituto Nacional de Cinema Educativo (1936), do qual foi o primeiro diretor.

Anos antes de assumir a direção do Museu Nacional, Roquette-Pinto atuara nas mais destacadas iniciativas de divulgação da história natural promovidas pela instituição no início do século XX, a saber: a reforma das exposições (1910-1914), a elaboração de um dos Guia das Coleções e a organização de mapas ou quadros murais.

No mesmo ano em que o SAE foi criado, Roquette-Pinto (1927) publicou “História Natural dos Pequeninos”, no qual cita o aspecto vantajoso da visita comentada ao museu, para logo em seguida lamentar o “desandar de algumas escolas pelas galerias do museu. Que tristeza! Todo mundo vai andando vai olhando, vai passando...como um fio d’água passa numa lâmina de vidro engordurada.” Como solução para o cenário observado, o autor afirma que os estudantes devem não só ser preparados para a visita, como também acompanhadas pelo professor, juntamente com papel e lápis. Sobre essa passagem,

Aranha Filho (2011) conclui que para o Roquette-Pinto o problema consistiria em uma falha de mediação entre os objetos e o olhar dos visitantes e que para ele caberia ao museu conceber instrumentos para treinar os visitantes a desfrutar das exposições. Teria essa observação influenciado na criação do setor educativo? Seria esse um de seus papéis?

O texto é marcado pelos ideais escolanovistas, cuja pedagogia defendia um novo método de ensino - mais prático, concreto e científico – bem como a atuação do educando como agente de sua formação. A nova concepção educacional criticava o ensino abstrato e livresco, o que observamos no texto de Roquette-Pinto quando este afirma “Que figura de livro vale a visão dos dentes num espelho, para que os pequenos distingam incisivos, caninos e molares”. Ainda segundo ele, “só a vida (...) é capaz de dar a cada qual uma educação realmente científica; ao livro cabe a educação literária e o aperfeiçoamento da primeira.” Em total acordo com o novo ideário, Roquette-Pinto advoga a favor da observação arguta e da experimentação cuidadosa, ao afirmar que “O saber que se adquire no contato direto com a natureza tem um valor inestimável. (...) no desdobrar da atividade prática é diferente: sem ver, não se fica conhecendo bem o mundo.” E continua, sua defesa da observação afirmando que “o ouvido facilmente engana a alma...o olhar quase sempre esclarece. Por isso mesmo ao em vez de falar ou de escrever é sempre melhor mostrar ou desenhar.”

O desenho era para o fundador do SAE um método valioso para o aprimoramento da observação e, não à toa, durante sua gestão se promoveu um “Concurso Infantil de Desenho Naturalista”. A chamada para o Concurso foi veiculada em pelo menos cinco jornais no dia 11 de outubro de 1929 e informava que podiam participar do concurso crianças de até 11 anos incompletos. O prêmio intitulado “Alexandre Rodrigues Ferreira”<sup>67</sup> consistia na realização de um desenho de planta ou animal do Brasil e garantia ao seu vencedor “um completo aparelho fotográfico Zeiss, presente do corpo de professores” do Museu (O DIA..., 1929). O *Jornal* estampou em sua capa uma fotografia dos participantes do Concurso, na qual vemos 14 crianças, entre meninos e meninas, apenas um destes

---

<sup>67</sup> Paulo Roquette-Pinto publicou na Revista Nacional de Educação, em XX, uma artigo dedicado ao naturalista, nascido no século XVIII. <https://bdor.sibi.ufrj.br/bitstream/doc/228/1/144%20PDF%20%20OCR%20-%20RED.pdf> e [http://www.museunacional.ufrj.br/obrasraras/o/Rev\\_Nac\\_Edu\\_13-14/3ROQUETTE-PINTO.pdf](http://www.museunacional.ufrj.br/obrasraras/o/Rev_Nac_Edu_13-14/3ROQUETTE-PINTO.pdf)

negro, acompanhados de dois adultos, sendo um deles a antropóloga Heloísa Alberto Torres (O DIA..., 1929).

Figura 21 – Heloísa Alberto Torres e crianças que participaram do Concurso de Desenho Infantil organizado pelo Museu Nacional



Fonte: O Jornal (1929)

No Arquivo de Antropologia Física do Museu Nacional, Aranha Filho (2011) localizou uma imagem do vencedor do Concurso, aparentemente o único menino negro que visualizamos entre os concorrentes retratados na imagem anterior. A fotografia do premiado nos possibilita, ainda, identificar que a maleta que recebera era composta por outros itens além do equipamento fotográfico divulgado. Na mesma são encontrados, segundo o autor, materiais que favoreciam a observação, o registro e o colecionismo, incluindo cadernos, lápis, tintas, dentre outros.

Figura 22 – Vencedor do Concurso de Desenho Infantil organizado pelo Museu Nacional



Fonte: Aranha Filho (2011)

A relevância do desenho para o educador se verá também em outra importante iniciativa empreendida pela gestão Roquette-Pinto, a Revista Nacional de Educação.<sup>68</sup> . A revista quinzenal circulou entre os anos de 1932 e 1934, tinha tiragem de 12.500 exemplares e era vendida a preço simbólico (BOJUNGA, 2017). Na mesma, encontramos nos números iniciais a coluna “Lições de Desenho.” Em meio aos artigos publicados ao longo de dois anos de existência, verificamos alguns cujos temas estavam afinados com o trabalho do SAE. Os artigos são “Papel Educativo do Museu Nacional de História

<sup>68</sup> Todos os números podem ser encontrados na Biblioteca Digital do Museu Nacional. Acesse: <http://www.museunacional.ufrj.br/obrasraras/RNE.html>

Natural”, de Mello-Leitão (1932) e “O Museu da Escola Regional”, de Maria Glória Valente (1933).

---

Distribuída gratuitamente a professores, escolas, prefeituras e associações culturais e de classe situadas todo o território nacional, a Revista tinha como intuito divulgar a arte e a ciência para o público mais amplo possível. A iniciativa estava “sintonizada ao ideal de um Estado cuja ação pedagógica constituísse um povo e uma nação” e se deu no bojo do recém-criado Ministério da Educação e Saúde Pública de uma República que se pretendia renovada (DUARTE, 2004, p. 33). Ela foi financiada com recursos gerados pela cobrança de uma taxa cinematográfica para educação popular, administrada pela Comissão Federal da Censura, esta criada a pedido da Associação Brasileira de Educação, em 1931, para substituir a censura policial<sup>69</sup>.

Seu idealizador classificou a Revista como “o primeiro gesto educativo rigorosamente popular, praticados pela República, visto como o Museu Nacional, a Biblioteca Nacional e a tantos outros institutos de tal natureza, foram criados por D. João VI” (ROQUETTE-PINTO, 1933). Assim, a União se comprometia com a educação de mais brasileiros, para além daquele que normalmente ela atendia, seja por meio de exames ou pelos diplomas doutorais ou de benefícios educativos gratuitos: museus e bibliotecas, circunscritos muitas vezes apenas à capital.

Roquette-Pinto deixa claros os limites do Museu, da escola, dos impressos. O primeiro era acessível apenas aos que moram na capital, a escola não alcançava a todos e os impressos atendiam aos que sabiam ler, ou seja, uma minoria dos brasileiros. Defendia, assim, o uso do cinema e do rádio para a educação, expressando sua

---

<sup>69</sup> De acordo com Claudio Bojunga (2017), a operação voltada à Criação da Comissão foi conduzida por Manuel Bergström Lourenço Filho. Nos anos de 1930, o pedagogo desempenhou várias funções, dentre elas: Chefe de gabinete de Francisco Campos (Ministro da Educação), Diretor do Instituto de Educação do Rio de Janeiro (estando Anísio Teixeira à frente da Secretária de Educação do Distrito Federal), Diretor e Professor de psicologia educacional da Escola de Educação da Universidade do Distrito Federal (1935), diretor geral do Ensino Público em São Paulo, membro do Conselho Nacional de Educação (1937) e diretor geral do Departamento Nacional de Educação. Em 1938, por solicitação do Ministro da Educação, Gustavo Capanema, organizou e se tornou o primeiro diretor-geral do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), criado no ano anterior. Uma breve biografia de Lourenço Filho está disponível em: [https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/biografias/lourenco\\_filho](https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/biografias/lourenco_filho) Roquette-Pinto detalha o funcionamento da Comissão, por ele coordenada, no texto “O Cinema e a Educação Popular no Brasil” ,publicado na Revista Nacional de Educação em 1933.

expectativa de que ambos fossem escola dos que não tem escola e que incluíssem os analfabetos.

A Escola Nova valorizava o uso de recursos visuais, como o cinema e os diapositivos. Para Roquette-Pinto, criador da Fimoteca no Museu Nacional (1910), um

museu moderno obrigatoriamente teria um cinema e o MN contava com mais de 150 películas, sendo considerada a melhor fimoteca educativa da América do Sul. De acordo com Roquette-Pinto,

À exposição fixa deve seguir-se sempre a exposição animada. O Cinema, aqui, completa o ensino. Depois de assistir um trecho de aula sobre o polvo, por exemplo, vendo-o frio e inanimado, verão os alunos esse mesmo polvo em movimento pelo filme. Eis a função do cinema, dentro do museu e é imprescindível, convenhamos.” (UM CINEMA..., 1932).

Figura 23 - Salão de Conferências do Museu Nacional



Fonte: Um cinema... (1933)

O cinema era entendido como um recurso capaz de motivar os educandos, ampliando seus interesses sobre os assuntos e conteúdos ministrados. Assim, fica fácil compreender que o SAE tenha sido inaugurado juntamente um salão de conferência para exibição de projeções.

Figura 24 – E. Roquette-Pinto acompanha um grupo de escoteiros em visita ao Museu Nacional



Fonte: Bojunga (2017)

A atuação de Roquette-Pinto à frente do Museu Nacional na década de 1920 é foco de crônica escrita por Mário de Andrade para o Diário Nacional no ano de 1930. Após ter visitado o Museu Nacional, Andrade relata ter podido “conhecer mais intimamente Roquette-Pinto e os que o rodeiam no Museu Nacional”. Afirma que o mesmo, enquanto diretor, estaria fazendo “coisas utilíssimas”, apesar da “verba para um estabelecimento desses, num país como o nosso” ser “deficientíssima”. Nesse contexto, Mário de Andrade

afirma que Roquette-Pinto “inventa a melhor maneira das verbas curtas se tornarem de eficiência cumprida”. Aponta, ainda, a “a conversão do Museu num verdadeiro órgão de ensino popular e não de estudos pra sábios gratuitos” como uma das coisas que o mais surpreenderam na visita, afirmando que

A maneira com que é recebida no Museu qualquer pessoa que deseja estudar seriamente; as facilidades que lhe são dadas; o material organizado pra aulas práticas; a sala de conferências e lições coletivas, com a sua sóbria e linda decoração marajoara; a franquia das páginas das publicações do Museu a quanto tenham o que dizer em matéria científica, especialmente brasileira: o Museu hoje está ensinando de verdade e obrigando a gente a estudar (ANDRADE, 1930, p.5).

Por fim, em sua crônica intitulada “Roquette-Pinto”, o autor de “Paulicéia Desvairada” é bastante enfático em afirmar o caráter popular do Museu Nacional ao dizer que “Toda a gratuidade aristocrática e inerte, que faz a parte odiosa e desumana dos museus, desapareceu da Quinta da Boa Vista”.

A ampliação do caráter público do Museu Nacional é relacionada à gestão RoquettePinto por seus contemporâneos. Seu filho afirma que, se antigamente “o museu era franqueado a certas pessoas”, naquele momento “todos podem e devem tomar visitar esta casa”, se antes esta abria apenas “três vezes por semana, e assim mesmo durante algumas horas”, agora “exceto a noite, ela não fecha as portas durante todo o ano.” (ROQUETTE-PINTO, P.,1937). Afirma, ainda, que o MN era visitado por cerca de 400 pessoas/dia, o que considerava um bom número, especialmente por entender que a localização em que o museu se encontrava era de difícil acesso.

Outro registro que evidencia a retórica da popularização do Museu iniciada por Roquette-Pinto é o discurso de recepção feito por Aloísio de Castro quando da entrada do antropólogo na Academia Brasileira de Letras<sup>70</sup>. Castro (1928) afirma “(...) tratastes de animar o Museu, luz, ar, vibração, movimento, vida, que tudo lhe vem da vossa assistência e do risonho eflúvio que de vós docemente se desprende” O acadêmico aborda a possível incorporação do MN à Universidade e manifesta o desejo (ou

---

<sup>70</sup> Edgard Roquette-Pinto foi eleito para a Academia Brasileira de Letras (ABL) em 20 de outubro de 1927, na sucessão de Osório Duque-Estrada. Foi recebido pelo Acadêmico Aloísio de Castro, médico e professor, em 3 de março de 1928. Além de membro da ABL, E. Roquette-Pinto também foi membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, da Academia Brasileira de Ciências, da Sociedade de Geografia, da Academia Nacional de Medicina e de inúmeras outras associações culturais, nacionais e estrangeiras. Disponível em: <https://www.academia.org.br/academicos/roquette-pinto>

preocupação) de que ela não tire da instituição “a sua eficiência como centro de educação popular que deve ser.”

O acadêmico fala de um museu popular ainda como projeto, como algo a ser conquistado e institucionalizado. Assim, segundo ele, os regulamentos da instituição

---

deveriam ganhar uma nova orientação, de modo que o museu tivesse “portas abertas dia e noite, e entre quem quiser aprender, entre o povo, por cujos interesses devem moldarse os regulamentos.” (CASTRO, 1928). Sua preocupação com os regulamentos seria justificada logo sem seguida, por meio da narração de uma passagem ocorrida no Museu Nacional.

Esta observação faz lembrar o que certo dia passou em um Museu, onde se apresentaram dois rapazinhos. Ardia-lhes o ânimo na curiosidade do que esperavam contemplar, mil cousas que a imaginação prefigurava, quando a um deles cortou o passo o impávido porteiro. “Não entrarás!” Nisto sai o Diretor e o meninote para ele apela. Não foi difícil reconhecer o obstáculo à entrada: o menino era pobre e estava sem gravata; ora, sem gravata ninguém entra, é a voz do regulamento. Grave era a matéria, mas o diretor, homem sábio e piedoso, desatou a complicação desatando a própria gravata, que enrolou no pescoço do rapaz.

Cumpriu-se o regulamento, e enquanto, rubro de alegria, lá se foi o pequeno, marinhandando escada acima pelo Museu adentro, o Diretor levantava a gola do casaco e saía a filosofar que a gravata é na vida uma cousa mui essencial, não somente para estar em boa sociedade, senão ainda para cultivar o espírito. Duas vezes belo e magnífico foi assim, Sr. Roquette-Pinto, o vosso gesto: para dar vos privastes, e vestistes o próximo, alumando-lhe o cérebro (CASTRO, 1928).

A chave de acesso ao museu era a gravata. Claramente não a gravata em si, mas a importância simbólica da mesma na construção das diferenças sociais, como fator de distinção entre aqueles considerados aptos ou não a visitar o museu.

Não foi possível, nesta pesquisa, localizar o regulamento que, segundo Castro, exigia o uso de gravata para visitar o MN. No entanto, tal relato encontra estreita relação com o que foi possível verificar na literatura de referência e mesmo nos regimentos anteriores do próprio Museu Nacional, que exigia que as pessoas estivessem “decentemente vestidas” para acessá-lo.

Se houve quem louvasse a iniciativa de tornar o Museu Nacional popular, também houve quem atribuísse a esse movimento empreendido por Roquette-Pinto a responsabilidade pela perda de prestígio da instituição entre os intelectuais. Estes

entendiam que a ciência, enquanto alta cultura, deveria ser mantida restrita e não deveria se ocupar de crianças e professoras primárias (GILIOLI, 2008).

Contudo, a perda da centralidade dos museus de ciências natural, entre eles o Museu Nacional, tinha outra origem. Correa (1997) cita a centralização do sistema educacional, iniciada pela reforma Francisco Campos em 1931; o papel central atribuído às Faculdades de Filosofia como núcleos de irradiação do saber, desde 1934 em São Paulo e de 1939 no Rio de Janeiro, a extinção da carreira de professor nos museus; a lei da desacumulação de cargos, tornada obrigatória na Constituição de 1937. Esta última foi implementada pelo Estado Novo e impedia a acumulação de cargos públicos para magistério e técnicos científicos, o que levou ao desligamento em massa de professores do MN, entre os quais se encontrava Roquette-Pinto.

Roquette-Pinto foi aos poucos assumindo cargos fora do Museu. Em janeiro de 1934, Anísio Teixeira, à época diretor do recém-criado Departamento de Educação da Diretoria de Instrução Pública do Distrito Federal, nomeou Roquette-Pinto chefe da Seção Técnica de Museus Escolares e Radiodifusão Educativa do (RANGEL, 2010). Além disso, em 1935, o mesmo passa a ocupar o posto de Diretor de Educação de Adultos e Difusão Cultural, a convite de Francisco Campos, Ministro da Educação (GILIOLI, 2008).

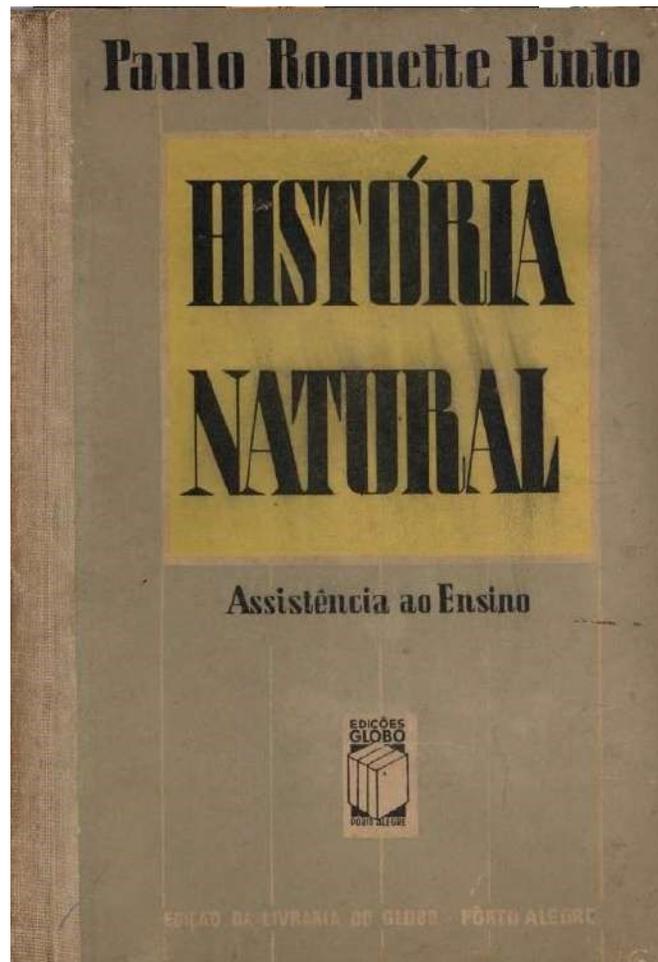
Roquette-Pintou deixou o Museu Nacional em 1936 no intuito de se dedicar à criação do Instituto Nacional de Cinema Educativo (INCE), para o qual foi nomeado presidente no ano seguinte (RANGEL, 2010). Parece ter, conforme afirma Venâncio Filho (1999), buscando ampliar sua atuação como educador para além dos limites que o Museu Nacional o impunha, se dedicado, assim, às novas mídias, em especial o cinema e o rádio, em prol da educação popular.

### 3.2 PAULO ROQUETTE-PINTO (1909 - ?)

Paulo Roquette-Pinto (1909 - ? ), era médico, filho de Edgard Roquette-Pinto e ingressou no Museu Nacional em 1932, sendo um dos assistentes do SAE. Com a saída de seu pai do Museu, em 1935, assume a chefia do SAE, cargo que ocuparia até 1941, quando Heloísa Alberto Torres desfaz o setor e transfere seus profissionais para outras áreas do Museu.

Aulas acerca das técnicas de preparo e desenvolvimento de Museus Escolares e sobre métodos de coleções eram ministradas por profissionais do SAE, incluindo Paulo Roquette-Pinto, que reuniu materiais dos cursos que oferecia e de manuais de técnicas de história natural para não especialistas e lançou, em 1938, o livro História Natural: assistência ao ensino (ROQUETTE-PINTO, P., 1938).

Figura 25 – Capa do livro “História Natural – Assistência ao Ensino”



Fonte: Elaborado pela autora (2021)

O autor esclarece que usou como base para a elaboração do livro, a prática adquirida nos laboratórios da SAE, as aulas oferecidas a professoras do Distrito Federal no Curso de Museu realizado em 1934, e os assuntos de História Natural ensinados aos praticantes e outros interessados que acionavam o setor educativo do MN. O livro está

dividido em três partes, a primeira trata dos métodos de ensino da História Natural, a segunda versa sobre seu principal foco – a organização do Museu Escolar ou Método de Coleções de Ensino e a terceira é composta por apêndices, que tratam da montagem de esqueletos, fotografia, Parque Escolar ou Biológico e de um Plano de Assistência ao Ensino. É sobre esse último que teceremos alguns comentários.

No plano de assistência ao ensino, Paulo identifica a existência de quatro órgãos - o de pesquisa e outros três tipos de órgãos de divulgação - definindo atribuições específicas às instituições envolvidas no processo de divulgação e propondo uma articulação entre elas, com vistas a coordenar as diversas atividades dos centros culturais existentes e ampliar a eficiência da divulgação no país.

Em uma ponta estaria o órgão de pesquisa, como o Museu Nacional, formado por especialistas com funções autônomas. Este se conectaria ao órgão de divulgação 1 (OD1) e à sua equipe de técnicos educadores, que atuam como polo de orientação técnica e coordenação educativa, elemento intermediário entre os expertos e o povo. O SAE é utilizado como exemplo de OD1. Este, por sua vez, se conectaria ao órgão de divulgação 2 (OD2), que orientado e amparado pelo OD1, em sua sede municipal ou estadual e com uma equipe formada de educadores especialistas, funcionaria como elemento coordenador das atividades escolares. Para tanto, se articularia com a escola, órgão de divulgação 3 (OD3), que, formada por educadores sem especialidade, é entendida como elemento divulgador local que tem contato direto com o aluno. Assim, existem órgãos de divulgação que atuam no campo da educação, mas com funções diferentes e que, para isso, contam com educadores com formações específicas.

No contexto específico da divulgação da História Natural, Paulo Roquette-Pinto aborda a necessidade do OD1 contar com um laboratório e uma equipe capacitada para desenvolver curso anual permanente voltado para o OD2. Este, por sua vez, deveria contar com uma coleção ou Museu Escolar com base no qual realizaria uma exposição com a “cenografia certa” para apresentar os principais tipos de seres e coisas do Brasil, de maneira uniforme em todo o país. Deveria contar, também, com sala de cursos com projetor, filmoteca, biblioteca, Parque Biológico, laboratório para curadoria das coleções, dentre outros. Pensando na interiorização e na ampliação do alcance das ações, propõe que se crie Museu e Biblioteca circulantes. Considerando que a maior parte das escolas

não contava com espaço para um Museu Escolar, defende que todas elas devem contar com uma coleção de estudo a ser renovada a cada ano, ao passo que esta devia ser formada pelos alunos, por meio do método das excursões, durante as quais coletam itens encontrados nos arredores de onde vivem. Assim, ainda que existisse uma política de fomento à criação de museus escolares, da qual o MN era peça-chave, o autor já registrava em seu livro alguns limites relacionados à mesma e apresentava alternativas a ela.

Sua saída do Museu Nacional se deu após a Diretora da instituição, Heloísa Alberto Torres, ter optado por colocar fim a toda estrutura educacional construída por seu pai, Edgard Roquette-Pinto, aderindo à *expertise* estrangeira para a configuração da nova Seção de Extensão Cultural. Paulo foi por ela afastado da chefia do serviço e os demais educadores que nele atuavam foram distribuídos pelas outras seções. A partir de então Paulo se vinculou a outros órgãos de educação, entre eles o Departamento Nacional de Educação, até que optou por desligar do serviço público, em 1946, para conduzir o cartório da família (ARANHA FILHO, 2012).

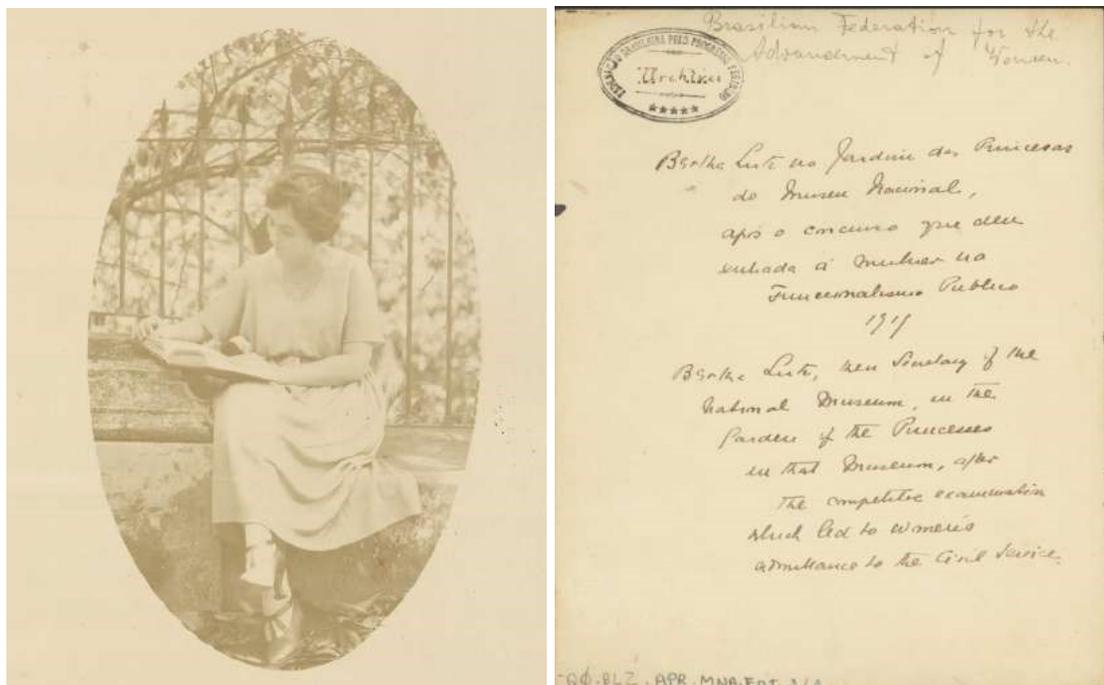
### 3.3 BERTHA LUTZ (1894-1976)

Bertha Lutz,<sup>71</sup> cientista, feminista e advogada. Atuou no Museu Nacional entre 1919 e 1964. Sua entrada no Museu, por si só, já representou uma importante ruptura, haja vista que naquele momento, ela se tornava a segunda brasileira a ingressar no funcionalismo público, que até então era vedado às mulheres. O ineditismo dessa importante conquista feminina fica evidente na imagem abaixo, especialmente no registro textual feito em seu verso. Abaixo vemos uma jovem Bertha fotografada no Jardim das Princesas, localizado na parte posterior do Museu Nacional. O texto que acompanha o registro fotográfico informa: “Bertha Lutz (...) após o concurso que deu entrada à mulher no funcionalismo público”.

---

<sup>71</sup> Atuou na luta pelo voto feminino no Brasil, tendo fundado, em 1922, a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF). Foi deputada de 1936 até a implantação do Estado Novo (1937). Representou o Brasil e as causas feministas em importantes eventos internacionais. Foi a primeira mulher a integrar uma delegação diplomática brasileira, participando da Conferência de São Francisco, quando foi redigida a Carta das Nações Unidas (EUA, 1945).

Figura 26 – Fotografia, frente e verso, de Berta Maria Júlia Lutz sentada no Jardim das Princesas do Museu Nacional no Rio de Janeiro, em 1919.



Fonte: Fundo Federação Brasileiro pelo Progresso Feminino/ Arquivo Nacional (AN)

Sua aprovação se deu para o cargo de secretária, mas posteriormente a mesma ocupou a função de naturalista junto ao Departamento de Botânica da instituição. Ao longo de sua trajetória se tornou especialista em museus e em sua função educativa. Uma parte importante de sua formação no campo se deu por meio de visitas realizadas principalmente aos museus estadunidenses. Ao analisar parte de sua produção sobre o trabalho educativo desenvolvido pelo Museu Nacional e suas observações acerca dos setores educativos de museus estadunidenses é possível melhor compreender a relação da instituição com os públicos nos anos de 1920 e 1930.

As principais observações feitas por Lutz sobre os museus de história natural dos Estados Unidos que visitou em 1922, foram apresentadas no Relatório do Museu Nacional daquele ano<sup>72</sup>. O mesmo revela o objetivo expresso das instituições estadunidenses em alcançar a todos, a partir de “orientação verdadeiramente democrática”, sendo os museus entendidos como instrumento de cultura popular mantido

---

para e pelo público e a ele destinado. O documento aponta que Lutz assinalou o elevado nível desenvolvimento do papel didático dos museus visitados, bem como a relação estreita dos mesmos com as escolas. Nesse aspecto teria observado semelhanças daqueles com o Museu Nacional, que também contaria com “um belo serviço de divulgação”, só que este mais voltado para os secundaristas, enquanto os museus americanos tinham como público prioritário o ensino primário.

Bertha Lutz esteve no Museu de Ciências de Buffalo e o compreendeu como um protótipo do que seria dali por diante a organização dos museus. Ganham registro o destaque dado por Lutz à inclusão de visitas como parte obrigatória do programa escolar (ao Museu de Milwaukee) e o empréstimo de coleções que o Museu Americano de História Natural de Nova York fazia para as escolas.

Outra importante viagem de Bertha para o campo dos museus iniciada em 1932, na qual ao longo de 75 dias, percorreu 20 cidades e visitou 58 museus dos EUA. A viagem teve como foco os setores educativos daquelas instituições.

Em 1933, com o seu retorno ao Brasil, Bertha apresentou ao diretor do MN, Roquette-Pinto, um relatório das visitas técnicas realizadas, no qual versa sobre material didático, democratização cultural, visitas escolares, ações extramuros, atividades voltadas para pessoas com deficiência e para crianças pequenas, estudos de público, além de questões de gênero, arquitetura de museus, propaganda e divulgação, dentre outros (LUTZ, 2008).

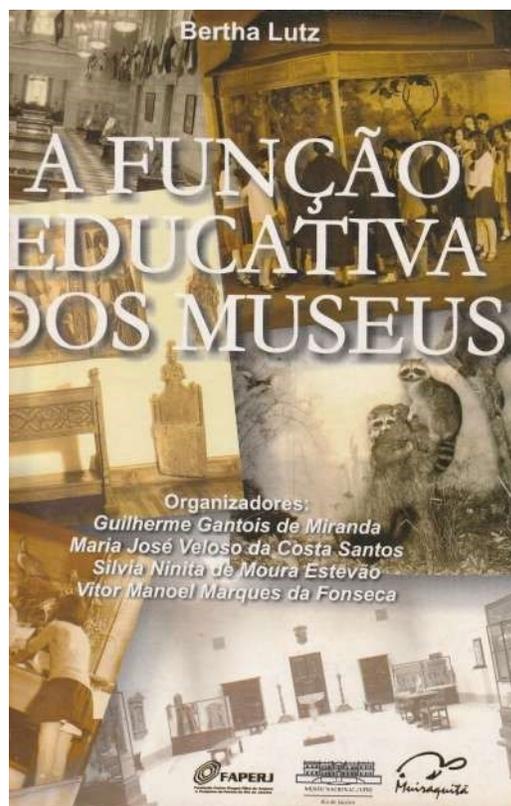
A publicação nos oferece um registro cuidadoso, analítico e detalhado das visitas feitas por Bertha e é uma das mais importantes obras de referência para a Educação Museal brasileira.

---

<sup>72</sup> Relatório apresentado ao Ministro da Agricultura Indústria e Comércio pelo Professor Bruno Lobo, Diretor do Museu Nacional, ano de 1922. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1923.

Bertha Lutz classifica o museu como “órgão insubstituível de educação e divulgação popular voltado a vários segmentos da sociedade, dos mais jovens aos mais velhos, dos menos aos mais escolarizados”.

Figura 27 – Capa do livro “A Função Educativa dos Museus”



Fonte: Elaborado pela autora (2021)

A partir do que observou nos museus visitados na América do Norte, Lutz estabelece vários paralelos entre os mesmos e o Museu Nacional, apresentando propostas para este último. Preocupada com as dificuldades de acesso de grande parte da população ao MN e, considerando sua missão educativa, propôs não só uma nova sede para a instituição, em local mais acessível e que permitisse o funcionamento do museu em horários

adequados às atividades de lazer de um público a ser cativado, incluindo o horário noturno, mas também a criação de pequenos museus ramais com exposições e folhetos que ajudariam a divulgar a instituição junto aos turistas que chegam à cidade pelo porto, por exemplo. Propõe, ainda, o que considerou “iniciativa de grande alcance para a educação popular”, pautada na disseminação de coleções em áreas de grande circulação da cidade com o objetivo de despertar o interesse pelos museus. A educação pelo museu já aparece ali em caráter ampliado.

O texto de Bertha também reserva espaço aos estudos de público que foram inaugurados na década anterior naquele país. Nesse sentido, a autora manifesta seu conhecimento sobre os processos de categorização do público visando a compreender suas especificidades e melhor orientar as ações do museu a eles dirigidas. Nesse contexto, inclusive fatores socioeconômicos eram usados para modificar as técnicas utilizadas, apresentando novas possibilidades para a educação popular promovida naqueles espaços.

Lutz, orientada pelas experiências bem-sucedidas dos museus estadunidenses, advoga a favor do empréstimo de material do museu para as escolas e critica a política de criação de museus escolares. Os argumentos utilizados também se baseavam em sua atuação na inspeção de museus escolares em 1921, sobre a qual afirmou que apesar de muitas escolas terem recebido material do MN, apenas duas delas haviam feito uso do mesmo, justamente aquelas que tinham naturalistas à frente do ensino científico.

Apesar de todo o conhecimento de Bertha Lutz, que era, segundo Lopes (2005), possivelmente a única profissional especializada em museus no Brasil dos anos de 1930, Heloísa Alberto Torres manteve Lutz à margem do processo de reforma do Museu Nacional promovido nos anos de 1940 (ARANHA FILHO, 2012). Esse foi um período de grande dificuldade na vida pessoal de Lutz, em decorrência da morte de seu pai, ocorrida em fins de 1940, o que pode ter colaborado para esse isolamento. Lobo (2010) verificou em sua pesquisa que a Lutz passa a se dedicar à memória do pai, que envolvia a criação de um museu dedicado à sua obra. Para tanto, acionou seus conhecimentos no campo museal, construídos a partir das visitas aos museus estadunidenses e à literatura mais atualizada sobre o tema. De acordo com Aranha Filho (2011), Bertha só tornaria a se

envolver com exposições, no Museu Nacional, na gestão de José Candido de Melo Carvalho, já perto do fim de sua carreira na instituição.

O texto de seu livro, apesar de ter sido apresentado em 1933 com vistas a sua publicação, só viria a ser editado em 2008. O insucesso da empreitada é por alguns atribuído ao reduzido número de interessados no tema naquele momento.

Aranha Filho (2011) verificou a ausência de referências à Bertha Lutz, ao seu relatório e à sua viagem aos Estados Unidos, tanto nos documentos oficiais do Museu, quanto nos textos produzidos por Roquette-Pinto e sua sucessora, Alberto Torres. Tal invisibilização contrasta com a documentação do período anterior, da gestão de Bruno Lobo, na qual as considerações de Bertha sobre a função educativa dos museus possuem bastante espaço.

Sily (2012) afirma que o fato de Bertha ter criticado a formação de museus escolares, política tão difundida pelo setor educativo e também pela Revista Nacional de Educação, em favor das coleções de empréstimo, possivelmente contribuiu para o engavetamento do Relatório. Acrescentamos à denúncia por ela feita acerca da ineficiência dos museus escolares, a crítica feita à organização das exposições do Museu Nacional. Lutz (2008), ao se referir aos estudos inéditos feitos por Melton - que ao traçar o percurso feito pelos visitantes na exposição verificou a maioria só examinava as obras expostas na parede direita do museu – se remete à organização das exposições de sua própria instituição e explicita alguns de seus problemas.

Aliás, cada vez que percorrer as salas do Museu Nacional, com visitantes verdadeiramente interessados, esbarro nas mesmas dificuldades. Primeiro, a de mostrar ambas as séries de mostruários dentro da mesma sala; segundo, a de percorrer duas salas paralelas, com duas fileiras de mostruário cada, sem obrigar o visitante a percorrer quatro vezes a mesma distância. (LUTZ, 2008, p. 35).

A ausência de leitores interessados como justificativa para a não edição do livro pode ser em grande medida questionada, ao passo que outras foram viabilizadas no período quase imediato e giravam em torno do Museu e de questões educacionais.

Fora do contexto do Museu Nacional, lembramos do livro publicado por José Valladares (2010), que assim como Bertha Lutz, realizou um estágio em museus estadunidenses. Ele, em 1943, com uma bolsa da Fundação Rockefeller, estagiou no Museu do Brooklyn, além de ter cursado História da Arte na Universidade de Nova York.

Valladares cita Bertha Lutz ao menos duas vezes em seu texto e menciona seus comentários sobre a ausência de uma padronização de tipos de atividade educacional nos museus estadunidenses. No entanto, Valladares não informa a fonte consultada em suas referências, possivelmente pelo fato de Lutz não ter sido publicada.

No âmbito do Museu Nacional, entre as publicações editadas, Aranha Filho (2011) cita o livro de Paulo Roquette-Pinto, anteriormente apresentado, além da monografia solicitada a Sússekind de Mendonça (1946) e da Revista do Museu Nacional (1945 e 1946), organizada por Paschoal Lemme. Trataremos das duas produções bibliográficas e dos dois educadores a seguir.

Ao que tudo indica, as reflexões e proposições de Bertha Lutz incomodaram seus superiores, seja pelas críticas à instituição por eles dirigida, seja pelas propostas que possivelmente eram consideradas arrojadas demais (mudança de prédio, funcionamento no horário noturno). Não identificamos na trajetória do Museu Nacional a implementação destas últimas, nem de muitas outras propostas de Bertha Lutz apresentadas em seu relatório.

### 3.4 EDGAR SÜSSEKIND DE MENDONÇA (1896 - 1958)

Edgar Sússekind de Mendonça começou sua atuação como professor particular nos anos de 1910. Pouco tempo depois atuou como professor substituto da Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária e em 1920, se tornou professor de Desenho da Escola Normal. Implantou com sua esposa, Armanda Álvaro Alberto, a Escola Regional de Meriti. Foi um dos fundadores da Associação Brasileira de Educação (1924) e signatário do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932). Participou da reforma do ensino de Fernando Azevedo, diretor geral de Instrução Pública do Distrito Federal (1926-1930). Em sua atuação profissional se destacou as lutas pelo ensino laico e contra o estatismo da educação básica (MORAES, 2007).

Com Paschoal Lemme colaborou na realização de cursos noturnos oferecidos para operários filiados à União trabalhista, oferecidos pela Prefeitura do Distrito Federal. Ambos os educadores viriam a ser presos. Sússekind de Mendonça ficou preso entre 1

de dezembro de 1935 e 21 de dezembro de 1936<sup>73</sup>, acusado de envolvimento com o movimento comunista, o que o levou a perder a cátedra no Instituto de Educação.

Apesar das dificuldades de retomar sua ação docente, devido ao encarceramento, retornou ao magistério em 1947, na Escola Secundária do Instituto de Educação, e assumiu o cargo de Diretor do Departamento Cultural do Ministério Educação e Cultura em 1949 (ERMAKOFF, 2012).

---

No início dos anos de 1930 atuou junto a Lúcio Costa, na brevíssima gestão deste à frente da Escola Nacional de Belas Artes. Na época a Escola e o Museu Nacional de Belas Artes eram uma única instituição e Sússekind de Mendonça, no cargo de secretário, teve a função de organizar a extensão cultural no ensino e no museu (BARBOSA, 2015).

O educador foi convidado por Heloísa Alberto Torres para chefiar a SEC. Esta, então, solicitou a transferência do técnico de educação do Ministério da Agricultura, para o Museu Nacional. Para que a mesma fosse efetiva, fez-se necessário que Mendonça elaborasse uma monografia, que recebeu o título “A Extensão Cultural nos Museus”.

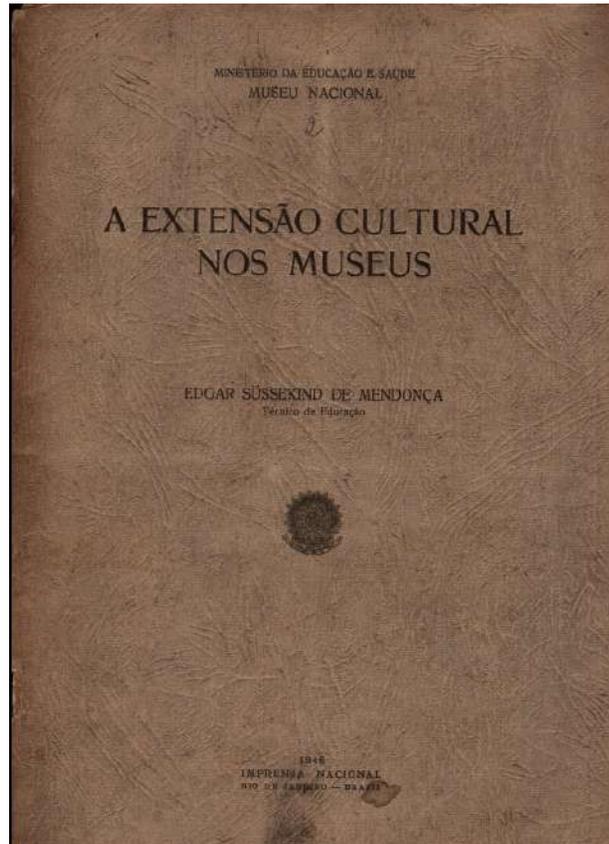
Nesta, Mendonça (1946) lança mão de uma concepção ampliada de educação, entendendo que a mesma não está restrita ao universo escolar. O autor se contrapõe tanto à ideia de que a educação promovida por museus e outras instituições denominadas de extensão cultural, têm caráter supletivo, quanto àquela de que as mesmas teriam como público essencialmente os adultos. Mendonça, ao contrário, defende que as instituições de extensão cultural deveriam abarcar a todos. Em uma passagem sobre a relação museu-escola, o autor afirma que o museu deveria ser “considerado sócio solidário na tarefa educativa e não apenas sócio benfeitor (...)” A ideia do museu não como complemento (ou suplemento) da educação escolar, mas como espaço de educação com suas especificidades teria começado a ganhar força com a SEC (OLIVEIRA, 2013). Edgar Sússekind de Mendonça, usa o termo “extensão cultural” para designar o trabalho educativo desenvolvido pelos museus e por outras instituições, que atuavam na “educação assistemática”. Em “A Extensão Cultural nos Museus” (1946), Mendonça, que afirma que o museu deveria ser “considerado sócio solidário na tarefa educativa e não

---

<sup>73</sup> De acordo com Vidal (1999), o educador foi libertado em 21 de janeiro de 1937, quando foi excluído o processo que o incluía como um dos organizadores do movimento comunista.

apenas sócio benfeitor (...)", aborda as influências recíprocas que devem existir entre museus e escolas, teorizando sobre essa relação e apresentando ideias para concretizá-la (CASTRO, 2018). Segundo Valente (2020), a publicação espelha o pensamento educacional (escolanovista) aplicado aos museus em sua época, no qual o autor antecipa que a consolidação de uma "pedagogia dos museus" era uma das dificuldades encontradas na busca pelo melhor uso do museu enquanto instrumento educacional. A existência de uma orientação pedagógica faria com que o museu pudesse ser acessado por um público mais diversificado (VALENTE, 2020).

Figura 28– Capa do opúsculo “A Extensão Cultural nos Museus”



Fonte: Elaborado pela autora (2021)

Para Mendonça (1946, p.68) a obra de vulgarização, com o fim de levar “os privilégios da cultura ao maior número de patrícios” era a tarefa primordial dos serviços de extensão cultural dos museus. Reitera o compromisso que essas instituições devem assumir com a educação popular, no sentido de incluir a maioria esquecida do povo, pois

os limites mais serenos das salas dos museus estariam reservados para uma minoria. Esse movimento de contribuir para a configuração de um museu que contribuía para a formação cultural e educacional de um público heterogêneo parece ser o grande desafio para o qual Sússekind de Mendonça se propõe a apresentar sugestões.

O educador baseou suas propostas na literatura estrangeira anglófona sobre a função educativa dos museus, incluindo também seus colegas escolanovistas como Roquette-Pinto, Venâncio Filho, Lourenço Filho, Anísio Teixeira, Jonathas Serrano e Paschoal Lemme. Suas sugestões são apresentadas em blocos com os seguintes temas: Aumento da Frequência, Acessibilidade, Exposições Especiais, Funcionamento, Recursos Auxiliares, Material, Cursos e Conferências, Pessoal Especializado em Extensão Cultural, Articulação e Ação Externa e Extensão Cultural e Democracia. A síntese de suas ideias é apresentada nas páginas finais da publicação com o subtítulo de Conclusões.

Existem muitas semelhanças entre as propostas de Mendonça e as contribuições trazidas por Bertha Lutz em seu livro anteriormente abordado. Contudo, a mesma não é citada por seu colega. Assim como Lutz, Mendonça se apropria dos estudos de público e avaliação realizados nos Estados Unidos à época, defende o funcionamento do museu em horário noturno, aborda a importância da publicidade via meios de comunicação de massa e defende o papel específico do museu no “ensino visualizado”, termo utilizado por Mendonça, “educação visual” para Lutz. Para o primeiro, esse tipo de ensino era importante dada a sua capacidade de rápida assimilação por parte de qualquer tipo de público e Lutz defendia sua importância em um país de maioria analfabeta, como era o Brasil dos anos de 1930.

Ao contrário de Bertha Lutz, Mendonça apesar de reconhecer a dificuldade de acesso ao Museu, devido a sua localização, não defendeu sua saída da Quinta da Boa Vista. Propõe o mesmo que Roquette-Pinto, uma parceria com as empresas responsáveis pelo transporte público, no sentido de viabilizar uma linha que permitisse a população chegar ao Museu.

Sússekind de Mendonça atuou com Edgard Roquette-Pinto na Radio Sociedade do Rio de Janeiro, tendo sido o primeiro locutor da mesma no início da década de 1920. Em Extensão Cultural nos Museus, ressalta a importância dessa mídia e sua função educativa

nesse espaço, assim como também do cinema e da televisão. Se dedicou também a fazer proposições para a organização das vitrines, exposições, elaboração de letreiros, ao perfil e formação dos educadores museais (denominados orientadores), dentre outros.

Edgar Sússekind de Mendonça (1941) explicita que acreditava que a “condição e a finalidade” da extensão cultural nos museus era a de fazer com que os museus se tornassem agentes ativos da democratização da cultura.

Não foi possível identificar o motivo, mas Edgar Sússekind de Mendonça acabou por não integrar o quadro do Museu. A vacância levou a Diretora do Museu a convidar outro educador, também um pioneiro, Paschoal Lemme.

### 3.5 PASCHOAL LEMME (1904 – 1997)

Paschoal Lemme assumiu a chefia da Seção de Extensão Cultural do Museu Nacional em 1942. Lemme ingressou no magistério como professor da rede pública da capital federal em 1924 e, em 1926, se vinculou à Associação Brasileira de Educação. Em 1929 passou a integrar a equipe da Diretoria de Instrução Pública do Distrito Federal e lá permanece até 1935, contribuindo para as reformas conduzidas por Fernando de Azevedo por meio da organização da primeira filmoteca escolar e da primeira cinematografia educativa do Brasil. Assim como Edgard Roquette-Pinto e Sússekind de Mendonça, foi um dos signatários do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova.

Alguns anos antes de sua passagem pelo Museu Nacional, atuou na administração Anísio Teixeira ocupando o cargo de Assistente do Superintendente da Educação Secundária Geral e Técnica e Ensino e Extensão. Nesse momento, cria os primeiros cursos de educação de adultos que juntamente com a profissionalização buscava fornecer elementos e cultura geral e dos direitos e deveres dos trabalhadores. Essa sua atuação foi utilizada como justificativa para a sua prisão, em 1936, sob alegação de que a iniciativa era regida pelo Partido Comunista e que conspirava contra o Governo Vargas (BRANDÃO, 1999). Lemme ficou quase dois anos em reclusão.

Após sair da cadeia, voltou a exercer suas funções, até que em 1938, por meio de concurso público, torna-se Técnico de Educação do Ministério da Educação em Saúde, integrando o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), de onde é transferido

para o Museu. Naquela instituição entraria em divergência com seu Diretor, também pioneiro da Educação nova, o educador Lourenço Filho, devido a adesão deste às orientações do Estado Novo (BRANDÃO, 1999). Nesse contexto, aceita o convite de Heloísa Alberto Torres para integrar os quadros do Museu Nacional.

A Diretora Heloísa Alberto Torres chegou à Paschoal Lemme por meio de indicação feita por Venâncio Filho.<sup>74</sup> Lemme passa a liderar a SEC em 1942.

A missão entregue ao educador era a de reorganizar a SEC para adequá-la ao novo regimento do Museu (1941), que conferia funções complexas à mesma, dentre elas a de “manter as exposições para o público, dar cursos de aperfeiçoamento para professores de ciências naturais e antropológicas, editar as publicações científicas e de divulgação cultural, entre outras. (LEMME, 2004, p.172)

Oliveira (2013) realizou um estudo que analisou em profundidade a atuação de Paschoal Lemme à frente da SEC. A consulta que a pesquisadora realizou junto aos arquivos da época, destruídos em 2018 pelo incêndio, revelam a prática de convidar os professores do que denominamos hoje de Educação Básica para discutir com os educadores do Museu.

Durante a maior parte da gestão de Lemme o Museu Nacional esteve fechado ao público. Em 1943, por indicação de Paschoal Lemme, se deu a transferência do técnico de educação, Victor Stawiarski, para o Museu Nacional, que assumiu a chefia do Serviço de Assistência ao Ensino. De acordo com o primeiro, a ida de Stawiarski, que atuava como professor de ciências naturais do Instituto de Educação, teve como finalidade desenvolver contatos com o magistério secundário. O técnico de educação, teria então, tido a ideia de dar cursos para professores e, a partir disso, teria surgido a ideia da Revista do Museu Nacional.

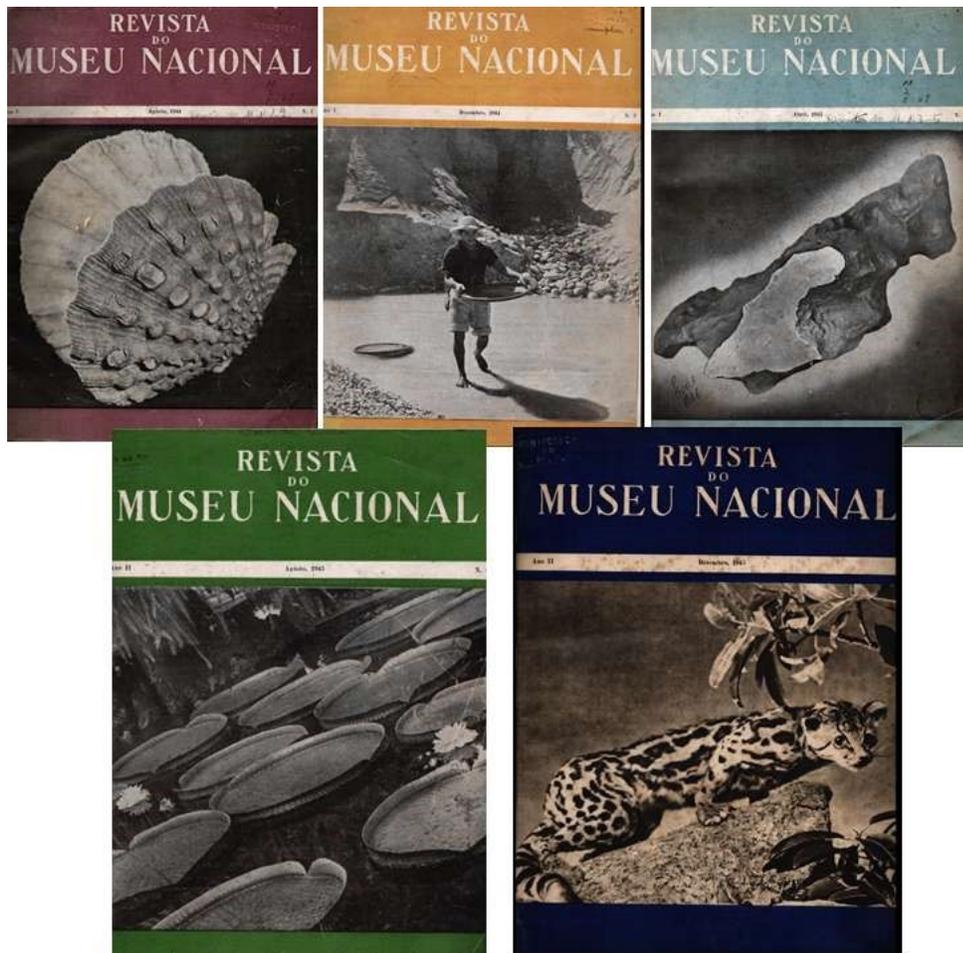
A Revista do Museu Nacional foi organizada pela SEC entre os anos de 1944 e 1945. A Revista visava a “estabelecer a necessária continuidade que perpetue e amplie uma obra que é hoje consideradas funções precípuas dos museus modernos: concorrer para o levantamento cultural do povo que deve servir”. Deixa clara a total vinculação da SEC com o trabalho iniciado pelo SAE nos anos anteriores, ao passo que a primeira é

---

<sup>74</sup> Essa indicação foi apontada pelo próprio educador, em entrevista publicada em 1988. Disponível em: [http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/fontes\\_escritas/8\\_Redemocratizacao/entrevista%20paschoal%20leme.htm](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/8_Redemocratizacao/entrevista%20paschoal%20leme.htm)

apresentada como sucessora da obra esplêndida de Roquette-Pinto que, teria se destacado pela “preocupação de levar o Museu Nacional a servir a um círculo de interessados que até então nunca merecera cuidado.” (REVISTA..., 1944, p.1).

Figura 29 – Capas das cinco edições da Revista do Museu Nacional



Fonte: A autora

A publicação, segundo Lemme (1988), tinha como intuito elevar o nível do ensino das ciências no país e levar a mensagem do Museu às escolas. O educador afirmou, também, que a disponibilidade do acervo do MN, acompanhada da colaboração dos cientistas das diferentes áreas da instituição, possibilitou que a publicação oferecesse aos professores secundários um rico material.

A revista iniciou sua trajetória com uma tiragem de 5 mil exemplares, mas passou a 30 mil exemplares, tendo sido distribuída em todo o território nacional junto a estabelecimentos de ensino secundário, grupos escolares, instituições e professores. Ao todo foram publicados cinco números. De acordo com Lemme (1988), o sexto número da Revista do Museu Nacional chegara a ser finalizado, contudo nunca foi publicado.

Elaborados um quadro para cada edição da Revista, com o objetivo de evidenciar os títulos das publicações, bem como os autores e suas instituições.

Quadro 4 – Matérias publicadas no n.1 da Revista do Museu Nacional, de acordo com título, autor e instituição

<b>Ano 1944 – N° 1</b>		
<b>Título da Matéria</b>	<b>Autor</b>	<b>Instituição</b>
Revista do Museu Nacional	---	---
As Conchas	Emanoel Martins	Museu Nacional
A História Natural dos Pequeninos	Edgard Roquette-Pinto	---
Os Mistérios das Pirâmides de Cheops	Alberto Childe	Academia Brasileira de Ciências
A Formação Geológico do Distrito Federal	Alberto Betim Paes Leme	---
Pigmentos Vegetais	Melo-Leitão	Ex-professor do Museu Nacional
Capivaras	J. Moojen	Museu Nacional
Antropogeografia	Raimundo Lopes	---
Freire Alemão	Francisco Venâncio Filho	Instituto de Educação
O Ensino das Ciências	Waldemar Kaempfert	The New York Times
O Conceito de Espécie no Curso Colegial	Oswaldo Frota Pessoa	Instituto de Educação

Das Estantes do Museu Nacional	Victor Stawiarski	Museu Nacional
Instruções para a organização de pequenos Museus Escolares	---	---

Fonte: Elaborado pela autora (2021)

Quadro 5 – Matérias publicadas no n.2 da Revista do Museu Nacional, de acordo com título, autor e instituição

<b>Ano 1944 – N° 2</b>		
<b>Título da Matéria</b>	<b>Autor(a)</b>	<b>Instituição</b>
Declaração de Princípios	---	---
Revista do Museu Nacional	---	---
Garimpos	Luís de Castro Faria	Museu Nacional
As Grandes Conquistas da Humanidade – A Conquista do Ar	Francisco Venâncio Filho	Instituto de Educação
O Peixe-Boi	Aurora R. de Moraes Rêgo	Colégio Estadual do Amazonas
Mimetismo	C. de Melo-Leitão	Ex-professor do Museu Nacional
Uiraçu	J. Moojen	Museu Nacional
Em busca de um fóssil	Victor Stawiarski	Museu Nacional
Ervas de Passarinho	Carlos Viana Freire	Ex-naturalista do Museu Nacional

Linguística e Etnologia	J. Matoso Câmara Junior	Ensino Secundário da Prefeitura do Distrito Federal
Das Estantes do Museu Nacional	Victor Stawiarski	Museu Nacional
Instruções para a organização de pequenos Museus Escolares	---	---

Fonte: Elaborado pela autora (2021)

Quadro 6 – Matérias publicadas no n.3 da Revista do Museu Nacional, de acordo com título, autor e instituição

<b>Ano 1945 – N°</b>		<b>(Continua)</b>
Título da matéria	Autor(a)	Instituição
Aspectos das Atividades do Museu Nacional	---	---
Breve notícias sobre os meteoritos brasileiros (O Bendegó)	Nei Vidal	Museu Nacional
<b>Ano 1945 – N° 3</b>		<b>(Conclusão)</b>
Título da matéria	Autor(a)	Instituição
O Dia da Árvore	Jean Désy	Embaixador do Canadá
Brinquedo dos Nossos Índios – Os ladrões de jurumum	Curt Nimuendaju	---
Aranhas Caranguejeiras	Victor Stawiarski	Museu Nacional
Um tapirapé atinge a maioria	Charles Wagley	Universidade de Columbia
Lacerda e Almeida, precursor de Livingstone	Francisco Venâncio Filho	Instituto de Educação
O corupião	J. Moojen	Museu Nacional
Sugestões para Professores	Oswaldo Frota Pessoa	Ensino Secundário da Prefeitura do Distrito Federal

Os novos territórios	---	---
Os metais	Sir Lawrence Bragg	Universidade de Cambridge
Das Estantes do Museu Nacional	Victor Stawiarski	Museu Nacional
Instruções para a organização de pequenos Museus Escolares	---	---

Fonte: Elaborado pela autora (2021)

Quadro 7 – Matérias publicadas no n.4 da Revista do Museu Nacional, de acordo com título, autor e instituição

<b>Ano 1945 – N° 4</b>		<b>(Continua)</b>
Título da matéria	Autor(a)	Instituição
Vitória Régia	Luiz Emídio de Melo Filho	Museu Nacional
A Formação de um Naturalista	Newton Dias dos Santos	Museu Nacional
A Conquista da Terra	Francisco Venâncio Filho	Instituto de Educação
Brinquedo dos Nossos Índios – Jogo Açor	T. Koch-Grumberg	---
Vaso Marajoara	Heloísa Alberto Torres	Museu Nacional
Caramujos do Mato	Emanoel A. Martins	Museu Nacional

<b>Ano 1945 – N° 4</b>		<b>(Conclusão)</b>
Título da matéria	Autor(a)	Instituição
Quando as galinhas criarem dentes	C. de Paula Couto	Museu Nacional
Sugestões para Professores	Oswaldo Frota Pessoa	Ensino Técnico da Prefeitura do Distrito Federal
O Dia da Árvore	---	---

O Ensino das Ciências nas Escolas Primárias	Victor Stawiarski	Museu Nacional
Das Estantes do Museu Nacional	Victor Stawiarski	Museu Nacional
Instruções para a organização de pequenos Museus Escolares	---	---

Fonte: Elaborado pela autora (2021)

Quadro 8 – Matérias publicadas no n.5 da Revista do Museu Nacional, de acordo com título, autor e instituição

<b>Ano 1945 – N° 5</b> (Continua...)		
Título da matéria	Autor(a)	Instituição
O Museu Nacional prepara-se para a reabertura	---	---
Os Paguros	Emanoel Martins	Museu Nacional
Como se escreve sobre folhas de palmeira	C. Werneck	Instituto de Educação
Euzébio de Queiróz	Francisco Venâncio Filho	Instituto de Educação
Brinquedos de nossos índios - Jogo do Jaguar	T. Koch-Grumberg	---
Julius Arp	---	---
Uacari Branco	---	---
A Geologia Histórica e seus fins	J.L. de Araujo Feio	Museu Nacional
O “Tigre dos Dentes de Sabre”	C. de Paula Couto	Museu Nacional

<b>Ano 1945 – N° 5</b> (Conclusão)		
Título da matéria	Autor(a)	Instituição

Alexandre Parko	---	---
Sugestões para Professores	Oswaldo Frota Pessoa	Ensino Técnico da Prefeitura do Distrito Federal
O Baiacu-Arara e seu consumo público no Estado do Espírito Santos	Vicente A. de Carvalho	Divisão de Caça e Pesca – Ministério da Agricultura
A Taburutaca	Alceu Lemos de Castro	Museu Nacional
Das Estantes do Museu Nacional	Victor Stawiarski	Museu Nacional
Instruções para a organização de pequenos Museus Escolares	---	---

Fonte: Elaborado pela autora (2021)

Por meio da análise desses quadros, é possível verificar a existência de textos com assuntos relacionados aos trabalhos desenvolvidos por todas as áreas de atuação do Museu estavam contemplados. A preocupação em contribuir para a formação de professores se evidencia não só pelos textos centrados em conteúdos científicos, mas pela presença de artigos acerca do ensino escolar, incluindo as sugestões para professores.

É interessante notar que muitos os que escreveram para a Revista do Museu Nacional, como Walter da Silva Curvello, Newton Dias dos Santos, Paula Couto e Oswaldo Frota Pessoa, a partir de 1948 participariam ativamente ou colaborariam com o *Ciência para Todos*, suplemento de divulgação científica com 12 páginas publicado sempre no último domingo do mês no jornal carioca A Manhã. O mesmo circulou até o fechamento deste jornal, em 1953 (ESTEVES, MASSARANI, MOREIRA, 2006).

Por fim, em todos os números da Revista, em sua parte final, eram publicadas em página inteira, orientações que subsidiariam a organização de Museus Escolares, evidenciando que essa iniciativa continuava a ser apoiada, assim como nas gestões anteriores.

Lemme foi um dos poucos educadores marxistas entre os denominados pioneiros da Educação Nova, o que o levava assumir uma posição particular em relação aos limites da escola na sociedade. Enquanto a visão hegemônica do grupo defendia que a escola deveria ser democratizada para a transformação social, Lemme passou a defender que somente uma sociedade transformada é que democratizaria a escola. Nas palavras de Lemme, “somente uma sociedade verdadeiramente democrática pode proporcionar educação completamente democrática, ou melhor, não há educação democrática” (LEMME, 1961, p. 60, apud BRANDÃO, 1999, p.78)

O educador criticava a ideia de que a escola seria a única alternativa educacional e defendia a urgência de se criar uma organização assistemática paralela à educação sistematizada (escolar), contemplando as mais diferentes situações e demandas pessoais, iniciando com escolas primárias para adultos e finalizando com as extensões universitárias (OLIVEIRA, 2013). Ao contrário do que se observa em Mendonça (1946), a definição de extensão cultural adotada por Lemme estava relacionada à educação supletiva, à educação de adultos, à supressão de possíveis deficiências do ensino que ele chamava de sistemático. Ainda que questionasse a capacidade do ensino sistemático em atender aos ideais escolanovistas - de um ensino adequado aos interesses e condições pessoais, para Lemme, é a escola que ocupa lugar central para pensar a organização da educação em outros espaços, incluindo o museu (OLIVEIRA, 2013).

Em 1945, Paschoal Lemme, se viu atacado por um grupo de naturalistas que fazia forte oposição à Diretora. Incomodados com autonomização da Antropologia frente às outras áreas do Museu e diante da iniciativa da Diretora em criar séries separadas de publicações para a Antropologia, a Botânica, a Geologia e a Zoologia, Pascoal Leme, chefe do setor responsável pela edição dessas novas publicações, foi acusado de censurar os manuscritos submetidos e chamado de comunista (CORRÊA, 1997).

Em maio de 1947, após a conclusão dos trabalhos de renovação das exposições de antropologia, Paschoal Lemme deixa o MN e se junta a Edgard Roquette-Pinto e Humberto Mauro na produção de filmes no Instituto Nacional de Cinema Educativo (INCE), onde permaneceu até 1961. De acordo com Brandão (1999), o educador falava da passagem pelo Museu Nacional e de sua atuação no INCE com muito entusiasmo, tendo encarado essas experiências como auto exílio, por meio do qual optou por se

afastar das políticas que vigoravam no MEC naquela época. Com sua saída do Museu Nacional, a SEC passa a ser comandada, em 1947, por Victor Stawiarski, que nela já atuava desde 1943.

### 3.6 VICTOR STAWIARSKI (1903-1979)

Victor Stawiarski (1903-1979), na cidade de Orleans, Santa Catarina. Se graduou em engenharia e depois em Biologia, pelo Peabody College, nos Estados Unidos. Em fins dos anos de 1970, foi aposentado compulsoriamente, após mais de 30 anos dedicados ao setor educativo do Museu Nacional. Atuou, também, como professor no Instituto de Educação e nos Colégios Batista e Benett. Faleceu no dia 7 de dezembro de 1979, aos 76 anos de idade.

O Peabody College, onde o educador se graduou em Biologia, situa-se na cidade de Nashville (Tennessee, Estados Unidos), que no período em era “o centro de um debate que dividia o país” (EDUCAÇÃO..., 1972) e que ficou popularmente conhecido como o “Julgamento do Macaco”<sup>75</sup>. É bem provável que a formação de Stawiarski tenha sido marcada pelos debates fomentados naquele momento.

Uma das iniciativas mais marcantes de sua atuação no Museu Nacional diz respeito ao concorrido Curso de Educação Sexual, iniciado em 1945. A Stawiarski é atribuída a primazia na implementação de experiências de educação sexual no currículo escolar no Brasil (FIGUEIRÓ, 1998; PEREIRA, 2014).<sup>76</sup> O mesmo implementou uma proposta de ensino da evolução das espécies e da educação sexual no Colégio Batista,

---

<sup>75</sup> Em 1925, John T. Scopes (1900-1970), professor de uma escola pública de ensino médio da cidade de Dayton (Tennessee) foi preso e julgado sob a acusação de ter violado a Lei Butler, lei estadual que proibia o ensino da evolução nas escolas. De acordo com Ashworth (2017), Scopes, que teria somente usado um livro que discutia o evolucionismo, foi consultado por um grupo de pais de alunos acerca da possibilidade de ser preso e julgado por violar a referida lei, com o que concordou. Por parte de lideranças locais, havia a expectativa de que o julgamento colocasse Dayton em evidência, o que acabou ocorrendo. Considerado culpado, Scopes foi multado em US\$ 100. No entanto, contrariando a expectativa de que o professor seria condenado para que se pudesse apelar e colocar a Lei Butler em julgamento, a condenação foi anulada por um tribunal superior e o caso não mais voltou a ser julgado. Somente em 1967 a Lei Butler seria revogada (ASHWORTH, 2017).

<sup>76</sup> A educação sexual foi tema de discussão da II Conferência Nacional de Educação da ABE (Belo Horizonte, 1928) e de acordo com o parecer da Seção de Educação Sanitária, a mesma poderia e deveria ser ministrada no Brasil, ver: SILVA, Arlette P. de O (org.). Páginas da história: notícias da II Conferência Nacional de Educação da ABE. Belo Horizonte, 4 a 11 de novembro de 1928. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2004.

onde lecionou por mais de duas décadas. Após convencer o diretor da instituição, o tema sexualidade foi incluído no currículo do colégio em 1930. Inicialmente “as aulas limitavam-se a examinar o papel da mulher na reprodução e algumas advertências sobre o comportamento sexual dentro de uma linha de prudência e austeridade” e, a partir de 1935, a pedido das alunas do Colégio Bennett, foi “introduzido o exame do comportamento sexual masculino.” (EDUCAÇÃO..., 1972). Antes dos anos de 1960, foram as escolas protestantes e outras sem vinculação religiosa que acolheram experiências de educação sexual no Brasil (FUIGUEIRÓ, 1998).

É um dos signatários do Manifesto dos Educadores Mais Uma Vez Convocados (1959), que reitera a defesa da escola pública, laica, obrigatória e gratuita feita pelo Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932) e vai de encontro ao discurso da “liberdade de ensino” defendido pela Igreja Católica em prol da atuação da rede privada na oferta da educação básica. Segundo Figueiró (1998 apud ROSEMBERG, 1985), a Igreja Católica, com grande penetração no sistema educacional brasileiro, se destacou por inibir até a década de 1960 a entrada da Educação Sexual nas escolas do país

Figura 30 – Ilustração que retrata o Prof. Victor Stawiarski em uma de suas aulas sobre Educação Sexual



# A aula que não se deve perder

Texto e Ilustração de FERNANDO DIAS DA SILVA

A aula que não se deve perder está sendo ministrada gratuitamente pelo Serviço de Educação Sexual do Colégio Bennett, sob a direção do Sr. Victor Stawiarski, médico cirurgião e especialista em doenças venéreas e sífilis. O Sr. Stawiarski, que é também professor de Anatomia e Biologia, explicou que a educação sexual é uma ciência que trata da saúde física e moral do indivíduo, e que é essencial para a formação de uma sociedade mais saudável e feliz. Ele destacou que a educação sexual não se trata apenas de questões anatômicas e fisiológicas, mas também de aspectos psicológicos e sociais. Segundo ele, a educação sexual deve ser ministrada de forma adequada e respeitosa, levando em consideração as necessidades e o nível de compreensão dos alunos. O Sr. Stawiarski afirmou que a educação sexual é uma ciência que trata da saúde física e moral do indivíduo, e que é essencial para a formação de uma sociedade mais saudável e feliz.

21 A educação sexual é uma ciência que trata da saúde física e moral do indivíduo, e que é essencial para a formação de uma sociedade mais saudável e feliz. Ela abrange o conhecimento sobre o corpo humano, a reprodução, a prevenção de doenças e a promoção da saúde sexual. É importante que a educação sexual seja ministrada de forma adequada e respeitosa, levando em consideração as necessidades e o nível de compreensão dos alunos. O Sr. Stawiarski afirmou que a educação sexual é uma ciência que trata da saúde física e moral do indivíduo, e que é essencial para a formação de uma sociedade mais saudável e feliz.

22 A educação sexual é uma ciência que trata da saúde física e moral do indivíduo, e que é essencial para a formação de uma sociedade mais saudável e feliz. Ela abrange o conhecimento sobre o corpo humano, a reprodução, a prevenção de doenças e a promoção da saúde sexual. É importante que a educação sexual seja ministrada de forma adequada e respeitosa, levando em consideração as necessidades e o nível de compreensão dos alunos. O Sr. Stawiarski afirmou que a educação sexual é uma ciência que trata da saúde física e moral do indivíduo, e que é essencial para a formação de uma sociedade mais saudável e feliz.

23 A educação sexual é uma ciência que trata da saúde física e moral do indivíduo, e que é essencial para a formação de uma sociedade mais saudável e feliz. Ela abrange o conhecimento sobre o corpo humano, a reprodução, a prevenção de doenças e a promoção da saúde sexual. É importante que a educação sexual seja ministrada de forma adequada e respeitosa, levando em consideração as necessidades e o nível de compreensão dos alunos. O Sr. Stawiarski afirmou que a educação sexual é uma ciência que trata da saúde física e moral do indivíduo, e que é essencial para a formação de uma sociedade mais saudável e feliz.



Fonte: O Mundo Ilustrado (1954)

A partir de 1945, com o MN fechado para obras, a SEC passou a oferecer aulas de História Natural a alunos e professores mediante agendamento e, dentre elas, se destacavam as de Educação Sexual (SILVA, 1954). Naquele mesmo ano, Stawiarski em sua coluna “Das estantes do Museu Nacional”, na Revista do Museu Nacional, recomendou o livro *“Science in General Education: Suggestions for Science Teachers in Secondary Schools and in the Lower Division of Colleges; Report of the Committee on the Function of Science in General Education, Commission On Secondary School Curriculum”* (1938). O livro, segundo Stawiarski, tem uma parte dedicada ao estudo do “adolescente, especialmente do seu ajustamento à vida social”, por meio da qual aborda o estudo da educação sexual. Stawiarski afirma tratar-se do “que de melhor conhecemos” e recomenda sua leitura a todos os interessados em conhecer a “maneira moderna” por meio da qual as escolas estadunidenses abordam o assunto (STAWIARSKI, 1945, p. 32). No mesmo ano em que cita o livro em sua coluna, 1945, Stawiarski dá início ao Curso de Educação Sexual no Museu Nacional, o que nos leva a crer que o tenha utilizado como referência para tal iniciativa.

Mas o que teria levado Stawiarski a promover cursos e aulas com a referida temática no Museu Nacional? O professor cita várias motivações que vão desde a influência de dois museus estadunidenses que criaram salas destinadas ao tema após sucesso do filme *“The Birth of a Baby”* (1938), à presença de aspectos anatômicos, fisiológicos e embriológicos da reprodução nos vestibulares de acesso a determinados cursos superiores, o que levava candidatos a procurarem o Museu. Stawiarski cita, também, aspectos relacionados ao acervo da instituição e aos interesses dos visitantes. Considerando que parte importante do acervo exposto tinha ligação com o sexo, seria relevante para sua compreensão “conhecer bem a psicologia dos fenômenos sexuais”. De acordo com Stawiarski, os esqueletos de fetos da exposição eram a maior atração popular e o interesse do público “pelos fenômenos da reprodução humana” eram maiores do que em relação a qualquer outro tema. Assim, por meio da apresentação de uma série “de óvulos humanos reais, nos diferentes meses de gestação”, o setor educativo visava a complementar a exposição e a contribuir especialmente para as mães e a educação de seus filhos. Além disso, a atração pelas aulas sobre sexo estimulava a visita de outras

salas do setor, com insetos, aranhas caranguejeiras em seus viveiros, dentre outros. (SILVA, 1954).

Stawiarski entendia que era função da educação sexual “fornecer uma consciência de respeito e naturalidade em relação ao sexo”, mais do que informar (NASCIMENTO, 1968) e sua meta era a superação do “mito da cegonha” por “uma educação que mostre às crianças com naturalidade, e sem falsos pudores, o fato natural do sexo” (BRAVO, 1955).

Os públicos da educação sexual no MN eram bastante diversificados e compostos tanto por visitantes espontâneos, pais e mães com seus filhos e filhas, mães e filhas adolescentes, grupos de jovens por conta própria, adolescentes na companhia de professores, além de professores e professorandos que queriam motivar os alunos e lidar com o tema que não era discutido nos cursos normais à época (SILVA, 1954). O caráter amplo e diversificado fazia do Curso, único em toda a América Latina e sem correlatos em partes da Europa e nos Estados Unidos, e atraía uma multidão – chegando a mais de mil pessoas em um único domingo. Em um único dia, 222 estudantes de 3 escolas assistiram à uma de suas aulas (JEAN, 1956).

A atividade voltada para as mães era realizada com grupos de 15 a 20 pessoas, nas tardes de sábado e domingo. Já aquela voltada para grupos de visitação espontânea tinha início com a abordagem do público diante das vitrines com fetos e o convite para uma explica o mais completa, de aproximadamente 1h, acerca do “fen meno beb  abrangendo óvulos humanos e anatomia feminina” (SILVA, 1954).

O curso para adolescentes ocorria de segunda a sexta, a tarde, contava com 8 aulas de 2h30min, chegava a receber 150 jovens (BRAVO, 1955, JEAN, 1956) e atraía escolas públicas e particulares, confessionais e laicas, da cidade e de outros Estados. As aulas ocorriam em uma sala própria, cuja porta possuía uma placa indicando ser aquele um espaço de educa o sexual, acompanhada de outra que advertia “Se estiver interessado, entre...”. Nela existiam cartazes de educa o sexual e com dizeres acerca da importância da mesma, fotografias nas paredes, artigos de jornais e revistas e vidros com fetos humanos de vários meses (BRAVO, 1955).

No Curso eram abordados aspectos anatômicos, fisiológicos, psicológicos, atividades normais e problemas sociais, buscando “ligar o assunto com os dados da

*ciência natural, da biologia e da arte*” (JEAN, 1956), mas não havia programa de aulas a ser obedecido, pois segundo Stawiarski rapidamente “surgem perguntas interessantes por parte dos alunos” (BRAVO, 1955). Segundo Jean (1956) a primeira aula era orientada no sentido de “afastar a timidez, o falso pudor, os complexos” e alicerçar a educação sexual em “bases sadias e científicas”. Nesta, o foco era a “maravilha do binômio mãecriança”. Já na aula seguinte ocorria a descrição da anatomia materna e se falava da vida sexual em “bases anatômicas e fisiológicas”, buscando “advertir sem moralizar” e “afastar inibições” e com o avançar do curso “as aulas poéticas iam se transformando em aulas científicas”. Na década de 1970, a linguagem adotada por Stawiarski na aula de 3h que ministrava para colégios é descrita como original e seu método como agressivo, partindo da evolução para chegar ao comportamento sexual (EDUCAÇÃO..., 1972). Tudo era “esclarecido com estudo completo e prático[...] em bases rigorosamente científicas [...] aspecto que afasta, completamente, qualquer sentido diferente que se queira dar a conhecimentos de ordem biológica” (UM FASCINANTE..., 1955). Assim, observamos um discurso biologizante ser utilizado para blindar as ações de possíveis pressões de fundo religioso.

A experiência de Stawiarski apontava para os benefícios do caráter misto dos grupos. Dentre as vantagens estavam não só a preferência dos estudantes, mas também o “valor educativo para as moças, ouvirem dos rapazes [...] sua opinião honesta e sincera sobre a significação da mão boba que compromete gravemente a moça” (SILVA, 1955). Apesar de defender a educação sexual das meninas juntamente com a dos meninos, observa-se uma assimetria entre os gêneros, inclusive pelo fato dos rapazes terem acesso livre às aulas, enquanto as moças menores de 16 anos delas só participavam mediante autorização dos pais (BRAVO, 1955).

A cobertura jornalística sinaliza que eram discutidos temas como homossexualidade, prostituição, virgindade das moças e sexo antes do casamento. Mulheres procuravam as aulas para tratar do “problema dos filhos” que não queriam ou não podiam ter e Stawiarski classifica o aborto como “crime” e “assassinato” (UM FASCINANTE..., 1950). Para ele, a parte mais difícil era ouvir os dramas sexuais de jovens e adultos de ambos os sexos e afirmou que os que condenavam a educação

sexual deveriam estar presentes “para ouvir os males daqueles que foram criados num falso puritanismo.” (BRAVO, 1955)

Figura 31 – Trecho da matéria que denuncia o fim do Curso de Educação Sexual do Museu Nacional



Fonte: Última Hora (1956)

Stawiariski enfrentou “lutas (...) desencadeadas por falsos moralistas” (BRAVO, 1955) e em 1956 viu suas aulas e os Cursos de Educação Sexual serem suspensos pouco após José Candido de Carvalho assumir a direção do MN (1955 a 1961). O relatório institucional daquele ano registra que 65 aulas de educação sexual foram ministradas entre 1 de fevereiro e 19 de julho e apresenta como justificativa para a suspensão das mesmas o fato delas, antes ministradas em caráter privado, terem assumido caráter de cursos oficiais, sendo prerrogativa da Universidade autorizar e fiscalizar ações dessa natureza em suas unidades (MUSEU NACIONAL, 1956). A interrupção foi denunciada pela imprensa, afirmando que “o público tem direito a explicações que justifiquem a atitude [...] e se não houver (...) à reabertura de cursos de utilidade pública, que ajudam a formar uma juventude mais sadia, consciente e feliz” (JEAN, 1956).

Antes, o professor já havia enfrentaria dificuldades e uma batalha judicial devido à promoção da educação sexual em escolas. Segundo Fiorini (2016 apud BARROSO; BRUSCHINI, 1982), apesar de os conteúdos ministrados no Colégio Batista visarem a advertir condutas sexuais, numa perspectiva de cuidado e rigor, a instituição moveu contra ele ação na Justiça do Trabalho, alegando que o mesmo adotara comportamento imoral em suas aulas. O processo durou dois anos e levou em 1954 à sua condenação e demissão, sem direito à indenização. Ele já havia sido demitido do Colégio Bennett nos

anos de 1940, após o empréstimo de um livro à uma aluna (EDUCAÇÃO..., 1972). O título emprestado fora “*A Educação dos Pais*”, do neurologista alemão Wilhelm Stekel, um dos importantes seguidores de Freud. Assim, Stawiarski, que se autodenominou “um batista recalçado sexualmente” (EDUCAÇÃO..., 1972), foi demitido de duas escolas protestantes.

No Museu, Stawiarski pediu afastamento da chefia, alegando sensível discordância entre o conceito fundamental de Educação adotado por seus colegas, e o que entendia por Educação nos Museus. Temos aqui o indício de visões conflitantes acerca dos processos educativos que deviam ser promovidos em espaços museais, resultantes, talvez, da visão conservadora de alguns e da não compreensão das particularidades da educação nos museus, termo que não aparece na documentação consultada anterior ao ano 1956. Estaria o museu preparado e disposto para a mudança que o setor educativo parecia preconizar e o público celebrar?

O Curso seria retomado em 1962 (EDUCAÇÃO...,1972), quando o MN ganha novo diretor, Newton Dias dos Santos (1961-1963), reforçando a hipótese de que o motivo da suspensão fora a “nova orientação do Museu” (JEAN, 1956) vigente na gestão de José Candido.

Entre as décadas de 1920 e 1950, muitos educadores brasileiros se dividiram em relação ao local adequado para a promoção da educação sexual, se a família ou a escola (BASSALO, 2010). Enquanto isso, a partir dos anos de 1940, Stawiarski encontrou no MN, instituição de grande prestígio científico e educacional, espaço privilegiado e com maior autonomia para promover a educação sexual. Ali obteve boa repercussão na imprensa, números elevados de participantes, além de envolver tanto a família quanto as escolas, inclusive as católicas, que já nos anos de 1950 demandavam suas aulas (O FASCINANTE...,1951), mas somente após o Concílio Vaticano II (1961-1965) desenvolveriam programas de educação sexual (FIGUEIRÓ, 1998). No fim de sua carreira, Stawiarski recebia menos críticas e mais convites para ministrar aulas de educação sexual (NASCIMENTO, 1968). Refletindo o momento mais favorável ao tema, encontrado a partir dos anos de 1960 (FIGUEIRÓ, 1998), ele afirmou “o que era malho agora é bigorna: a educação sexual tem hoje luz verde” (EDUCAÇÃO...1972).

Stawiasrki abriu, ainda, muitas outras frentes de trabalho em relação à prática educativa no Museu. Sua participação, em 1954, como único representante do Brasil no Seminário Internacional da Unesco sobre a Função Educativa do Museu, realizado em Atenas, é uma evidência de sua inserção nos debates internacionais no campo. No evento defendera a tese de que o museu era espaço privilegiado de formação de professores, ao passo que nesta instituição os estudantes das faculdades de filosofia, por meio de estágios, encontrariam o campo de treinamento prático acerca daquilo que aprendiam de maneira teórica nos bancos universitários.

Em entrevista ao Correio da Manhã, no ano de 1960, Stawiarski lembraria que o MN era a única entidade do gênero, no Brasil, que contava com uma Divisão de Educação que diariamente atendia, não só estudantes, como grupos especializados. Stawiarski partindo do pressuposto de que o brasileiro não sabia ver exposições devido tanto à falta de interesse pelas mesmas, quanto por deficiência do sistema educativo, o educador defendia a relevância da formação de monitores para orientar visitas coletivas a museus. Abordou junto à imprensa a “utilidade da formação de monitores” (DESPERTEMOS..., 1956), afirmando que já havia formado equipes de monitores voluntários compostas por estudantes que realizaram estágio no Museu Nacional e conclamava mais pessoas a se juntarem a ele, com vistas a “contribuir para que o museu atuasse como auxiliar na educação do povo”.



Fonte: Arquivo Fotográfico do Museu Nacional – MN/UFRJ

Figura 33 - Victor Stawiarski acompanha um grupo de visitantes no Museu Nacional



Fonte: Arquivo Fotográfico do Museu Nacional – MN/UFRJ

Figura 34 - Prof. Victor Stawiarski aborda o sistema digestivo de um inseto



Fonte: Arquivo Fotográfico do Museu Nacional – MN/UFRJ

Figura 35 – Prof. Victor Stawiarski com estudantes em uma das salas da Divisão de Educação do Museu Nacional



Fonte: Arquivo Fotográfico do Museu Nacional – MN/UFRJ

O Egito Antigo parece ter sido um de seus temas de maior interesse. Soffiatti (2019), atuou como “guia de museu” sob a orientação de Victor Stawiarski, a quem definiu como “sedutor professor”, que “encantava os visitantes com seu jeito apaixonado de explicar”. Conforme o mesmo afirma, o objeto preferido de Stawiarski “era a múmia de uma jovem enfaixada não como um bloco, mas com braços, pernas e dedos separadamente”.

Nos anos de 1960, Stawiarski teria causado polêmica por supostamente promover experiências parapsicológicas na exposição sobre o Egito Antigo, promovendo hipnose, além de estimular o toque nas múmias, o que foi amplamente noticiado pela imprensa.

Fato é que seus cursos sobre o Egito Antigo fascinaram uma multidão de pessoas, chegando a protagonizar uma crônica do escritor Affonso Romano de Sant’Anna, publicada em 1988 no JB, que dizia “Minha amiga tocou a fronte da múmia e saiu perfumada (...) acompanhada do Prof. Victor Stawiarski (...) sentiu que sua mão direita ia ficando dormente enquanto um perfume de algo queimado e de sândalo invadiu a sala, cheia de pessoas que assistiam aquela cena perplexas”.

Figura 36– Prof. Victor Stawiarski acompanha jovens estudantes da exposição do Egito Antigo, do Museu Nacional



Fonte: O Cruzeiro (1966)

Outro tema que fez com que o Prof. Victor ocupasse as páginas dos jornais foi a Evolução. Debateu com religiosos publicamente em defesa da teoria desenvolvida por Darwin e se dedicou a popularizá-la junto ao público do Museu Nacional.

Stawiarski encarou a abordagem de temas considerados controversos e que enfrentavam grande resistência por parte da Igreja Católica. Sua atuação considerada ousada, como educador e chefe do setor educativo, se deu em um período de grande projeção do Museu na imprensa, jornal e televisão, espaços habilmente por ele ocupados. A popularidade do Prof. Victor Stawiarski pode ser atestada de várias maneiras. Uma delas pode ser aquela expressa na divulgação do MN no contexto da programação cultural da cidade veiculada no Correio de Manhã. Na mesma, após fornecidos dias e horário de funcionamento da instituição, consta a informação: “Prof. Vitor fornece aos visitantes os esclarecimentos necessários” (ROTEIRO..., 1970, p.15). Entendemos que ao dispensar o uso do sobrenome para falar do educador, fica evidente a notoriedade do mesmo e de sua vinculação ao museu tanto junto aos meios de comunicação, quanto perante parte da população.

Mais de quarenta anos depois de sua morte, é possível ainda hoje encontrar pessoas que se lembram com entusiasmo das aulas, explicações e cursos promovidos pelo Prof. Victor, no Museu Nacional.

### 3.7 SOLON LEONTSINIS (1928 – 2005)

Solon Leontsinis, nasceu no Rio de Janeiro em 1928. Nos anos de 1940 cursou Odontologia na Universidade do Brasil (atual UFRJ). A partir dos anos de 1950, atraído pela História Natural, dedicou-se à Educação e ao magistério. Nos anos de 1960 foi catedrático de História Natural do Instituto de Educação, dirigido por ele entre os anos de 1965 e 1967. Foi professor no Colégio Pedro II, dirigiu a Escola Americana do Rio de Janeiro; foi um dos fundadores das Universidades Gama Filho e Celso Lisboa. Nos anos de 1970 foi conselheiro da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e atuou como ViceDiretor do Museu entre 1972 e 1976, na gestão de Dalcy de Oliveira Albuquerque. Foi redator dos verbetes de Zoologia do Novo Dicionário Aurélio e reconhecido especialista e colecionador de histórias em quadrinhos, e também de cartões-postais, estampas

eucalol, livros, revistas e álbuns. Foi professor lotado no Departamento de Antropologia e deu aulas na pós-graduação no Museu. Se aposentou do Museu Nacional, em meados da década de 1990, após ter atuado na instituição por mais de 40 anos. Faleceu em 2005, aos 77 anos de idade, no Rio de Janeiro (CARDOSO, 2013). Leontsinis assumiu a chefia da SAE em 1976 e permaneceu no cargo até 1994, pelo que nos foi possível apurar.

Em 1958, Sólon Leontsinis, ingressou como estagiário na Divisão de Educação e posteriormente ingressou na mesma por meio de concurso. O mesmo foi um dos observadores do Seminário de 1958 (UNESCO) e, influenciado pelo evento, elaborou uma publicação na qual apresenta o serviço de empréstimo de material às escolas (LEONTSINIS, 1959), tema contemplado pelas discussões (RIVIÉRE, 1958). Mais uma evidência da influência do evento sobre a proposta do educador do Museu Nacional é o fato de o mesmo ter citado em sua publicação de 1959, quatro das nove publicações que a UNESCO ofereceu a aos participantes do evento.<sup>77</sup>

Intitulada “Da Utilização dos Mostruários de Empréstimo no Ensino de Ciências Naturais”, a mesma documenta a intenção de se criar no Museu Nacional, por meio de sua Divisão de Educação, um serviço de empréstimo de mostruários às escolas, aos moldes dos que já vinham sendo implementados nos Estados Unidos e na Inglaterra pelo menos desde o início do século XX. Nesse sentido, o projeto-piloto é apresentado pelo autor e recebe o nome de “Serviço de Exposições Circulantes de Empréstimo do Museu Nacional”.

A referida publicação tem como intuito, de acordo com seu autor, “apresentar uma contribuição valiosa ao item Material Didático para o Ensino de Ciências, favorecendo ainda a motivação”, bem como visa a atender o que o mesmo definiu como sendo “uma das necessidades fundamentais do moderno ensino de Ciências”, a familiarização dos educandos – crianças e adolescentes - com o meio em que vivem e com os fenômenos naturais presentes no local onde a escola está situada (LEONTSINIS, 1959, p.3).

---

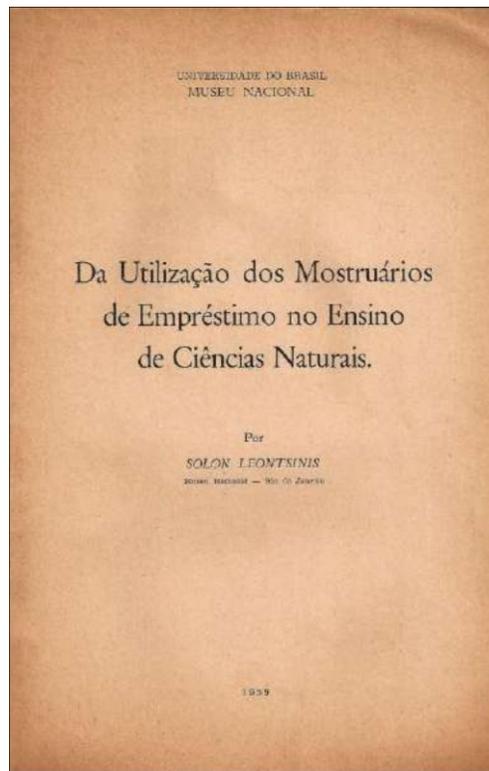
<sup>77</sup> As referências completas das publicações entregues no Seminário de 1958 podem ser encontradas em Chagas e Rodrigues (2019, p.168)

A criação de um serviço de empréstimo de material às escolas encontra bastante relação com as discussões realizadas durante o Seminário de 1958. No documento final do evento (RIVIÈRE, 1958), responsável pelo delineamento de novos rumos e

---

perspectivas para a esfera da Educação Museal, existe uma seção dedicada às atividades educativas, na qual encontra-se o tópico “empréstimos para escolas e organizações culturais”. Nesta, afirma-se o caráter pouco desenvolvido desta prática na América Latina em contraposição ao que podia ser verificado nos países anglo-saxões. Assim, recomenda que este tipo de atividade seja expandida nos museus latinoamericanos, começando por caixas e portfólios, ao passo que seriam de fácil execução. O texto afirma que a natureza do que será emprestado, bem como os seus dispositivos de proteção variavam de acordo com o programa do museu, considerado, é claro, suas diferentes tipologias e cita exemplos de itens que poderiam ser emprestados. Em alguns casos podiam ser coleções de objetos originais, como itens de mineralogia, botânica, zoologia, abrigados em vidros, dentre outros (RIVIÈRE, 1958, p. 29).

Figura 37 – Capa do opúsculo “Da Utilização dos Mostruário de Empréstimo no Ensino de Ciências Naturais”



Fonte: Elaborado pela autora (2021)

O documento marca a mudança de um paradigma. Desde a criação do setor educativo do Museu Nacional, em 1927, até a publicação de Leontsinis (1959, p.11), o foco sempre esteve no fomento à criação de museus escolares. A ruptura é evidenciada por Leontsinis ao afirmar que todos os professores sabem que o material dos pequenos Museus Escolares raramente é utilizado, “podendo considerar-se fossilizado nos armários”, enquanto a “Exposição Circulante, didaticamente montada, é notavelmente superior a estes armários em que se misturam animais diversos, plantas, conchas, minerais, etc.” (Ibid) Consideramos que ele marca o início de um trabalho voltado para o empréstimo de material didático às escolas aos moldes do que ainda hoje é realizado com bastante sucesso pelo setor educativo do Museu Nacional.

Atrair o público escolar e suplementar o currículo normal, por meio de visitas guiadas e de outras atividades programadas, continuava a ser a principal orientação da área educativa de um grande museu (LEONTSINIS, 1959, p.10). Fazer com os alunos frequentassem o Museu, segundo o autor, seria a “solução mais racional”. Para implementá-la, afirma que variados “meios de atração” eram utilizados pela equipe da Divisão de Educação com o intuito de influir sobre os professores primários e secundários

a fim deles cultivarem em seus alunos o “hábito do Museu” (Idem, p.6). Contudo, eram muitas as barreiras encontradas, naquele momento, para a realização de visitas ao Museu Nacional. De acordo com Leontsinis, entre elas estavam: “localização do Museu em lugar de difícil acesso; ausência de condução nas proximidades, falta de tempo dos professores para atividades extraclasse, falta de conforto para os alunos visitantes, despesas para aluguel de ônibus” (p.6).

Diante das diversas dificuldades encontradas para se levar o estudante ao Museu, “sistematicamente”, por meio de “uma ação persistente dessa objetivação através das exposições do Museu”, tornava-se necessário levar o Museu ao estudante, “periodicamente, ordenadamente, obrigando, além disso, ao professor a se ater e a desenvolver determinados temas” (Ibid., p.6).

O empréstimo de material às escolas não substituíam a ida de alunos e professores ao museu, contudo apresentava uma série de “vantagens”. Algumas das vantagens do Sistema de Empréstimo de Exposições às Escolas em relação à visita ao Museu eram: o primeiro evitaria despesas com aluguel de transporte, não desperdiçaria tempo com o deslocamento dos estudantes, evitaria a criação de problemas disciplinares decorrentes do deslocamento dos alunos para novos ambientes e concentraria a atenção do aluno em torno de um determinado tema, enquanto as visitas teriam caráter dispersivo. O educador cita, ainda, como uma das vantagens do empréstimo, a possibilidade de se fazer chegar o material didático às escolas muito afastadas do Museu e que “difícilmente visitariam o Museu com a periodicidade necessária” e não perde de vista a preocupação com a formação do hábito de visita a museu, dizendo que as exposições itinerantes de empréstimo funcionariam como um cartão de visita do Museu, buscando estimular a visita dos estudantes às exposições da instituição (Ibid. p.10).

Segundo Leontsinis (1959), apesar de à época o Museu Nacional carecer de recursos financeiros, este afirma que a instituição optou por dar início ao Serviço de Exposições Circulantes de Empréstimo do Museu Nacional “modestamente, com um plano-piloto em 1959 para, com futuros auxílios garantir a sua expansão” (p.12). Reconhecia que se tratava de uma iniciativa com custo elevado, mas que este era compensado por sua notável penetração e sua ação educativa sem similar em confronto

aos demais métodos. Por meio do serviço de empréstimo, o educador buscava alcançar 500 turmas em 12 meses, totalizando 20 mil estudantes.

A despeito da elevada frequência ao Museu Nacional nos anos de 1950, a publicação de Solon revela uma preocupação com a ampliação do alcance social do Museu, diante das dificuldades de acesso das escolas à instituição.

Assim como Lutz, Leontsinis também obteve bolsas que o permitiram estudar a função educativa no exterior. No ano de 1963, o educador estagiou em museus ingleses e em instituições francesas, tendo visitado dezenas de instituições diferentes em ambos os países.

No período de 27 de dezembro de 1962 e 12 de fevereiro se dedicou ao plano de trabalho da bolsa concedida pelo Conselho Britânico, tendo percorrido museus de 12 cidades da Inglaterra. Como a passagem aérea que lhe fora destinada incluía escalas em Amsterdam, ele aproveitou para conhecer os museus daquele país, suas exposições e ações educativas.

Na Inglaterra, as experiências mais aprofundadas do educador se deram no Victoria & Albert Museum e no Science Museum. No primeiro, o estágio durou 15 dias, e no segundo, 20. O relatório da viagem expressa que o desejo de criar um serviço de empréstimo no Museu Nacional permanecia entre os interesses de Leontsinis. No Victoria & Albert ele teve a oportunidade de imergir no *Circulation Department* e estudar, pela primeira vez, todos os detalhes do importante departamento que ele tentou iniciar no Museu Nacional, mas não conseguiu recursos para viabilizá-lo. Relata ter estudado todo o sistema de empréstimo e suas ações correlatas, dentre as quais cita: seleção de material, display, embalagem, proteção, serviço de secretaria, arquivo, as condições de empréstimo, os formulários utilizados, dentre outros.

De acordo com Solon Leontsinis, o referido departamento se dividia em dois setores: o *School Loans* e o Exhibitions. O primeiro reunia centenas de pequenas exposições emprestadas às escolas e o segundo exposições a serem emprestadas para outros museus, galerias de arte e bibliotecas. Essa experiência reforçou ainda mais seu desejo de implementar algo semelhante no Museu Nacional.

De nosso contato com Mr. Wakefield concluímos com o parecer favorável desse especialista que, no Brasil, onde os museus bem aparelhados são raros, um serviço de circulação e empréstimos semelhantes ao aqui existente, tem um significado sensivelmente mais amplo e, sob certos aspectos, decisivo na

educação do povo, particularmente das crianças. É necessário levar os museus, com a sua ação educativa, aos mais remotos pontos do país (MUSEU NACIONAL, 1964, p.28-29)

Na França, estagiou no Museu do Homem de Paris, trabalhou no Centro de Documentação Museográfica do Conselho Internacional de Museus (ICOM), estudou as atividades educativas em museus e museus em geral (organização e *displays*).

Em ambas as viagens, mas em especial na Inglaterra, Leontsinis trocou experiências com educadores museais e acompanhou o planejamento e a implementação de uma diversidade de ações educativas. Contudo, indiscutivelmente, o *Loan Service*, empréstimo de material educativo, recebeu a mais especial atenção do educador do Museu Nacional, que se mostrou cada vez mais convencido de que o mesmo tipo de trabalho deveria ser realizado em seu país, de grandes dimensões territoriais e pequeno número de museus.

### 3.8 EDUCADORES MUSEAIS E DEMOCRATIZAÇÃO DO MUSEU: UM BREVE BALANÇO

Entendemos que os educadores museais podem ser encarados como intelectuais mediadores, sujeitos históricos que desenvolvem práticas de mediação cultural. Estes, apesar da relevância de sua atuação para a construção de identidades culturais de indivíduos e comunidades, geralmente não são identificados e, também, não se identificam pela categoria de intelectual (GOMES, HANSEN, 2016). Isso possivelmente se reflete na relativa invisibilidade da trajetória de alguns desses educadores museais no meio acadêmico. Mesmo aqueles cujas trajetórias são vastamente estudadas, têm sua atuação no campo da Educação Museal bem menos investigada do que seus outros empreendimentos.

A inspiração para o trabalho educativo dos profissionais pesquisados foi, na maior parte das vezes, inspirada nas práticas conduzidas nos Estados Unidos e na Europa. Isso nos leva à compreensão de que faltou incorporar as particularidades do país e de seu povo, o que impôs limites ao rompimento com um modelo que ignorava a diversidade cultural do público. Assim como conclui Xavier (2004) em sua análise acerca dos limites do projeto dos pioneiros em relação à transformação da escola em um instrumento de democratização da sociedade, podemos afirmar que a atuação de representantes desse

grupo no Museu Nacional foi inovadora, mas não revolucionária. Na medida em que se manteve uma concepção elitista, na qual os intelectuais se colocam como condutores das massas rumo à modernização, o caráter democrático do museu não foi plenamente concretizado.

No entanto, não se pode deixar de reconhecer os avanços promovidos pelo grupo de educadores museais do Museu Nacional, que enfrentaram ao longo de décadas a questão da democratização da educação e da cultura. Se dedicaram à divulgação do Museu junto às mídias de massa, à inovação por meio do uso recursos tecnológicos, buscaram suprir carências da formação de professores, da escola e dos estudantes, por meio de coleções didáticas e laboratórios, buscando deste modo colaborar com a melhoria da educação no país. Produziram revistas, folhetos, dentre outros, no sentido de aproximar o Museu Nacional de diferentes públicos, buscando dar-lhe alcance nacional. Propuseram funcionamento no horário noturno para atender os trabalhadores e estudantes da Educação de Jovens e Adultos, empréstimo de mostras visando a sua interiorização, o desenvolvimento de ações em áreas de grande concentração de pessoas visando a alcançar turistas e também aqueles que não o visitam, dentre outros. Contudo, é preciso destacar que o trabalho com as escolas, por meio de aulas, palestras, doação de material, cursos e visitas guiadas foi o que se consolidou. Muitas outras propostas foram silenciadas, não implementadas ou descontinuadas.

#### **4. ACESSIBILIDADE NOS MUSEUS BRASILEIROS E A DEMOCRATIZAÇÃO DA CULTURA**

Os museus são instituições voltadas à Educação e a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento. Possuem como alguns de seus princípios fundamentais, a promoção da cidadania; a valorização e a preservação do patrimônio cultural e ambiental e a universalidade do acesso. As ações educativas que promovem devem se pautar no respeito à diversidade cultural e na participação comunitária, contribuindo para ampliar o acesso da sociedade ao patrimônio musealizado (BRASIL, 2009). No entanto, a existência de barreiras de diferentes ordens aos museus é evidenciada pelas pesquisas de público realizadas por essas instituições e também por estudos populacionais que investigam as práticas culturais dos brasileiros.

Entendemos que a educação e a cultura devem ser promovidas por uma ampla e diversificada rede de instâncias sociais. Dentre elas situamos o museu, equipamento cultural e educacional que se configura como espaço de socialização dos indivíduos e de promoção de experiências não só de ordem cognitiva, mas também afetivas e sensoriais. Teoricamente, os museus se encontram à disposição de indivíduos em idade escolar, mas também das pessoas que não estão na escola ou que nem mesmo tiveram essa

oportunidade. Considerando que educação como um processo que nos acompanha ao longo da vida, entendemos como relevante a oferta de instituições e meios, dentre eles o museu, que possibilitem às pessoas a ampliação de seus conhecimentos, saberes e habilidades.

No Brasil, o surgimento dos museus enquanto instituições científicas ocorre com a criação do Museu Nacional em 1818. Até o final do século XIX, o número total de museus não passaria de 11 e em 1933 seria apenas o dobro disso. Entre 1933 e o ano de 1988 surgiram 1203 novos museus, sendo que 780 deles, mais da metade do total, aparecem somente durante a década de 1980<sup>78</sup>. Desde então, o número de museus veio aumentando. Após a redemocratização, ao longo das décadas de 1990, 2000 e 2010,

---

foram criados aproximadamente 2.665 museus, número que equivale à 69% do total de museus existentes hoje no país, que é 3.868.<sup>79</sup>

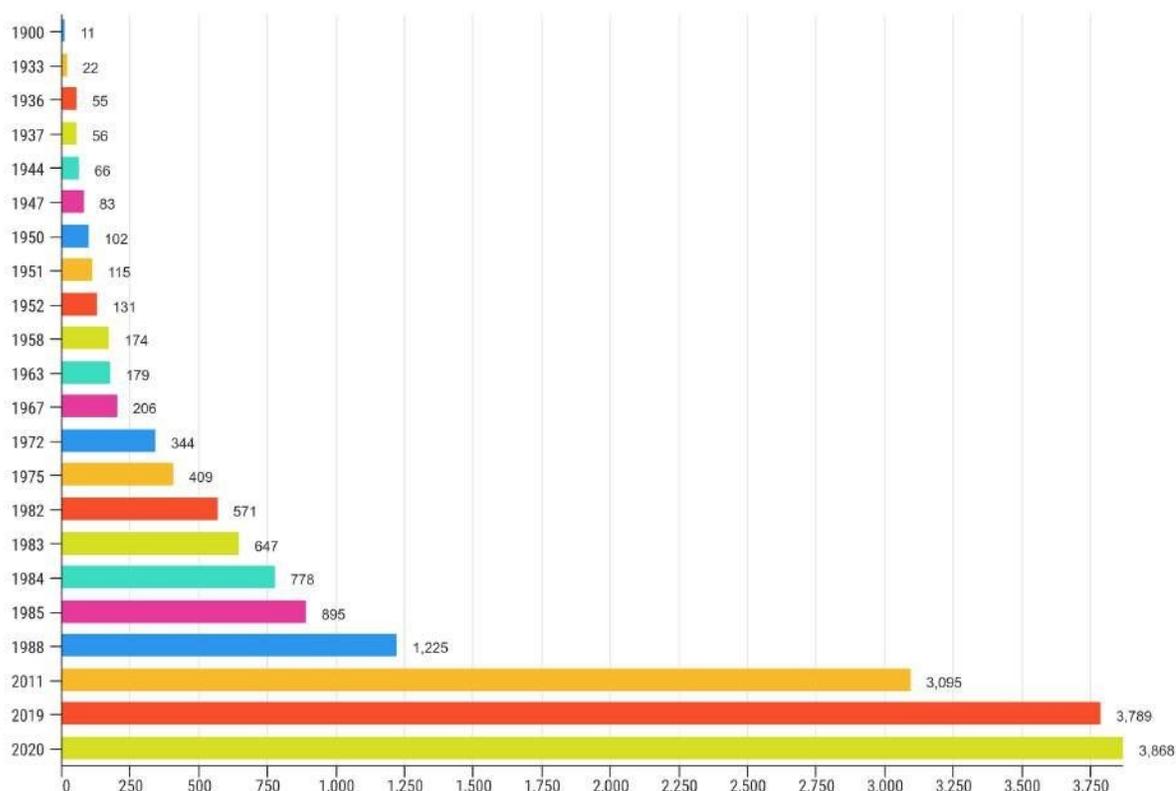
Gráfico 9 - N° de museus existentes no Brasil entre os anos de 1900 e 2020<sup>80</sup>

---

<sup>78</sup> Segundo Santos (2004, p.59), esse crescimento foi observado em diferentes regiões do globo e é apresentado pela autora como um fenômeno resultante das “demandas mais localizadas e como parte de um movimento que tornou mais diversificado o processo de preservação do passado.”

<sup>79</sup> Os dados acerca dos museus existentes no Brasil em 2019 foram obtidos por meio da consulta à Plataforma Museubr. É importante registrar que, dentre todos os museus cadastrados, 293 se encontravam fechados em 2019. Disponível em: <http://museus.cultura.gov.br/> Acesso: 28 out. 2019.

<sup>80</sup> O gráfico foi elaborado com base nos dados apresentados em dezenas de planilhas disponibilizadas pelo Instituto Brasileiro de Estatística – IBGE em Estatísticas do séc. XX. Nelas são apresentados o número de instituições museológicas existentes no Brasil entre a década de 1930 e 1980. O material pode ser consultado em: < <http://seculoxx.ibge.gov.br/populacionais-sociais-politicas-e-culturais/busca-por-palavrachave/cultura> > Acesso em: jul.2014.



Fonte: IBGE, Estatísticas do séc. XX (site)

Apresentados assim, de maneira pouco contextualizada, tais dados podem nos fazer crer que o crescimento significativo de museus nas últimas décadas representa uma boa oferta desse tipo de equipamento cultural. Nesse sentido, parece importante sinalizar que, em nosso país existe uma quantidade de museus semelhante, em números

absolutos, à observada em países como França, Itália, Reino Unido e Canadá. Contudo, a relação museu/habitante no Brasil é de 18,3 museus por milhão, enquanto nos demais países citados ela é, respectivamente, de 71,8; 52,9; 47,9 e 57 por milhão. A distribuição museu/habitante no país é semelhante à encontrada em países como Barbados, Bahamas, Argentina, Romênia, República da Coreia, Sérvia, Brasil, Uruguai, Vanuatu, Cabo Verde, Chile, Brunei, Cazaquistão, Ucrânia, Namíbia, Macedônia do Norte e Israel (UNESCO, 2020).

Segundo pesquisa do IBGE, o crescimento da oferta de museus nos municípios brasileiros aumentou de 15% em 1999 para 27,2% em 2014, tendo, contudo, apresentado

uma retração para 25,9% em 2018. Apesar do aumento expressivo dos números de instituições museais brasileiras nas últimas quatro décadas, esse equipamento de educação e cultura ainda tem presença rarefeita na maior parte do território nacional. No ano de 2006, quando a presença de centros culturais nos municípios brasileiros passa a ser registrada, verificou-se a presença dessas instituições em 24,8% das cidades brasileiras, alcançando 37% delas em 2014. No entanto, assim como ocorreu com a maior parte dos equipamentos culturais mapeados, os centros culturais também apresentaram uma retração no ano de 2018, quando se identificou sua presença em 31,2% dos municípios brasileiros (IBGE, 2019, p.41).

Dados obtidos na Plataforma Museubr<sup>81</sup> revelam que a maior parte dos museus se encontra nas regiões Sudeste e Sul do país, nas quais estão localizados, respectivamente, 1516 e 1046 instituições. Na região Nordeste se encontram 839 museus e, nas regiões Centro Oeste e Norte do Brasil, se localizam 203 e 183 espaços museais, respectivamente. Isso significa dizer que os 7 estados que compõe as regiões Sul e Sudeste somam 2562 museus, 66% do total, mais do que a soma de todos os museus situados nas regiões Norte, Nordeste e Centro Oeste do país, que contam com 19 estados e com o Distrito Federal<sup>82</sup>.

---

Esses dados, juntamente com a verificação por parte do IBGE (2019) acerca da presença de museus em apenas  $\frac{1}{4}$  das cidades brasileiras, apontam para uma inegável concentração geográfica dessas instituições no Brasil e para a sua ausência em grande parte do país.

Tais dados talvez ajudem a explicar, em parte, os resultados obtidos por estudos recentes e que apontam para o afastamento de importante parcela da população dos

---

<sup>81</sup> A plataforma Museubr consiste no sistema brasileiro de identificação de museus e plataforma para mapeamento colaborativo, gestão e compartilhamento de informações sobre os museus situados no país. Foi criada pela Portaria nº 6, de 9 de janeiro de 2017 e tem a utilização de software livre, a colaboração, a descentralização, o uso de dados abertos e a transparência como princípios. Visa a contribuir para produção de conhecimentos acerca do campo museal nacional, por meio da disponibilização de informações atualizadas acerca dos museus brasileiros. Disponível em: <http://museus.cultura.gov.br/> Acesso em: 4 nov. de 2019

<sup>82</sup> Os estados brasileiros que possuem o maior número de museus são: São Paulo (674), Rio Grande do Sul (472) e Minas Gerais (436), seguidos por Rio de Janeiro (331), Paraná (307) e Santa Catarina (267). Além desses e, com

museus, apesar das três últimas décadas terem sido marcadas por expressivo aumento no número de instituições museológicas existentes em nosso país.

#### 4.1 QUEM (NÃO) VISITA MUSEUS NO BRASIL?

Com o objetivo de melhor compreender quais as características daqueles que acessam os museus, recorreremos tanto a pesquisas de hábitos culturais, com ampla abrangência geográfica, quanto a estudos de percepção pública da ciência e tecnologia, realizadas junto à população nacional.

Uma das mais importantes referências de pesquisas de hábitos culturais é a “Cultura nas Capitais”, realizada pela JLeiva. Os dados do referido estudo foram coletados no ano de 2017 em 12 capitais brasileiras, com representação de todas as regiões do país. A pesquisa de hábitos culturais em questão adota um espectro temático amplo que contempla diferentes setores da área cultural, dentre eles o museu. Por meio de um questionário com 50 perguntas, foram entrevistadas 10.630 pessoas nas cidades de Belém, Belo Horizonte, Brasília, Curitiba, Fortaleza, Manaus, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador, São Luís e São Paulo. A amostra seguiu as proporções existentes por sexo e faixa etária de acordo com o Censo 2010 do IBGE, tendo o estudo lançado mão do uso de um modelo de regressão para a análise das estatísticas, visando a verificar com maior precisão o impacto das características dos respondentes sobre a frequência com a qual os mesmos realizam determinada atividade.<sup>83</sup>

Outra importante referência é a pesquisa Percepção pública da ciência e tecnologia no Brasil, cuja quinta rodada foi realizada em 2019 pelo Centro de Gestão e

---

exceção de Bahia, Ceará e Pernambuco, que possuem respectivamente 183, 172 e 128 museus, os demais estados brasileiros, 18 ao todo, não alcançam a marca de uma centena de instituições museais cada um.

Estudos Estratégicos (CGEE) e pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC). O estudo busca conhecer a visão, o interesse e o grau de informação da população em relação à ciência e tecnologia e seus resultados têm o potencial de contribuir para aprimorar ações de popularização científica e de educação em ciências, assim como para a formulação de políticas públicas voltadas para ao setor.

---

<sup>83</sup> Disponível em: <http://www.culturanas capitais.com.br/metodologia/> Acesso em: 3 de nov. 2019.

Os estudos vêm sendo realizados de modo a possibilitar comparações tanto entre as diferentes rodadas ao longo do tempo, quanto também com pesquisas internacionais. No contexto dos mesmos foram gerados dados referentes à visita a espaços de difusão científico-cultural entre os quais se encontram os museus de C&T, os museus de arte, assim como também bibliotecas; zoológicos, parques ambientais ou jardins botânicos.

Com base na pesquisa de hábitos culturais realizada afirma-se que a maior parte dos brasileiros não é visitante de museus, ao passo que 30% dos pesquisados revelaram nunca terem visitado um museu ou exposição e que 39% deles informaram que realizaram tal prática há mais de 1 ano (39%). Dos pesquisados, o percentual que informou ter visitado um museu ou uma exposição nos 12 meses anteriores à pesquisa, foi de 31%.

Em âmbito mais local, considerando a cidade do Rio de Janeiro, um estudo promoveu, em 2013, um diagnóstico dos hábitos culturais de cariocas com mais de 12 anos, revelando que apesar de 41% dos sujeitos da pesquisa afirmarem ter interesse em visitar museus, o percentual daqueles que revelaram visitar o referido equipamento cultural foi de 34% (HÁBITOS..., 2013). Retomada a pesquisa em 2015, (PERFIL...2015), verificou-se uma queda nesse percentual, tendo sido registrada a frequência a museus por parte de 31% dos pesquisados. O estudo revelou, ainda, que 25% dos cariocas nunca visitaram esse tipo de instituição (PERFIL..., 2015). Já em 2018, observou-se uma elevação para 37% dos cariocas que informaram visitar museus e exposições, contudo o percentual dos que nunca visitaram, 24%, permaneceu praticamente inalterado em relação à rodada anterior da pesquisa (JLEIVA, 2018).

Enquete nacional realizada em 2015 revelou que 12,3% da população brasileira havia visitado museus de ciência e tecnologia nos 12 meses anteriores à pesquisa e que 17% dos entrevistados informaram ter visitado museus de arte neste período (CGEE, 2017). A enquete foi repetida em 2019 e revelou uma queda importante da visita a ambos. O percentual de brasileiros que declaravam visitar museus de C&T, que vinha aumentando (4% em 2006, 8,3% em 2010 e 12,3% em 2015), caiu pela metade em 2019,

atingindo a marca de 6,3%. A frequência a museu de arte sofreu uma queda de 17% para 8,7% (CGEE, 2019, p.15)<sup>84</sup>.

Todos os estudos anteriormente citados buscaram verificar os motivos que levam a maior parte dos pesquisados a não visitar museus. A pesquisa realizada em 12 capitais brasileiras verificou dentre eles a falta de tempo (33%), não gostar (29%), razões econômicas (21,5%), ser longe (6%), não ter o costume (4%) e a falta de informação (3%). A análise exclusiva das médias obtidas pode invisibilizar o peso que determinadas características dos indivíduos têm sobre a falta de acesso aos museus. Isso fica evidente quando verificamos que a falta de tempo é a barreira mais citada pelos que possuem ensino superior ou médio, ao passo que, entre os que possuem ensino fundamental, o “não gosto” lidera. Interessante notar que esse é o motivo mais citado tanto pelos respondentes das classes A e D/E, enquanto os representantes das classes B e C alegaram mais a falta de tempo.

Já as enquetes nacionais que levantaram dados sobre a prática de visita a museus de C&T no país identificaram como principais razões para os brasileiros não visitarem essas instituições em 2015: falta de tempo (32%), inexistência das mesmas em suas regiões (31%) e falta de interesse (14%). Já em 2019, a maioria da população apontou a inexistência de museus na região (34%) como o principal motivo para a não visita. A falta de tempo (20%) e de interesse (19%) foram os outros dois aspectos mais citados. De acordo com o relatório da pesquisa, a frequência com que os mesmos foram citados aponta que os brasileiros não consideram atividades em espaços de C&T como prioritárias.

Na cidade do Rio de Janeiro, 65% daqueles que em 2013 informaram não frequentar museus indicaram que a principal razão para não fazê-lo é a falta de interesse, percentual que vem caindo desde então, passando a falta de gosto pela prática a ser citada por 39% dos respondentes em 2015 (PERFIL., 2015) e por 23% em 2017. A

---

<sup>84</sup> A enquete levantou dados referentes à visitação a espaços de difusão científico-cultural e participação em eventos de ciência e tecnologia, além de museus de C&T e museus de arte, são eles: bibliotecas; zoológicos, parques ambientais ou jardins botânicos; feira ou olimpíada de ciência e participação na Semana Nacional de Ciência e Tecnologia. A visitação a todos diminuiu aproximadamente pela metade.

alegação de falta de tempo para visitar museus passa a predominar em 2017, quando foi o motivo mais citado pelos pesquisados (32,4% em 2017 e 29% em 2015). Na pesquisa mais recente observa-se um aumento significativo no percentual de pesquisados que indicaram razões econômicas para não ir a museus (28,7% em 2017 e 11% em 2015). Quando comparada com a prática de ir ao cinema e ao teatro, a ida a museus é aquela que possui o maior índice de rejeição. Os dados devem ser vistos com atenção pelos profissionais dos museus (2013).

A visita a museus se torna cada vez mais frequente na medida em que se eleva a escolaridade do indivíduo. O estudo de hábitos culturais nas capitais verificou, em 2017, que entre os pesquisados que possuíam ensino fundamental, 17% haviam visitado museu nos 12 meses anteriores, enquanto esse percentual foi de 26% entre os que possuíam ensino médio e de 57% entre aqueles com ensino superior, aproximadamente o dobro da média obtida (31%). Ao contrário, o estudo também revela que, na medida em que o grau de escolaridade dos pesquisados aumenta, diminui a sua exclusão em relação ao referido equipamento cultural. Assim, entre os que têm ensino superior, apenas 7% nunca visitaram um museu, ao passo que entre os que possuem ensino médio e fundamental, esse percentual corresponde, respectivamente, à 29% e 49%.

A partir da consulta à base de dados disponibilizada no site da CGEE, foi possível também confirmar a influência da escolaridade sobre o acesso (ou não) aos museus. Na enquete nacional se verificou que enquanto 1.3% dos brasileiros analfabetos ou com ensino fundamental I incompleto visitaram museus de C&T nos 12 meses anteriores à pesquisa, o percentual entre os que possuem ensino superior foi de 13.4%, percentual que corresponde a maior do que o dobro da média verificada no período (6,3%).

Outro aspecto que deve ser investigado é a possível influência de aspectos econômicos sobre o acesso à determinada prática cultural, no nosso caso a visita a museus. As médias verificadas no estudo realizado nas 12 capitais, e isoladamente no Rio de Janeiro, como já visto, apontam que razões econômicas foram mencionadas para não visitar museus por 21,5% dos participantes (capitais) e com uma frequência ainda maior, 28,7%, foi verificada entre os pesquisados na cidade do Rio de Janeiro.

Em relação aos museus de ciência e tecnologia, a pesquisa de percepção público realizada em 2018 verificou que quanto maior a renda, maior é o acesso. Entre os que

possuem renda de até 1 salário mínimo (S.M.), 2,9% visitaram um museu de ciência no ano anterior à pesquisa, percentual que aumentou para 4,8% entre os que têm renda de 1 a 2 S.M., para 6% entre aqueles cuja renda declarada foi de 2 a 5 S.M., para 11,4% entre os que têm renda de 5 a 10 S.M. e alcançou os 13,1% entre aqueles cuja renda é igual ou superior à 10 S.M (CGGE, 2019).

De acordo com Leiva e Meirelles (2018), os estudos de hábitos culturais realizados em diferentes cidades do Brasil vêm confirmando o papel decisivo que educação e renda possuem no que se refere ao acesso amplo e regular dos indivíduos à cultura. Essa relação foi identificada já nos primeiros estudos sobre o tema, nos anos de 1960, e também se mostra persistente nos países ditos desenvolvidos. Ou seja, quanto maior a escolaridade, mais amplo é o repertório de atividades culturais, assim como mais frequente é a sua realização. Existe um fosso entre quem possuem níveis elevados e os que possuem baixos níveis de instrução na realização de quase todas as atividades culturais e isso independe, segundo os autores, do preço do ingresso.

#### 4.2 DEMOCRATIZAÇÃO DA CULTURA, ACESSIBILIDADE MUSEAL E GRATUIDADE

A universalidade do acesso figura, juntamente com o respeito e a valorização à diversidade cultural, como um dos princípios fundamentais dos museus, de acordo com a lei que instituiu o Estatuto de Museus (BRASIL, 2009).

O acesso de todos à cultura está no centro das discussões acerca da democratização da cultura. De acordo com Fleury (2009), o ideal da democratização da cultura é indissociável da Revolução Francesa, pautada na abolição de privilégios e na criação de uma sociedade igualitária de direitos, e tenta ultrapassar a contradição existente entre os direitos formais e os direitos reais.

Com a missão de tornar acessíveis ao maior número de pessoas às obras capitais da humanidade, foi criado, em 1959, o Ministério Francês de Assuntos Culturais. Este evento é de maneira recorrente na literatura sobre o tema tratado como um importante marco da institucionalização de uma sociologia da cultura e da emergência da democratização da cultura com corpo de doutrina, a partir do qual seriam estruturadas as políticas públicas de Estado voltadas ao campo cultural, e também avaliadas as políticas culturais. O marco teórico que embasa as referidas políticas é resultado dos estudos de

Bourdieu e Darbel, com ênfase naqueles publicados em *O Amor pela Arte*, acerca dos museus europeus, e também das pesquisas sobre hábitos culturais, iniciada em 1973 e realizadas a partir de então cada 10 anos com vistas a avaliar as políticas implementadas.

Bourdieu (2007) afirma que nada é mais acessível que a cultura e que os obstáculos econômicos agem mais fortemente em outras áreas do que nessa. Seus estudos revelariam que os obstáculos de acesso aos museus que se impõe perante uma parcela da população são, antes de tudo, mais simbólicos (socialização, *habitus* cultivado) do que materiais (distância espacial, barreiras tarifárias). O sociólogo alerta, contudo, para o fato de esse dado vir a ser usado como fundamento para invocar a desigualdade natural das necessidades culturais, do que discorda veementemente.

A privação de cultura não é necessariamente percebida como tal e conforme aumenta a privação, enfraquece a consciência da mesma (BOURDIEU, 2007, p.59). Assim, para dar conta das desigualdades por ele verificadas na distribuição social das práticas culturais, Bourdieu desenvolve a ideia de que o problema não reside na falta de relação com a arte, mas sim na ausência do sentimento da ausência. (FLEURY, 2009).

Para Bourdieu, nem a diminuição das diferenças econômicas e das barreiras de classe e nem mesmo a atuação dos meios de comunicação seriam capazes de promover a homogeneização cultural (2007a, p.58). O sociólogo contesta a ideia de que as distâncias culturais entre as classes tendem a se reduzir e afirma que o acesso às obras culturais permanece como privilégio das classes cultivadas. Para fortalecer seus argumentos, usa exatamente como exemplo o fato de que a frequência a museu depende estreitamente do nível de instrução. A partir da constatação de forte ligação entre a instrução e a frequência a museus, o autor conclui que somente a escola pode criar (ou desenvolver) a aspiração à cultura, mesmo à cultura menos escolar. (BOURDIEU, 2007a, p.59).

Os resultados obtidos pelos estudos reforçam a importância do núcleo familiar na trajetória educacional e cultural dos indivíduos. Em relação aos museus, Bourdieu (2007 a, p.60) afirma que as oportunidades oferecidas pela família são particularmente determinantes. A maioria dos visitantes de museus faz a sua primeira visita antes dos 15 anos e as visitas precoces são mais frequentes na medida que se eleva a hierarquia social. Nesse contexto, reitera Bourdieu (2007), os aprendizados que são adquiridos no

âmbito familiar, invisíveis, desprendidos e precoces, garantem aos seus portadores maior facilidade e melhor desempenho na apreensão da cultura. Assim sendo, o gosto pelos museus, o amor pela arte, são produtos de um conjunto de condições não só materiais, mas também simbólicas, acumuladas por alguns indivíduos ao longo de suas trajetórias familiares e escolares.

Fleury (2009), apoiado em Passeron, apresenta diferentes formas de análise da democratização da cultura, bem como nos oferece, também, diferentes definições para a mesma. Em relação aos modos diferentes utilizados para analisá-la, o autor elenca as seguintes estratégias: 1. Medida da quantidade, ampliação do volume de público, 2. Criação de subgrupos de praticantes de uma determinada atividade com fins de estabelecer comparações estatísticas 3. Cálculos referentes à probabilidade de acesso de acordo com as categorias sociais. A primeira é limitada, pois não estuda a composição social dos praticantes, a segunda enfatiza uma compreensão da democratização de uma determinada prática, como a diminuição dos distanciamentos entre diferentes categorias de praticantes, enquanto a terceira tem a vantagem de se aproximar mais da realidade, pois se aproxima mais da percepção que os indivíduos têm da realidade.

Em relação às diferentes formas de se compreender a democratização da cultura, o autor supracitado apresenta os seguintes sentidos: 1. projeto político, 2. processo histórico e 3. procedimento técnico. Enquanto projeto político, se admite três possibilidades de projetos, dentre os quais destacamos dois: o de conversão e o de reabilitação. Enquanto o primeiro pauta-se em uma visão de cultura “nobre” comprometida com o consumo das obras consagradas por parte do público, o segundo se funda em uma compreensão ampla de cultura, resgatando as formas populares de cultura, se aproximando da democracia cultural. Enquanto processo histórico a democratização da cultura é entendida como produto de um longo movimento, dentro de uma perspectiva evolucionista, vista como limitada pelo autor. E a terceira última acepção do termo, expressa sua compreensão enquanto método, contemplando descentralização dos equipamentos, interiorização, gratuidade. De acordo com Fleury (2009) esses diferentes sentidos não se negam e as instituições culturais participam das articulações entre os mesmos.

O discurso do fracasso da democratização da cultura se impôs desde meados da década de 1960, tanto entre sociólogos da cultura, quanto entre outros profissionais do campo cultural. Fleury (2009) identificou na retórica do fracasso da democratização da cultura, três figuras discursivas: a ilegitimidade, a iniquidade e a ineficiência. A da ilegitimidade critica a existência do projeto em si ao compreender que a intervenção pública nesse sentido diminui o status da cultura. A iniquidade questiona o financiamento público da cultura a partir da argumentação de que os recursos recolhidos junto a toda população sob a forma de impostos vem beneficiando apenas uma pequena parte desta. No entanto, a solução proposta a partir dessa argumentação, de supressão do financiamento público para a cultura, não combateria em nada o cenário de desigualdades que denuncia, mas ao contrário a acentuaria. A ineficiência se pauta no argumento de que a desigualdade no acesso à cultura não diminui ou diminui muito ao longo de mais de 40 anos de intervenções públicas no campo cultural. No entanto, vários estudos que investigaram os impactos quali e quantitativos dos procedimentos adotados contrariam essa afirmativa.

O autor evidencia que a existência de uma figura discursiva para cada diferente significado atribuído à democratização da cultura. Desse modo, o argumento da ilegitimidade busca minar o projeto político, o da iniquidade busca esvaziar seu sentido enquanto processo histórico fundado em uma descrição otimista; e o da ineficiência promove o ataque aos dispositivos institucionais já implementados, visando anular a questão da desigualdade de acesso à cultura. Fleury vincula essas figuras discursivas aos conceitos elaborados por Albert Hirschman (1989) e que descrevem as três teses reativas/reacionárias, a "tese da perversidade", a "tese da futilidade" e a "tese da vacuidade".

Entendemos que existe uma diferença importante entre - reconhecer que não basta que os museus sejam gratuitos para serem amplamente acessados, apropriados e ressignificados pela população - e a afirmação generalizante de que a cobrança de ingresso é indiferente no processo de exclusão nos/pelos museus. Deste modo, concordamos com o alerta de Fleury (2009) para a necessária diferenciação entre a constatação sociológica e o discurso mais ideológico de invalidação do próprio processo de democratização.

No contexto europeu o tema da gratuidade vem sendo debatido há algumas décadas e continua sendo alvo de atenção. Uma análise da literatura produzida na Inglaterra e na França nos últimos anos revela que não há consenso sobre os museus cobrarem ingressos ou não. Gob e Drouget (2019), em um esforço de síntese da produção francófona sobre o tema, elencaram os argumentos favoráveis e contrários ao acesso gratuito aos museus.

Entre os argumentos favoráveis os autores situam o entendimento de que o acesso gratuito seria a manifestação do caráter público do museu, colocando todos os indivíduos em condições de dele fruir; e o fato de muitas vezes a arrecadação gerada pela bilheteria dos museus ser capaz de cobrir apenas uma pequena parcela dos custos de funcionamento da instituição, sendo que em alguns museus pequenos ela não cobriria sequer as despesas referentes ao pessoal responsável pela venda de ingressos. O caso do Museu Nacional se aproxima desse último cenário. De acordo com o relatório institucional de 2018, os bilheteiros custaram aos cofres da UFRJ, R\$181.391,68, enquanto a arrecadação correspondeu a R\$350.715,65 naquele ano (MUSEU NACIONAL, 2019).

Os argumentos contrários à gratuidade incluem a compreensão de que a cobrança de ingresso é a maneira mais óbvia de se buscar um equilíbrio financeiro e dinamizar a instituição. Situam, ainda, entre os benefícios indiretos da aplicação de tarifa, a melhoria da gestão do museu em decorrência de uma mudança da mentalidade a partir de dentro. Os benefícios se estenderiam também à melhoria no acolhimento do denominado “visitante-consumidor” e a postura do visitante, que investiria mais em sua visita, ao passo que a qualidade do museu é por vezes julgada pelo preço de sua entrada e, por oposição, a gratuidade é interpretada por alguns como sinal de mediocridade do conteúdo apresentado.

Uma dupla tendência em sentidos opostos, sinalizam Gob e Drouget (2019), pode ser verificada. De um lado a elevação acentuada dos valores praticados por alguns museus, que acaba por torná-los inacessíveis para alguns segmentos da população, entre eles os jovens. De outro, a intervenção de autoridades francesas e belgas a partir da implementação de gratuidade em alguns casos permanente, em outros em alguns dias do mês.

Com vistas a avaliar o impacto da gratuidade em cerca de dez museus franceses, o governo francês encomendou um estudo. Seus primeiros resultados revelaram a capacidade da iniciativa em aumentar e diversificar o público das instituições, mobilizando visitantes não habituais, representantes das camadas populares e jovens. Os pesquisadores, contudo, ponderam explicitando que os achados desse estudo específico não podem nem ser estendidos ao conjunto de museus da Europa como nem mesmo ao de museus franceses.

Um estudo de público realizado por *The Audience Agency*<sup>85</sup>, entre 2017 e 2018, se preocupou, entre outras coisas, em buscar verificar a existência de possíveis diferenças entre os perfis dos visitantes dos museus gratuitos e os visitantes de museus que cobram ingresso. Segundo os responsáveis pelo estudo, no contexto inglês atual, a capacidade dos museus nacionais de oferecer a entrada gratuita representa um desafio para todos os museus que dependem de gerar sua própria renda para que possam se manter abertos. Nesse sentido, diante da encruzilhada em que se encontram, de ter que sustentar seus serviços com financiamento restrito, a pressão para que os museus gerem renda por qualquer meio, incluindo cobrança de ingresso, está aumentando rapidamente na Inglaterra. Os achados da referida pesquisa buscaram oferecer percepções adicionais para abastecer o debate acerca dos efeitos da entrada paga, alvo de um processo contínuo de conversação naquele país.

Publicado em 2018 e intitulado *Museums Audience Report - What Audience Finder says about audiences for Museums*, o estudo usou a base de dados do padrão *Audience Finder*, pesquisa nacional de visitantes da Inglaterra. Os dados foram coletados em 105 museus ingleses junto a 39.318 visitantes. Destes, 2/3 visitaram museus com entrada gratuita e 1/3 visitou museu com entrada paga.

Entre os resultados, os pesquisadores apontam que nos museus gratuitos se verificou uma maior frequência de pessoas com menos de 35 anos, enquanto os pagos atraem mais visitantes acima dos 45 anos. As famílias têm maior probabilidade de

---

<sup>85</sup> Organização de apoio setorial criada para liderar as organizações culturais inglesas no processo de obtenção de uma compreensão mais profunda de seus públicos atuais e potenciais. Ver: <https://www.theaudienceagency.org/> Acesso em: 24 fev. 2021. *The Audience Agency*, por sua vez, é financiada pelo *Arts Council England*, criado em 1946, por meio de uma carta real, com o propósito de defender e desenvolver a arte e a cultura naquele país. Ver: <https://www.artscouncil.org.uk/> Acesso em: 24 fev. 2021

---

frequentar museus com entrada gratuita, e o mesmo também ocorre com visitantes negros, asiáticos e pertencentes a outras minorias étnicas. Já os que cobram ingresso são mais frequentados por visitantes longínquos e possuem um maior percentual de visitantes de primeira vez (50%) em relação aos museus gratuitos (43%). (THE AUDIENCE AGENCY, 2018).

O relatório apresentado também revelou a maior ou menor chance de museus pagos e museus gratuitos atraírem determinados segmentos da população. A organização responsável pelo estudo desenvolveu o *Audience Spectrum*, (Espectro de Público), ferramenta por meio da qual é promovida a segmentação de toda a população do Reino Unido com base em suas atitudes em relação à cultura e pelo que gostam de ver e fazer. Ao todo, dez perfis integram o espectro de público, sendo que dois deles figuram entre os mais atraídos por museus com entrada gratuita e outros dois por museus com entrada paga<sup>86</sup>.

Os museus gratuitos atraem uma proporção maior de visitantes que são menos engajados culturalmente, especialmente os pertencentes aos segmentos *Up Our Street* e *Facebook Families*. O primeiro segmento de público é apresentado como sendo formado por pessoas que possuem muitas vezes vidas razoavelmente confortáveis e estáveis, um grupo que se envolve com artes populares, entretenimento e museus, e também visitantes de locais históricos, sendo que muitos são mais velhos e têm alguns problemas de saúde. Vivem com a renda familiar média ou abaixo da média, então o acesso em todas as suas formas pode ser um problema. Caracterizado como modesto em seus hábitos e meios, o valor pelo dinheiro e o baixo risco podem ser fatores importantes no processo de tomada de decisão em relação ao lazer.

O outro segmento de público mais presente em museus gratuitos é o *Facebook Families*, caracterizado como um grupo mais jovem e sem dinheiro, que vive em áreas suburbanas e semi-urbanas com alto índice de desemprego. Menos propensos a se

---

<sup>86</sup> A apresentação do *Audience Spectrum* e dos perfis que o constituem podem ser encontrados em: <https://www.theaudienceagency.org/audience-spectrum> Acesso em: 24 fev. 2021.

pensarem como artistas, as artes e a cultura geralmente desempenham um papel muito pequeno nem suas vidas e menos de um terço acredita que as artes são importantes.

---

Muitas vezes saem em família: cinema, música ao vivo, comer fora e pantomima são os mais populares.

Já os museus que cobram entrada, segundo os autores do relatório, atraem um nível mais alto de super-engajados pertencentes aos segmentos *Commuterland*, *Culturebuffs* e *Experience Seekers*. Os primeiros formam um grupo afluente e estabelecido com muitos indivíduos ocupando profissões e cargos de alto escalão. São descritos como consumidores ávidos de cultura, com gostos amplos, mas inclinados para o patrimônio e ofertas mais clássicas ou tradicionais. Muitas vezes, famílias maduras ou aposentados, que vivem em grande parte em um subúrbio provincial arborizado ou no conforto do cinturão verde. Um grupo disposto a viajar e pagar por experiências *premium*, seus hábitos talvez sejam influenciados pelo deslocamento. As motivações são múltiplas, variando de social e autoaperfeiçoamento à busca de oportunidades de aprendizagem para crianças mais velhas. Tendem a ser frequentadores assíduos e potenciais doadores. Outro segmento de público mais frequente nos museus pagos é o *Experience Seekers*, que constitui uma parte importante e significativa do público das artes urbanas. Este grupo é formado por solteiros e casais altamente ativos, diversificados, sociais e ambiciosos e pessoas mais jovens que se envolvem com as artes regularmente. Muitas vezes, estudantes, recém-formados e em estágios iniciais a intermediários de suas carreiras. Tende a viver perto dos centros das cidades, por isso talvez tenham acesso mais fácil e frequente a uma grande variedade de artes, museus, galerias e patrimônio. Os interesses abrangem ofertas convencionais, contemporâneas e culturalmente diversas, e a participação está no centro de suas vidas sociais. Eles estão principalmente em busca de coisas novas para fazer e têm renda disponível para gastar em uma variedade de atividades de lazer, como associações de esportes / artes, visitas a cafés, bares e restaurantes. Normalmente com experiência digital, eles compartilharão experiências por meio da mídia social em seus smartphones.

O tema é pouco estudado no Brasil e sua abordagem costuma se restringir à apresentação de algumas recomendações para o campo museal. Chagas e Nascimento Jr (2009) afirmam que a cobrança de ingresso é um tema controverso, na medida em que existem países e museus que defendem as entradas livres, gratuitas, universais, enquanto existem outros que são partidários da cobrança de ingresso. Em seus manuais, tanto os primeiros, quanto Cândido (2014), não se posicionam nem a favor nem contra a cobrança de ingresso por parte dos museus brasileiros. Todos os autores defendem o amplo debate do tema com a sociedade civil e que sejam consideradas as características locais e o bom senso. O debate, segundo Duarte (2014), pode ser uma boa estratégia para fazer do público um aliado e, também, para publicizar as necessidades financeiras de um museu. Em caso de cobrança, os autores alertam para a necessidade de se respeitar as gratuidades e descontos garantidos pelas legislações vigentes, reconhecendo, ainda, que descontos especiais podem ser feitos para estimular a visita de segmentos específicos de público. Duarte (2014) enfatiza o volume financeiro limitado decorrente da cobrança de ingresso que, invariavelmente pode contribuir para a criação de um pequeno fundo, mas será sempre insuficiente para a manutenção do museu.

O fato de os estudos de público clássicos conduzidos por Bordieu e Darbel não terem identificado diferenças significativas no perfil sociodemográfico daqueles que visitam museus que cobram entrada e aqueles que visitam museus gratuitos contribui para uma retórica que atribui pouca ou nenhuma importância à discussão acerca das tarifas praticadas pelos museus brasileiros. Outro dado que certamente contribui para a mesma leitura se refere ao fato de apesar de 79,9% dos museus brasileiros não cobrarem ingresso, eles não são amplamente frequentados pelas camadas populares da sociedade. Diante desse cenário, os obstáculos simbólicos são reconhecidos, enquanto os obstáculos econômicos têm seu peso diminuído ou até negado.

Entendemos que vários aspectos não devem ser desconsiderados de novas possíveis análises, dentre eles: a origem, a trajetória, a localização geográfica, a tipologia de acervo, o modelo conceitual, dentre outras características de cada museu. É preciso, ainda, prever possíveis diferenças transnacionais. Deste modo, tendemos a concordar com Pinto (2015) quando esta afirma que os resultados verificados por Pierre Bourdieu e

Alain Darbel no contexto dos museus europeus não dá conta da realidade brasileira atravessada por elevados níveis de desigualdade social e pouca garantia de acesso aos bens culturais. É preciso, ainda, refletir sobre os possíveis efeitos das transformações ocorridas ao longo do tempo no que diz respeito às condições de produção, conservação, difusão e apropriação dos bens culturais.

Um caminho possível para avançar nessa questão pode ser a partir do debate sobre Acessibilidade em Museus. O termo Acessibilidade vem se tornando cada vez mais comum e frequente no campo museal. Contudo, apesar dos importantes avanços recentes, a Acessibilidade ainda não goza da devida atenção por parte das instituições museais brasileiras. O cenário ainda é adverso e marcado por falta de recursos e de políticas institucionais destinados à área.

Aidar (2020), ao elencar os diferentes sentidos atribuídos ao termo e abordar os diferentes prismas a partir dos quais hoje se debate e se desenvolve a Acessibilidade Museal, defende uma concepção alargada deste conceito, o que particularmente nos interessa nessa pesquisa. Segundo a referida autora, ainda que frequentemente associado às discussões relativas ao trabalho realizado pelos museus junto ao público de pessoas com deficiência, é inegável a

compreensão geral de que esse é um conceito que deve ser trabalhado de maneira mais abrangente (ou menos excludentes, se quisermos) reconhecendo que os grupos com dificuldade de acesso aos museus são mais ampliados (AIDAR, 2020, p.164).

Chagas e Storino (2012, p.VII) também defendem uma visão ampliada do conceito de acessibilidade, que deve contemplar tanto uma dimensão política estreitamente relacionada ao exercício da cidadania, quanto a pluralidade e a diversidade dos modos de ser e de estar no mundo, que caracterizam o conjunto de cidadãos. Nesse sentido, os autores apresentam o que denominam de níveis ou possibilidades de acesso, entre os quais se encontram: 1. Acessibilidade aos códigos culturais; 2. Acessibilidade aos meios de produção cultural; 3. Acessibilidade física; 4. Acessibilidade sensorial; 5. Acessibilidade cognitiva e informacional; e 6. Acessibilidade econômica e social.

Pinto (2015) contribui para o debate acerca da Acessibilidade Museal por meio da abordagem das diferentes barreiras de acesso que impedem ou dificultam a entrada e formação de novos públicos nos museus. A autora apresenta cinco barreiras, entre as

quais situa: a imponência dos edifícios, a cobrança de bilhetes com valores altos, as dificuldades de acesso físico, a falta de identificação dos museus como espaço de lazer, e os discursos curatoriais institucionalizados.

A literatura evidencia que são muitos os obstáculos a serem superados no sentido de promover a Acessibilidade Museal. Aidar (2020) nos lembra que os museus, historicamente ligados às classes dominantes, operam na construção de códigos, símbolos e procedimentos que comunicam uma mensagem de distinção social. Somado a isso, se estruturam a partir da relação entre indivíduos – profissionais do campo museal e visitantes – que compartilham um mesmo capital cultural. O enclausuramento da instituição, “fechada em uma redoma de exceções”, explicita a autora, se desdobra em um processo de exclusão bidirecional, de dentro para fora e de fora para dentro. O sentimento de não pertencimento aos museus manifesto por parte importante da população por meio de diferentes estudos é reflexo disso.

A lógica classista e o preconceito de classe tão arraigados na sociedade brasileira são acionados por Aidar (2020) ao nos apresentar sua hipótese para explicar o motivo pelo qual, apesar daqueles excluídos dos museus brasileiros serem os mais pobres e menos escolarizados, não são estes o foco das ações voltadas à acessibilidade e inclusão promovidas por aquelas instituições. Os mais vulneráveis socialmente, invariavelmente são culpabilizados por sua própria condição e aos mesmos é atribuída a responsabilidade por sua própria inclusão. Assim sendo, os museus muitas vezes se eximem de fazer frente às iniquidades.

Isto posto, fica mais fácil compreender, ainda que parcialmente, os motivos que fazem com que alguns aspectos da acessibilidade recebam menos de atenção do que outros. Entre os elementos invisibilizados se encontra o econômico/financeiro.

Se a exclusão sociocultural, como evidenciado por diferentes estudos, se dá de maneira sobreposta e combinada, o combate a mesma deve se dar a partir da articulação e integração de diferentes tipos de acessibilidade, sem exceção. Assim, se não basta promover a derrubada de barreiras financeiras para garantir o acesso aos museus, em muitos casos, a derrubada de barreiras simbólicas, se não se fizer acompanhada da derrubada de barreiras financeiras, além de não garantir o acesso ao museu, funcionará com uma dupla exclusão.

Chagas e Storino (2009, p. 14) afirmam que

Democratizar o acesso aos museus é fundamental, mas é pouco. É preciso compreender o museu como um meio, uma ferramenta, uma máquina, um processo ou um sistema social que deve ser democratizado. Além disso, é importante, do nosso ponto de vista, estimular e contribuir para a relação direta das comunidades populares com os museus, compreendendo que no âmbito dessa relação, há espaço para instalar-se o inesperado, o novo, o ovo do dragão.

Com base nesse entendimento e apoiados em Aidar (2019), perguntamos: mas e os museus tradicionais? Estes devem seguir servindo apenas às classes dominantes?

Um caminho possível para tornar os museus mais acessíveis certamente é desenvolver programas educativos voltados para os públicos não habituais, como pessoas em situação de vulnerabilidade social. Ainda que o objetivo principal desses projetos não seja tornar esses segmentos visitantes habituais de museus, a participação nesse tipo ação pode vir a despertar no público esse desejo. É preciso ressaltar, no entanto, que a Educação Museal vai além do desenvolvimento de públicos. Existe estreita relação entre os processos inclusivos e a Educação Museal, ao passo que ambos visam “a promoção de efeitos de ordem qualitativa no cotidiano de seus participantes” (AIDAR, 2019, p.159).

Donnat (2011) afirma que, para promover o desejo de cultural, juntamente com a educação, as instituições devem contar com políticas de desenvolvimento de públicos. Os programas educativos das instituições museais devem ser cada vez mais desenvolvidos e valorizados, mas não devem eximir a instituição, como um todo, de sua responsabilidade pela formação e diversificação de seus públicos. Somado a esses dois elementos-chave, o autor acrescenta um terceiro: a “cultura em domicílios”, que passa por pensar o uso das tecnologias digitais em rede por parte dos museus como forma de interação e participação com antigos e novos públicos.

Para a construção de uma política institucional voltada para os públicos são fundamentais estudos que os considerem. É necessário produzir conhecimento sobre as características acerca daqueles que visitam, dos que nunca visitaram e dos que deixaram de visitar.

Os públicos dos museus precisam ser encarados como política institucional construída de maneira transversal, devem ser finalmente encarados como questão central nessas instituições, que por sua vez devem se comprometer com a equidade e se colocar como ferramenta de luta em favor da inclusão e da transformação social.

## **5. VISITANTES ESPONTÂNEOS DO MUSEU NACIONAL NO SÉCULO XXI: ENTRE O LONGITUDINAL E O EXPERIMENTAL**

Existem alguns estudos, predominantemente qualitativos, que tiveram como foco o público de visitação espontânea do Museu Nacional. Considerando a natureza dessas pesquisas, seus dados foram gerados junto a pequenas amostras de público, não permitindo generalizações. No entanto, é preciso destacar que os achados promovidos pelos mesmos vêm contribuindo significativamente para a melhor compreensão acerca das experiências educacionais e de lazer dos visitantes na instituição, além de terem lançado novas questões de pesquisa, apontando caminhos para alguns estudos que os sucederam, entre os quais este se inclui.

Identificamos, também, estudos que geraram dados acerca dos usuários e frequentadores da Quinta da Boa Vista e que ajudam a melhor compreender a relação dos mesmos com o Museu Nacional. Estas pesquisas nos parecem pertinentes para a que ora realizamos, devido ao fato de em diferentes momentos da trajetória do Museu ter sido evidenciada a percepção de que a visitação ao mesmo, em grande medida, era realizada por aqueles que frequentavam o Parque.

Uma importante pesquisa com o público do MN foi realizada nos anos de 1990 e buscou compreender a relação do visitante com a exposição de longa duração da instituição. Maria Esther Valente (1995), em seu estudo exploratório, acompanhou 55, observou 41 e entrevistou 25 visitantes espontâneos e “turistas avulsos”. Entre os entrevistados, todos adultos, a pesquisadora verificou uma presença significativamente maior de pessoas moradoras de bairros da Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro, com o 1º grau (atual Ensino Fundamental) completo e com idade entre 20 e 50 anos.

Valente (1995) afirmou que em uma primeira aproximação, a origem social dos visitantes parecia diferir

daquela do público a que se convencionou chamar o mais fiel dos museus, formado geralmente por pessoas de nível social e capital cultural mais elevados. [...] Os visitantes do Museu Nacional, em grande parte, pertencem a camadas de

média e baixa renda da população brasileira. No caso particular do Museu Nacional, a tendência à frequência popular tem, entretanto, que levar em consideração a variável onde está situado e o tipo de público que frequenta os jardins da Quinta da Boa Vista, que é aquele que vai ao Museu. (VALENTE, 1995, p. 130).

No entanto, apesar de observar uma presença significativa de visitantes pertencentes às classes populares, a pesquisadora registrou em seu trabalho um impasse por ela observado na portaria do Museu e que revela dificuldades de acesso dessa parcela da população ao Museu.

Era uma família numerosa e, à semelhança de considerável parte dos frequentadores do museu, pertencente à camada popular da população. Chegaram entusiasmados ao guichê, tomaram conhecimento de quanto custava penetrar aquele recinto. Esmoreceram com o valor do ingresso; o dinheiro não dava para todos. Entre olhares questionadores, tiveram que escolher aqueles que teriam o privilégio de conhecer o museu. Quando isso acontece, às vezes o porteiro, sensível ao interesse do visitante, franqueia a entrada (VALENTE, 1995, p.131).

O efeito que a cobrança de ingresso exercia sobre algumas pessoas aparece em outra parte do trabalho e novamente o porteiro do Museu surge como o responsável por favorecer o acesso do visitante. Isso pode ser verificado em um trecho da entrevista feita com um homem de 40 anos, com o Ensino Fundamental.

Olha, posso ser honesto com você? Eu achava...Deve ser uma coisa muito pedante cobrar pedágio lá dentro. Deve ser uma coisa, só rico é que vai, pobre não vai não. Quando cheguei o cara disse: - Pode entrar, meu amigo, pode entrar. (VALENTE, 1995, p.178).

Quase duas décadas depois, Frenkel (2012) também entrevistaria visitantes do Museu Nacional. Ao todo a pesquisadora ouviu 28 grupos familiares ao final de suas visitas ao MN, totalizando 102 pessoas entrevistadas, sendo 54 adultos e 48 crianças. O estudo tinha como objetivo traçar o perfil demográfico, social, cultural e econômico das famílias que visitam o Museu Nacional/UFRJ nos finais de semana e apurar os antecedentes da visita, o processo decisório, a visitação, a interação familiar e a perspectiva futura de visita ao Museu Nacional. A pesquisadora identificou que 13 das famílias entrevistadas residiam no município do Rio, predominantemente em bairros do subúrbio carioca, enquanto outras 12 residiam em outros municípios da Região Metropolitana do Rio, principalmente cidades da Baixada Fluminense, e a minoria - três

famílias - eram de outros Estados da Federação. A maior parte dos adultos tinha idade entre 30 e 39 anos, e escolaridade até o Ensino Médio Completo (61%), enquanto 38% deles possuíam entre Ensino Superior Incompleto e Pós-Graduação. Entre os aspectos que dificultam a visita ao Museu Nacional, foram pelos pesquisados citados obstáculos como dinheiro, tempo, distância, calor, dentre outros.

Outro tipo de estudo foi realizado por Sepúlveda (2004), que lançou mão da observação participante do público do Museu Nacional e de outros dois grandes museus. Ela visou a elaborar algumas considerações acerca das práticas desenvolvidas pelos museus pesquisados, Museu da República, Museu do Ipiranga e Museu Nacional, com os seus visitantes. Em relação ao último, a autora afirma que, por meio de entrevistas com profissionais da instituição e com visitantes, teria sido possível constatar que o seu público era formado

sobretudo de alunos das escolas públicas próximas à Quinta da Boa Vista e de turistas ocasionais de outros estados do Brasil. Estudantes de escolas privadas ou mesmo de escolas públicas da zona sul são mais raros. Somente quando são produzidas exposições temporárias com qualidade técnica elevada é que um público de estudantes de melhor preparo acadêmico é atraído para o museu.

No final dos anos de 1990, Angela Maria Moreira Martins realizou estudos com abordagem quali-quantitativa acerca do processo de visitação do Museu Nacional. A amostra de sua pesquisa foi formada por entrevistas com 160 “visitantes do Museu/Quinta” realizadas em 1998 e que inclui crianças (estudantes), professores e guias no contexto de visitas programadas ao museu e simples turistas (MARTINS, 2001).

Considerando que um dos objetivos da citada pesquisa era o de avaliar a relação entre o Parque da Quinta da Boa Vista e o Museu, foram pesquisados aqueles indivíduos que estavam no primeiro, mas não entravam no segundo. O estudo revelou que as pessoas que visitam regularmente a Quinta da Boa Vista são predominantemente moradores da Zona Norte da cidade, pessoas de renda média ou baixa (1 a 5 S.M), com 2º grau completo (atual Ensino Médio), atuando profissionalmente como comerciários, domésticas, vendedores e estudantes. A pesquisa concluiu que os usos que os sujeitos fazem do Parque estão relacionados ao seu poder aquisitivo. Assim, haja vista o predomínio de pessoas de baixa e média renda entre os visitantes, a maior parte destes vai à Quinta para uso das áreas verdes (lazer ao ar livre), que é gratuito. O segundo uso mais frequente do Parque é a visita ao Museu ou ao Zoológico (busca de conhecimento),

atividades pagas, mas consideradas com preço razoável, sendo gratuitas apenas para visitas escolares agendadas (museu) e crianças pequenas (Zoo). Por último, os frequentadores se dirigem ao Parque para o uso do restaurante ali situado, contudo a maior parte não tem condições financeiras de arcar com esse serviço, aderindo assim aos trailers de alimentação disponíveis no Parque (MARTINS, FERREIRA, 2000).

Ainda que realizada fora do campo museal, considerada a sua pertinência para o estudo que aqui desenvolvemos, recorremos à pesquisa de Trindade (2013), que buscou investigar as relações e interações necessárias para revitalizar os parques públicos históricos, por meio de um estudo de caso sobre a Quinta da Boa Vista. A autora pesquisou os valores simbólicos, afetivos de identidade da memória da população carioca em relação ao Parque. Foram dois os sujeitos de sua pesquisa: os usuários da Quinta e a comunidade em geral. Nos deteremos aqui sobre os resultados obtidos junto aos usuários do Parque. O questionário voltado especificamente para aqueles que frequentam a Quinta da Boa Vista foi aplicado junto a 112 pessoas, em diferentes pontos do parque, em dias de semana e em finais de semana, ao longo dos meses de dezembro de 2012 e janeiro de 2013.

A amostra referente aos usuários pesquisados foi composta por uma maioria de homens (57%), com idade entre 30 e 64 anos (71%) e com os mais diferentes níveis de escolaridade (31% com Ensino Fundamental Incompleto, 31% com Ensino Médio Completo e 21% com Ensino Superior). Entre os pesquisados, 81% informaram que pretendiam ficar no Parque três ou mais horas, 39% informaram já terem ido a Quinta de duas a cinco vezes, 36% informaram terem ido mais de 10 vezes, sendo que do total, 51% informaram já tê-la frequentado tanto em fins de semana, quanto em dias de semana. Quando perguntados sobre a principal motivação para estarem na Quinta naquele momento, 37% falaram passear, enquanto 6% mencionaram o Zoológico e ninguém citou o MN. Os mesmos também foram perguntados sobre o motivo usual para se dirigirem ao Parque e, novamente, ninguém citou o Museu Nacional, enquanto 8% mencionaram o Zoológico, 36% citaram as áreas verdes/natureza e 43% elegeram as áreas de lazer. Quando perguntados sobre o que mais gostam no Parque, 42% mencionaram as áreas verdes/natureza, outros 40% citaram o Zoo e apenas 6% indicaram o Museu. Quando perguntados sobre qual a imagem mais forte da Quinta,

apenas 5% dos respondentes citaram o MN, enquanto 20% mencionaram o Zoo. Em se tratando da importância do Parque histórico, mais uma vez apenas 5% mencionam o Museu (TRINDADE, 2013).

Os estudos realizados junto aos visitantes do Museu Nacional vêm apontando invariavelmente para o predomínio de visitantes das camadas populares e médias da sociedade, habitantes da Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro e com escolaridade entre o Ensino Fundamental e Médio.

Já os estudos realizados com frequentadores do Parque, ainda que não tenham sido realizados com amostras representativas daquela população, sinalizam que é tímida a presença do Museu Nacional entre os gostos e motivações das pessoas que usam o Parque, inclusive quando o comparamos com o Jardim Zoológico, outro museu de temática científica presente na Quinta.

Valente (1995) e Martins (2001) mencionam a cobrança de ingresso como um elemento que desestimula ou até mesmo, em alguns casos, impede o acesso ao Museu Nacional por parte de alguns daqueles que estão no Parque da Quinta da Boa Vista. Na pesquisa de Frenkel (2012) a questão do ingresso não foi citada diretamente, mas os visitantes elencaram a barreira econômica como elemento que dificulta o acesso a museus.

A pesquisa que aqui apresentamos se diferencia das demais realizadas com os visitantes do Museu Nacional por sua abordagem predominantemente quantitativa. Esta buscou traçar o perfil socioeconômico e cultural do público de visita espontânea do Museu Nacional a partir de amostras representativas desse público visitante. A comparação entre os dados coletados em quatro momentos diferentes ao longo dos anos 2000 e 2010 nos permite verificar mudanças no perfil ou vislumbrar tendências.

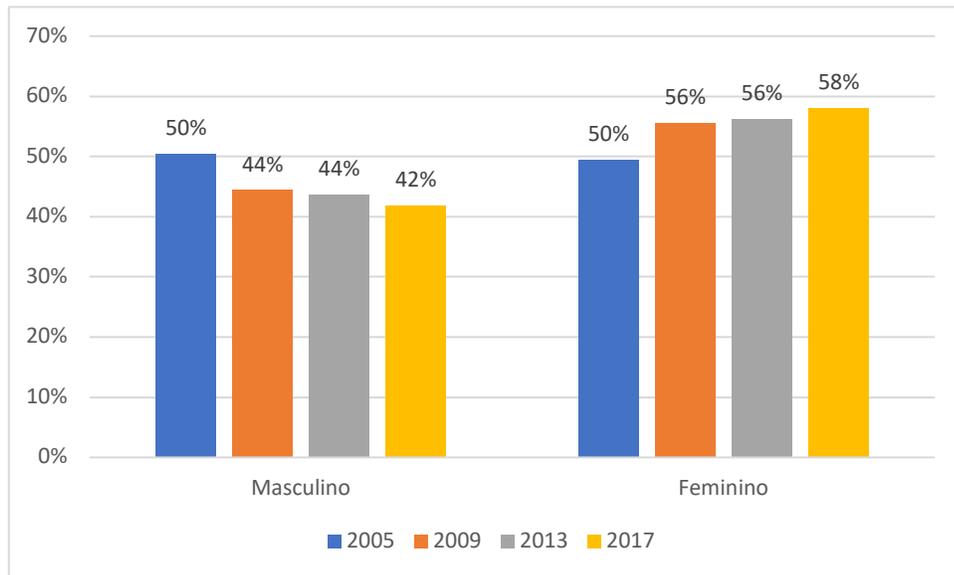
## 5.1 AFINAL, QUEM VISITA ESPONTANEAMENTE O MUSEU NACIONAL?

Apresentamos aqui, a partir de uma abordagem longitudinal, conforme descrito no Capítulo 1, o perfil socioeconômico e cultural do público de visita espontânea do Museu Nacional ao longo das duas primeiras décadas do século XXI, buscando verificar suas diferentes características, sinalizando mudanças, assim como também as permanências.

## - Sexo

Os dados referentes ao sexo dos visitantes revelam que inicialmente as mulheres correspondiam a metade do público de visitação espontânea do Museu Nacional, contudo essa presença foi se ampliando e se consolidando, sendo possível afirmar que a maior parte dos visitantes espontâneos da instituição é composta por mulheres.

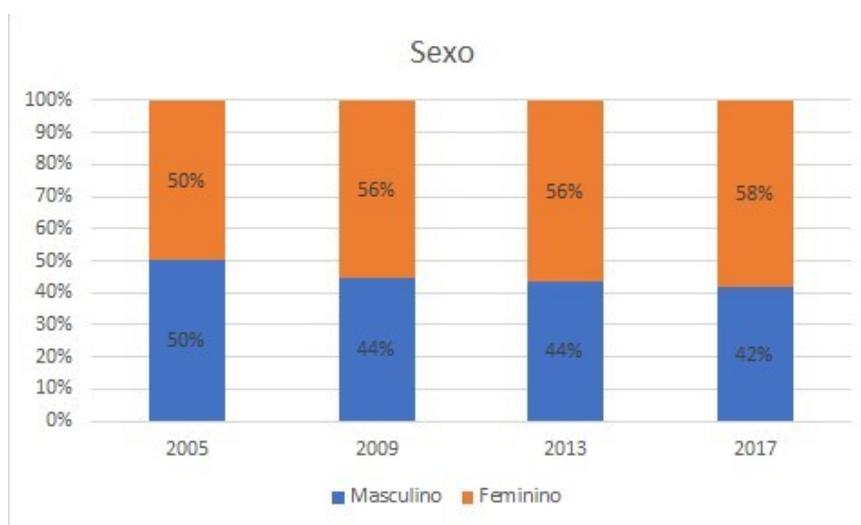
Gráfico 10 – Distribuição percentual da variável “Sexo” nas quatro etapas da pesquisa PerfilOpinião OMCC&T do Museu Nacional (N=1.935)



Fonte: Observatório de Museus de Ciência e Tecnologia – OMCC&T

A ampliação da presença feminina se deu de maneira sucessiva. A maior diferença foi verificada entre os anos de 2005 e 2009, quando as mulheres deixaram de representar a metade dos visitantes, passando a representar a sua maioria (56%), o que se mantém em 2013, voltando a crescer em 2017, quando alcança 58% da amostra, o maior percentual de mulheres desde que o estudo começou a ser realizado.

Gráfico 11 - Distribuição percentual da variável “Sexo” nas quatro etapas da pesquisa Perfil-Opinião OMCC&T do Museu Nacional, por ano (N=1.935)

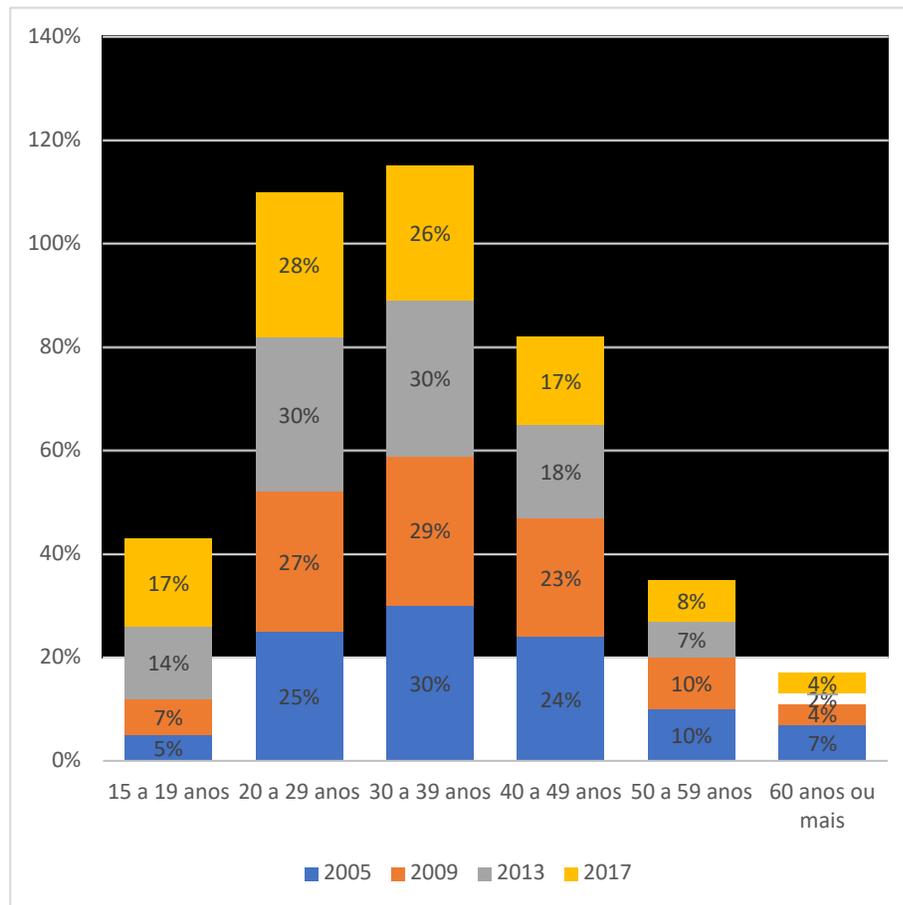


Fonte: Observatório de Museus de Ciência e Tecnologia – OMCC&T

#### - Idade

Em relação à idade dos visitantes espontâneos do MN, observamos que, no conjunto das quatro rodadas, a faixa etária que predominou entre eles é aquela formada por pessoas que têm entre 30 e 39 anos, acompanhada de muito perto por aquelas que possuem de 20 a 29 anos.

Gráfico 12 - Distribuição percentual da variável “Idade” nas quatro etapas da pesquisa a Perfil-Opinião OMCC&T do Museu Nacional, por faixa de idade (N=1.935)

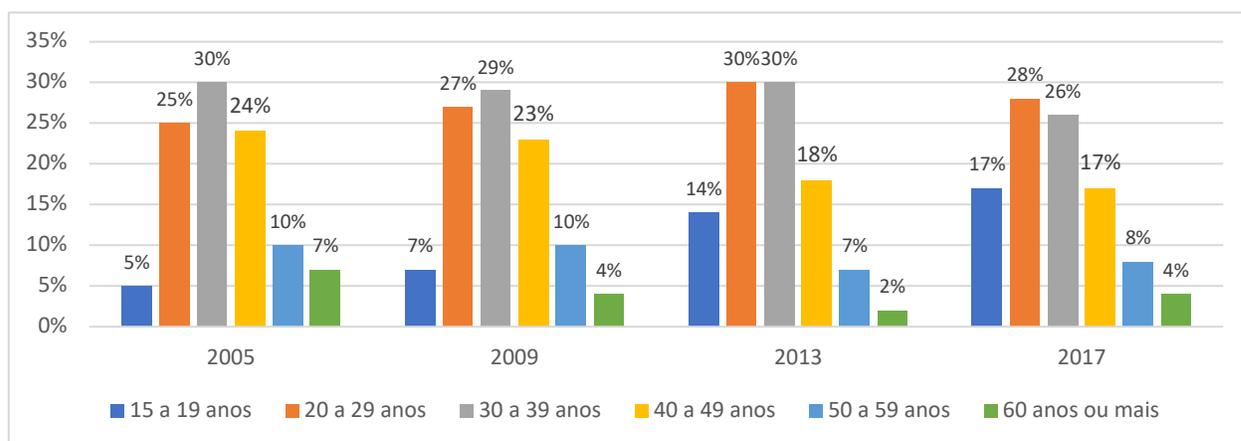


Fonte: Observatório de Museus de Ciência e Tecnologia – OMCC&T

Uma análise comparativa entre os anos revela que em 2017 a faixa de 30 a 39 anos deixou de ser a mais representativa do público visitante, tendo sido superada por aquela que compreende pessoas entre 20 e 29 anos. Com o passar dos anos, observa-se que a presença de jovens que possuem entre 15 e 19 anos aumenta significativamente,

passando de 5% em 2005, a 7% em 2009, 14% em 2013 e 17% em 2017. Enquanto isso, a frequência de pessoas que possuem entre 50 e 59 anos e mais de 60 anos alcançou sempre percentuais iguais ou inferiores aos verificados na primeira tomada de dados, tendendo à queda.

Gráfico 13 - Distribuição percentual da variável "Idade" nas quatro etapas da pesquisa a PerfilOpinião OMCC&T do Museu Nacional, por ano (N=1.935)



Fonte: Observatório de Museus de Ciência e Tecnologia – OMCC&T

Em 2005, as pessoas de até 29 anos representavam 30% do público de visitação espontânea do MN, percentual que aumentou para 34% em 2009, passando a 44% em 2013 e a 45% em 2017. Nesse sentido,   possível afirmar que o MN passou a atrair um público cada vez mais jovem ao longo do período estudado.

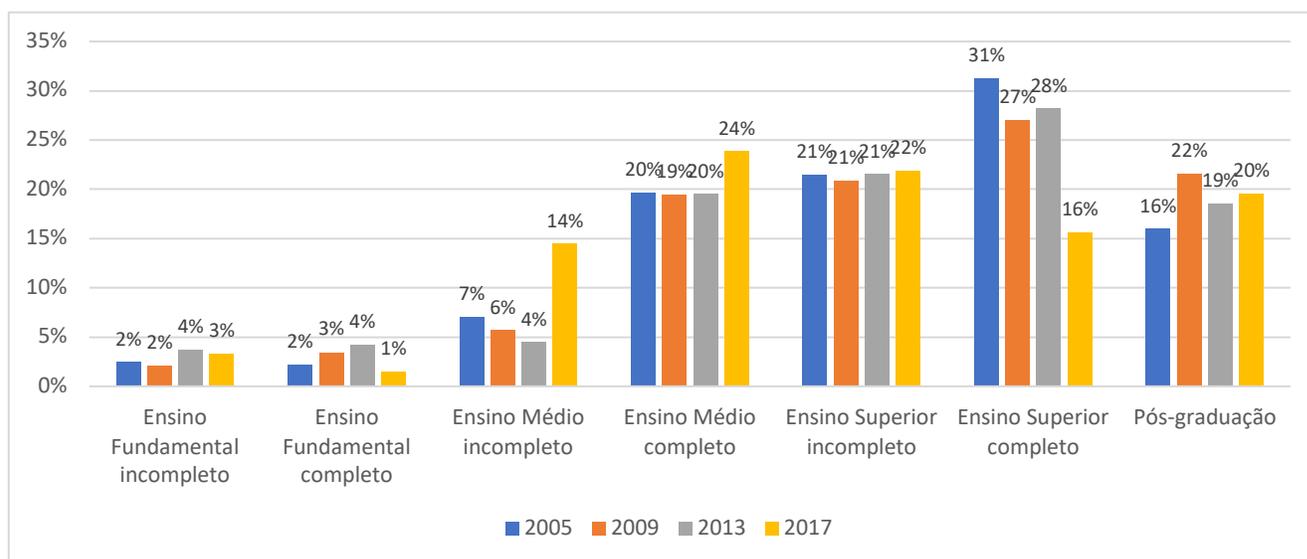
#### - Escolaridade

Considerando os dados gerados acerca dos diferentes níveis de escolaridade informados pelos visitantes do MN ao longo do tempo,   possível verificar algumas permanências, mas também algumas mudanças. Os percentuais referentes à presença de visitantes com níveis de escolaridade mais baixos (Ensino Fundamental Incompleto ou Completo) foram sempre reduzidos. Os percentuais referentes aos visitantes com Ensino Superior Incompleto se mantiveram entre 21% e 22%. Já a presença de visitantes

com Ensino Médio Completo variou entre 19% e 24% e dos que possuem pós-graduação variou entre 16% e 22%.

Contudo, os dados gerados no ano de 2017 representam uma mudança em relação à frequência de pessoas com Ensino Médio Incompleto e Ensino Superior Completo. Na quarta rodada realizada no MN, considerando os segmentos de escolaridade mencionados, se verificou uma inversão. Essa se expressa pela maior presença de pessoas com Ensino Médio Incompleto e a menor presença de indivíduos com Ensino Superior Completo no ano de 2017 em relação às tomadas anteriores. A presença de visitantes com Ensino Médio Completo variou entre 7% em 2005, 6% em 2009 e 4% em 2013. Já em 2017, o percentual verificado foi de 14%. Enquanto isso, a frequência de visitantes com Ensino Superior Completo, que correspondeu a 31% em 2005, passou a 27% em 2009, depois para e 28% em 2013, até se reduzir a 16% em 2017.

Gráfico 14 - Distribuição percentual da variável “escolaridade” nas quatro etapas da pesquisa a Perfil-Opinião OMCC&T do Museu Nacional, por nível de escolaridade (N=1.935)

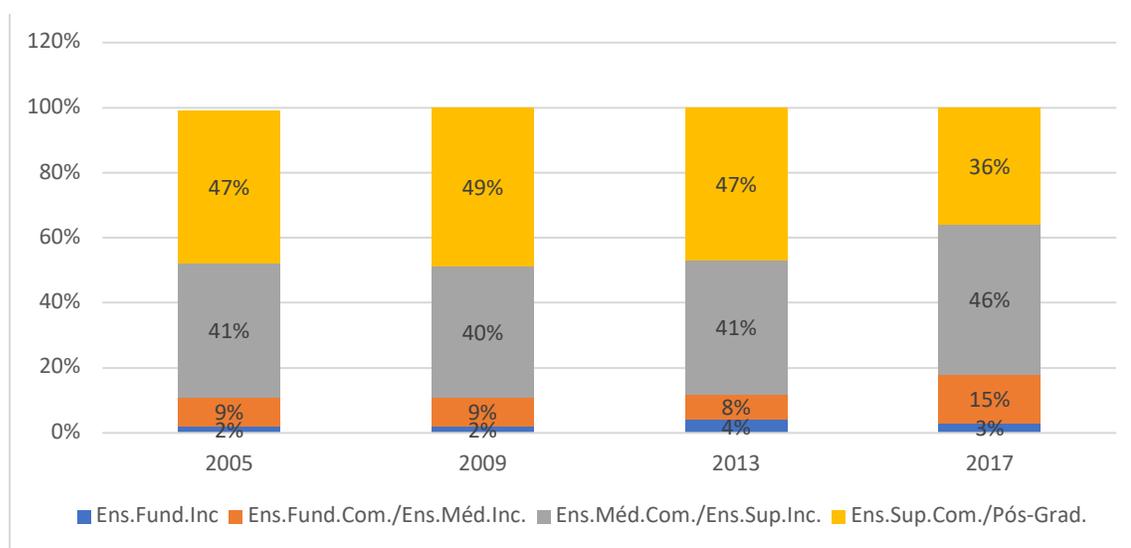


Fonte: Observatório de Museus de Ciência e Tecnologia – OMCC&T

Por meio do agrupamento das faixas de escolaridade, é possível verificar apenas em 2017 um pequeno aumento tanto na frequência de pessoas que tem como mais elevado nível de escolaridade o Ensino Fundamental, quanto daquelas que possuem

como maior título o Ensino Médio Completo. Ao contrário, o percentual referente aos mais escolarizados caiu em relação aos que possuem ao menos uma graduação.

Gráfico 15 - Distribuição percentual da variável “escolaridade” nas quatro etapas da pesquisa a Perfil-Opinião OMCC&T do Museu Nacional, por ano (N=1.935)

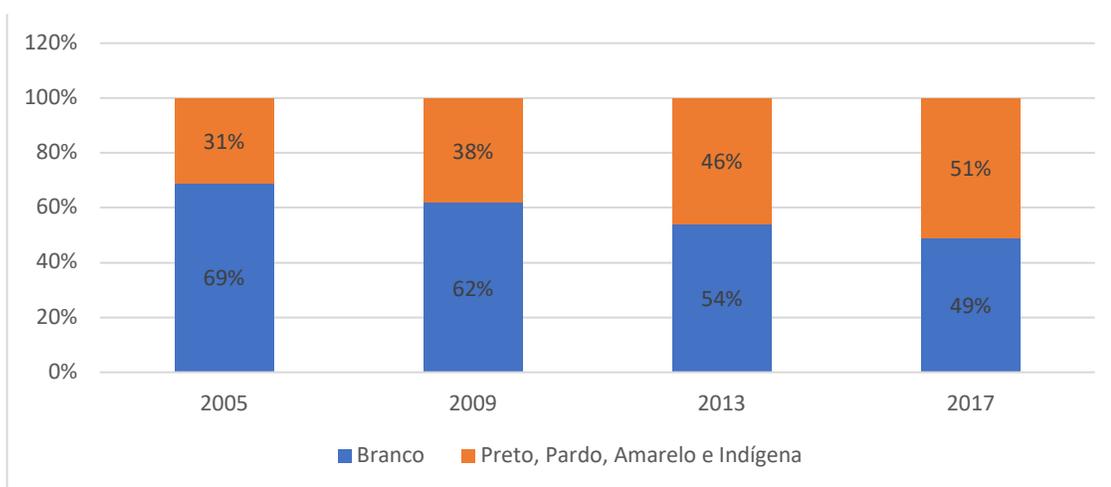


Fonte: Observatório de Museus de Ciência e Tecnologia – OMCC&T

### - Cor/raça

No que se refere ao perfil étnico-racial dos visitantes do MN participantes das diferentes rodadas do estudo, foi possível verificar que os visitantes autodeclarados brancos foram maioria nas três primeiras rodadas da *Pesquisa Perfil-Opinião*, o que já não ocorreu na última (2017). A análise dos dados coletados ano a ano nos revela o sucessivo decréscimo no percentual de brancos, que passaram de 69% dos respondentes em 2005, a 62% em 2009, a 54% em 2013 e a 49% em 2017.

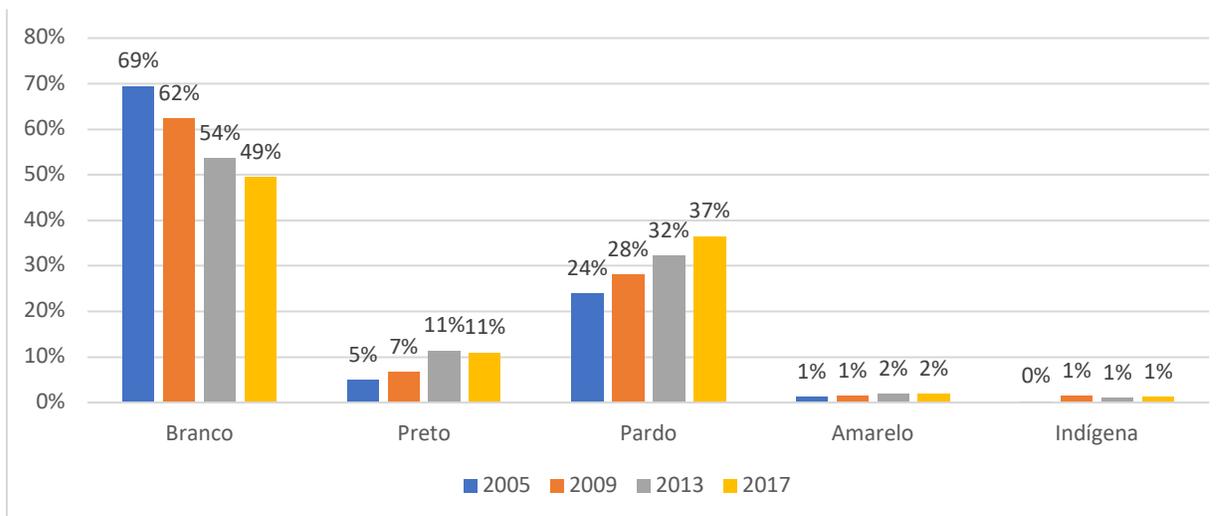
Gráfico 16 - Distribuição percentual da variável “cor/raça” nas quatro etapas da pesquisa a Perfil-Opinião OMCC&T do Museu Nacional, por ano (N=1.935)



Fonte: Observatório de Museus de Ciência e Tecnologia – OMCC&T

A análise dos dados, considerando as cinco categorias apresentadas aos pesquisados, revela um crescimento significativo de visitantes autodeclarados pardos com o passar dos anos. O percentual desses visitantes, que correspondia a 24% do público em 2005, passou a 28% em 2009, em 2013 foi de 32%, alcançando a marca de 37% dos visitantes em 2017.

Gráfico 17 - Distribuição percentual da variável “cor/raça” nas quatro etapas da pesquisa a Perfil-Opinião OMCC&T do Museu Nacional, por categoria (branco, preto, pardo, amarelo e indígena) (N=1.935)

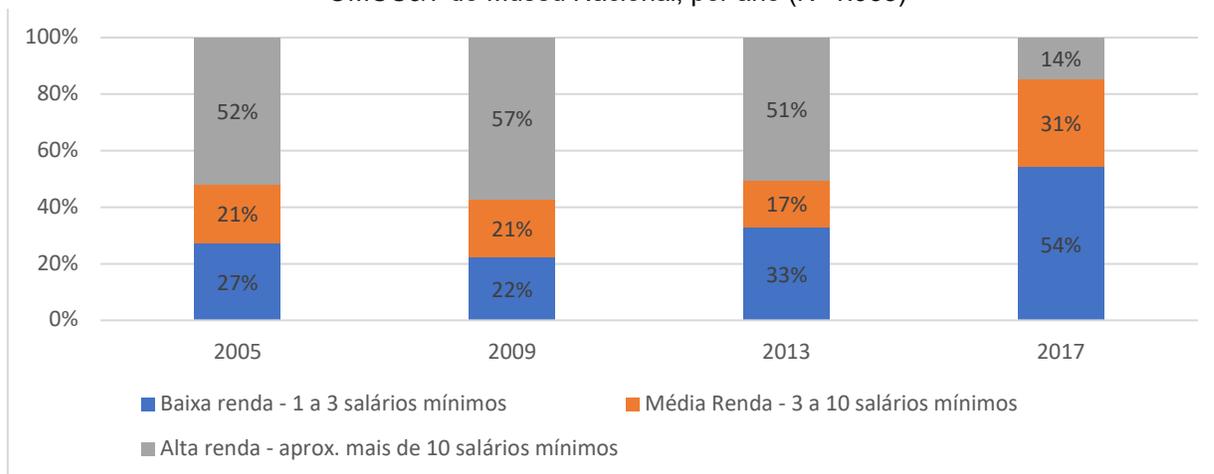


Fonte: Observatório de Museus de Ciência e Tecnologia – OMCC

### - Faixa de Renda

No presente estudo longitudinal, a maior diferença verificada no perfil socioeconômico dos visitantes diz respeito à sua renda. Nas três primeiras rodadas se verificou que a maior parte dos visitantes espontâneos do Museu Nacional possuía renda alta (aproximadamente mais de 10 salários-mínimos). Os percentuais referentes à presença de visitantes inseridos nessa faixa de renda foram de 52% em 2005, 57% em 2009, 52% em 2013. No entanto, verificamos em 2017 uma inversão brutal nesse quadro, ao passo que um percentual significativamente inferior, 14% dos respondentes, informou se enquadrar nessa faixa de renda domiciliar mensal.

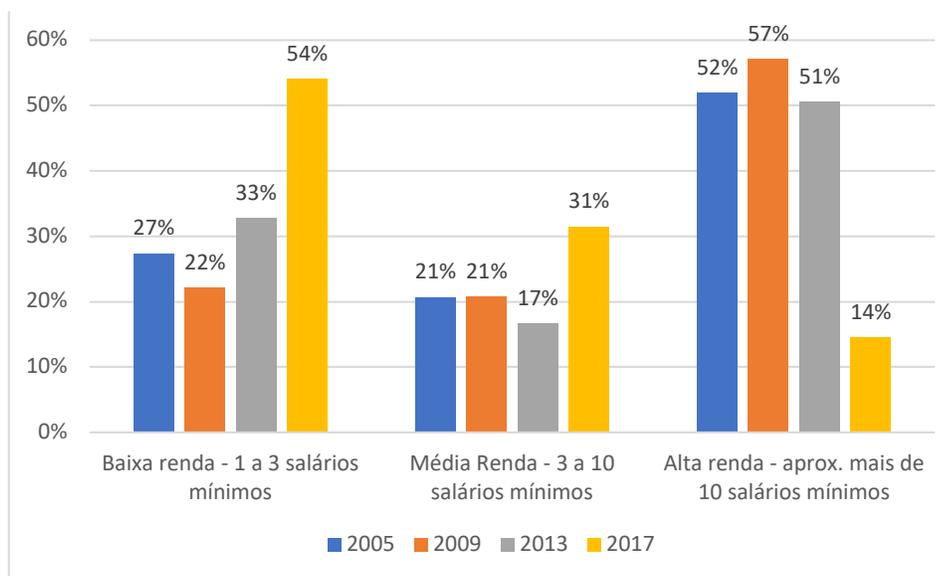
Gráfico 18 - Distribuição percentual da variável “renda” nas quatro etapas da pesquisa a Perfil-Opinião OMCC&T do Museu Nacional, por ano (N=1.935)



Fonte: Observatório de Museus de Ciência e Tecnologia – OMCC&T

O estudo nos apresenta, entre os anos de 2005 e 2013, um quadro bastante homogêneo no que se refere à renda informada pelos visitantes. Nesse período, os visitantes se mostraram em sua maioria formados por pessoas com renda domiciliar mensal alta (52% em 2005, 27% em 2009, 51% em 2013), sendo seguidos por visitantes com renda baixa (27% em 2005, 22% em 2009 e 33% em 2013) e, por fim, por aqueles com renda média (21% em 2005 e 2009 e 17% em 2013). Já na rodada de 2017, os visitantes se mostraram em sua maioria formados por pessoas com baixa renda (54%), seguida por visitantes com média renda (31%) e aquela que era mais frequente entre os visitantes, a alta renda, passa a última posição, com 14%

Gráfico 19 Distribuição percentual da variável “renda” nas quatro etapas da pesquisa a Perfil-Opinião OMCC&T do Museu Nacional, por faixa de renda (N=1.935)

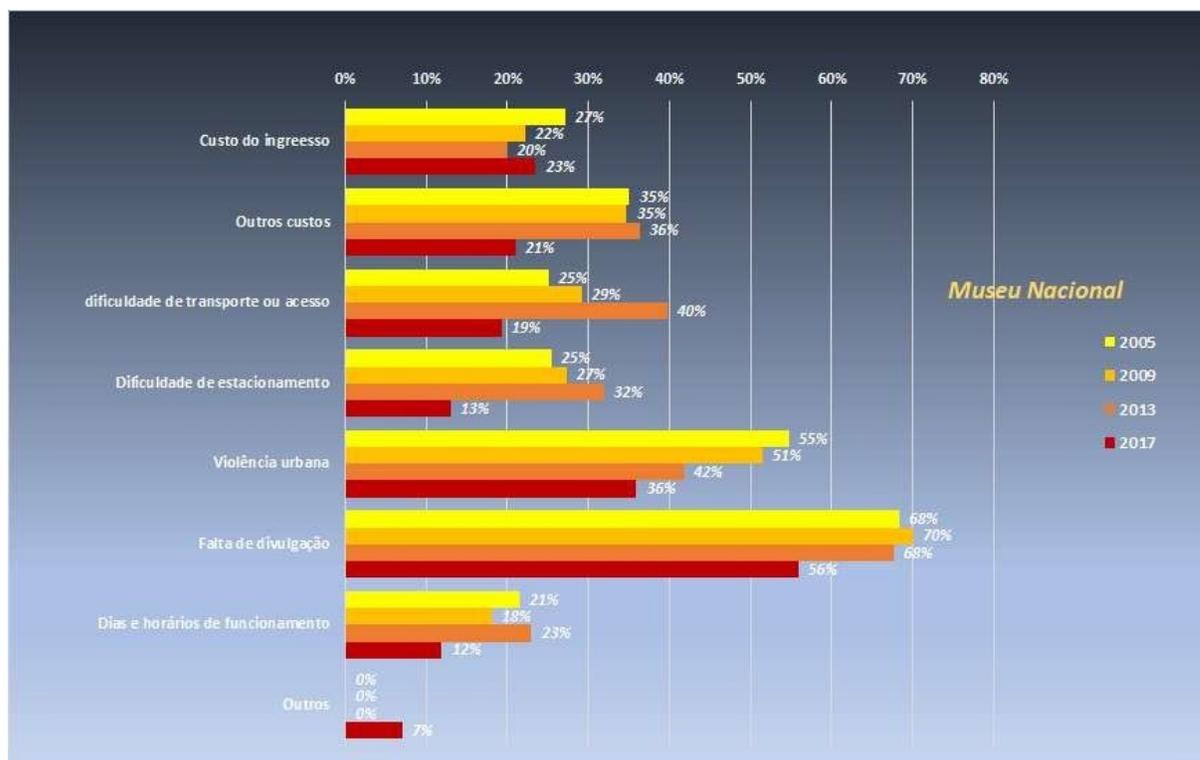


Fonte: Observatório de Museus de Ciência e Tecnologia – OMCC&T

#### - Fatores que dificultam a visita a museus

Acerca dos fatores que dificultam o acesso dos visitantes a museus, de modo geral, observou-se que entre os que visitaram o MN o mais citado, em todos os anos, foi “falta de divulgação”, seguido por “violência urbana”. A falta de divulgação em todos os museus, nas três primeiras rodadas da Pesquisa Perfil-Opinião, apareceu em primeiro lugar como o fator que dificulta do acesso a essas instituições. Já a violência urbana costuma variar de museu para museu, considerando o perfil de seus visitantes.

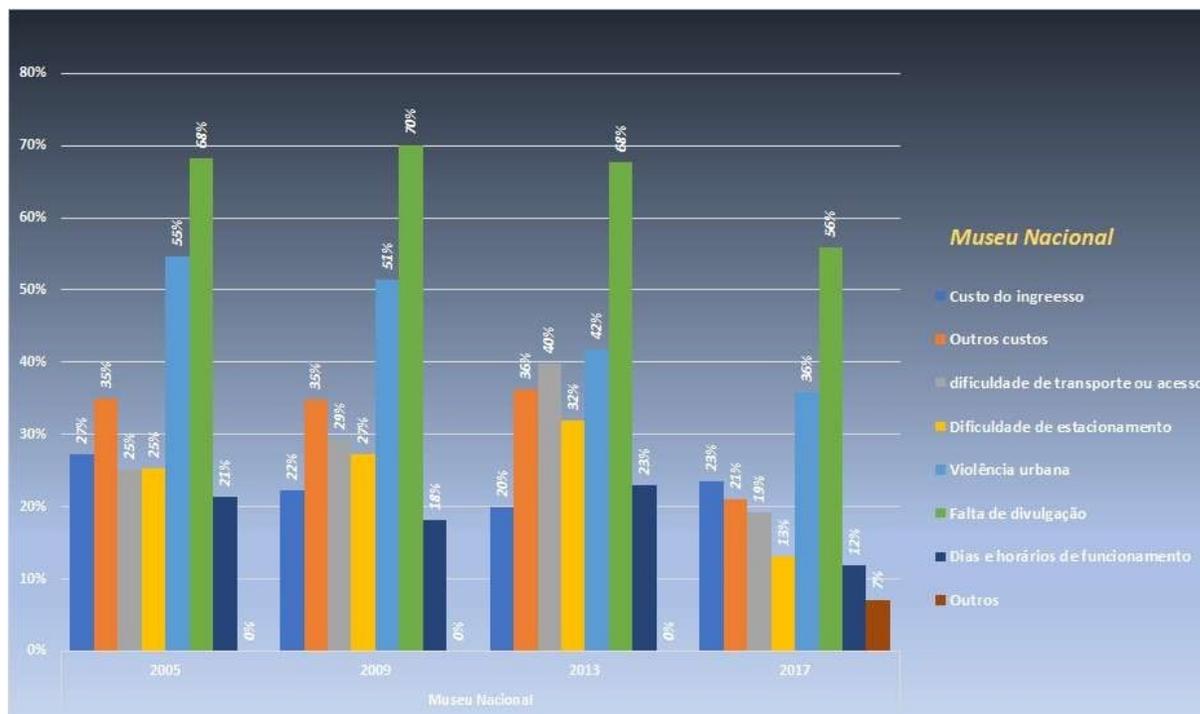
Gráfico 20 Distribuição percentual da variável “Fatores que dificultam a visita” nas quatro etapas da pesquisa a Perfil-Opinião OMCC&T do Museu Nacional, por tipo de dificuldade (N=1.935)



Fonte: Observatório de Museus de Ciência e Tecnologia – OMCC&T

No ano de 2017, os percentuais obtidos foram quase em sua totalidade inferiores quando comparados com os registrados nas tomadas de dados anteriores. A exceção foi o “custo do ingresso”, que em 2005 obteve seu maior índice de citação, tendo sido apontado como fator que dificulta a visita a museus por 27% dos respondentes, percentual que caiu para 22% em 2009 e para 20% em 2013, voltando a crescer em 2017, quando foi citado por 23% dos participantes do estudo.

Gráfico 21 Distribuição percentual da variável “Fatores que dificultam a visita” nas quatro etapas da pesquisa a Perfil-Opinião OMCC&T do Museu Nacional, por ano (N=1.935)

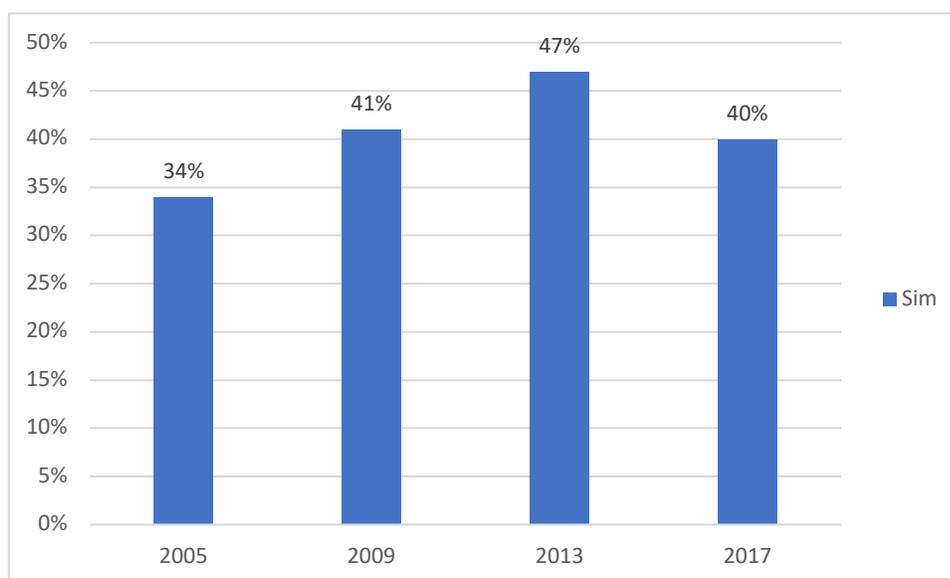


Fonte: Observatório de Museus de Ciência e Tecnologia – OMCC&T

### - É a primeira vez que visita o Museu Nacional?

Em todas as rodadas da Pesquisa Perfil-Opinião os dados coletados apontaram que a frequência de primovisitantes no Museu Nacional vem sendo sempre inferior à de pessoas que retornam ao Museu. Essa é uma particularidade da instituição, ao passo que em todas as rodadas da Pesquisa Perfil-Opinião a presença de visitantes de primeira vez nos demais museus foi sempre superior à de visitantes que a eles retornavam. O ano de 2013 foi aquele em que se registrou a maior presença de primovisitantes no Museu Nacional (47%), seguido por 2009 com 41% e 2017 com 40% de visitantes de primeira vez. Em 2005 se registrou o menor percentual de primovisitantes em todas as rodadas, 34%.

Gráfico 22 Distribuição percentual da variável “Primeira visita” nas quatro etapas da pesquisa a Perfil-Opinião OMCC&T do Museu Nacional, por ano (N=1.935)



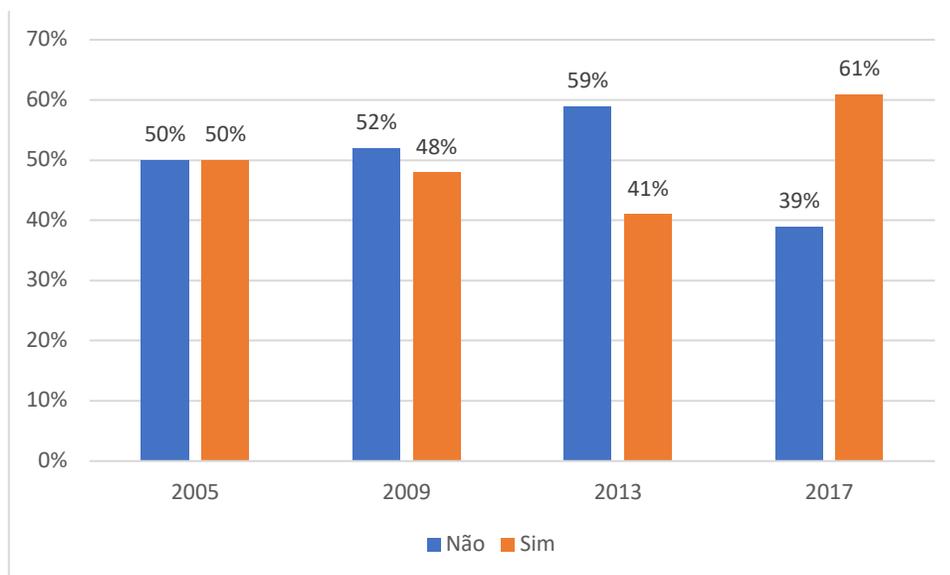
Fonte: Observatório de Museus de Ciência e Tecnologia – OMCC&T

*- Visitou museus nos últimos 12 meses?*

Em relação ao hábito de visita aos museus, o estudo longitudinal que realizamos no Museu Nacional aponta também aqui uma diferença importante entre os resultados verificados na última rodada e aqueles obtidos nas três anteriores. Nessas, o percentual de visitantes que haviam visitado algum museu nos 12 meses anteriores a pesquisa foi de 50% em 2005, 48% em 2009 e 41% em 2013. Já na quarta rodada se verifica uma inversão desse aspecto, ao passo que a maioria dos respondentes passa a ser composta por pessoas que visitaram museus no ano anterior a pesquisa (61%).

-

Gráfico 23 - Distribuição percentual da variável “Visitas a outros museus nos últimos 12 meses” nas quatro etapas da pesquisa a Perfil-Opinião OMCC&T do Museu Nacional, por ano (N=1.935)



Fonte: Observatório de Museus de Ciência e Tecnologia – OMCC&T

## 5.2 A POLÍTICA DE GRATUIDADE DO MN E O PERFIL DE SEUS USUÁRIOS

Visando estimular a visitação de segmentos mais pobres, o Museu Nacional – MN implementou entre janeiro de 2017 e abril de 2018 uma política de gratuidade que promoveu a visitação gratuita às suas exposições a partir de 1 hora antes do fechamento da instituição. Assim, todos os dias, entre os meses de março e setembro, período em que o Museu fechava suas portas às 16h, o público podia acessar gratuitamente a instituição a partir das 15h. Já no período em que o Museu fechava às 17h, entre outubro e fevereiro, a bilheteria deixava de funcionar às 16h, sendo a partir desse horário franqueada a entrada gratuita do público até o fechamento das portas. Deste modo, o público tinha 1h para acessar o Museu Nacional livre de cobrança de ingresso e, uma vez dentro dele, podia permanecer por mais 1h a contar do horário de fechamento de suas portas. Assim sendo, a política de gratuidade garantia ao seu usuário no mínimo 1h e no máximo 2h de visita.

Figura 38- Arte gráfica do banner instalado na fachada do Museu Nacional durante a vigência da política de gratuidade



Fonte: A autora

Para dar mais publicidade à referida política, especialmente junto aos visitantes do Parque da Quinta da Boa Vista, foi elaborado um banner de grandes dimensões (8.46m x 2.20m). Ele foi instalado em março de 2017, na fachada do Museu Nacional, e ali permaneceu durante a vigência da política. A equipe da Seção de Assistência ao Ensino foi a responsável pela concepção do banner. Ao contrário da lógica centrada nos objetos adotada comumente na folheteria do Museu Nacional (e de muitos outros museus), o material informativo desenvolvido optou por dar ênfase à relação dos visitantes com o acervo e com as exposições da instituição. Por meio do uso de imagens de visitantes, buscava-se estimular e encorajar o público frequentador do Parque a entrar no Museu.

No período de janeiro de 2017 a abril de 2018, 228.223 pessoas visitaram o Museu Nacional, uma média de 14.263 pessoas ao mês. Dentre estes encontram-se os visitantes pagantes, os não pagantes e os usuários da política institucional de gratuidade vigente no período.

Tabela 4 – N° de visitantes mensal do Museu Nacional, considerando pagantes, não pagantes e usuários da política de gratuidade

Mês/ano	pagantes	não pagantes	Usuários da política de gratuidade	total de visitantes/mês
jan/17	11.313	1.606	3.478	16.397
fev/17	4.530	725	1.190	6.445
mar/17	4.822	632	1.615	7.069
abr/17	8.145	1.533	3.052	12.730
mai/17	7.752	3.794	3.099	14.645
jun/17	8.909	10.859	3.134	22.902
jul/17	17.881	3.227	10.202	31.310
ago/17	7.428	2.346	3.560	13.334
set/17	10.215	2.389	6.267	18.871
out/17	8.949	2.832	3.846	15.627
nov/17	6.762	3.537	1.880	12.179
dez/17	6.310	1.369	1894	9.573
jan/18	11.139	2.282	3.484	16.905
fev/18	3.930	712	2.621	7.263
mar/18	5.164	1.084	3.242	9.490
abr/18	7.430	1.973	4.080	13.483
<b>Total</b>	<b>130.979</b>	<b>40.900</b>	<b>56.644</b>	<b>228.223</b>

Fonte: Diretoria Administrativa e Núcleo de Atendimento ao Público (NAP) – Museu Nacional

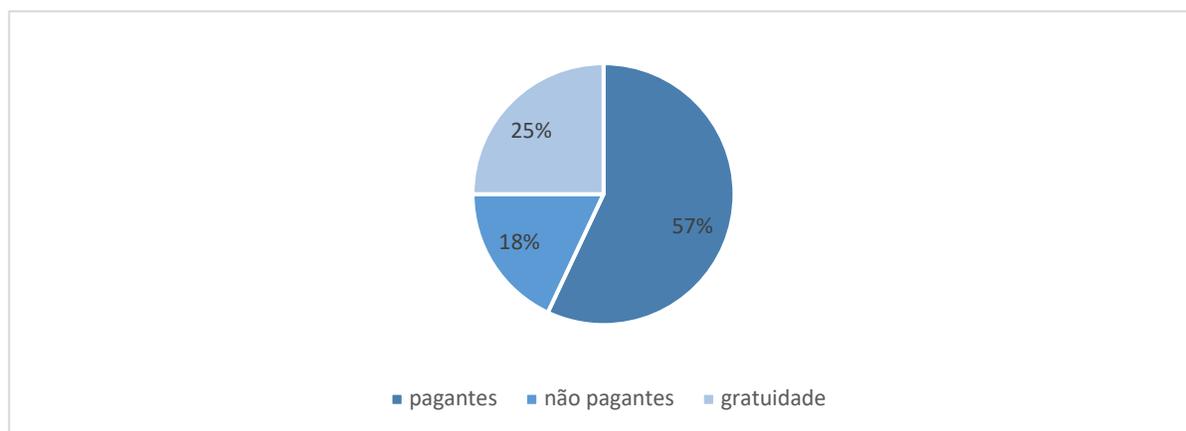
Os pagantes contabilizaram 130.979 visitantes, 57% do total. Podemos, assim, afirmar que mais da metade dos visitantes do período acessaram a instituição por meio de entrada paga (inteira ou meia-entrada).<sup>87</sup> Os não pagantes, 40.900 pessoas, 18% do total, correspondem aqueles que acessaram gratuitamente o Museu por integrarem os grupos sociais dispensados de cobrança de ingresso<sup>88</sup> ou por terem realizado suas visitas no âmbito de eventos específicos que garantiam o acesso livre de cobrança às

<sup>87</sup> Entre março de 2014 e junho de 2018 o valor da entrada inteira foi de R\$6,00. Nesse período tinham direito à meia entrada (R\$3,00): Menores de 21 anos (Lei Estadual nº 3.364/2000); Estudantes (acima de 21 anos), maiores de 60 anos (Lei Federal nº 10.741/2003 – Estatuto do Idoso)

<sup>88</sup> Tinha acesso gratuito garantido às exposições do Museu Nacional: crianças de até 5 (cinco) anos, pessoas com deficiência, escolas públicas com alunos uniformizados e acompanhados por professores, e

exposições.<sup>89</sup> Por fim, podemos denominar 56.644 pessoas, 25% do total no período, como visitantes usuários da política de gratuidade, pois acessaram gratuitamente as exposições no âmbito da implementação da referida política.

Gráfico 24 - Distribuição percentual (%) dos visitantes do Museu Nacional no período de janeiro de 2017 a abril de 2018, de acordo com a categoria pagante, não pagante e usuário da política de gratuidade (N=228.223)



Fonte: Diretoria Administrativa e Núcleo de Atendimento ao Público (NAP) – Museu Nacional

Como visto,  $\frac{1}{4}$  do público visitante acessou o Museu Nacional na janela de 1h disponibilizada pela política de gratuidade. Esse dado, somado à análise da distribuição do público - pagante, não pagante e usuário da política - ao longo dos meses, parece apontar para uma maior incidência por hora de visitantes no horário gratuito. Em alguns meses os usuários da política representaram mais de 25% do total de visitantes do mês (36% em fevereiro e 34% em março de 2018), enquanto em outros meses correspondeu a menos de 17% do público (14% em junho e 15% em novembro de 2017).

com agendamento prévio, alunos de escolas públicas ou particulares não acompanhados de professores com ofício da escola, justificando 'visita de estudo'; servidores e discentes da UFRJ e, por fim, guias turísticos devidamente identificados e com grupos.

<sup>89</sup> Entre janeiro de 2017 e abril de 2018 foram identificadas nove datas em que o Museu Nacional franqueou o acesso às suas exposições ao longo de todo o dia. Em 2017 as datas foram as seguintes: 20 e 21 de maio (Turismo Cultural no Bairro Imperial); 6, 9, 10 e 11 de junho (Aniversário do Museu) e 12 de novembro (FESTIFIC). No ano de 2018 identificou-se duas datas, 1 e 31 de março, contudo não havia especificação dos eventos realizados. O público que visitou o MN nessas ocasiões foi de 14.484 pessoas, ou seja 35.5% do total de visitantes "não pagantes" contabilizados no período em questão.

Ao longo da aplicação da política de gratuidade, em especial aos fins de semana, período de férias escolares e feriados, era corriqueira a formação de filas compostas por pessoas que aguardavam para visitar gratuitamente a instituição.

---

Figura 39 - Fila formada pelo público que aguarda a liberação da cobrança de ingresso para visitar o Museu Nacional.



Fonte: A autora (10/12/2017)

Conforme descrito no Capítulo 1 deste trabalho, realizou-se um estudo experimental com base no levantamento do perfil do público de visitação espontânea que fez uso da política de gratuidade (horário gratuito) e daquele que visitou o MN. A proposta foi a de comparar o perfil do público de visitação espontânea que acessou o Museu no horário pago e o perfil daqueles indivíduos que fizeram uso de uma política institucional de gratuidade. Buscamos, assim, verificar se existem evidências de que uma política de

gratuidade no Museu Nacional pode contribuir para a diversificação do seu público de visitação espontânea.

Figura 40 - Fila formada pelo público que aguarda a liberação da cobrança de ingresso para visitar o Museu Nacional no último domingo de aplicação da política de gratuidade



Fonte: A autora (29/04/2018)

Com o intuito de dar maior robustez à análise e à discussão, buscou-se comparar os resultados obtidos junto aos visitantes do MN com aqueles referentes ao perfil socioeconômico da população da cidade do Rio de Janeiro. Nesse sentido, buscamos verificar em que medida os usuários da política de gratuidade do MN se aproximam mais do perfil dos cariocas.

#### - *Local de residência*

Dos 322 respondentes que visitaram o MN no horário pago, 283 (88%) informaram residir no Estado do Rio de Janeiro. Dos 227 usuários da política de gratuidade, 209 (92%) informaram residir em algum município fluminense.

Considerando ambos os grupos de visitantes pesquisados, apesar da presença expressiva de moradores do Estado do Rio, foi registrada a presença de visitantes oriundos de outros 14 estados da federação e de todas as cinco regiões do país.

A presença de visitantes estrangeiros foi praticamente nula. Apenas entre os pesquisados que visitaram o MN no horário pago é que se verificou a ocorrência de uma pessoa que mora fora do Brasil.

Considerando os dois grupos estudados foi identificada a presença de visitantes de 24 municípios do Estado do Rio de Janeiro, incluindo a capital e 11 das 13 cidades que compõe a Baixada Fluminense.<sup>90</sup>

Entre aqueles que informaram residir no Estado do Rio, predominam, em ambos os grupos estudados, os moradores da capital fluminense. Entre os visitantes do horário pago o percentual de moradores da cidade do Rio corresponde a 64% e entre os usuários da política de gratuidade esse percentual é ainda um pouco maior, 73%. Nos dois grupos estudados, 17% dos visitantes fluminenses residem em algum município da Baixada.

Tabela 5 – Município de residência dos respondentes do Estado do Rio de Janeiro, considerando visitantes de horário pago e visitantes do horário gratuito

Municípios do Estado do Rio de Janeiro	Visit. Horário Pago	Visit. Horário Gratuito
Rio de Janeiro (capital)	181	152
Barra Mansa	2	2
Belford Roxo	4	11
Cabo Frio	2	--
Duque de Caxias	15	13
Itaboraí	3	3

<sup>90</sup> A Baixada Fluminense integra a Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro e abrange 13 municípios: Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaguaí, Japeri, Magé, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, São João de Meriti e Seropédica. Em 2015 possuía 3,7 milhões de habitantes, equivalendo a 23% da população do Estado, e contava com indicadores de pobreza e renda piores do que os do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: [https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/RJ/Anexos/SebraePainel\\_BaixadaFluminense.pdf](https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/RJ/Anexos/SebraePainel_BaixadaFluminense.pdf) Acesso em: 8 fev. 2021.

Itaguaí	--	1
Japeri	2	1
Macaé	3	1
Magé	1	--
Maricá	4	1
Mesquita	1	1
Nilópolis	8	3
Niterói	15	7
Nova Iguaçu	6	,
Paracambi	3	--
Petrópolis	4	--
Queimados	1	--
São Gonçalo	4	1
São João de Meriti	7	3
Saquarema	--	2
Teresópolis	--	4
Valença	1	
Volta Redonda	4	1
<b>Total</b>	<b>322</b>	<b>227</b>

Fonte: Observatório de Museus de Ciência e Tecnologia – OMCC&T

Dos 181 que visitaram o MN no horário pago e que residem na cidade do Rio de Janeiro, 127 especificaram o bairro de sua moradia. Já entre os 209 moradores da cidade do Rio que visitaram gratuitamente o MN, 113 informaram o bairro de sua residência. Em ambos os casos foi verificada uma presença expressiva de pessoas que residem na Área

de Planejamento (APs)<sup>91</sup> 3, composta fundamentalmente por bairros do subúrbio carioca. Moram na referida área 42% dos visitantes do horário pago e 44% dos visitantes do horário gratuito. A segunda área de planejamento com maior incidência de visitantes do MN nos dois horários – 21% do horário pago e 25% do gratuito - é a AP 5, composta por bairros também do subúrbio, mas situados na Zona Oeste. Em seguida identificamos a

visita de moradores da AP 2, formada por bairros da Zona Norte vizinhos ao Museu e por bairros da Zona Sul da cidade. As Áreas de Planejamento 1 e 4 foram aquelas com menor presença entre os visitantes espontâneos do MN. Entre os visitantes do horário pago, 9% informaram residir na AP1 e entre os usuários da gratuidade, 7%. A principal diferença entre os visitantes dos dois grupos está na frequência de moradores da AP 4, que registrou 10% entre os visitantes do horário pago e 3% entre os usuários da gratuidade.

Tabela 6 – Distribuição percentual de visitantes moradores da cidade do Rio, considerando o horário pago e do horário gratuito, de acordo com a Área de Planejamento em que residem

Área de Planejamento (AP)	Regiões de Planejamento (RP)	Bairros citados pelos respondentes	Visit. Horário Pago	Visit. Horário Gratuito
1	Centro	Benfica, Catumbi, Centro, Lapa, Rio Comprido e São Cristóvão	9%	7%
2	Zona Sul Tijuca	Andaraí, Botafogo, Catete, Copacabana, Flamengo, Gávea, Glória, Grajaú, Ipanema, Laranjeiras, Leblon, Maracanã, Rocinha, Tijuca, Urca e Vila Isabel	18%	21%

<sup>91</sup> Em 2019 o município do Rio de Janeiro contava com 162 bairros distribuídos e 5 (cinco) Áreas de Planejamento (APs). (DATA.RIO, 2019) A distribuição dos bairros em APs pode ser encontrada em: [http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/5148142/4145881/ListadeBairroseAPs\\_Mapas.pdf](http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/5148142/4145881/ListadeBairroseAPs_Mapas.pdf) Acesso em: 6 fev. 2021.

3	Ramos Méier Madureira Inhaúma Penha Pavuna Ilha do Governador	Acari, Bancários, Bento Ribeiro, Bonsucesso, Brás de Pina, Cachambi, Cascadura, Coelho Neto, Colégio, Cordovil, Engenho de Dentro Ilha do Governador, Irajá, Inhaúma, Jardim América, Jardim Guanabara, Madureira, Maria da Graça, Méier, Pavuna, Penha, Penha Circular, Piedade, Pilares, Quintino, Ramos, Riachuelo, Ricardo de Albuquerque, Rocha Miranda, Sampaio, Thomás Coelho, Todos os Santos, Vaz Lobo e Vila da Penha	42%	44%
4	Jacarepaguá Barra da Tijuca	Cidade de Deus, Freguesia, Itanhangá, Jacarepaguá, Pechincha (Jacarepaguá), Recreio dos Bandeirantes e Vila Valqueire	10%	3%
5	Bangu Campo Grande Santa Cruz Guaratiba	Bangu, Campo Grande, Cosmos, Deodoro, Guaratiba, Paciência, Padre Miguel, Realengo, Santa Cruz, Santíssimo e Sepetiba	21%	25%
<b>Total</b>			<b>100%</b>	<b>100%</b>

Fonte: Pesquisa Perfil-Opinião 2017, OMCC&T – Museu Nacional

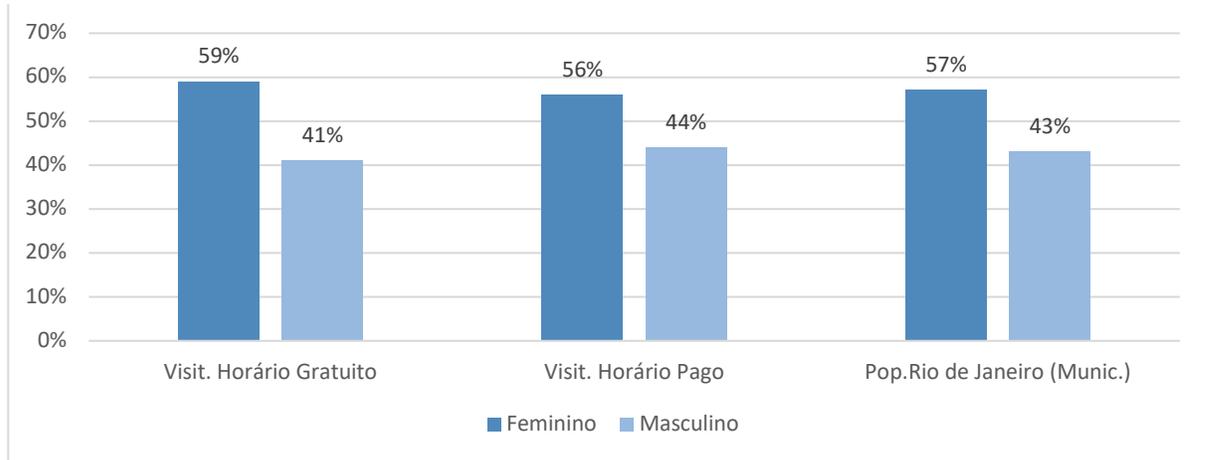
Por meio da análise dos dados levantados, fica evidente a maior presença de pessoas que residem no subúrbio carioca nos dois grupos pesquisados.

#### - Sexo

No que se refere à variável sexo dos respondentes, verificou-se tanto entre os visitantes do horário pago quanto entre os do horário gratuito o predomínio de mulheres,

56% e 59%, respectivamente. Esses percentuais são bem próximos daquele verificado junto à população da cidade do Rio de Janeiro (57%).

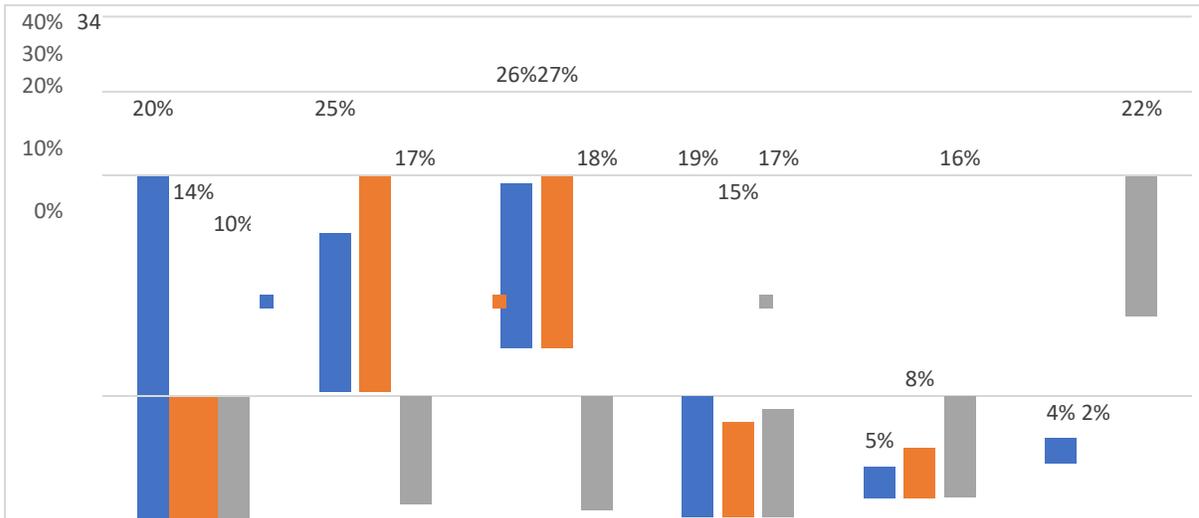
Gráfico 25 – Distribuição percentual da variável “Sexo” na quarta etapa da pesquisa Perfil-Opinião OMCC&T do Museu Nacional, por horário de entrada, em comparação com a população da cidade do Rio de Janeiro



Fontes: Observatório de Museus de Ciência e Tecnologia – OMCC&T; PNAD/IBGE, 2017

**- Idade**

Gráfico 26 - Distribuição percentual da variável “Idade” na quarta etapa da pesquisa Perfil-Opinião OMCC&T do Museu Nacional, por horário de entrada, em comparação com a população da cidade do Rio de Janeiro.



Fonte: Observatório de Museus de Ciência e Tecnologia – OMCC&T

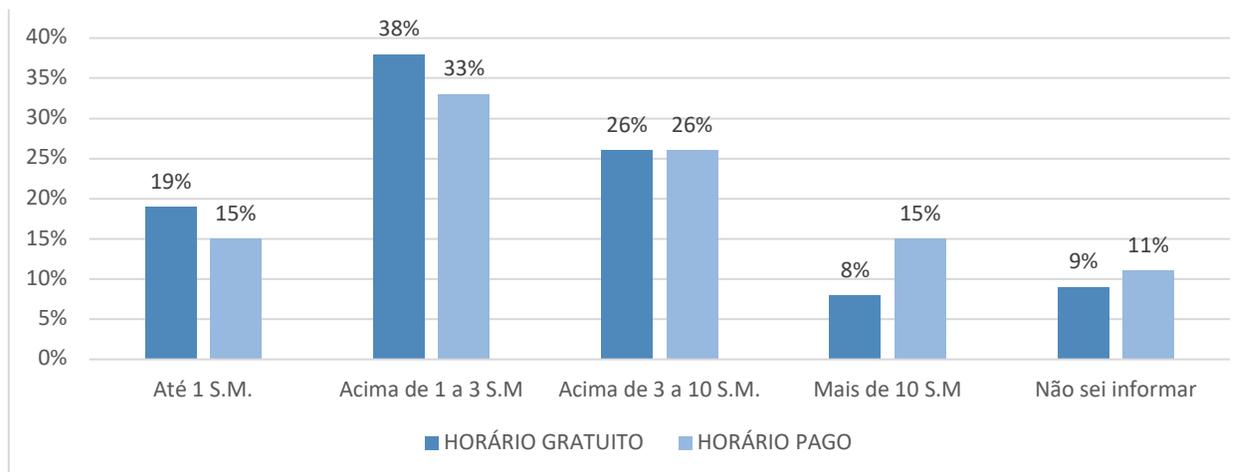
Em relação à idade, verificou-se uma distribuição mais equilibrada dos visitantes do horário pago entre as diferentes faixas. Pouco menos da metade (45%) destes possuem de 15 a 29 anos, sendo que 20% possuem de 15 a 19 e 25% de 20 a 29 anos. O percentual de visitantes jovens, de 15 a 29 anos, é apenas um pouco maior entre os visitantes do horário gratuito (48%), enquanto na população do Rio de Janeiro apenas 27% se encontra nessa faixa de idade. Os visitantes com 30 a 39 anos correspondem, em ambos os grupos, a pouco mais de  $\frac{1}{4}$  dos visitantes. Na medida em que se aumenta a idade, o percentual de visitantes diminui, ao contrário do que se verifica na população do Rio de Janeiro.

#### *- Renda Domiciliar Mensal*

Os dados coletados revelam que tanto os visitantes do horário pago quanto aqueles do horário gratuito, apesar de uma pequena diferença nos percentuais, são predominantemente formados por pessoas com renda domiciliar mensal acima de 1 a 3 S.M. (38% entre os primeiros e 33% entre os últimos). A segunda faixa de renda mais presente entre os visitantes é a de “acima de 3 a 10 S.M.”, correspondente a 26% dos visitantes de ambos os horários.

No que se refere à renda, foi possível verificar que, apesar de pequena, a principal diferença entre os visitantes que acessaram o MN no horário gratuito e aqueles que o fizeram no horário pago está nos percentuais relativos aos visitantes com renda domiciliar mensal acima de 10 salários-mínimos. Enquanto entre visitantes do horário gratuito o percentual correspondente à essa faixa de renda é de 8%, entre os do horário pago ele é de 15%.

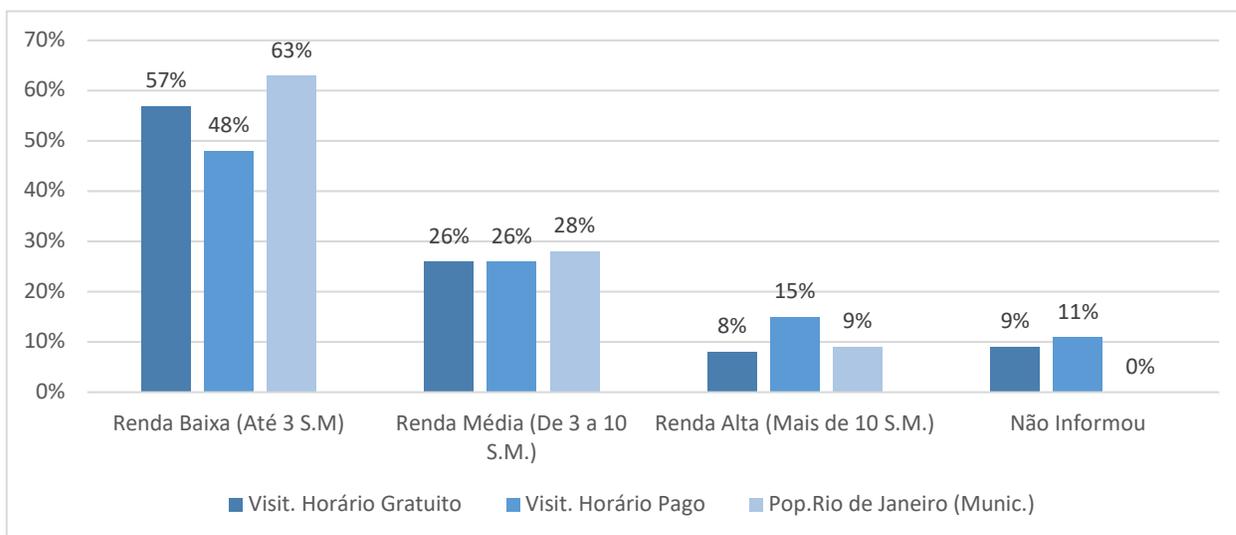
Gráfico 27 – Distribuição percentual da variável “Renda” na quarta etapa da pesquisa Perfil-Opinião OMCC&T do Museu Nacional, por horário de entrada (N=549)



Fonte: Observatório de Museus de Ciência e Tecnologia – OMCC&T

Considerando o agrupamento das faixas de renda em três categorias – baixa, média e alta – foi possível verificar que existe uma interessante correspondência entre os dados coletados no Museu Nacional e os levantados junto aos habitantes da cidade do Rio. A renda alta é mais rara entre os cariocas (9%), assim como também o é entre os visitantes de ambos os horários, 8% entre os usuários da política e 15% entre os do horário pago. Pouco mais de  $\frac{1}{4}$  dos visitantes que acessaram o MN nos dois horários (26%) se enquadram na renda média, percentual bem próximo daquele verificado junto a população carioca que possui essa renda (28%). A maior parte dos cariocas possuem renda baixa (63%), assim como ocorre com os usuários da política de gratuidade (57%) e os visitantes do horário pago (48%).

Gráfico 28 – Distribuição percentual da variável “Renda” na quarta etapa da pesquisa Perfil-Opinião OMCC&T do Museu Nacional, por horário de entrada, em comparação com a população da cidade do Rio de Janeiro



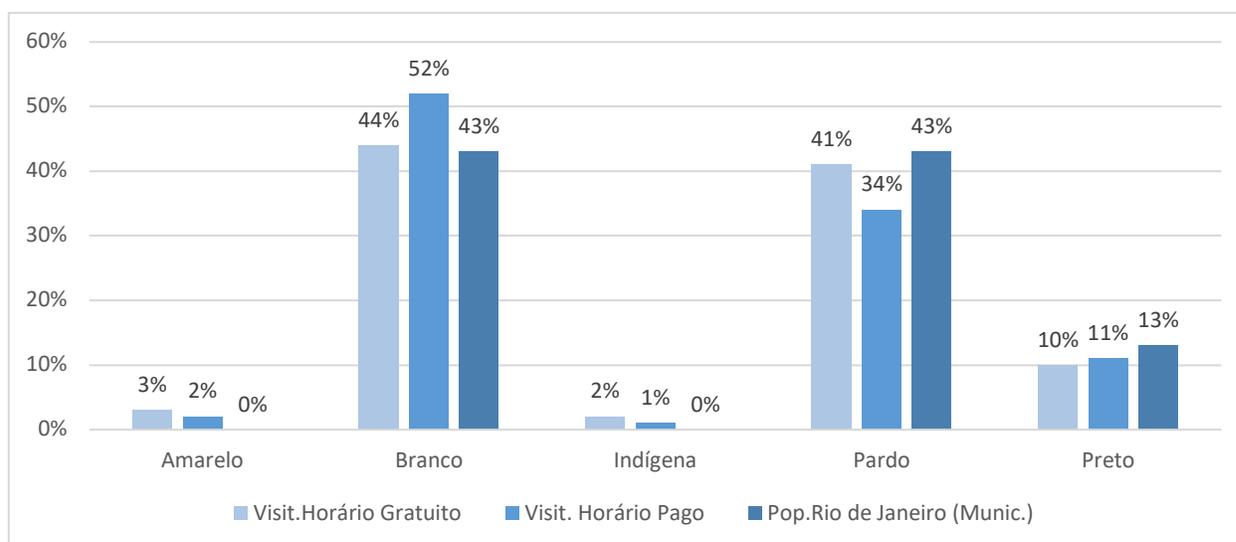
Fonte: Observatório de Museus de Ciência e Tecnologia – OMCC&; PNAD/IBGE, 2017

No entanto, é preciso destacar que a diferença percentual entre os visitantes usuários da política de gratuidade que possuem baixa renda e os cariocas nessa mesma faixa de renda é de apenas 6 pontos percentuais. Já a mesma comparação entre os visitantes pagantes e a população da cidade nos revela uma diferença de 15 pontos percentuais. No que se refere à renda alta, também é possível constatar uma correspondência maior entre os usuários da política que se enquadram nessa faixa de renda (8%) e os habitantes da cidade (9%), ao passo que o percentual de visitantes com renda alta no horário pago foi de 15%. Assim sendo, é possível afirmar que o público que acessou o MN durante a implementação da política de gratuidade se aproxima mais do perfil econômico dos habitantes do município do Rio de Janeiro do que aqueles visitaram o museu no horário pago.

#### - Cor/Raça

Enquanto entre os visitantes espontâneos que acessaram o Museu no horário pago predominam os visitantes autodeclarados brancos (52%), entre aqueles que acessaram a instituição no horário gratuito as pessoas brancas correspondem a pouco menos da metade (44%).

Gráfico 29 - Distribuição percentual da variável “Cor/raça” na quarta etapa da pesquisa Perfil-Opinião OMCC&T do Museu Nacional, por horário de entrada, em comparação com a população da cidade do Rio de Janeiro



Fonte: Observatório de Museus de Ciência e Tecnologia – OMCC&; PNAD/IBGE, 2017

Foi possível verificar que as características étnicas-raciais mais presentes entre os visitantes que usaram a política de gratuidade também são aquelas mais presentes na população da cidade do Rio. O percentual de brancos entre os primeiros é de 44% e na população é de 43%, o de pardos entre os usuários da política é de 41% e na população é de 43% e, por fim, o percentual de pretos é entre os referidos visitantes de 10% e na população é de 13%. Já entre os visitantes do horário pago verificou-se uma presença de brancos (52%), que é 9 pontos percentuais superior àquela verificada entre os cariocas (43%), enquanto a de pardos (34%) é 9 pontos inferior àquela verificada entre os cariocas (43%).

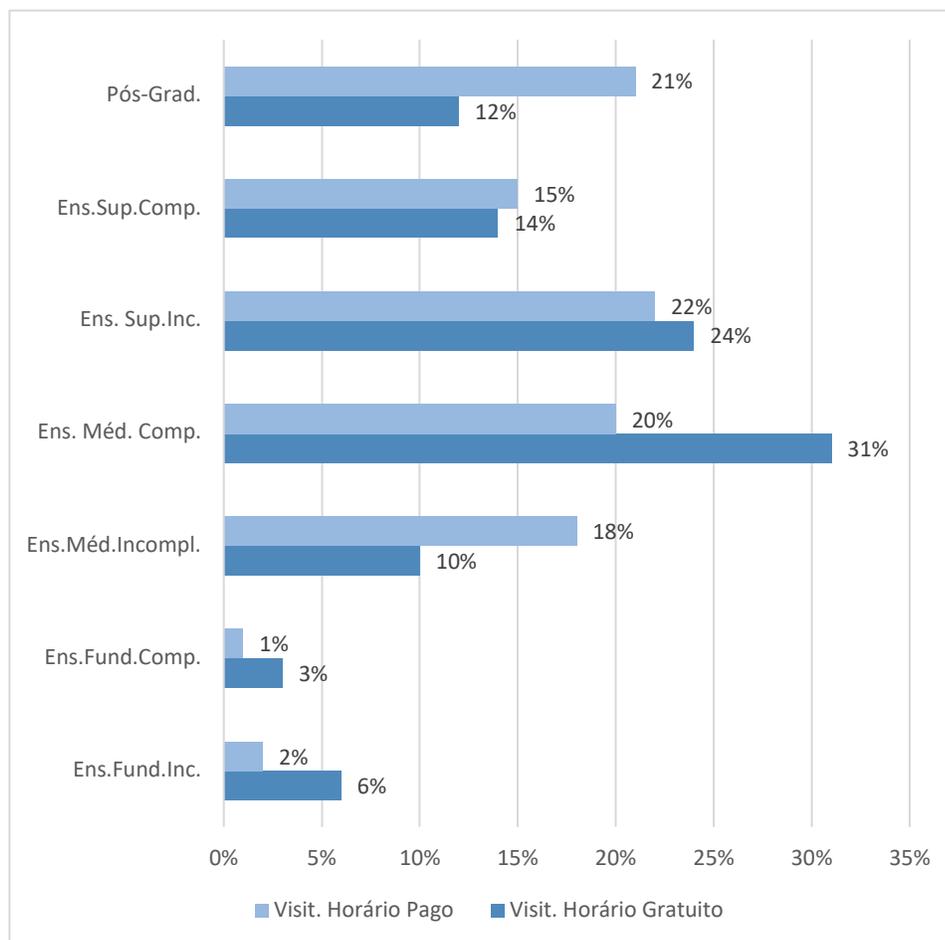
#### - Escolaridade

A análise dos níveis de escolaridade dos visitantes do horário pago aponta para percentuais que indicam uma frequência semelhante de visitantes com Ensino Médio Incompleto (18) e Completo (20%), Ensino Superior Incompleto (22%) e Completo (15%) e Pós-Graduação (21%). Já entre os usuários da política de gratuidade se verificou uma maior presença de pessoas com Ensino Médio Completo (31%).

É interessante notar que quando analisados os níveis mais altos de escolaridade verificamos uma presença semelhante, comparados os dois grupos, de visitantes com Ensino Superior Incompleto (24% entre usuários da política e 22% visitantes do horário pago) e com o Ensino Superior Completo (14% entre usuários da política e 15% entre os visitantes do horário pago). Verificamos uma diferença maior, contudo, quando analisamos a presença de pós-graduados, mais frequente entre os pagantes (21%) do que entre os do horário gratuito (12%).

No que se refere à escolaridade dos usuários da política de gratuidade, identificamos que metade deles possui alguma inserção no Ensino Superior (do Incompleto à Pós-Graduação), enquanto a outra metade não, possuindo até no máximo o Ensino Médio Completo. Entre aqueles que visitaram o MN no horário pago, mais da metade, 58% dos visitantes, possuem escolaridade que vai do Ensino Superior Incompleto em diante. Assim, se verificou que o público pagante um nível de escolaridade mais elevado em relação aos que o visitaram no horário gratuito.

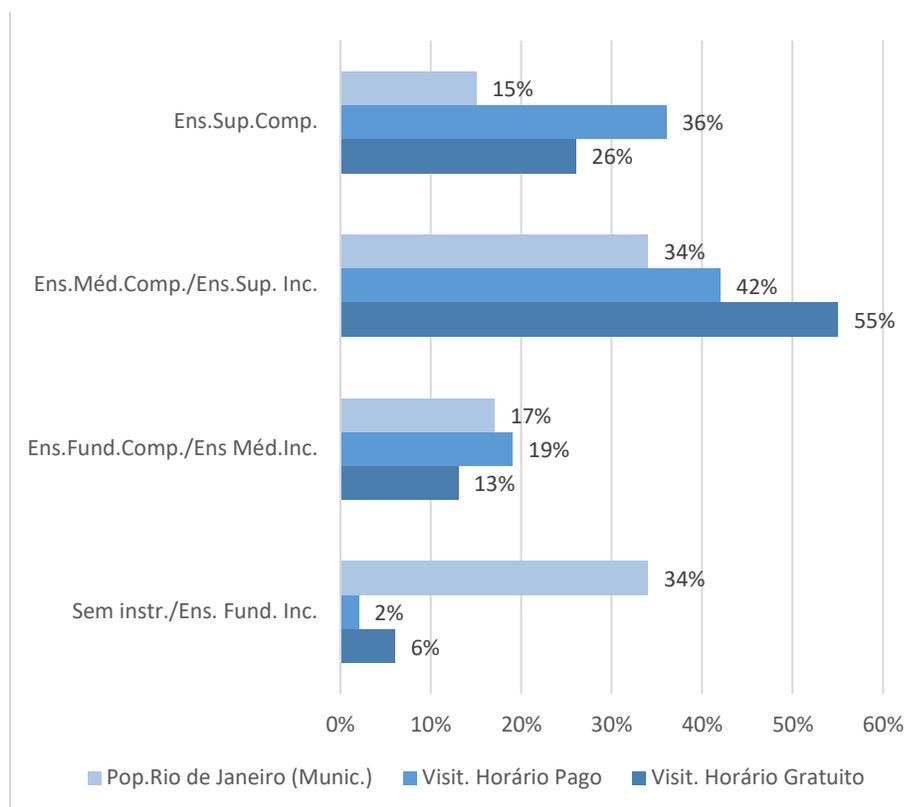
Gráfico 30 - Distribuição percentual da variável “Escolaridade” na quarta etapa da pesquisa Perfil-Opinião OMCC&T do Museu Nacional, por horário de entrada (N=549)



Fonte: Observatório de Museus de Ciência e Tecnologia – OMCC&T

Para fins de análise e comparação com as características da população da cidade do Rio de Janeiro, agrupamos os níveis de escolaridade. Deste modo, a análise dos dados nos mostrou que entre os usuários da política de gratuidade se destacaram aqueles com Ensino Médio Completo e Ensino Superior Incompleto (55%). Entre os pagantes, 42% informaram possuir esse nível de escolaridade e 36% informaram possuir Ensino Superior Completo em diante. Já o percentual dos que possuem o nível de escolaridade mais elevado (superior em diante) entre os visitantes do horário gratuito é um pouco inferior, 26%.

Gráfico 31 - Distribuição percentual da variável “Escolaridade” na quarta etapa da pesquisa Perfil-Opinião OMCC&T do Museu Nacional, por horário de entrada, em comparação com a população da cidade do Rio de Janeiro



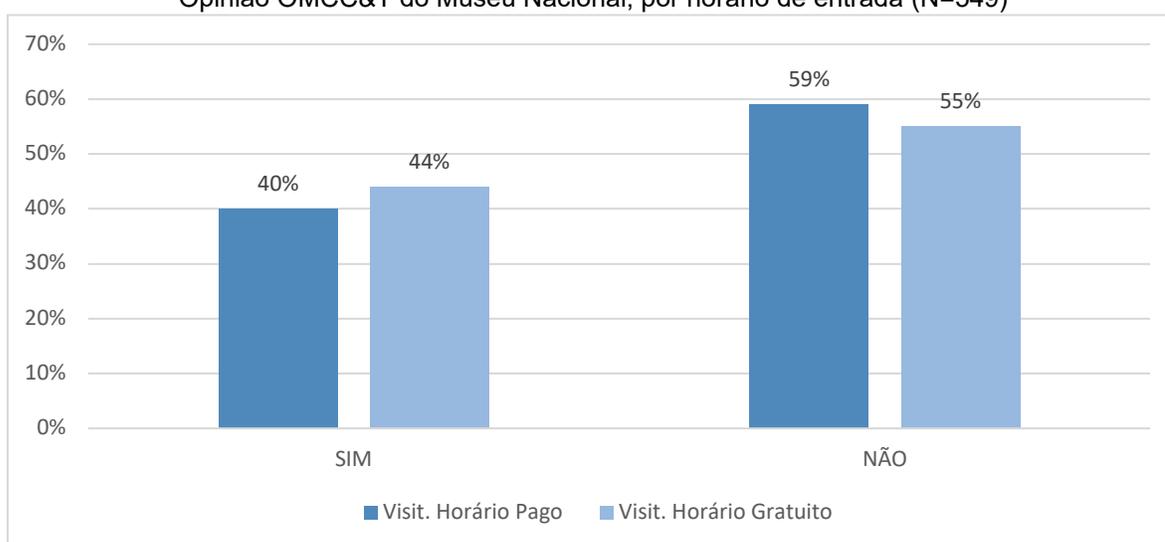
Fonte: Observatório de Museus de Ciência e Tecnologia – OMCC&T; PNAD/IBGE, 2017

É flagrante a diferença entre os níveis de escolaridade dos visitantes espontâneos do MN de ambos os grupos pesquisados e os da população da cidade do Rio. Enquanto entre estes 34% ou não possuem instrução normal ou apenas o Ensino Fundamental Incompleto, foi bastante reduzida entre os visitantes espontâneos do MN a presença de pessoas com Ensino Fundamental Incompleto (6% entre os usuários da política e 2% entre os visitantes do horário pago). O contraste, obviamente, também se verifica no nível de escolaridade mais alto (Ensino Superior Completo), que é mais frequente entre os visitantes espontâneos do Museu dos dois grupos pesquisados (36% entre os visitantes do horário pago e 26% entre os visitantes do horário gratuito) e mais raros entre os habitantes da cidade (15%).

*- É a primeira vez que visita esse museu?*

No que se refere aos dois grupos pesquisados, a presença de pessoas que estavam retornando ao Museu Nacional era maior do que a de primovisitantes. Dos visitantes do horário pago, 59% informaram que não estavam visitando o museu pela primeira vez e entre os visitantes do horário gratuito o percentual de visitantes nessa mesma situação foi de 55%.

Gráfico 32 - Distribuição percentual da variável “Primeira visita” na quarta etapa da pesquisa Perfil-Opinião OMCC&T do Museu Nacional, por horário de entrada (N=549)

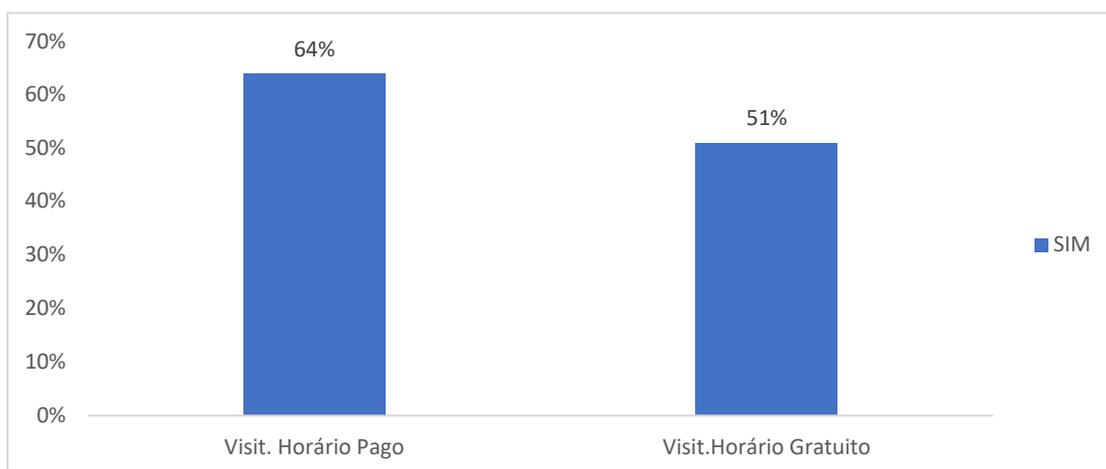


Fonte: Observatório de Museus de Ciência e Tecnologia – OMCC&T

*- Visitou outros museus nos últimos 12 meses?*

A análise dos dados gerados a partir dessa pergunta revela uma diferença importante entre os visitantes usuários da política e aqueles que visitaram no horário pago. Enquanto 51% dos visitantes do horário gratuito informaram terem visitado algum museu no ano anterior a pesquisa, entre os visitantes do horário pago o percentual foi de 64%. Assim, é possível verificar entre os visitantes do horário gratuito um percentual maior, em relação ao outro grupo, de pessoas que não possuem o hábito de visitar museus.

Gráfico 33 - Distribuição percentual da variável “Visitas a outros museus nos últimos 12 meses” na quarta etapa da pesquisa Perfil-Opinião OMCC&T do Museu Nacional, por horário de entrada (N=549)

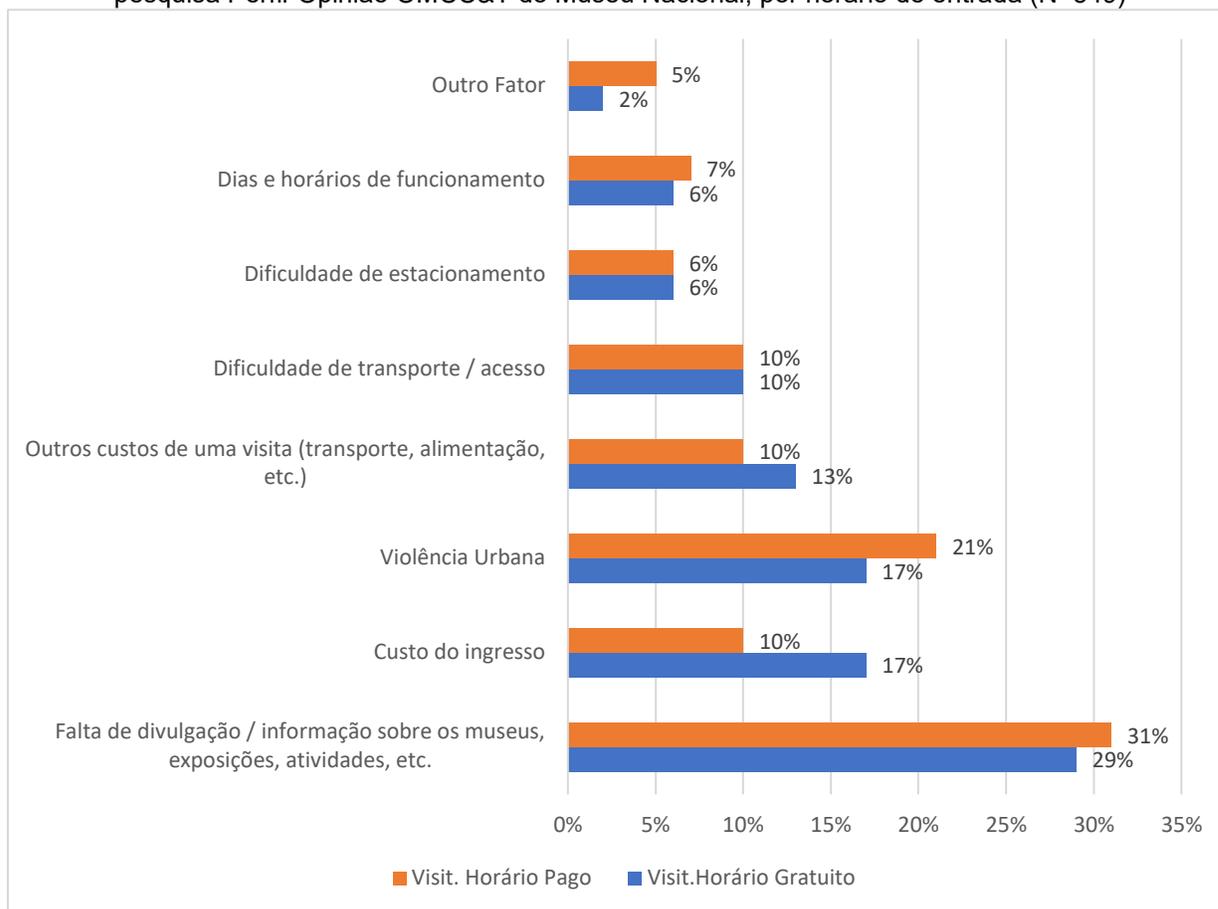


Fonte: Observatório de Museus de Ciência e Tecnologia – OMCC&T

#### *- Fatores que dificultam o acesso aos museus*

Em relação à dificuldade de acesso aos museus, tanto visitantes do horário gratuito, quanto visitantes do horário pago (29% e 31% respectivamente) atribuem peso maior à falta de divulgação e informação sobre os museus, suas exposições, suas atividades, dentre outros.

Gráfico 33 - Distribuição percentual da variável “Fatores que dificultam a visita” na quarta etapa da pesquisa Perfil-Opinião OMCC&T do Museu Nacional, por horário de entrada (N=549)



Fonte: Observatório de Museus de Ciência e Tecnologia – OMCC&T

Os visitantes dos dois grupos, indicam em segundo lugar como fator que dificulta o acesso, a violência urbana, citada por 21% dos visitantes do horário pago e por 17% dos visitantes do horário gratuito. Para estes últimos, contudo, o custo do ingresso aparece empatado com a violência urbana em segundo lugar, tendo sido mencionado também por 17% dos respondentes. Já entre os visitantes do horário pago, o custo do ingresso foi mencionado por 10% dos respondentes, juntamente com outros custos da visita e dificuldade de transporte/acesso.

### 5.3 – ENTRE O LONGITUDINAL E O EXPERIMENTAL: UMA PROPOSTA DE SÍNTESE

A análise dos resultados verificados ao longo de quatro rodadas da Pesquisa Perfil-Opinião no Museu Nacional revelou a existência de mudanças no perfil socioeconômico de seus visitantes espontâneos com o passar dos anos.

A ampliação na presença de mulheres e de visitantes autodeclarados pardos veio se consolidando com o passar dos anos. No entanto, as principais mudanças que sinalizariam para a configuração de um caráter menos excludente do ponto de vista econômico e étnico-racial do Museu Nacional foram observadas apenas na rodada mais recente. Nesse sentido, novas tomadas se fazem necessárias e são elas que poderão revelar se as referidas transformações se consolidarão com o passar dos anos.

Em comparação com o perfil socioeconômico e cultural de visitantes que não fizeram uso da política de gratuidade do Museu Nacional, a principal diferença dos visitantes que fizeram uso dela está relacionada à cor/raça, sendo estes em sua maioria negros, ao contrário do que se verificou no outro grupo. Em ambos predominou a presença de pessoas de renda baixa, contudo o percentual de visitantes usuários da gratuidade nessa faixa foi 9% maior. Entre estes, mais da metade tem escolaridade inferior ao Ensino Superior, enquanto entre os que visitaram no horário gratuito predominam aqueles com Ensino Superior Incompleto em diante. Entre os visitantes do horário gratuito observou-se um percentual 13 pontos superior de pessoas que não visitam museus e para as quais o custo do ingresso aparece com uma frequência um pouco maior como fator que dificulta a visita a museus.

Hirschman (1989) usa três conceitos para descrever três teses reativas/reacionárias – a tese da perversidade, a tese da futilidade e a tese do risco – que foram utilizados por Fleury (2009) para analisar a retórica do fracasso da democratização da cultura. Os referidos conceitos nos são úteis para comentar os argumentos contrários à política de gratuidade no Museu Nacional, tanto antes, quanto depois de sua implementação.

Mais frequentes foram aqueles que defendiam que a política tão somente serviria para prejudicar o Museu em sua arrecadação, beneficiando apenas as pessoas que podiam pagar pelo ingresso. Isso posto, não seriam aqueles que carecem de recursos

financeiros os contemplados pela política e sim os que não precisam dela. Além disso, a gratuidade serviria, segundo a argumentação de alguns, para ampliar a visita ao Museu apenas pelo fato de facilitar o acesso dos frequentadores da Quinta aos banheiros da instituição. A visão impressionista de alguns alardeava que durante a gratuidade as pessoas entravam no Museu para usar o banheiro e, quando muito, ficavam no máximo até 20 minutos em seu interior.

Identificamos os argumentos acima relacionados com a tese da futilidade proposta por Hirschman. Esta se funda na ideia de que qualquer mudança é apenas aparente e superficial, uma vez que as estruturas sociais se mantêm totalmente intocadas e seus argumentos revelam um esforço de subestimar e rejeitar os esforços de mudança.

Outro argumento dizia que a política, ao reservar uma hora específica para o acesso gratuito de toda a população visando a inclusão de pessoas mais pobres era, ela própria, discriminatória e excludente. Houve quem afirmasse que ao implementá-la, o Museu constrangia o público mais pobre por fazê-lo ter que assumir publicamente que não tinha condições de arcar com o baixo valor do ingresso. Este argumento nós identificamos com a tese da perversidade ou tese do efeito perverso, que assegura que a ação democratizante produzirá o exato oposto do objetivo que se persegue.

Argumentos de superlotação devido a concentração do público em um determinado horário, com riscos para o acervo e a segurança dos servidores da instituição também foram utilizados. Além disso, a ideia de que o Museu depende dos recursos oriundos da bilheteria para se manter aberto também se mostrou hegemônica. Assim, ainda que desejável, o acesso gratuito ao Museu é encarado como irrealista pela grande maioria.

Contrariando a retórica do fracasso da democratização da cultura, foram percebidas mudanças no perfil socioeconômico dos visitantes do MN, em especial na fase mais recente do estudo, realizada em 2017. Diferentemente do que fora verificado por meio das três primeiras tomadas de dados, na última os visitantes espontâneos do MN, pela primeira vez, não se apresentaram como em sua maioria formados por pessoas brancas e com renda alta. Entre todos os aspectos que ajudam a compor o perfil socioeconômico dos visitantes, a maior diferença foi verificada justamente em relação ao último.

Como alertado por Fleury (2007), a retórica do fracasso busca atacar a democratização da cultura também em sua acepção procedural. Um de seus dispositivos mais criticados, é a gratuidade, apoiado na tese da ineficiência.

Como recorrentemente tratado aqui, a rodada de 2017 da Pesquisa Perfil-Opinião do OMCC&T promoveu a tomada de dados junto aos seus visitantes do Museu Nacional durante a vigência da implementação de uma política de gratuidade na instituição, o que não ocorreu nas anteriores. O presente estudo limitado a uma análise exclusivamente descritiva da realidade estudada, não nos permite correlacionar a gratuidade aos resultados obtidos, estabelecendo uma relação de causa e efeito. Assim, não é possível afirmar que o maior acesso de pessoas negras (pretas e pardas) e de indivíduos com renda baixa no ano de 2017, em comparação com as rodadas anteriores, é resultado direto da política de gratuidade implementada no período. Para uma maior elucidação da questão se fazem necessários outros estudos que, por exemplo, analisem o conjunto de resultados obtidos pelas demais instituições participantes do OMCC&T no mesmo período. Desse modo, será possível verificar se as importantes mudanças observadas no Museu Nacional se constituem em caso isolado ou não.

## **6. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

*Fiquei indignada ao me deparar na entrada com quatro meninos de comunidade que foram impedidos pela segurança do Museu de adentrar o mesmo, para que em seus olhares de curiosidade pudessem compreender melhor o que abrigava de história ali. Nessa cena imediatamente, me ofereci a acompanhá-los e nada foi mais gratificante que o olhar dos quatro preenchidos em suas curiosidades. Um museu existe para atender a todos. Não acredito viver num mundo que faz acepção de seres e coloca à margem de seus direitos quem já está à margem dessa vida. Não dá para repetir o que segrega e o que nos afasta como seres sociais que somos. A ciência nasce para todos. A História também. Bem como a vida. Que vivam esses meninos que transformam o impossível no possível e vivem. Cismam em viver. Que vivam!*

- Registro feito por uma visitante no livro da portaria do Museu Nacional em 12 de novembro de 2017.

A epígrafe acima, de autoria de uma visitante espontânea do Museu Nacional do século XXI, imediatamente nos remete ao discurso de Aloísio de Castro na Academia de Brasileira de Letras do início do século XX. Neste, como visto no Capítulo 1, o acadêmico relata um episódio ocorrido no Museu Nacional, no qual um menino foi impedido de nele entrar, pois não usava uma gravata. Na ocasião, o menino contou com a ajuda do próprio Diretor, Edgard Roquette-Pinto, que interveio na situação desenrolando a sua própria gravata e a amarrou no pescoço do garoto, expressão do ato de oferecer ao outro um passaporte para o conhecimento.

Quase 100 anos depois, conforme narra a epígrafe, outros meninos são impedidos de entrar no Museu. A justificativa já não pode ser a ausência de gravata. Os meninos ousam entrar, pois naquele dia, 12 de novembro de 2017, não havia cobrança de ingresso para promover a “peneiragem social”, expressão que pegamos emprestada de Emílio Goeldi. Aos meninos negros e calçando chinelos, dos quais não se sabe a idade, foi cobrada a presença de um familiar que os acompanhasse. A família bem-vestida, assim como colocava Goeldi no início do século passado, é um público desejável, pois disciplinado e ordeiro, está apto a participar da vida social dentro dos parâmetros democráticos que os museus supostamente ensejavam e ensinam hoje. Diante da interdição promovida pelo Museu Nacional no século XXI, não foi o Diretor ou Diretora, mas uma outra visitante que se fez, por algumas horas, família dos “meninos de

comunidade”, e os acompanhou naquela visita. Ou seja, mesmo diante da ausência da barreira econômica, outras podem se impor no sentido de selecionar os visitantes que entram ou não no Museu. Do mesmo modo, a literatura e a nossa vivência mostram que, quando a barreira econômica se impõe, se faz necessária a intervenção de algum profissional do museu – guardas, porteiros, educadores – para liberar a entrada e garantir a entrada daqueles que desejam visitar o Museu, mas não possuem recursos financeiros para tal.

A análise da trajetória da visita ao Museu Nacional, bem como o estudo de público longitudinal e o experimental revelam que as barreiras econômicas, em especial a cobrança de ingresso, no caso do Museu Nacional, não devem ser subestimadas, muitos menos ignoradas.

Em primeiro lugar, destacamos que a gratuidade no acesso ao Museu Nacional deveria ser encarada como uma questão de coerência. O Museu Nacional é um órgão da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que há décadas promove, principalmente o Ensino Superior, mas também o Infantil, Fundamental e Médio, totalmente público e gratuito. Ainda que as recentes políticas educacionais implementadas a nível federal pelos governos do Partido dos Trabalhadores (2002-2016), comprovadamente tenham ampliado o número de estudantes de ensino superior no país e também contribuído para modificar o perfil socioeconômico destes, ainda é uma minoria de brasileiros e brasileiras que consegue acessar os bancos universitários de universidades públicas federais.

A UFRJ, por meio de seus hospitais, projetos de extensão e, por que não, de seus museus, tem a oportunidade de atender, dialogar, aprender e formar uma parte importante da população que não foi e que, possivelmente, não virá a ser discente de seus cursos de graduação e, menos ainda, de pós-graduação. Uma maioria que também não virá a integrar seu quadro de profissionais concursados, técnicos e docentes. Assim, como se justifica que o acesso a um museu da UFRJ não seja gratuito? Como se justifica que a grande massa de contribuintes que nunca se sentará em um de seus bancos escolares e que nem mesmo terá a oportunidade de ver seus filhos sentados nesses mesmos bancos, seja levada a pagar duas vezes para acessar e ocupar um de seus poucos espaços que não exigem – ainda que apenas formalmente – a realização de exames e processos seletivos? Seriam o ensino e a pesquisa mais importantes do que a

popularização de seus processos e produtos? Do que a troca de conhecimentos com a sociedade?

Se o argumento favorável à cobrança de ingresso for o caráter historicamente elitista dos museus e que, ao cobrar ingresso, o Museu estaria apenas taxando aquela minoria que pode arcar com os baixíssimos custos de uma visita, esse seria o mesmo argumento que enfrentou grande resistência por parte dos quadros da Universidade diante da possibilidade de cobrança de mensalidades em cursos de graduação. Os que defendiam (e defendem) a cobrança de mensalidade o faziam com base no fato de as universidades públicas promoverem, segundo eles, a formação gratuita de uma maioria oriunda das classes mais privilegiadas e egressas de escolas e cursos particulares, enquanto a maior parte da população pobre e estudante de escola pública não conseguia acessá-la.

Se a Universidade, historicamente elitista, como os museus, resistiu aos discursos de cobrança de mensalidades e vem se transformando em um espaço cada vez mais ocupado por minorias políticas representativas da maioria numérica da população, por que o mesmo não pode ocorrer com seus museus? A transformação no perfil do alunado dos cursos superiores das universidades públicas federais brasileiras só foi possível a partir da implementação de políticas públicas voltadas a esse fim. A criação de políticas específicas para os seus museus também é bem-vinda e se mostra necessária.

Existem os que, mesmo sem qualquer evidência científica de estudos de público com amostras representativas de visitantes, afirmam que suas instituições são visitadas por todos os segmentos da sociedade, inclusive pelos mais pobres e menos escolarizados. Observa-se um imenso esforço dos profissionais de museu para levantar recursos, em sua maioria públicos, para melhorar a segurança e preservação de suas coleções, para fazer novas exposições, mais modernas, tecnológicas e acessíveis, contudo, não se vê a mesma preocupação em levantar recursos que garantam que a maioria da população poderá acessar e fruir o museu.

Em segundo lugar, destacamos que nossa pesquisa indica que a cobrança de ingresso não foi capaz de solucionar os graves problemas de financiamento e manutenção do Museu Nacional, que culminou com o incêndio de 2018. Ou seja, no discurso institucional do Museu Nacional, a bilheteria parece assumir o papel de remédio a ser administrado para combater o grande mal que acomete o Museu – a falta de

recursos. No entanto, a carência de recursos acompanha gravemente e persistentemente a instituição desde a sua criação, no século XIX, e o mesmo continuou ocorrendo após os anos de 1980, quando tem início a cobrança de ingresso. Nesse caso, poderíamos alegar a ineficiência da cobrança de ingresso para resolver os problemas financeiros do Museu.

No início do século XX, a educação do povo passa receber atenção dos gestores do Museu Nacional. Entre eles se destaca Edgard Roquette-Pinto, responsável pela institucionalização da função educativa do Museu. O Museu Nacional é reformado em sua estrutura física, regimental e expográfica em vários momentos ao longo de décadas.

Os anos de 1920 se caracterizam pela institucionalização da função educativa, os de 1940 pela diversificação de suas atribuições, os anos de 1950 até o final dos anos de 1960 pela elevação do *status* da Educação Museal na estrutura organizacional e política institucional do Museu, enquanto o início da década de 1970 marca o declínio da função educativa e das ações voltadas ao público, que passam a ser preteridas em benefício da pós-graduação.

Os educadores museais do Museu Nacional enfrentaram, ao longo dos anos, a questão da democratização da educação e da cultura com ênfase na colaboração com a escola. Se dedicaram à uma série de propostas inovadoras, contudo limitadas em seu caráter democratizante, ao passo que centradas em uma concepção elitista. É preciso destacar que, ainda assim, alguns deles foram silenciados, pois até onde se pode verificar várias de suas propostas não foram implementadas pela instituição.

Até os anos 1980, o Museu Nacional figurava na mídia impressa como um dos mais importantes do Brasil. A excelência e o pioneirismo no cumprimento de sua função educativa constantemente eram utilizados para atribuir a ele essa posição. Suas realizações eram exaltadas, apesar da falta de recursos ser, também, frequentemente citada nas reportagens.

A partir dos anos de 1980, com base nas matérias sobre o MN localizadas nos jornais impressos, observamos que passa a predominar a denúncia das dificuldades encontradas pela instituição para se manter funcionando de maneira digna. Por meio da análise dos jornais do período, nos deparamos com a denúncia da crise dos museus. Diante da falta de recursos, a opção pela cobrança de ingresso para garantir a

manutenção da instituição começa a se institucionalizar. No entanto, nos anos que seguiram à implementação da cobrança de ingresso no Museu Nacional, as queixas permaneceram as mesmas. No ano de 1981 ele inaugura a bilheteria e, em 1995, fecha parte importante do circuito expositivo, o que nos leva a concluir que a arrecadação não se mostrou suficiente para manter suas exposições minimamente funcionando.

De mais de uma milhão de visitantes em 1980, o Museu Nacional passa a receber, na última década, em média 200 mil visitantes. Esse dado é, para nós, uma evidência da fragilização dos vínculos da instituição com a população. A brusca queda na visitação se dá no mesmo momento em que ocorrer a passagem de um museu público e gratuito, para um museu público que cobra entrada. A cobrança de ingresso, conforme afirmam matérias jornalísticas analisadas e os dados de público levantados, possivelmente foi elemento de relevância para o afastamento do público e, ao mesmo tempo, não foi capaz de atender ao seu alegado objetivo: assegurar melhoras significativas no funcionamento da instituição.

Os estudos de público realizados no século XXI mostram mudanças bastante recentes no perfil socioeconômico de seu público de visitação espontânea, especialmente no que se refere à sua renda e cor/raça. De uma maioria branca e com renda alta nos anos de 2005, 2009, 2013, chegou-se em 2017 a uma maioria de negros com renda baixa. Os estudos futuros ajudarão a melhor compreender essas mudanças, inclusive permitirão que se verifique se as mesmas são circunstanciais ou não.

O perfil do público usuário da gratuidade, também em sua maioria formado de pessoas que se inserem nessa faixa de renda e autodeclaradas negras, possui um perfil mais próximo do da população da cidade do Rio de Janeiro, nesses aspectos.

Contudo, o nível de escolaridade mais elevado continua sendo uma marca dos visitantes do Museu Nacional, mas possivelmente de grande parte dos Museus e que contrasta com os dados populacionais.

A elite política e econômica do país não parece ter oferecido, ao longo da trajetória do Museu Nacional, as condições mais adequadas para o seu funcionamento. A carência de recursos o levou, mais recentemente, a comprometer seu caráter público, ao impor uma barreira entre a instituição e seus possíveis visitantes – a bilheteria. Como se renunciava há décadas, o que estava mais do que previsto, um dia infelizmente ocorreu.

Um belo dia o Museu Nacional pegou fogo, desabou, liquidou-se, seus livros foram para a fogueira, seus pesquisadores mudaram de emprego, seus acervos de etnologia, zoologia, botânica e paleontologia foram comidos pelas traças e isso devido a atrasos nos ofícios, a falta de assinatura de convênios, a ausência de apoio público e privado, a falta proverbial de recursos. (...) Tudo se passa – e eu escrevo com um coração indignado e triste – como se nós, a tal elite, gostássemos de tudo. Mas não tivéssemos a menor paciência e o mínimo respeito com o que é nosso. (Roberto da Matta, 2000. Retirado de Museu Nacional, ...)

Assim, diante de um descaso histórico das elites brasileiras, perdemos quase tudo. Acreditamos que o futuro do Museu Nacional deve ser construído sobre outras bases, estas de fato democráticas, participativas, dialógicas e populares. Que os públicos no presente e no futuro sejam alvo de sua política institucional, sendo reconhecidos como colaboradores e sua razão de ser.

## 7. REFERÊNCIAS

A CERIMÔNIA de hoje no Museu Nacional. *A Noite*, Rio de Janeiro, 12 out.1914, p. 2.

A ESPANTOSA pobreza da terra diante da variada fauna do mar. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 3 dez.1977, p.7.

AGORA, museu tem ingresso. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, GB, p.5, 12 ago. 1971.

AGOSTINHO, M. A. Exposição Antropológica Brasileira de 1882: práticas de colecionamento e circulação de indígenas no Museu Nacional. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 41., Caxambu, 2017. Anais [...] São Paulo: Anpocs, 2017.

AIDAR, G. Acessibilidade em Museus: ideias e práticas em construção. *Revista Docência e Cibercultura*. Rio de Janeiro, vol.3, n.1, mai/ago, 2019, p.155-175.

ANDERMANN, J. Espetáculos da diferença: a Exposição Antropológica Brasileira de 1882. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 5, p. 128-170, jul.- dez. 2004.

ALMEIDA, A. M. Quem visita nossos museus? Pesquisa de público no Brasil. Palestra apresentada na Oficina de Trabalho, Observatório de Públicos de Museus. Petrópolis - RJ, dezembro de 2003.

ANDRADE, M. de. Roquette-Pinto. *Diário Nacional: a Democracia em Marcha*. São Paulo, p.5, 13 jul. 1930.

AMERICAN MUSEUM OF NATURAL HISTORY. *The American Museum of Natural History Fifty-sixth Annual Report of the trustees for the year 1924*. Nova Iorque: The American Museum of Natural History New York, 1925.

AMERICAN MUSEUM OF NATURAL HISTORY. *The American Museum of Natural History Eighty-Seventh Annual Report July, 1955, Through June, 1956*. Nova Iorque: The American Museum of Natural History New York, 1956.

ARANHA FILHO, J. M. *Guia da impermanência das exposições: uma investigação do Museu Nacional do Rio nos anos 1940*. Rio de Janeiro, 2011. Tese (Doutorado em Antropologia Cultural). Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2011, p.105.

ASHWORTH, W. B. Scientist of the Day - John Scopes. Disponível em: <https://www.lindahall.org/john-scopes/> Acesso em: 14 mar. 2020.

AZEVEDO, N.; CORTES, B. A.; SÁ, M. R. Um caminho para a ciência: a trajetória da botânica Leda Dau. *Hist. cienc. saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 15, supl. p. 209229, 2008.

BARBOSA, A. M. *Redesenhando o desenho: educadores, política e história*. São Paulo: Cortez, 2015

BARRETO, L. Um do povo. In: SCHWARCZ, L.M (org.) *Contos completos de Lima Barreto*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

BASSALO, L. de M. B. A Educação Sexual na Primeira metade do século XX no Brasil. In: 33ª REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 2010, Caxambu. 33a Reunião Anual da Anped: Educação no Brasil: o balanço de uma década. Rio de Janeiro: ANPED, 2010.

BLAKE, A.V.A.S. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1885, vol.3.

BOJUNGA, C. *Roquette-Pinto: o corpo a corpo com o Brasil*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2017.

BOURDIEU, P.; DARBEL, A. *O amor pela arte: os museus de arte na Europa e seu público*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Zouk, 2003.

BOURDIEU, P. A Escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (orgs). *Escritos de Educação*. Petrópolis: Vozes, 2007.

BRANDÃO, Z. Paschoal Lemme. In. FÁVERO, M. de. De. A.; BRITTO, J. de M. *Dicionário de Educadores no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/MEC-Inep, 1999.

BRANDÃO, Z. *Paschoal Lemme*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. *Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016*. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília: DF, 24 maio 2016. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>. Acesso em: 11 dez 2020.

BRASIL. Regulamento a que se refere o Decreto n. 123, de 3 de fevereiro de 1842. Reorganiza o Museu Nacional.

BRASIL. Regulamento a que se refere o Decreto n. 6.116, de 9 de fevereiro de 1876. Reorganiza o Museu Nacional.

BRASIL. Regulamento a que se refere o Decreto n. 9.342, de 25 de abril de 1888. Reorganiza o Museu Nacional. [S.n.t]

BRASIL. Regulamento do Museu Nacional, de 26 de dezembro de 1899. Reorganiza o Museu Nacional. [S.n.t]

BRASIL. Regulamento do Museu Nacional de 15 de dezembro de 1911. Reorganiza o Museu Nacional. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1912.

BRASIL. Regulamento do Museu Nacional adotado pelo Decreto nº 11.896, de 14 de janeiro de 1916. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1916.

BRASIL. Regulamento do Museu Nacional aprovado pelo Decreto nº 19.801, de 27 de março de 1931. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1931.

BRASIL. *Lei N° 11.904, de 14 de janeiro de 2009*. Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências, 2009. Brasília: DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/Lei/L11904.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11904.htm) Acesso: 1 mar. 2021.

BRAVO, L. Na ante-sala do templo da História Natural. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 10 jul.1955.

CÂNDIDO, M. M. D. *Orientações para Gestão e Planejamento de Museus*. Florianópolis: FCC, 2014. 94 p.; il. 19 cm (Coleção Estudos Museológicos, v.3). Disponível em: <<https://www.promemoria.saocarlos.sp.gov.br/acervo-files/legislacao/orientacoesgestao-planejamento-museus.pdf>>. Acesso em: 28 Fev. 2021.

CARDOSO, A E. Memórias d'O Tico-Tico Juquinha, Giby e Miss Shocking. Quadrinhos brasileiros 1884 – 1950. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2013.

CARIOCAS visitam e acham pequena a pedra da Lua. *O Globo*, Rio de Janeiro, 6 abr. 1970, p. 5.

CARVALHO, J. C. de M. Museu Nacional. *Boletim do Conselho Federal de Cultura*. Rio de Janeiro, n.28, p-29-68, 1977.

CARVALHO, J. C. de M. Museu Nacional de História Natural. *Revista Brasileira de Zoologia*. Curitiba, vol.5, p.634-635, 1988

CARULA, K. As Conferências Populares da Glória e a difusão das ciências. *Almanack Braziliense*, São Paulo, n.6, p.86-100, nov., 2007.

CARULA, K. *Darwinismo, raça e gênero: conferências e cursos públicos no Rio de Janeiro (1870-1889)*. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

CARULA, K. Espaços públicos de vulgarização científica na capital imperial (1870-1889). *História Unisinos*, São Leopoldo, vol. 18, n. 1, p.80-100, jan./abr., 2014.

CARIOCAS visitam e acham pequena a pedra da Lua. *O Globo*, Rio de Janeiro, 6 abr. 1970, p.5.

CASTRO, A. de. *Discurso de recepção por Aloysio de Castro*. Rio de Janeiro, 1928.

Disponível em: <<https://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm%3Fsid%3D198/discursod e-recepcao>> Acesso em: 16 nov. 2020.

CASTRO FARIA, L. de. *As exposições de antropologia e arqueologia do Museu Nacional*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1949.

CASTRO, R. *Metrópole à beira-mar: o Rio moderno dos anos 20*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

CAZELLI, S.; COIMBRA, C.A.Q.; GOMES, I. L.; VALENTE, M.E. Inclusão social e a Audiência Estimulada em um Museu de Ciências. *Museologia & Interdisciplinaridade*, Brasília, vol.1V, n. 7, p. 203-223, out./nov., 2015.

CAZELLI, S.; KÖPTCKE, L.S.; MANO, S.; COSTA, A. F. Do observatório de Museus e Centros Culturais ao Observatório de Museus e Centros de Ciências e Tecnologia: caminhos percorridos. In: COSTA, A. F.; RANGEL, A.M.; CASTRO, F. HENZE, I.A. M.; VALENTE, M.E.; SOARES, O. de J. (org.). *A colaboração entre museus: ações educativas, pesquisa e produção de conhecimento*. Rio de Janeiro: Museus Castro Maya, 2019.

CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS - CGEE. *A ciência e a tecnologia no olhar dos brasileiros. Percepção pública da C&T no Brasil: 2015*. – Brasília, DF: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2017.

CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS - CGEE. *Percepção pública da C& T no Brasil – 2019*. Resumo executivo. Brasília, DF: 2019. 24p.

CHAGAS, M; NASCIMENTO JÚNIOR, J. do (org.). *Subsídios para a Criação de Museus Municipais*. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura / Instituto Brasileiro de Museu e Centros Culturais / Departamento de Processos Museais, 2009.

CHAGAS, M.; STORINO, C. O desafio da acessibilidade aos museus (Prefácio). In: COHEN, R.; DUARTE, C.; BRASILEIRO, A. *Acessibilidade a Museus*. Brasília, DF: MinC/Ibram, 2012, p. 6-17.

CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. *Boletim do Conselho Federal de Cultura*. Rio de Janeiro, jan/fev/mar, ano 11, n.42, 1981.

CORREA, M. Dona Heloisa e a pesquisa de campo. *Rev. Antropol.*, São Paulo, v. 40, n. 1, p. 11-54, 1997.

CÔRTEZ, C. 200 anos do Museu Nacional. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 6 mai. 2018.

COSTA, Andréa Fernandes.; CASTRO, Fernanda.; SOARES, Ozias.; CHIOVATTO, Milena. Educação Museal. In: Instituto Brasileiro de Museus. *Caderno da Política Nacional de Educação Museal*. Brasília, DF: IBRAM, 2018.

COSTA, A. F.; CASTRO, F.; SOARES, O. Por uma História da Educação Museal no Brasil. In: COSTA, A. F.; CASTRO, F.; SOARES, O. (org.) *Educação Museal: conceitos, história e políticas*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2020.

CUMMINGS, C. E. *Report to the Rockefeller Foundation on the Museu Nacional of Rio de Janeiro, Brasil*. Mimeo datilografado. Buffalo Museum of Science. Buffalo, New York, 1941.

CUNHA, L. A. *A universidade temporã: o ensino superior, da Colônia à Era Vargas*. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

CURY, C. R. J. Quadragésimo ano do parecer CFE nº 977/65. *Rev. Bras. Educ.*, Rio de Janeiro, n. 30, p. 07-20, dez. 2005.

DANTAS, R. M. M. C. *A Casa do Imperador: do Paço de São Cristóvão ao Museu Nacional*. Dissertação (Mestrado em Memória Social) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-graduação em Memória Social, Rio de Janeiro, 2007.

DANTAS, R. M. M. C. *Casa Inca ou Pavilhão da Amazônia? A participação do Museu Nacional na Exposição Universal Internacional de 1889 em Paris*. Tese (Doutorado em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia) - Programa de Pós-graduação em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

DESPERTA a atenção do povo o Museu da Quinta da Boa Vista. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 3 nov. 1959, p.6.

DESPERTEMOS o Sentido Evocativo dos Museus. *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro, ano 26, n.10272, p.9, 4 mai. 1956.

DONNAT, O. Democratização da cultura: fim e continuação? *Revista Observatório Itaú Cultural: ONC*, São Paulo, n.12, p.11-34, mar/ago. 2011.

DUARTE, L. F. O Museu Nacional: ciência e educação numa história institucional brasileira. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 25, n. 53, p. 359-384, jan./abr. 2019.

DUARTE, R. H. Em todos os lares, o conforto moral da ciência e da arte: a Revista Nacional de Educação e a divulgação científica no Brasil (1932-34). *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, vol. 11, jan./abr. 2004.

ECHO DO POVO. Juiz de Fora, anno 1, n. 11, 13 ago. 1882.

EDUCAÇÃO sexual – uma matéria de vida. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 9 nov. 1972. p.10.

EIDELMAN, J.; ROUSTAN, M. Os estudos sobre público: pesquisa fundamental, escolha de políticas e apostas operacionais. In: EIDELMAN, J.; ROUSTAN, M.; GOLDSTEIN, B. (orgs.) *O lugar do público: sobre o uso de estudos e pesquisas pelos museus*. São Paulo: Iluminuras, Itaú Cultural, 2014.

ENTRADA paga faz cair em 60% visita ao Museu Nacional. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 19 ago. 1981, 1º Caderno, p.5.

ERMAKOFF, G. (org). *Dicionário Biográfico Ilustrado de Personalidades da História do Brasil*. Rio de Janeiro: G. Ermakoff, 2012.

ESTEVEZ, B., MASSARANI, L., MOREIRA, I. de. C. Ciência para Todos e a divulgação científica na imprensa brasileira entre 1948 e 1953. *Revista da Sociedade Brasileira de História da Ciência*. Rio de Janeiro: SBHC, 2006, p.62-85.

FERREIRA, J. C. O Palácio de São Cristóvão e a Quinta da Boa Vista – História e Preservação. In; CORREIA, M. R. (org.) *Oficina de Estudos da Preservação. Coletânea I*, Rio de Janeiro: IPHAN-Rio, 2008 p. 121-128.

FERREIRA, J. C.; MARTINS, A. M. M. Quinta da Boa Vista: de espaço de elite a espaço público. *Paisagem e Ambiente*, n. 13, p. 125-145, 2000.

FIGUEIRÓ, M. N. D. Revendo a História da Educação Sexual no Brasil: ponto de partida para a construção de um novo rumo. *Nuances*, vol.4, n.4, set.1998.

FIORINI, J. S. *Educação sexual nos anos iniciais do ensino fundamental: currículo e práticas de uma escola pública da cidade de Marília-SP*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Marília: Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2016.

FLEURY, L. *Sociologia da cultura e das práticas culturais*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2009.

FRECHEIRAS, K. *Do Palácio ao Museu: a trajetória pedagógica do Museu da República*. Petrópolis/RJ: KBR Editora Digital, 2015.

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

FRENKEL, E. E. *Famílias no Museu Nacional*. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio) –Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro; MAST, Rio de Janeiro, 2012.

GESSI, H. A Iniciativa Privada Promove o Lazer em São Paulo: o Caso do Parque Shanghai (1937-1968). Dissertação (Mestrado História e Historiografia) – Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento ou Programa de Pós-graduação de História, Guarulhos, 2017.

GHIRALDELLI JÚNIOR, P. *Filosofia e história da educação brasileira: da colônia ao governo Lula*. Barueri, SP: Manole, 2009.

GILIOLI, R. de S. P. *Educação e cultura no rádio brasileiro: concepções de radioescola em Roquette-Pinto*. Tese (Doutorado) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

GILMAN, B. I. (1916). Museum fatigue. *Scientific Monthly*, v. 2, 1916, p.62–74.

GOB, A; DROUGET, N. *A Museologia: história, evolução, questões atuais*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2019.

GOMES, A. de C.; NEDER, G. Antropologia no Brasil: trajetória intelectual do professor Luís de Castro Faria. *Tempo*, Rio de Janeiro, Vol. 2, nº 4, 1997, p.175-195.

GOMES, A. de C.; HANSEN, P. S. (orgs). *Intelectuais Mediadores: práticas culturais e ação política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

GRANDELLI, R. 'Só temos verbas para medidas paliativas, diz diretor do Museu Nacional'. O Globo. Rio de Janeiro, 20 fev. 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/so-temos-verba-para-medidas-paliativas-diz-diretor-do-museu-nacional-22412829>. Acesso em: 28 Fev. 2021.

HEIN, G. John Dewey and Museum Education. Curator: *The Museum Journal*, California, v.47, n. 4. p. 413-427, 2004.

HOLLANDA, G. de. *Recursos Educativos dos Museus Brasileiros*. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais. Organização Nacional do ICOM, 1958.

HORA, D. M. Grupos Escolares no Distrito Federal do Rio de Janeiro. In: VII SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS: História, Sociedade e Educação no Brasil. Anais... Campinas: UNICAMP, 2006.

IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. Perfil dos municípios brasileiros: 2018, Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

IBRAM. *Museus em Números*. Brasília: Instituto Brasileiro de Museus, 2011.

IBRAM. Documento Final da PNEM. Brasília: Instituto Brasileiro de Museus, 2017.

IBRAM. *Caderno da Política Nacional de Educação Museal – PNEM*. Brasília: Instituto Brasileiro de Museus, 2018

INSTRUAMOS o nosso povo. O Museu Nacional irá montar um cinematógrafo instrutivo. *A Rua*. Rio de Janeiro, p. 1, 12 nov.1915.

KÖPTCKE, L. S. Bárbaro, escravos e civilizados: o público dos museus no Brasil. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Brasília, n. 31, p. 185-205, 2005.

KÖPTCKE, L. S.; CAZELLI, S.; LIMA, J. M. de. *Museus e seus visitantes: relatório de pesquisa perfil-opinião 2005*. Brasília: Gráfica e Editora Brasil, 2008.

KÖPTCKE, L. S.; PEREIRA, M. R. N. Museus e seus arquivos: em busca de fontes para estudar os públicos. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.17, n.3, jul.-set. 2010, p.809-828.

KÖPTCKE, L. S. (coord.). *Pesquisa Perfil - Opinião 2009: museus do Rio de Janeiro 2009*. Brasília: Fundação Oswaldo Cruz; MAST; ENCE / IBGE, 2012a.

KÖPTCKE, L. S. Público, o X da questão? A construção de uma agenda de pesquisa sobre os estudos de público no Brasil. *Museologia & Interdisciplinaridade*, Brasília, v.1, n.1, jan/jul de 2012b, p. 209 -235.

JEAN, Y. 11 anos depois: fim do curso de educação sexual do Museu! *Última Hora*. Rio de Janeiro, ano 5, p.18, 14 dez. 1956.

JORNAL do Commercio. Edição da Tarde. Rio de Janeiro, 2 nov. 1914, p.4.

LACERDA, J. B. de. *Fastos do Museu Nacional do Rio de Janeiro*: recordações históricas e científicas fundadas em documentos autênticos e informações verídicas. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1905.

LACERDA, J. B. de. *Os museus de história natural e os jardins zoológicos de Paris e Londres. O Kew Garden*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1914.

LEITE, C. H. F. Teoria, metodologia e possibilidades: os jornais como fonte e objeto de pesquisa histórica. *Escritas: Revista do Curso de História de Araguaína*, v. 7, n. 1, p. 03-17, 2015. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/escritas/article/view/1629/8314>. Acesso em: 28 Fev. 2021.

LEIVA, J.; MEIRELLES, R. *Cultura nas Capitais: como 33 milhões de brasileiros consomem diversão e arte*. Rio de Janeiro: 17 Street Produção Editorial, 2018.

LEMME, P. Paschoal Lemme. [Entrevista cedida a] Oswaldo Frota-Pessoa, Clarice Nunes e Sheila Kaplan. Mar. 1988.

LEMME, P. *Memórias de um educador*. Brasília: Inep, 2004, 5 v.; p.171-172

LEONTSINIS, S. *Da Utilização dos mostruários de empréstimo no ensino de ciências naturais*. Rio de Janeiro, Publicações Avulsas do Museu Nacional, 1959.

LEONTSINIS, S. José Cândido de Mello Carvalho (11.VI.1914 - 21.X.1994) Homenagem da Sociedade Brasileira de Zoologia. *Rev. Bras. Zool.*, Curitiba, v. 12, n. 1, p. 1-4, 1995

LESSA, E. O Museu Nacional da Quinta da Boa Vista. *O Globo*. Rio de Janeiro, Globe Trotter, Geral, p.1, 21 jun.1961.

LIMA, T. A. Luiz de Castro Faria: também um arqueólogo. Brasília: Memórias de Ciência e Tecnologia, Série Produção Científica Brasileira, Centro de Memória do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, 2009.

LÔBO, Y. *Bertha Lutz*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010. 148 p.: il. – (Coleção Educadores). Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me4693.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2021.

LOPES, M. M. A favor da desescolarização dos museus. *Revista Educação & Sociedade*, Campinas: Cedes/Unicamp, n.40, p. 443-445, dez.1991.

LOPES, M.M. Bertha Lutz e a importância das relações de gênero, da educação e do público nas instituições museais. *Revista Brasileira de Museus e Museologia*, Rio de Janeiro, n.2, p.41-46, 2006.

LOPES, M.M. Imagens das “ciências dos museus” no Brasil no século XIX. In: SOUSA, Cidoval Moraes de; PERIÇO, Nuno Marques; SILVEIRA, Tatiana Scalco (orgs.). *A Comunicação Pública da Ciência*. Taubaté: Cabral Editora e Livraria Universitária, 2003.

LOPES, M.M. *O Brasil descobre a pesquisa científica: as ciências naturais e os museus no século XIX*. Brasília, UnB, São Paulo, HUCITEC, 2009.

LORESECHA, B. Z. Análisis cronológico de la evolución de los estudios de públicos en México y el mundo. Una visión introductoria. In: CASTELLANOS, L. P. *Estudios sobre públicos y museos. Volumen I. Públicos y museos: ¿Qué hemos aprendido?* Córdoba: Escuela Nacional de Conservación, Restauración y Museografía del Instituto Nacional de Antropología e Historia, 2016.

LOWIE, R.H. The Twenty-First International Americanist Congress, Second Session (Gothenburg). *American Anthropologist*, New Series, Arlington, v. 27, n.1, p.170-173, jan/mar., 1925. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/661514?seq=1> Acesso em: 27 fev. 2021.

LUTZ, B. The National Museum of Brazil. *Museum Work*, Nova Iorque, v. 5, nov.-dez., 1922.

LUTZ, B. M. J. *A função educativa dos museus*. In: MIRANDA, G. G. de et al. (org.). Rio de Janeiro: Museu Nacional; Niterói: Muiraquitã, 2008.

MACHADO, M.C.G. Carlos Leôncio de Carvalho (Verbete). In: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. (Orgs.). *Navegando pela história da educação brasileira*. Campinas, SP: FE; HISTEDBR, 2006.

MAIS de cem mil pessoas visitaram o Jardim Zoológico. *O Globo*, Rio de Janeiro, 19 mar.1945, Geral, p. 1.

MARTINS, A.M.M. “Scanerizando” a mente dos visitantes do Museu Nacional. In: II Encontro Internacional de Ecomuseus / IX ICOFOM LAM. Comunidade, Patrimônio e Desenvolvimento Sustentável / Museologia e Desenvolvimento Sustentável. Rio de Janeiro, Brasil. Anais do II Encontro Internacional de Ecomuseus / IX Encontro Anual do Subcomitê Regional do ICOFOM para a América Latina e o Caribe - ICOFOM LAM... Rio de Janeiro: Tacnet Cultural Ltda., 2001, p. 117-132.

MARTINS, C. B. A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 30, n. 106, 2009, p. 15-35.

MCMANUS, P. *Educação em museus: pesquisas e prática*. In: MARANDINO, Martha; MONACO, Luciana. (orgs.) São Paulo: FEUSP, 2013

MODELLI, F. *O conceito de povo no Brasil: populus e plebs na Constituinte de 1823*. 2018. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília, Brasília, 2018. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/32243>. Acesso em: 28 fev. 2021

MENDONÇA, E. S. de. *A extensão cultural nos museus*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946.

MONTEIRO, I. Abandono. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 10 out. 1986, p.12.

MORAES, J. D. de. *Signatárias do manifesto de 1932: trajetórias e dilemas*. 2007. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

MOREIRA, I. de C.; MASSARANI, L. Aspectos históricos da divulgação científica no Brasil. In: MASSARANI, L.; MOREIRA, I. de C.; BRITO, F. (org.). *Ciência e público: caminhos da divulgação científica no Brasil*. Rio de Janeiro: Casa da Ciência - Centro Cultural de Ciência e Tecnologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Fórum de Ciência e Cultura, 2002. p. 43-64.

MOREIRA, I. de C.; MASSARANI, L.; ARANHA, J. Roquette-Pinto e a Divulgação Científica. In: LIMA, N. T.; SÁ, D. M. de. (orgs.) *Antropologia Brasileira: ciência e educação na obra de Edgard Roquette-Pinto*. Belo Horizonte: UFMG; Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.

MUNLEY, M. E. Back to the future: a call for coordinated research programs in museums. *The Journal of Museum Education: Roundtable Reports*, v. 11, n.1, 1988, p.3-6.

MUSEU Nacional é um dos mais procurados do país. *O Globo*, Rio de Janeiro, 4 jul.1968, Matutina, Geral, p. 15.

MUSEU Nacional marca 159º Aniversário com convênio entre a FUNAI e a UFRJ. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, Cidade, p.17, 7 jun. 1977.

MUSEU da Quinta vai ser pago. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro. 1º Caderno, p.5, 12 ago.1981.

MUSEU NACIONAL. *Os Diretores do Museu Nacional/UFRJ*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 2008. Disponível em: [http://www.museunacional.ufrj.br/site/assets/pdf/memoria\\_1.pdf](http://www.museunacional.ufrj.br/site/assets/pdf/memoria_1.pdf) Acesso em: 22 jan. 2021.

MUSEU NACIONAL. *Relatório apresentado ao Ministro da Agricultura Indústria e Comércio pelo Professor Bruno Lobo, Diretor do Museu Nacional, ano de 1919*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1920.

MUSEU NACIONAL. *Relatório apresentado ao Ministro da Agricultura Indústria e Comércio pelo Professor Bruno Lobo, Diretor do Museu Nacional, ano de 1920*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1921.

MUSEU NACIONAL. *Relatório apresentado ao Ministro da Agricultura Indústria e Comércio pelo Professor Bruno Lobo, Diretor do Museu Nacional, ano de 1921*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1922.

MUSEU NACIONAL. *Relatório apresentado ao Ministro da Agricultura Indústria e Comércio pelo Professor Bruno Lobo, Diretor do Museu Nacional, ano de 1922*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1923.

MUSEU NACIONAL. *Atividades Científicas em 1949*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1950.

MUSEU NACIONAL. *Relatório apresentado ao Magnífico Reitor da Universidade do Brasil pelo Dr. José Cândido de Melo Carvalho, ano de 1956*. Rio de Janeiro: Universidade do Brasil, 1957.

MUSEU NACIONAL. *Relatório apresentado ao Magnífico Reitor da Universidade do Brasil pelo Dr. José Cândido de Melo Carvalho, ano de 1957*. Rio de Janeiro: Universidade do Brasil, 1958.

MUSEU NACIONAL. *Relatório apresentado ao Magnífico Reitor da Universidade do Brasil pelo Dr. José Cândido de Melo Carvalho, ano de 1958*. Rio de Janeiro: Universidade do Brasil, 1959.

MUSEU NACIONAL. *Relatório apresentado ao Magnífico Reitor da Universidade do Brasil pelo Dr. José Cândido de Melo Carvalho, ano de 1959*. Rio de Janeiro: Universidade do Brasil, 1960.

MUSEU NACIONAL. *Relatório apresentado ao Magnífico Reitor da Universidade do Brasil pelo Dr. José Cândido de Melo Carvalho, ano de 1960*. Rio de Janeiro: Universidade do Brasil, 1961.

MUSEU NACIONAL. *Relatório apresentado ao Magnífico Reitor da Universidade do Brasil pelo Dr. Newton Dias dos Santos, ano de 1961*. Rio de Janeiro: Universidade do Brasil, 1962.

MUSEU NACIONAL. *Relatório apresentado ao Magnífico Reitor da Universidade do Brasil pelo Dr. Newton Dias dos Santos, ano de 1962*. Rio de Janeiro: Universidade do Brasil, 1963.

MUSEU NACIONAL. *Relatório apresentado ao Magnífico Reitor da Universidade do Brasil pelo Dr. Newton Dias dos Santos, ano de 1963*. Rio de Janeiro: Universidade do Brasil, 1964.

MUSEU NACIONAL. *Relatório da Diretoria do Museu Nacional (Quadriênio 1982 a 1985), elaborado pelo Diretor José Henrique Milan*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1986.

MUSEU NACIONAL. *Relatório Anual de 1987, elaborado pela Diretora Leda Dau*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1988.

MUSEU NACIONAL. *Relatório Anual 1994, elaborado pela Diretora Janira Martins Costa*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1995.

MUSEU NACIONAL. *Relatório Anual 1995, elaborado pela Diretora Janira Martins Costa*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1996.

MUSEU NACIONAL. *Relatório Anual 1996, elaborado pela Diretora Janira Martins Costa*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1997.

MUSEU NACIONAL. *Relatório Anual 1997, elaborado pela Diretora Janira Martins Costa*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1998.

MUSEU NACIONAL. *Relatório Anual 1998, elaborado pelo Diretor Luiz Fernando Duarte*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2000a.

MUSEU NACIONAL. *Relatório Anual 1999, elaborado pelo Diretor Luiz Fernando Duarte*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2000b.

MUSEU NACIONAL. *Relatório Anual 2001, elaborado pelo Diretor Luiz Fernando Duarte*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2001.

MUSEU NACIONAL. *Relatório do Museu Nacional apresentado ao Illmo. E Exm. Sr. Conselheiro José F. da C. Pereira Júnior pelo Dr. Ladislau Netto*. Rio de Janeiro: Typ. da Gazeta Jurídica, 1874.

MUSEU NACIONAL. *Relatório do Museu Nacional apresentado ao Illmo. E Exm. Sr. Conselheiro José F. da C. Pereira Júnior pelo Dr. Ladislau Netto*. Rio de Janeiro: Typographia do Diário do Rio de Janeiro, 1875.

MUSEU NACIONAL. *Relatório do Museu Nacional apresentado ao Illmo. E Exm. Sr. Conselheiro José F. da C. Pereira Júnior pelo Dr. Ladislau Netto*. Rio de Janeiro: Typographia João Ignácio da Silva, 1877.

MUSEU NACIONAL. *Relatório Anual do Museu Nacional 2018*. Rio de Janeiro: Museu Nacional/UFRJ, 2019. Disponível em: [https://publicações.museunacional.ufrj.br/wpcontent/arquivos/Rel\\_por\\_2018.pdf](https://publicações.museunacional.ufrj.br/wpcontent/arquivos/Rel_por_2018.pdf) Acesso em: 26 fev. 2021

MUSEU Nacional da Quinta começa hoje a cobrança de ingressos aos visitantes. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 18 ago.1981, 1º Caderno, p.6.

MUSEU Nacional: quase 60 mil visitantes em julho. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 8 nov. 1959, p. 3.

MUSEUM, Le rôle des Musées dans l'Éducation; stage d'études régional de l'UNESCO, Rio de Janeiro, v.12, n.4, 1959.

MUSEUSBR. Disponível em: <http://museus.cultura.gov.br/>. Acesso em: 15 dez. 2019.

NASCIMENTO, D. Por que Educação Sexual? *O Jornal*, Rio de Janeiro, 25 ago. 1968, 2º Caderno, p.9.

NITEROIENSE verá o que há sobre baleias. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 17 dez.1977, p.1.

O CENTENÁRIO do Museu Nacional. *O Paiz*, Rio de Janeiro, 6 jun.1918a, p.9.

O CENTENÁRIO do Museu Nacional. *A Época*, Rio de Janeiro, 6 jun. 1918b, p.2.

O DIA da criança. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 13 out. 1929 b, p.1.

O FASCINANTE Museu da Quinta da Boa Vista. *A Noite*, Rio de Janeiro, Balanço Cultural, 16 jan.1951, p.16.

OLIVEIRA, S. *A função educativa da Seção de Extensão Cultural do Museu Nacional na gestão do Educador Paschoal Lemme (1943-1946)*. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores, São Gonçalo, 2013.

O MUSEU Nacional. Entrevista com o Dr. Bruno Lobo. *O Imparcial*. Rio de Janeiro, 3 abr. 1916, p.6.

O MUSEU Nacional tem novo salão de conferências. A instalação do Serviço de Assistência ao Ensino da História Natural. *O Globo*, Rio de Janeiro, 14 out. 1927.

O MUSEU Nacional. São Paulo: Banco Safra, 2007.et

O PALÁCIO Encantado da Quinta da Boa Vista. *A Noite*, Rio de Janeiro, p.1, 11 jun. 1946.

PAIS, J. A. *Jardim Zoológico: Desafios para a aplicação do conceito de Museu aos espaços de exposição de organismos vivos*. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO / Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST, Rio de Janeiro, 2013.

PARA a eficaz instrução de um povo. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 16 fev.1927, p.3.

PARR, A.E. The museum teaches. In: AMERICAN MUSEUM OF NATURAL HISTORY. *The American Museum of Natural History Eighty-Seventh Annual Report July, 1955, Through June, 1956*. Nova Iorque: The American Museum of Natural History New York, 1956.

PEREIRA, M. R. N.; KÖPTCKE, L. S. *Guia de fontes primárias. O Museu Nacional: seu público no século XIX e no início do XX*. Rio de Janeiro; Brasília: Fundação Oswaldo Cruz/Fiocruz, 2008.

PEREIRA, M. R. N. *Entre Dimensões e funções educativas: A trajetória da 5ª Seção de Assistência ao Ensino de História Natural do Museu Nacional*. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro/Museu de Astronomia e Ciências Afins/Programa de Pós-graduação em Museologia e Patrimônio, Rio de Janeiro, 2010.

PEREIRA, Z. M. *Sexualidade e Gênero na Pesquisa e na Prática de Ensino em Biociências e Saúde*. 2014. Tese (Doutorado em Ciências) - Instituto Oswaldo Cruz, PósGraduação em Ensino em Biociências e Saúde, Rio de Janeiro, 2014.

PINTO, J. R. Favor (não) entrar! Impedimentos no acesso aos museus. *Educação, Artes e Inclusão*. Florianópolis, vol.11, n.2, 2015.

POSSAS, H. C. G. Classificar e ordenar: os gabinetes de curiosidades e a história natural. In: FIGUEIREDO, Betânia G.; VIDAL, Diana. *Museus: dos gabinetes de curiosidades à museologia moderna*. Belo Horizonte, MG: Argvmentvm; Brasília: DF: CNPq, 2005.

QUINTA da Boa Vista, Melhoramentos. O Aquário. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, p.9, 22 set. 1910.

RABELO, R. F. Estranho Rio. 40 museus, mas nunca aos domingos. *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro, p.9, 27 set. 1975.

RÁDIO – Revista de Divulgação Científica Geral, Rio de Janeiro; São Paulo. n.19, p.9, 1924.

RANGEL, J. A. *Edgard Roquette-Pinto*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

REVISTA do Museu Nacional. Rio de Janeiro, ano 1, n.1, ago. 1944, p.1.

RIBAS, J. B. C. *O Brasil é dos Brasileiros: medicina, antropologia e educação na figura de Roquette-Pinto*. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, Campinas, 1990.

RIVIÈRE, Georges-Henri. *Stage régional d'études de l'Unesco sur le rôle éducatif des musées*. Paris: UNESCO, 1958. p. 7-30.

ROQUETTE-PINTO, E. *Anthropologia (Guia das Collecções)*. Rio de Janeiro: Typografia da Directoria Geral de Estatística, 1915.

ROQUETTE-PINTO, E. Centenário do Museu Nacional. *Arquivos do Museu Nacional do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, v. 22, p. 27-30, 1919.

ROQUETTE-PINTO, E. *Seixos rolados: estudos brasileiros*. Rio de Janeiro: Mendonça, Machado & C., 1927.

ROQUETTE-PINTO, E. O Cinema Educativo e a Educação Popular no Brasil. *Revista Nacional de Educação*. Rio de Janeiro, ano 1, n.5, 1933, pp.1-9.

- ROQUETTE-PINTO, E. Notas e Opiniões. *Jornal do Brasil*, p.5, 7 fev.1953.
- ROQUETTE-PINTO, P. O Museu Nacional. *Uiára - Revista da Sociedade dos Amigos do Museu Nacional*. Rio de Janeiro, ano 1, n.1, 1937.
- ROQUETTE-PINTO, P. *História Natural: Assistência ao Ensino*. Porto Alegre: Edições Globo, 1938.
- ROTEIRO Infantil. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, Roteiro Infantil, p.15, 2 jun. 1970.
- ROTEIRO de Museus. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 3, 19 mai. 1971.
- SÁ, M.R.; DOMINGUES, H. M.B. O Museu Nacional e o Ensino de Ciências Naturais no Brasil no século XIX. *Revista da SBHC*, n.15, 1996.
- SANJAD, N. A 'simpatia do povo' pelo Museu Paraense: raízes históricas. *Musas - Revista Brasileira de Museus e Museologia*, Rio de Janeiro, n.2, p.171-174, 2006.
- SANJAD, N. O Museu Paraense entre o Império e a República, 1866-1907. In: HEIZER, Alda; VIDEIRA, Antonio A. P. (orgs.) *Ciência, Civilização e República nos Trópicos*. Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2010.
- SANT'ANNA, A. R. de. O segredo da múmia. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 17 jan. 1988.
- SANTOS, M. S. dos. Museus Brasileiros e Política Cultural. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol.19, n.55, jun. 2004.
- SANTOS, R. de C. M. Um antropólogo no museu: Edgar Roquette-Pinto e o exercício da antropologia no Brasil nas primeiras décadas do século XX. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 25, n. 53, p. 283-315, jan./abr. 2019
- SÃO os nossos aquários visitados? *A Noite*, Rio de Janeiro, 14 abr.1918, p.2.
- SAUNDERS, J. R. Development of Educational Services, 1869 - 1956. In: AMERICAN MUSEUM OF NATURAL HISTORY. *The American Museum of Natural History EightySeventh Annual Report July, 1955, Through June, 1956*. Nova Iorque: The American Museum of Natural History New York, 1956.
- SCHLBAUER, A. R. O método intuitivo e lições de coisas: saberes em curso nas conferências pedagógicas do século XIX. Artigos. Navegando na História da Educação Brasileira. HISTEDBR, 2006. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos>. Acesso em: 6 fev.2020.
- SCHIELE, B. Visitor studies: A short history. *Society and Leisure*, v. 39, n.3, 2016, p.331–356
- SCHUELER, A. F. M. de. Crianças e escolas na passagem do Império para a República. *Rev. bras. Hist.*, São Paulo , v. 19, n. 37, p. 59-84, set. 1999 .

SCHUELER, A. F. M. de; MAGALDI, A.M.B. de. Educação escolar na Primeira República: memória, história e perspectivas de pesquisa. *Revista Tempo: Departamento de História da UFF*, v. 26, p. 32-55, 2009.

SCHWARCZ, L.M (org.) *Contos completos de Lima Barreto*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SCHWARCZ, L. M. *Sobre o autoritarismo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SEIBEL-MACHADO, M. I. *O papel do setor educativo nos museus: análise da literatura (1987 a 2006) e a experiência do Museu da Vida*. Tese (Doutorado) - Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2009.

SEKI, A.L.S.; MACHADO, M.C.G. A disciplina de Instrução Moral e Cívica na Reforma Educacional de Benjamin Constant de 1890. VIII Jornada de HISTEDBR. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, 2008.

SEREJO, C.S. (ed.) *Museu Nacional: Panorama dos Acervos: Passado, Presente e Futuro*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: [http://www.museunacional.ufrj.br/destaques/docs/panorama de acervos/livro acervos museu\\_nacional.pdf](http://www.museunacional.ufrj.br/destaques/docs/panorama_de_acervos/livro_acervos_museu_nacional.pdf) Acesso em 22 jan.2021.

SILVA, M. do P. S. L. de S. Heloísa Alberto Torres, a primeira Diretora do Museu Nacional/UFRJ e a disseminação das Ciências no século XX. 2018

SILVA, A. P. de O (org.). *Páginas da história: notícias da II Conferência Nacional de Educação da ABE*. Belo Horizonte, 4 a 11 de novembro de 1928. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2004.

SILVA, F. D. da. A aula que não se deve perder. *O Mundo Ilustrado*. Rio de Janeiro, n.89, p.12-13;43, 20 nov. 1954.

SILVA, M.J.; FERNANDES, A.C.S.; FONSECA, V.M.M. Silva Coutinho: uma trajetória profissional e sua contribuição às coleções geológicas do Museu Nacional. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.20, n.2, abr.-jun. 2013, p.457-479.

SILY, P. R. M. Casa de ciência, casa de educação: ações educativas do Museu Nacional (1818-1935). Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2012.

SIMAS, L. A. *O corpo encantado das ruas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

SIQUEIRA, G. K. *Curso de Museus –MHN: 1932-1978: o perfil acadêmico-profissional*. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO e do Museu de Astronomia e Ciências Afins –MAST, 2009.

SOFFIATI, A. Uma biblioteca em camadas. Folha 1. Campos dos Goytacazes, 2019. Disponível em: [http://www.folha1.com.br/\\_conteudo/2019/03/cultura\\_e\\_lazer/1245926uma-biblioteca-em-camadas.html](http://www.folha1.com.br/_conteudo/2019/03/cultura_e_lazer/1245926uma-biblioteca-em-camadas.html) Acesso em: 16 fev. 2021.

SOUZA, V. S. de. Ciência e miscigenação racial no início do século XX: debates e controvérsias de Edgard Roquette-Pinto com a antropologia física norte-americana. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.23, n.3, jul.-set. 2016, p.597614.

STAWIARSKI, V. Das estantes do Museu Nacional. *Revista do Museu Nacional*, Rio de Janeiro, n.3, abr., 1945, p.32.

STUDART, D.; ALMEIDA, A. M.; VALENTE, M. E. A. Pesquisa de público em museus: desenvolvimento e perspectivas. In: GOUVÊA, Guaracira; MARANDINO, Martha; LEAL, Maria Cristina (Org.). *Educação e museu: a construção social do caráter educativo dos museus de ciências*. Rio de Janeiro: Access, 2003.

THE American Museum of Natural History. Fifty-Sixth Annual Report of the Trustees for the Year 1924. New York: The American Museum of Natural History, mai., 1925.

THE Rev. Henry Hugh Higgins, M.A. *Geological Magazine*, vol.10, n.8, ago. 1893 , p. 380 – 384.

TRINDADE, J. A. da. *Parques históricos nas cidades contemporâneas: uma análise da Quinta da Boa Vista*. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

TRIVIÑOS, A. N. S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 2007.

UNIVERSIDADE DO BRASIL. Regimento Interno do Museu Nacional. Rio de Janeiro: Museu Nacional, n.1, 1958.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Regimento Interno do Museu Nacional. Separata do Boletim, n.32. Rio de Janeiro: UFRJ, 1971.

UM CINEMA de filmes educativos no Museu Nacional. *Cinearte*. Rio de Janeiro, ano 7, n. 318, 23 mar., 1932, p. 15.

UM FASCINANTE estudo da biologia. *A Noite*, Rio de Janeiro, 20 nov.1950, p.1.

VALENTE, M. E. A. *A Educação em museu: o público de hoje no museu de ontem*. Dissertação (Mestrado) do Programa de Pós-Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 1995.

VALENTE, M. E. A. A conquista do caráter público do museu. In: GOUVÊA, Guaracira; MARANDINO, Martha; LEAL, Maria Cristina (Org.). *Educação e museu: a construção social do caráter educativo dos museus de ciências*. Rio de Janeiro: Access, 2003.

VALENTE, M. E. A. Panorama da História da Educação Museal no Brasil: uma reflexão. *Anais do Museu Histórico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 52, p. 49-63, ago. 2020.

VALLADARES, J. A. do P. *Museus para o povo: um estudo sobre os museus americanos*. Bahia: EPP, 2010.

VENÂNCIO FILHO, A. Edgard Roquette-Pinto. In: FÁVERO, M. de. De. A.; BRITTO, J. de M. *Dicionário de Educadores no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/MEC-Inep, 1999.

VERNIN, L. C. S. S. *Educação patrimonial no Campo de Santana: história, memória e diversão*. Curitiba: Appris, 2021.

VIDAL, D. G. Edgar Sússekind de Mendonça. In: FÁVERO, M. de. De. A.; BRITTO, J. de M. *Dicionário de Educadores no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/MEC-Inep, 1999.

VIDAL, D. G. Escola nova e processo educativo. In: LOPES, Eliana Marta Teixeira, FARIA FILHO, Luciano Mendes VEIGA, Cynthia Greive. (orgs.). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

VIEIRA, M. C. A Exposição Antropológica Brasileira de 1882 e a exibição de índios botocudos: performances de primeiro contato em um caso de zoológico humano brasileiro. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 25, n. 53, p. 317-357, jan./abr. 2019.

VISITAS Escolares. *O Imparcial: Diário Ilustrado do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 16 mai. 1916, p.3.

XAVIER, L. N. O Manifesto dos pioneiros da educação nova como divisor de águas na história da educação brasileira. In: CARMO, Maria do (org.) *Manifesto dos pioneiros da educação: um legado educacional em debate*. Rio de Janeiro: FGV, p. 21-38, 2004.

XAVIER, L. N. Interface entre história da educação e a história social e política dos intelectuais. In: GOMES, A. M. de; HANSEN, P. S. (orgs.) *Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

XAVIER, L. N.; CUNHA, L. A. Associação Brasileira de Educação. *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro – pós-1930*, coordenado por Alzira Alves de Abreu, 2ª edição, Rio de Janeiro: Editora FGV, CPDOC, 2001, p. 390-391.